



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA
Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(Período de 2 a 28 de fevereiro de 2009)

e

Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões

ANO LXIV - SUP. AO Nº 017 - TERÇA-FEIRA, 3 DE MARÇO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO) 2º VICE-PRESIDENTE Serys Slhessarenko - (PT-MT) 1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI) 2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)	3º SECRETÁRIO Mão Santa- (PMDB-PI) 4º SECRETÁRIO Patrícia Saboya - (PDT-CE) Suplentes de Secretário 1º - César Borges - (PR-BA) 2º - Adelmir Santana - (DEM-DF) 3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB) 4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB/PP) - 20 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PRB/PSB/PC DO B) - 21 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 12 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu Papaléo Paes Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Jayme Campos Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Moraes Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes
PTB - 7 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya		

EXPEDIENTE	
Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
1.1 – Resenha Mensal (período de 2 a 28 de fevereiro de 2009)	
1.2 – Atas de Comissões	
1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE	
– Ata da Trigesima Primeira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Conjunta, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CD; Finanças e Tributação – CD; Fiscalização Financeira e Controle – CD e com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CN, realizada em 26 de novembro de 2008, às 14:00 horas, no Plenário nº 2, Anexo II da Câmara dos Deputados.....	46
1.2.2 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE	
– Ata da 56ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 16 de dezembro de 2008.	74
1.2.3 – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura	
– Ata da 22ª Reunião extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 29 de outubro de 2008, às 14 horas, no plenário da comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	80
– Ata da 23ª Reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de novembro de 2008, às 10 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.....	106
– Ata da 24ª Reunião extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 03 de dezembro de 2008, às 11 horas, no plenário da comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	109
– Ata da 25ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, extraordinária, e 26ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada, em conjunto, no dia 04 de dezembro de 2008, quinta-feira, às 10 horas, no Plenário da Comissão nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	120
– Ata da 26ª Reunião extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 10 de dezembro de 2008, às 14 horas, no plenário da comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	151
– Ata da 27ª Reunião extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 16 de dezembro de 2008, às 11 horas, no plenário da comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	168



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª Sessão Legislativa Ordinária da
53ª Legislatura -2009

Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
(Período de 2 a 28/02/2009)

RESENHAS**(PERÍODO DE 2 A 28 DE FEVEREIRO DE 2009)**

A - Secretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal	3
B - Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional.....	33
C - Secretaria de Comissões.....	42

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL – SESSÕES PLENÁRIAS (2 a 28 de fevereiro de 2009)	
Deliberativas Ordinária	6
Deliberativas Extraordinárias	0
Não Deliberativas	9
Especiais	0
Total de sessões realizadas	15
Sessões não realizadas	0
Reuniões Preparatórias	2

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (2 a 28 de fevereiro de 2009)

MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A VI).....	66
I – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados.....	49
1 – Em decisão terminativa	49
1.1 – Do Senado Federal.....	49
II – Requerimentos de Homenagem de Pesar.....	3
III – Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período do Expediente.....	3
IV – Requerimentos de Informações aprovados pela Mesa	3
V – Requerimento de tramitação conjunta aprovados pela Mesa.....	4
VI – Requerimentos desampensamento aprovados pela Mesa.....	4

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (ITEM VII).....2

VII - Matérias rejeitadas.....2

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS (ITENS I A VII).....68

Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões.....55

Requerimento de Prorrogação de Comissão Parlamentar de Inquérito.....1

I - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

I.1 - Projetos de Lei do Senado aprovados por Comissão, em decisão terminativa

Total	49
-------------	----

Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2007, de autoria do Senador Marco Maciel, que revoga o art. 18 da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, extinguindo o prazo decadencial para a propositura do mandado de segurança.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 06.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2007, de autoria do Senador Pedro Simon, que dá nova redação a dispositivos do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, objetivando fornecer aos juízes, promotores e autoridades policiais instrumentos jurídicos mais eficientes na recuperação dos bens provenientes de atividades criminosas.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 06.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 461, de 2008, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que determina extraordinariamente que seja realizado um concurso especial da mega-sena e dá outras providências. (destinado às vítimas das enchentes do estado de Santa Catarina).

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 06.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2007, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Barreirinhas, no Estado do Maranhão.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2007, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2007, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Rosário, Estado do Maranhão.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2007, de autoria do Senador José Sarney, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) nos Municípios de Macapá e Santana, no Estado do Amapá.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Guarajá-Mirim, Estado de Rondônia.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Vilhena, Estado de Rondônia.
(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)
Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Marabá, Estado do Pará.
(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)
Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 357, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Santarém, Estado do Pará.
(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)
Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2007, de autoria do Senador Sergio Zambiasi, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul.
(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)
Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 364, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na região do Vale dos Sinos, no Estado do Rio Grande do Sul.
(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)
Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 366, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na região Norte do Estado do Rio Grande do Sul.
(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)
Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 377, de 2007, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exploração (ZPE) no Município de Bacabeiras, Estado do Maranhão.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2007, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Picos, Estado do Piauí.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2007, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Floriano, Estado do Piauí.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2007, de autoria do Senador José Maranhão, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE), no Município de Cabedelo, no Estado da Paraíba.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE), no Município de Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 391, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que dispõe sobre a criação de Zonas de Processamento de Exportação (ZPE'S) nos Municípios de Rorainópolis e Caracaraí no Estado de Roraima.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 395, de 2008, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de São Simão, Estado de Goiás.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Boa Vista no Estado de Roraima.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2007, de autoria do Senador Jayme Campos, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Barra do Garça, no Estado do Mato Grosso.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 418, de 2007, de autoria do Senador Cícero Lucena, que dispõe sobre a criação da Zona de Processamento (ZPE) do Município de Campina Grande, no Estado da Paraíba.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 439, de 2007, de autoria do Senador Jayme Campos, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Sinop, no Estado do Mato Grosso.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 440, de 2007, de autoria do Senador Jayme Campos, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Várzea Grande, no Estado do Mato Grosso.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2007, de autoria do Senador Jayme Campos, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Alta Floresta, no Estado do Mato Grosso.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 457, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Itacoatiara, no Estado do Amazonas.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Tabatinga, Estado do Amazonas.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 488, de 2007, de autoria do Senador Mario Couto, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Redenção, Estado do Pará.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2007, de autoria do Senador Mário Couto, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Tucuruí, Estado do Pará.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 490, de 2007, de autoria do Senador Mário Couto, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Breves, Estado do Pará.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 508, de 2007, de autoria do Senador Gim Argello, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportações - ZPE - na cidade de Brasília, Distrito Federal.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 515, de 2007, de autoria do Senador Mauro Couto, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Castanhal, Estado do Pará.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 529, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação - ZPE no município de Gurupi, no Estado do Tocantins.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 536, de 2007, de autoria do Senador Álvaro Dias, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE), no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2007, de autoria do Senador Mauro Couto, que cria Zona de Processamento de Exportação no Município de Paragominas, Estado do Pará.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 631, de 2007, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Bom Jesus, Estado do Piauí.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 648, de 2007, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Açú, no Estado do Rio Grande do Norte.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 716, de 2007, de autoria do Senador João Durval, que Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Conceição do Coité, Estado da Bahia.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2008, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na Região Leste do Estado do Espírito Santo.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 133, de 2008, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Colatina, no Estado do Espírito Santo.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2008, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2008, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2008, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de João Monlevade, no Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 394, de 2007, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Anápolis, Estado de Goiás

(Decisão terminativa das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Assuntos Econômicos)

Sessão: 25.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2007, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Ponta Porã, no Estado do Mato Grosso do Sul.

(Decisão terminativa das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo)

Sessão: 25.02.2009

II – REQUERIMENTOS DE HOMENAGEM DE PESAR

Total.....3

Requerimento nº 1, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Deputado Federal Adão Pretto.

Sessão: 05.02.2009

Requerimento nº 2, de 2009, de autoria da Senadora Serys Slhessrenko, solicitando, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Deputado Federal Adão Pretto.

Sessão: 05.02.2009

Requerimento nº 3, de 2009, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Deputado Federal Adão Pretto.

Sessão: 05.02.2009

III – REQUERIMENTOS DE SESSÕES ESPECIAIS E HOMENAGENS NO PERÍODO DO EXPEDIENTE

Total.....3

Requerimento nº 1.653, de 2008, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente seja destinado a homenagear o centenário da Cruz Vermelha Brasileira, em sessão a ser agendada no início dos trabalhos legislativos, em fevereiro de 2009. Aditado pelo **Requerimento nº 9, de 2009**, propondo a realização da referida sessão no dia 12 de fevereiro próximo.

(Observação: Homenagem prestada no Período do Expediente da Sessão de 12.02.2009)

Sessão: 10.02.2009

Requerimento nº 18, de 2009, do Senador João Vicente Claudino e de outros Srs. Senadores, solicitando a realização da sessão especial destinada a homenagear os 186 anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, no Estado do Piauí, preferencialmente no dia 11 de março de 2009.

Sessão: 19.02.2009

Requerimento nº 43, de 2009, do Senador Aloizio Mercadante e de outros Srs. Senadores, solicitando a realização da sessão especial a realizar-se no dia 30 de abril vindouro, destinada a comemorar os 90 anos de criação da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Sessão: 19.02.2009

IV – REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO APROVADOS PELA MESA

Total	3
-------------	---

Requerimento nº 1.393, de 2008, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda, sobre os pagamentos efetuados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, desde 2003 em relação à dívida contratual que os mesmos têm com a União.

(Aprovado na 1ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 12.02.2009)

Requerimento nº 1400, de 2008, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre as entidades filantrópicas com receita superior a R\$ 2,4 milhões, que foram objeto de fiscalização tributária.

(Aprovado na 1ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 12.02.2009)

Requerimento nº 1.401, de 2008, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, "a", 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, informações sobre as entidades filantrópicas.

(Aprovado na 1ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 12.02.2009)

V – REQUERIMENTOS DE TRAMITAÇÃO CONJUNTA APROVADOS PELA MESA

Total	4
-------------	---

Requerimento nº 1.658, de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs. 30 e 421, de 2008, visto disciplinarem a mesma matéria relativa ao regime de progressão da pena.

(Aprovado na 1ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 12.02.2009)

Requerimento nº 1;689, de 2008, de autoria do Senador Lobão Filho, solicitando tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, com o Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2008-Complementar.

(Aprovado na 1ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 12.02.2009)

Requerimento nº 4, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 325 e 356, de 2008.

(Aprovado na 1ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 12.02.2009)

Requerimento nº 5, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 475 e 22, de 2008.

(Aprovado na 1ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 12.02.2009)

VI – REQUERIMENTOS DE DESAPENSAMENTO APROVADOS PELA MESA

Total4

Requerimento nº 1.601, de 2008, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Junior, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2008, que tramita em conjunto com as de nºs 6, de 2000, 28, 31, 34, 47, 52 e 72, de 2003; 25 e 50, de 2004; 32 e 48, de 2005; 1, 4, 24, 28, 29, 28, 30 e 47, de 2006; 9, 54, 62, 64, 71 e 77 de 2007; 8, 9, 11 e 12, de 2008.

(Aprovado na 1ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 12.02.2009)

Requerimento nº 1.632, de 2008, de autoria do Senador Renato Casagrande, solicitando, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2006, dos PLS nºs. 3 e 153, de 2007.

(Aprovado na 1ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 12.02.2009)

Requerimento nº 1.639, de 2008, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2007, das Propostas de Emenda à

Constituição n°s 50, 63, 68, 73 e 83, de 2003; 27, 29 e 52, de 2004; 42 e 68, de 2005; 5 e 27, de 2006; 13, 32, 70 e 97, de 2007; 6, 30 e 34, de 2008.

(Aprovado na 1ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 12.02.2009)

Requerimento nº 1.640, de 2008, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando, nos termos regimentais, o desapensamento do PLS 197, de 2007, dos Projetos de Lei da Câmara n°s. 97, de 2003; e 69, 110, de 2006, com os Projetos de Lei do Senado n°s. 310 e 315, de 1999; 67, de 2002; 134, 135, 154, 204, 311, 338, 378, 438, 457 e 508, de 2003; 13, 113, 196, 199, 225, 227 e 267 de 2004; 3, 204, 280, 301, 307, 339, 344, 357, 378 e 383, de 2005; 55, 59, 65, 105, 159, 162, 167, 197 e 283, de 2006; 61, 197, 239, 287, 327, 496, 537, 552 e 689, de 2007; 7, 148, 149, 220 e 270, de 2008.

(Aprovado na 1ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 12.02.2009)

VII – REQUERIMENTO DE PRORROGAÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Total	1
-------------	---

Requerimento nº 93, de 2009, da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a utilização da Internet na prática de crimes de “pedofilia”, bem como a relação desses crimes com o crime organizado, solicitando, em aditamento aos **Requerimentos n°s 200 e 818, de 2008**, a prorrogação do prazo de seu funcionamento por 180 (cento e oitenta) dias.

Sessão: 16.02.2009

VIII - MATÉRIAS REJEITADAS

Total	2
-------------	---

Projeto de Lei do Senado nº 534, de 2007, do Senador Marconi Perillo, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no município de Anápolis, no Estado de Goiás

Sessão: 25.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 560, de 2007, do Senador Valter Pereira, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Ponta Porã, no Estado do Mato Grosso do Sul.

Sessão: 25.02.2009

IX – REQUERIMENTOS DE LICENÇA

Total	44
-------------	----

Observações:

Art. 13 – licença / representação a serviço da Casa / missão política ou cultural de interesse parlamentar.

Art. 40 - representação da Casa / missão no País ou no exterior.

Art. 43, I - tratamento de saúde.

Art. 43, II - interesse particular.

Requerimento nº 1, de 2009-M, Senador Cristovam Buarque - art. 13 - 14 a 22/02/2009.

Requerimento nº 2, de 2009-M, Senador Lobão Filho - art. 43, II - 10 a 12/02/2009.

Requerimento nº 3, de 2009-M, Senadora Marina Silva - art. 13 - 10/02/2009.

Requerimento nº 4, de 2009-M, Senador Delcídio Amaral - art. 13 - 10, 11 e 12/02/2009.

Requerimento nº 5 de 2009-M, Senador Renan Calheiros - art. 13 - 10/02/2009.

Requerimento nº 6, de 2009-M, Senador Flávio Arns - art. 13 - 12/02/2009.

Requerimento nº 7, de 2009-M, Senador Mário Couto - art. 13 - 12/02/2009.

Requerimento nº 8, de 2009-M, Senador Marconi Perillo - art. 43, II – 11 a 14/02/2009.

Requerimento nº 9, de 2009-M, Senador Tião Viana - art. 13 - 12/02/2009.

Requerimento nº 10, de 2009-M, Senador João Tenório - art. 13 – 11 e 12/02/2009.

Requerimento nº 11, de 2009-M, Senador Sérgio Guerra - art. 13 - 12/02/2009.

Requerimento nº 12, de 2009-M, Senador Expedito Júnior - art. 13 - 12/02/2009.

Requerimento nº 13 de 2009-M, Senador Romero Jucá - art. 13 – 12 e 13/02/2009.

Requerimento nº 14, de 2009-M, Senador Inácio Arruda - art. 13 - 12/02/2009.

Requerimento nº 15, de 2009-M, Senador Raimundo Colombo - art. 13 - 12/02/2009.

Requerimento nº 16, de 2009-M, Senador Fernando Collor - art. 13 - 12/02/2009.

Requerimento nº 17, de 2009-M, Senadora Kátia Abreu - art. 13 - 12/02/2009.

Requerimento nº 18, de 2009-M, Senadora Fátima Cleide - art. 13 - 12/02/2009.

Requerimento nº 19, de 2009-M, Senador Jayme Campos - art. 13 - 17, 18 e 19/02/2009.

Requerimento nº 20, de 2009-M, Senador Tião Viana - art. 43, II - 17, 18, 19, 25 e 26/02/2009.

Requerimento nº 21, de 2009-M, Senador Delcídio Amaral - art. 13 - 17, 18 e 19/02/2009.

Requerimento nº 22, de 2009-M, Senador Paulo Duque - art. 13, 17/02/2009.

Requerimento nº 23, de 2009-M, Senador João Tenório - art. 13 - 17 a 19/02/2009.

Requerimento nº 24, de 2009-M, Senador Mário Couto - art. 13 - 17 a 19/02/2009.

Requerimento nº 25, de 2009-M, Senador Wellington Salgado de Oliveira - art. 13 - 17/02/2009.

Requerimento nº 26, de 2009-M, Senadora Kátia Abreu - art. 13 - 17/02/2009.

Requerimento nº 27, de 2009-M, Senador Aloizio Mercadante - art. 43, II - 19/02/2009.

Requerimento nº 28, de 2009-M, Senador Jefferson Praia - art. 13 - 03 a 08/03/2009.

Requerimento nº 29, de 2009-M, Senador Paulo Duque - art. 13 - 18/02/2009.

Requerimento nº 30, de 2009-M, Senador Lobão Filho - art. 43, II - 17 a 19/02/2009.

Requerimento nº 31, de 2009-M, Senadora Fátima Cleide - art. 13 - 18/02/2009.

Requerimento nº 32, de 2009-M, Senador Sérgio Guerra - art. 13 - 19/02/2009.

Requerimento nº 33, de 2009-M, Senadora Ideli Salvatti - art. 13 - 19/02/2009.

Requerimento nº 34, de 2009-M, Senador Gim Argello - art. 13 - 19 a 27/02/2009.

Requerimento nº 35, de 2009-M, Senador Raimundo Colombo - art. 13 - 19/02/2009.

Requerimento nº 36, de 2009-M, Senador Expedito Júnior - art. 13 - 19/02/2009.

Requerimento nº 37, de 2009-M, Senador Jarbas Vasconcelos - art. 13 - 19/02/2009.

Requerimento nº 38, de 2009-M, Senador Mozarildo Cavalcanti - art. 43, I - 17/02/2009.

Requerimento nº 39, de 2009-M, Senador Inácio Arruda - art. 13 - 19/02/2009.

Requerimento nº 40, de 2009-M, Senador Eliseu Resende - art. 13 - 19/02/2009.

Requerimento nº 41, de 2009-M, Senador Paulo Duque - art. 13 - 19/02/2009.

Requerimento nº 42, de 2009-M, Senadora Fátima Cleide - art. 13 - 19/02/2009.

Requerimento nº 43, de 2009-M, Senador Valter Pereira - art. 43, II - 19/02/2009.

Requerimento nº 44, de 2009-M, Senador João Ribeiro - art. 13 - 19/02/2009.

Requerimento nº 45, de 2009-M, Senador João Pedro - art. 43, I - 19/02/2009.

X - REQUERIMENTOS PARA DESEMPENHO DE MISSÃO

X.1– Aprovados pelo Plenário

Total	10
-------------	----

Observação:

Art. 40 – Representação da Casa / missão no País ou no exterior

Requerimento nº 28, de 2009, Senadora Ideli Salvatti - de 6 a 14/02/2009 - Designação da Presidência do Senado Federal para integrar, como representante da Casa, a Comitativa Oficial do Governo do Estado de Santa Catarina, que participará de reuniões com os membros do World Trade & Tourism Council - WTTC, a realizar-se na cidade de Dubai, Emirados Árabes Unidos.

Sessão: 10.02.2009

Requerimento nº 29, de 2009, Senador Neuto de Conto - de 6 a 15/02/2009 - Designação da Presidência do Senado Federal para integrar, como representante da Casa, a Comitativa Oficial do Governo do Estado de Santa Catarina, que participará de reuniões com os membros do World Trade & Tourism Council - WTTC, a realizar-se na cidade de Dubai, Emirados Árabes Unidos.

Sessão: 10.02.2009

Requerimento nº 30, de 2009 - Senadora Marisa Serrano - 8 a 11/02/2009 - Participação na Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 10.02.2009

Requerimento nº 31, de 2009 - Senador Aloizio Mercadante - 8 a 11/02/2009 - Participação na Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 10.02.2009

Requerimento nº 32, de 2009 - Senador Romeu Tuma - 6 a 11/02/2009 - Participação na Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 10.02.2009

Requerimento nº 33, de 2009 - Senador Pedro Simon - 7 a 11/02/2009 - Participação na Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 10.02.2009

Requerimento nº 34, de 2009 - Senador Geraldo Mesquita Júnior - 8 a 11/02/2009 - Participação na Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 10.02.2009

Requerimento nº 35, de 2009 - Senador Inácio Arruda - 9 a 11/02/2009 - Participação na Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 10.02.2009

Requerimento nº 115, de 2009 - Senador Eduardo Suplicy - 26/02/2009 a 04/03/2009 - Participação, como representante do Senado Federal, no VIII Congresso da Rede USBIG (USBIG Network), em Nova York, EUA, e no XI Encontro Internacional de Economistas sobre Globalização e Problemas de Desenvolvimento, em Havana, Cuba.

Sessão: 19/02/2009.

Requerimento nº 116, de 2009 - Senador Marconi Perillo - 19 a 27/02/2009 - Visita Oficial, como representante do Senado Federal, aos Parlamentos da França e de Luxemburgo.

Sessão: 19/02/2009.

X.2 - Deferido pelo Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 41 do Regimento Interno

Total	1
-------------	---

Requerimento nº 122, de 2009, Senador Inácio Arruda – 25 a 28/02/2009 – Participação, como representante do Senado Federal, no II Congresso Nacional do Pólo Democrático Alternativo, Bogotá, Colômbia.

Sessão: 26.02.2009

X – OUTRAS DELIBERAÇÕES

Total	59
-------------	----

Requerimento nº 11, de 2008, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando, nos termos do artigo 218, II, combinado com o artigo 221, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do ex-Prefeito de Fortaleza Dr. Juraci Magalhães, ocorrido no dia 21 de janeiro de 2009, na capital cearense.

Sessão: 06.02.2009

Requerimento nº 12, de 2009, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando, com fundamento no disposto nos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Juraci Magalhães, ex-Prefeito de Fortaleza - CE, ocorrido no dia 21 de janeiro de 2009.

Sessão: 06.02.2009

Requerimento nº 20, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando, nos termos dos arts. 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento ocorrido no dia 30 de janeiro de 2009 do engenheiro e empresário João Augusto Conrado Gurgel.

Sessão: 06.02.2009

Requerimento nº 21, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família e ao Estado de Santa Catarina, pelo falecimento do empresário Antônio Edmundo Pacheco, Presidente da Federação do Comércio de Santa Catarina.

Sessão: 06.02.2009

Requerimento nº 22, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando, nos termos da Lei, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento ocorrido no dia 03 de fevereiro de 2009, de Pietro de Albuquerque.

Sessão: 06.02.2009

Requerimento nº 23, de 2009, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos regimentais a inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do filho do Deputado Federal Beto Albuquerque, Pietro Albuquerque.

Sessão: 06.02.2009

Requerimento nº 24, de 2009, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando, com fundamento no disposto nos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual Gaúcho Cândido Norberto.

Sessão: 06.02.2009

Requerimento nº 25, de 2009, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando, com fundamento no disposto nos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual e Federal do Rio Grande do Sul, Sr. Henrique Henkin, ocorrido no dia 24 de janeiro de 2009.

Sessão: 06.02.2009

Requerimento nº 36, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando, nos termos da lei, inserção em ata de voto de Pesar à família de Michelle Splitter, jogadora de basquete catarinense, irmã do pivô Tiago Splitter, da Seleção Brasileira e do Tau Cerâmica, da Espanha, falecida no dia 02 de fevereiro de 2009, em Campinas-SP, vítima de leucemia

Sessão: 06.02.2009

Requerimento nº 37, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando, nos termos regimentais, a inserção em Ata de Voto de Pesar à família de Antônio Edmundo Pacheco pelo seu falecimento, ocorrido no dia 02 de fevereiro de 2009.

Sessão: 06.02.2009

Requerimento nº 38, de 2009, de autoria do Senador Mão Santa e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do ex-Senador Chagas Rodrigues, ocorrido no dia 7 de fevereiro de 2009.

Sessão: 09.02.2009

Requerimento nº 39, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando, nos termos dos arts. 218, inciso VII, e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do ex-Senador Chagas Rodrigues, ocorrido no dia 7 de fevereiro de 2009.

Sessão: 09.02.2009

Requerimento nº 40, de 2009, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família; à Acumuladores Moura S/A; às Federações do Comércio e da Indústria de Pernambuco; e à Prefeitura Municipal de Belo Jardim pelo falecimento do engenheiro químico e empresário Edson Mororó Moura, ocorrido no dia 15 de janeiro de 2009, em Jaboatão dos Guararapes, região metropolitana do Recife, Pernambuco.

Sessão: 09.02.2009

Requerimento nº 44, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes, que assume a Presidência no Tribunal de Justiça do Pará.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 45, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, seja consignado nos anais desta Casa voto de louvor aos homens e mulheres integrantes do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 46, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, seja consignado nos anais desta Casa voto de louvor aos homens e mulheres integrantes da Polícia Militar de Santa Catarina.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 47, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, seja consignado nos anais desta Casa voto de aplauso à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil pela iniciativa da Campanha da Fraternidade 2009 que tem como tema o combate a indiferença em relação à corrupção na política.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 56, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado nos anais desta Casa voto de louvor aos integrantes da Defesa Civil de Santa Catarina pela sua dedicação sem limites durante a ocorrência dos eventos desencadeados pela calamidade pública que se instalou naquele Estado.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 57, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento da professora Geminiana Bulcão Bringel, ocorrido no dia 14 de janeiro de 2009, em Parintins-AM.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 58, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do jornalista e advogado Ayrton Pinheiro de Almeida, ocorrido no dia 29 de janeiro de 2009, em Brasília-DF.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 59, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, seja consignado nos anais da Casa voto de pesar pelo falecimento do Engenheiro João Augusto Conrado do Amaral Gurgel, ocorrido em 30 de janeiro de 2009.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 60, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do jornalista e advogado Edísio Gomes de Matos, ocorrido no dia 09 de janeiro de 2009, em Brasília-DF.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 61, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pela morte de passageiros e tripulantes do avião Bandeirante, da Manaus Táxi Aéreo, que caiu no Rio Manacapuru, Amazonas, dia 7 de fevereiro de 2009.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 62, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso a Karenz Jonz, pela conquista do bicampeonato mundial feminino de skate vertical.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 63, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao jornal semanário Gazeta do RIO PARDO, da cidade de São José do Rio Pardo - SP, por haver completado seu centenário de fundação no dia 3 de janeiro de 2009.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 64, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Desembargador Manoel Alberto Rebelo dos Santos, pela sua posse, em 3 de fevereiro de 2009, no cargo de Diretor-Geral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 65, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Desembargadora Valéria Garcia da Silva Maron, pela sua posse, em 3 de fevereiro de 2009, no cargo de Terceira Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 66, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Desembargador Paulo Roberto Leite Ventura, pela sua posse, em 3 de fevereiro de 2009, no cargo de Segundo Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 67, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Desembargador Antonio Eduardo Ferreira Duarte, pela sua posse, em 3 de fevereiro de 2009, no cargo de Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 68, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Desembargador Roberto Wider, pela sua posse, em 3 de fevereiro de 2009, no cargo de Corregedor-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 69, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Desembargador Luiz Zveiter, pela sua posse, em 3 de fevereiro de 2009, na Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 71, de 2009, de autoria do Senador Gim Argello, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de Congratulações à equipe de basquetebol brasiliense Universo BRB Financeira Brasília, pela conquista do campeonato denominado Liga das Américas de Basquete, realizado em 8 de fevereiro de 2009 na cidade de Xalapa, Capital do Estado de Veracruz, no México.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 72, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado nos anais desta Casa voto de aplauso ao Movimento "Todos pela Educação", e que seja levado ao conhecimento dos Coordenadores do referido movimento.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 73, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao doutorando em Sociologia Marcelo Seráfico, pela defesa, em janeiro, na UFRS, de tese acadêmica sobre a Zona Franca de Manaus.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 74, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Desembargadora Albanira Lobato Bemeruy, pela atuação competente e ética na Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, biênio 2007-2009.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 78, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos do art. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido ao Plenário, seja consignado nos anais da Casa voto de pesar pelo falecimento do Sr. Elias Salame da Silva.

Sessão: 11.02.2008

Requerimento nº 79, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos do art. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido ao Plenário, seja consignado nos anais da Casa voto de pesar pelo falecimento do Sr. Max Martins da Rocha.

Sessão: 11.02.2008

Requerimento nº 81, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Lobato Rodrigues, ocorrido no dia 19 de janeiro de 2009, em Valência, Espanha.

Sessão: 11.02.2008

Requerimento nº 82, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Marinha do Brasil pelos relevantes serviços de assistência médica prestados aos Ribeirinhos do Amazonas.

Sessão: 11.02.2008

Requerimento nº 85, de 2009, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos dos arts. 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Senador, ex-Deputado e ex-governador do Piauí, Chagas Rodrigues, ocorrido no dia 07 de fevereiro de 2009.

Sessão: 11.02.2008

Requerimento nº 86, de 2009, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Senhores Senadores, solicitando, com fundamento no disposto no artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Louvor aos 100 anos do jornal Correio Riograndense, da cidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul.

Sessão: 11.02.2008

Requerimento nº 87, de 2009, de autoria do Senador Álvaro Dias, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de Voto de Aplauso à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná - Fetiep, pelo 60º aniversário de fundação da entidade.

Sessão: 16.02.2008

Requerimento nº 90, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando, nos termos do inciso II art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do Padre Simões, intransigente defensor do Patrimônio Histórico e Cultural, pároco da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, em Ouro Preto, Minas Gerais, ocorrido no dia 20 de janeiro de 2009, na capital mineira.

Sessão: 16.02.2008

Requerimento nº 91, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando, nos termos do inciso II art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, aos 82 anos, do filantropo e humanista Célio Trópia, ocorrido no dia 19 de janeiro 2009, na capital mineira.

Sessão: 16.02.2008

Requerimento nº 92, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando, nos termos do inciso II do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ambientalista Hugo Werneck, aos 89 anos, ocorrido no dia 20 de dezembro de 2008, na capital mineira.

Sessão: 16.02.2008

Requerimento nº 95, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Louvor à União dos Escoteiros do Brasil (UEB), presidida pelo Vereador Paulo Salamuni, pela realização do 4º Jamboree Nacional Escoteiro, realizado em Foz do Iguaçu - PR.

Sessão: 17.02.2008

Requerimento nº 101, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor a Sr^a Lourença da Cunha, catadora de lixo em São Paulo.

Sessão: 17.02.2008

Requerimento nº 104, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Júlio Lira Neto, líder comunitário e militante político em Presidente Figueiredo, Amazonas, ocorrido em 15 de fevereiro de 2009.

Sessão: 17.02.2008

Requerimento nº 105, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Desembargador João José da Silva Maroja, que assume a presidência do Tribunal Eleitoral do Pará para o biênio 2009/2011.

Sessão: 17.02.2008

Requerimento nº 106, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Congratulações ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará pela homenagem prestada ao jurista Dr. Daniel Coelho de Souza, dando seu nome ao Fórum Cível da Comarca da Capital do Tribunal de Justiça daquele estado.

Sessão: 17.02.2008

Requerimento nº 108, de 2009, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Luiza Carlos de Assis, mãe do ex-Deputado Federal Narciso Mendes de Assis, ocorrido no dia 17 de fevereiro de 2009, em Natal, Rio Grande do Norte.

Sessão: 18.02.2008

Requerimento nº 110, de 2009, de autoria do Senador Papaléo Paes, solicitando, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar e apresentação de condolências à família e ao Conselho Regional de Medicina do Amapá pelo falecimento do médico Benedito Carrera Bahia, ocorrido no dia 18 de fevereiro de 2009, em Macapá.

Sessão: 18.02.2008

Requerimento nº 113, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento, no dia 12 de janeiro de 2009, do futebolista Albino Friaça Cardoso, o famoso atacante Friaça.

Sessão: 18.02.2008

Requerimento nº 114, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao astrônomo brasileiro Augusto Damineli, que previu o apagão da hipergigante estrela Eta Carina, confirmado em 12 de fevereiro de 2009.

Sessão: 18.02.2008

Requerimento nº 118, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, voto de congratulações ao Desembargador Doorgal Andrada, pela posse no Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Sessão: 18.02.2008

Requerimento nº 119, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Guilherme Duncan.

Sessão: 19.02.2009.

Requerimento nº 124, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso à Caixa Econômica Federal.

Sessão: 26.02.2009.

Requerimento nº 125, de 2009, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando voto de pesar pelo falecimento do advogado Osires Lopes Filho

Sessão: 27.02.2009.

Requerimento nº 126, de 2009, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando voto de pesar pelo falecimento do engenheiro Geraldo de Magalhães Melo.

Sessão: 27.02.2009.

B - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

SESSÕES REALIZADAS (2 a 28 de fevereiro de 2009)

Sessão	Data/Hora/Local	Finalidade
Conjunta Solene	2-2-2009, às 16 horas, Plenário da Câmara dos Deputados	Destinada à instalação dos trabalhos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº	Assunto
1/2009 (public. no DOU de 10-2-2009)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 16 de fevereiro de 2009, a vigência da Medida Provisória nº 445, de 06 de novembro de 2008, que "Dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal".
2/2009 (public. no DOU de 16-2-2009)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 26 de fevereiro de 2009, a vigência da Medida Provisória nº 447, de 14 de novembro de 2008, que "Altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, para alterar o prazo de pagamento dos impostos e contribuições federais que especifica".

**CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL**

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 97/2009- CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada no dia 25-2-2009, o PL nº 1, de 2009-CN, e foi despachado à CMO.
Of. nº 95/2009- CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que encaminhou à publicação o Aviso nº 154-GP/TCU/2009, do Presidente do TCU, e encaminhou a matéria à CMO.
Of. nº 94/2009- CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Encaminhando, nos termos do disposto no art. 142 do Regimento Comum, anexo ao processado da Mensagem nº 40, de 2007-CN, o Parecer nº 2, de 2009-CN, da CMO, que conclui pela apresentação de dois projetos de decreto legislativo, que "Aprova as Contas do Governo Federal no Exercício de 2006" e que "Sobresta a apreciação das contas dos dirigentes da Câmara dos Deputados, Senado Federal, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Justiça Federal de primeiro e segundo graus, Conselho da Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, Justiça Militar, Justiça do Distrito Federal e Territórios e Ministério Público da União, relativos ao Exercício de 2006, em virtude da medida cautelar do Supremo Tribunal Federal concedida na sede da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2238", para terem suas tramitações iniciadas nessa Casa do Congresso Nacional. Encaminhando, também, o processado do Aviso nº 18, de 2007-CN, de autoria do TCU, referente à matéria.
Of. nº 88/2009- CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi autuado, por solicitação do Presidente da CMO, e lido na sessão do Senado Federal realizada em 16 de fevereiro do corrente, o Aviso nº 3, de 2009-CN (nº 56-Seses-TCU/2009, na origem), do Presidente do TCU, e retorna à CMO.
Of. nº 76/2009- CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República adotou, no dia 10-2-2009, e publicou no dia 11 do mesmo mês e ano, as Medidas Provisórias nºs 457 e 458, de 2009. Que foi constituída a Comissão Mista e estabelecido o calendário para tramitação da Medida Provisória.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 75/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	<p>Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 13, de 2009-CN (nº 48/2009, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2008 (oriundo da Medida Provisória nº 441, de 2008), "Dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, de que trata o art. 2º da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, da Carreira de Tecnologia Militar, de que trata a Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, dos cargos do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - Grupo DACTA, de que trata a Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002, dos empregos públicos do Quadro de Pessoal do Hospital das Forças Armadas - HFA, de que trata a Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001, da Carreira de Supervisor Médico-Pericial, de que trata a Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, do Plano de Carreiras e Cargos da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, de que trata a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, dos Policiais e Bombeiros Militares dos Ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal, de que trata a Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, do Plano Especial de Cargos da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, do Plano Especial de Cargos da Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Classificação de Cargos, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União - GIAPU, de que trata a Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005, das Carreiras da área de Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do FNDE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do INEP, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, dos Juizes do Tribunal Marítimo, de que trata a Lei nº 11.319, de 6 de julho de 2006, do Quadro de Pessoal da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, da Carreira do Seguro Social, de que trata a Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, de que trata a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, do Quadro de Pessoal da AGU, de que trata a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, da Tabela de Vencimentos e da Gratificação de Desempenho de Atividade dos Fiscais Federais Agropecuários, de que trata a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATFA, de que trata a Lei nº 10.484, de 3 de julho de 2002, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário - GDAPA, de que trata a Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária - GDARA, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDPST, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras, de que tratam as Leis nºs 10.768, de 19 de novembro de 2003, 10.871, de 20 de maio de 2004, 10.882, de 9 de junho de 2004, e 11.357, de 19 de outubro de 2006, da Gratificação Temporária das Unidades Gestoras dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006; dispõe sobre a instituição da Gratificação Específica de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos - GEPR, da Gratificação Específica, da Gratificação do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - GSISP, da Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo - GAEG e do Adicional por Plantão Hospitalar; dispõe sobre a remuneração dos beneficiados pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, dispõe sobre a estruturação da Carreira de Perito Médico Previdenciário, no âmbito do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Evandro Chagas e do Centro Nacional de Primatas e do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda; reestrutura a Carreira de Agente Penitenciário Federal, de que trata a Lei nº 10.693, de 25 de junho de 2003; cria as Carreiras de Especialista em Assistência Penitenciária e de Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária; altera as Leis nºs 9.657, de 3 de junho de 1998, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 10.551, de 13 de novembro de 2002, 10.225, de 15 de maio de 2001, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 8.691, de 28 de julho de 1993, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 10.483, de 3 de julho de 2002, 10.355, de 26 de dezembro de 2001, 11.457, de 16 de março de 2007, 11.356, de 19 de outubro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.090, de 7 de janeiro de 2005, 11.095, de 13 de janeiro de 2005, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.319, de 6 de julho de 2006, 10.855, de 1º de abril de 2004, 11.046, de 27 de dezembro de 2004, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.883, de 16 de junho de 2004, 10.484, de 3 de julho de 2002, 10.550, de 13 de novembro de 2002, 10.871, de 20 de maio de 2004, 10.768, de 19 de novembro de 2003, 10.882, de 9 de junho de 2004, 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga dispositivos das Leis nºs 8.829, de 22 de dezembro de 1993, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.657, de 3 de junho de 1998, 10.479, de 28 de junho de 2002, 10.484, de 3 de julho de 2002, 10.551, de 13 de novembro de 2002, 10.882, de 9 de junho de 2004, 10.907, de 15 de julho de 2004, 10.046, de 27 de dezembro de 2004, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.319, de 6 de julho de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências". Solicitando a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.</p>

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 74/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 7, de 2009-CN (nº 26/2009, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2006 (nº 7.227/2006, na Câmara dos Deputados), que "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para prever a videoconferência como regra no interrogatório judicial". Solicitando a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 73/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 6, de 2009-CN (nº 20/2009, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2008 (nº 7.568/2006, na Casa de origem), que "Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências". Solicitando a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 72/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 5, de 2009-CN (nº 6/2009, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 1995 (nº 2.084/1991, na Casa de origem), que "Dispõe sobre a profissão de Bombeiro Civil e dá outras providências". Solicitando a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 71/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 4, de 2009-CN (nº 5/2009, na origem), na qual comunica haver vetado integralmente o Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2002-Complementar (nº 183/2001-Complementar, na Casa de origem), que "Altera a Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003". Solicitando a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 70/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 3, de 2009-CN (nº 4/2009, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2006-Complementar (nº 184/2004-Complementar, na Casa de origem), que "Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, estabelece sua missão institucional, natureza jurídica, objetivos, área de atuação, instrumentos de ação, altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências". Solicitando a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 69/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 2, de 2009-CN (nº 3/2009, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei do Senado nº 679, de 2007 (nº 4.361/2008, na Câmara dos Deputados), que "Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para prever a possibilidade de realização de interrogatório e outros atos processuais por sistema de videoconferência, e dá outras providências". Solicitando a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 68/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 1, de 2009-CN (nº 1/2009, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), que "Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003". Solicitando a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 67/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 198, de 2008-CN (nº 1.045/2008, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2005 (nº 2.462/2000, na Casa de origem), que "Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Serra da Meruoca, no Estado do Ceará, e dá outras providências". Solicitando a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 66/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 197, de 2008-CN (nº 1.044/08, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2008 (oriundo da Medida Provisória nº 440, de 2008), que "Dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004; das Carreiras da Área Jurídica, de que trata a Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006; das Carreiras de Gestão Governamental, de que trata a Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; das Carreiras do Banco Central do Brasil - BACEN, de que trata a Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998; e da Carreira de Diplomata, de que trata a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006; cria o Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP, o Plano de Carreiras e Cargos da CVM e o Plano de Carreiras e Cargos do IPEA; dispõe sobre a remuneração dos titulares dos cargos de Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, de que trata a Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998, e dos integrantes da Carreira Policial Civil dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima de que trata a Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, sobre a criação de cargos de Defensor Público da União e a criação de cargos de Analista de Planejamento e Orçamento, e sobre o Sistema de Desenvolvimento na Carreira - SIDE; altera as Leis nºs 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.358, de 19 de outubro de 2006, e 9.650, de 27 de maio de 1998, 11.457, de 16 de março de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, das Leis nºs 9.650, de 27 de maio de 1998, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.094, de 13 de janeiro de 2005, 11.344, de 8 de setembro de 2006, e 11.356, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências". Solicitando a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 65/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 196, de 2008-CN (nº 1.043/2008, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2007 (nº 1.140/2003, na Casa de origem), que "Regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal - TSB e de Auxiliar em Saúde Bucal - ASB". Solicitando a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 64/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 194, de 2008-CN (nº 1.035/2008, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2008 (oriundo da Medida Provisória nº 442, de 2008), "Dispõe sobre operações de redesconto pelo Banco Central do Brasil, autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil - LAM, altera a Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, e dá outras providências". Solicitando a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 63/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 193, de 2008-CN (nº 1.028/2008, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 2008 (nº 2.550/2008, na Casa de origem), que "Dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região". Solicitando a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 62/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada dia 11 de fevereiro do corrente, o Aviso nº 2, de 2009-CN (nº 7/BCB-Presi, de 30 de janeiro de 2009), do Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando ao Congresso Nacional Relatório trimestral sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas por aquela Instituição, referentes ao 4º trimestre de 2008, conforme determina o art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008.
Of. nº 41/2009-CN	Dep. Mendes Ribeiro Filho – Presidente da CMO	Comunicando que a Presidência recebeu, no prazo estabelecido do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, o Recurso nº 1, de 2009-CN, para que o Aviso nº 20, de 2008-CN, seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional.
Of. nº 40/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que a Presidência recebeu, no prazo estabelecido do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, o Recurso nº 1, de 2009-CN, para que o Aviso nº 20, de 2008-CN, seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional.
Of. nº 39/2009-CN	Dep. Mendes Ribeiro Filho – Presidente da CMO	Comunicando que a Presidência recebeu, no prazo estabelecido do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, o Recurso nº 2, de 2009-CN, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 16,, de 2008-CN, seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional.
Of. nº 38/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que a Presidência recebeu, no prazo estabelecido do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, o Recurso nº 2, de 2009-CN, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 16,, de 2008-CN, seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional.
Of. nº 35/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi autuado e lido na sessão do Senado Federal realizada no dia 6-2-2009, o Aviso nº 1, de 2009-CN (nº 27-Seses-TCU/2009, na origem), do Presidente do TCU, e retorna à CMO.
Of. nº 34/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Solicitando, de acordo com os arts. 5º, 6º e 7º da Resolução nº 1, de 2006-CN, e da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação dos membros da Câmara dos Deputados, que integrarão a CMO.
Of. nº 33/2009-CN	Sen. José Nery Líder do PSOL	Solicitando, de acordo com os arts. 5º, 6º e 7º da Resolução nº 1, de 2006-CN, a indicação do nome de 1 (um) membro do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, que integrará a CMO.
Of. nº 32/2009-CN	Sen. Osmar Dias Líder do PDT	Solicitando, de acordo com os arts. 5º, 6º e 7º da Resolução nº 1, de 2006-CN, a indicação do nome de 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente do Partido Democrático Trabalhista – PDT, que integrarão a CMO.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 31/2009-CN	Sen. Gim Argello Líder do PTB	Solicitando, de acordo com os arts. 5º, 6º e 7º da Resolução nº 1, de 2006-CN, a indicação do nome de 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, que integrarão a CMO.
Of. nº 30/2009-CN	Sen. Arthur Virgílio Líder do PSDB	Solicitando, de acordo com os arts. 5º, 6º e 7º da Resolução nº 1, de 2006-CN, a indicação dos nomes de 1 (um) membro titular e igual número de suplente, referente à participação do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB no Bloco Parlamentar da Minoria – (DEM/PSDB) na CMO.
Of. nº 29/2009-CN	Sen. José Agripino Líder do DEM	Solicitando, de acordo com os arts. 5º, 6º e 7º da Resolução nº 1, de 2006-CN, a indicação dos nomes de 2 (dois) membros titulares e igual número de suplentes, referente à participação do Democratas - DEM no Bloco Parlamentar da Minoria – (DEM/PSDB) na CMO.
Of. nº 28/2009-CN	Sen. Aloizio Mercadante Líder do Bloco de Apoio ao Governo	Solicitando a V. Exª, de acordo com os arts. 5º, 6º e 7º da Resolução nº 1, de 2006-CN, a indicação dos nomes de 2 (dois) membros titulares e igual número de suplentes do Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PCdoB/PRB), que integrarão a CMO.
Of. nº 27/2009-CN	Sen. Renan Calheiros Líder do Bloco da Maioria (PMDB/PP)	Solicitando, de acordo com os arts. 5º, 6º e 7º da Resolução nº 1, de 2006-CN, a indicação dos nomes de 2 (dois) membros titulares e 2 (dois) membros suplentes do Bloco da Maioria (PMDB/PP), que integrarão a CMO.
Of. nº 26/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Tendo em vista a Resolução nº 2, de 2007, do Congresso Nacional, que “Cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas - FIPA”, e nos termos da Resolução nº 2, de 2000, do Congresso Nacional, solicitando a indicação dos membros dessa Casa do Congresso Nacional, que integrarão a referida Comissão.
Of. nº 25/2009-CN	Sen. José Nery Líder do PSOL	Tendo em vista a Resolução nº 2, de 2007, do Congresso Nacional, que “Cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas - FIPA”, e nos termos da Resolução nº 2, de 2000, do Congresso Nacional, solicitando a indicação dos nomes de 1 (um) membro titular e igual número de suplente do Partido Socialismo e Liberdade – (PSOL), que integrarão a referida Comissão.
Of. nº 24/2009-CN	Sen. Osmar Dias Líder do PDT	Tendo em vista a Resolução nº 2, de 2007, do Congresso Nacional, que “Cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas - FIPA”, solicitando a indicação dos nomes de 1 (um) membro titular e igual número de suplente desse Partido, que integrarão a referida Comissão.
Of. nº 23/2009-CN	Sen. Gim Argello Líder do PTB	Tendo em vista a Resolução nº 2, de 2007, do Congresso Nacional, que “Cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas - FIPA”, solicitando a indicação dos nomes de 1 (um) membro titular e igual número de suplente desse Partido, que integrarão a referida Comissão.
Of. nº 22/2009-CN	Sen. Aloizio Mercadante Líder do Bloco de Apoio ao Governo	Tendo em vista a Resolução nº 2, de 2007, do Congresso Nacional, que “Cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas - FIPA”, solicitando a indicação dos nomes de 2 (dois) membros titulares e igual número de suplentes do Bloco de Apoio ao Governo – (PT/PR/PSB/PCdoB/PRB), que integrarão a referida Comissão.
Of. nº 21/2009-CN	Sen. Renan Calheiros Líder do Bloco da Maioria (PMDB/PP)	Tendo em vista a Resolução nº 2, de 2007, do Congresso Nacional, que “Cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas - FIPA”, solicitando, a indicação dos nomes de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes do Bloco da Maioria (PMDB/PP), que integrarão a referida Comissão.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 20/2009-CN	Sen. Arthur Virgílio Líder do PSDB	Tendo em vista a Resolução nº 2, de 2007, do Congresso Nacional, que "Cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas - FIPA", solicitando a indicação dos nomes de 1 (um) membro titular e igual número de suplente, referente à participação do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB no Bloco Parlamentar da Minoria – (DEM/PSDB), na referida Comissão.
Of. nº 19/2009-CN	Sen. José Agripino Líder do DEM	Tendo em vista a Resolução nº 2, de 2007, do Congresso Nacional, que "Cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas - FIPA", solicitando a indicação dos nomes de 2 (dois) membros titulares e igual número de suplentes, referente à participação do Democratas - DEM no Bloco Parlamentar da Minoria – (DEM/PSDB), na referida Comissão.
Of. nº 18/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Solicitando, de acordo com os arts. 2º, 3º e 4º da Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional, que "Cria, no âmbito do Congresso Nacional, Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC", e da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação dos membros dessa Casa do Congresso Nacional, que integrarão a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.
Of. nº 17/2009-CN	Sen. José Nery Líder do PSOL	Solicitando, de acordo com os arts. 2º, 3º e 4º da Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional, que "Cria, no âmbito do Congresso Nacional, Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC", a indicação do nome de 1 (um) membro do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, que integrará a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, de acordo com a proporcionalidade em anexo.
Of. nº 16/2009-CN	Sen. Osmar Dias Líder do PDT	Solicitando, de acordo com os arts. 2º, 3º e 4º da Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional, que "Cria, no âmbito do Congresso Nacional, Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC", a indicação do nome de 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente do Partido Democrático Trabalhista – PDT, que integrarão a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.
Of. nº 15/2009-CN	Sen. Gim Argello Líder do PTB	Solicitando, de acordo com os arts. 2º, 3º e 4º da Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional, que "Cria, no âmbito do Congresso Nacional, Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC", a indicação do nome de 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, que integrarão a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.
Of. nº 14/2009-CN	Sen. Aloizio Mercadante Líder do Bloco de Apoio ao Governo	Solicitando, de acordo com os arts. 2º, 3º e 4º da Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional, que "Cria, no âmbito do Congresso Nacional, Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC", a indicação dos nomes de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes do Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PCdoB/PRB), que integrarão a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.
Of. nº 13/2009-CN	Sen. Renan Calheiros Líder do Bloco da Maioria (PMDB/PP)	Solicitando, de acordo com os arts. 2º, 3º e 4º da Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional, que "Cria, no âmbito do Congresso Nacional, Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC", a indicação dos nomes de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes do Bloco da Maioria (PMDB/PP), que integrarão a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.
Of. nº 12/2009-CN	Sen. Arthur Virgílio Líder do PSDB	Solicitando, de acordo com os arts. 2º, 3º e 4º da Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional, que "Cria, no âmbito do Congresso Nacional, Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC", a indicação dos nomes de 1 (um) membro titular e igual número de suplente, referente à participação do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB no Bloco Parlamentar da Minoria – (DEM/PSDB) na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.
Of. nº 11/2009-CN	Sen. José Agripino Líder do DEM	Solicitando, de acordo com os arts. 2º, 3º e 4º da Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional, que "Cria, no âmbito do Congresso Nacional, Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC", a indicação dos nomes de 2 (dois) membros titulares e igual número de suplentes, referente à participação do Democratas - DEM no Bloco Parlamentar da Minoria – (DEM/PSDB) na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 10/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Tendo em vista de requerimento de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e outros Senhores Parlamentares, consulta, nos termos do art. 2º do Regimento Comum, sobre a viabilidade de realização de sessão solene do Congresso Nacional, no dia 5 de março de 2009, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, para Comemoração do Dia Internacional da Mulher e agraciamento das vencedoras do Diploma da Mulher Cidadã Bertha Lutz.
Of. nº 9/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República adotou, no dia 30 de janeiro de 2009, e publicou na mesma data, em Edição Extra, a Medida Provisória nº 456, de 2009, que "Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de fevereiro de 2009. Nos termos dos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, e da Resolução nº 2, de 2000-CN, foi constituída a Comissão Mista e estabelecido o calendário para tramitação da Medida Provisória.
Of. nº 8/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República adotou, no dia 28 de janeiro de 2009, e publicou no dia 29 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 455, de 2009, que "Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, e dá outras providências". Nos termos dos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, e da Resolução nº 2, de 2000-CN, foi constituída a Comissão Mista e estabelecido o calendário para tramitação da Medida Provisória.
Of. nº 7/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República adotou, no dia 28 de janeiro de 2009, e publicou no dia 29 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 454, de 2009, que "Dá nova redação aos arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que transfere ao domínio do Estado de Roraima terras pertencentes à União". Nos termos dos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, e da Resolução nº 2, de 2000-CN, foi constituída a Comissão Mista e estabelecido o calendário para tramitação da Medida Provisória.
Of. nº 6/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República adotou, no dia 22 de janeiro de 2009, e publicou no dia 23 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 453, de 2009, que "Constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e dá outras providências". Nos termos dos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, e da Resolução nº 2, de 2000-CN, foi constituída a Comissão Mista e estabelecido o calendário para tramitação da Medida Provisória.
Of. nº 5/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República adotou, no dia 24 de dezembro de 2009, e publicou no dia 26 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 452, de 2009, que "Dá nova redação à Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, que cria o Fundo Soberano do Brasil - FSB, e à Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, que autoriza o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT a executar obras nas rodovias transferidas a entes da Federação, e dá outras providências". Nos termos dos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, e da Resolução nº 2, de 2000-CN foi constituída a Comissão Mista e estabelecido o calendário para tramitação da Medida Provisória.
Of. nº 4/2009-CN	Dep. Rafael Guerra – Primeiro Secretário da Mesa da CD	Encaminhando os originais dos documentos protocolizados na Secretaria da Comissão Representativa do Congresso Nacional, no período de 23-12-2008 a 1º-2-2009.

C – SECRETARIA DE COMISSÕES

Relatório da SSCEPI – Reuniões realizadas – 2 a 28/02/2009

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO - CPI											
Tipo	Nome	Total Reuniões	Req. Aprov.	Nº de Req.	Nº Docs Recebidos	Proposições					
						PEC	PLC	REQ	PLS	Pres	Obs.
CPI	PEDOFILIA RQS 200/2008.	1	19	19	1						

[illegible]

SENADO FEDERAL**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**

ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, CONJUNTA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, COM AS COMISSÕES DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL; DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO-CD; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO-CD; FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE-CD E COM A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO-CN, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 14:00 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 2, ANEXO II DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Às quatorze horas e cinquenta e dois minutos do dia vinte e seis de novembro do ano de dois mil e oito, no Plenário nº 2, Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Mendes Ribeiro Filho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, reúnem-se as Comissões de Assuntos Econômicos, do Senado Federal (CAE/SF); de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA/SF); Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados (CDEIC/CD); e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD), com a presença dos Senadores Delcídio Amaral, titular da CAE/SF e titular da CMO/CN, Serys Slhessarenko, titular da CAE/SF, suplente da CMA/SF e titular da CMO/CN, Neuto de Conto, titular da CAE/SF e titular da CMO/CN, e Marconi Perillo, suplente da CAE/SF, titular da CMA/SF e titular da CMO/CN, e, ainda, dos Deputados Alfredo Kaefer, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Antonio Palocci, titular da CFT/CD, Bernardo Ariston, titular da CDEIC/CD, Carlito Merss, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Carlos Zarattini, titular da CMO/CN, Chico Lopes, suplente da CMO/CN, Dilceu Sperafico, titular da CMO/CN, Dr. Pinotti, titular da CFFC/CD, Dr. Ubiali, titular da CDEIC/CD, Duarte Nogueira, suplente da CFT/CD e suplente da CFFC/CD, Edson Duarte, titular da CMO/CN, Eduardo Amorim, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Felipe Bornier, suplente da CMO/CN, suplente da CDEIC/CD e titular da CFFC/CD, Félix Mendonça, titular da CFT/CD, Guilherme Campos, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD e suplente da

CDEIC/CD, Jaime Martins, titular da CMO/CN e titular da CFFC/CD, Jilmar Tatto, titular da CDEIC/CD, Jorge Bittar, titular da CMO/CN, Jorge Khoury, suplente da CMO/CN e suplente da CFT/CD, José Carlos Aleluia, titular da CMO/CN, José Guimarães, titular da CMO/CN e titular da CDEIC/CD, José Rocha, titular da CMO/CN, Júlio César, titular da CFT/CD, Laurez Moreira, titular da CDEIC/CD, Lázaro Botelho, suplente da CMO/CN, Luiz Bittencourt, titular da CMO/CN, Luiz Carlos Busato, titular da CMO/CN, Luiz Carlos Hauly, titular da CFT/CD, Luiz Carlos Setim, suplente da CMO/CN, Marcelo Almeida, suplente da CFT/CD, Marcos Montes, titular da CMO/CN, Mendes Ribeiro Filho, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Osório Adriano, suplente da CFT/CD, suplente da CFFC/CD e titular da CDEIC/CD, Osvaldo Reis, titular da CMO/CN, Paulo Lima, suplente da CMO/CN, Pedro Eugênio, titular da CFT/CD, Raimundo Gomes de Matos, titular da CMO/CN, Rômulo Gouveia, suplente da CMO/CN e titular da CFT/CD, Waldir Neves, suplente da CMO/CN, Wellington Fagundes, suplente da CMO/CN. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Aloizio Mercadante, Renato Casagrande, Expedito Junior, Romero Jucá, Valdir Raupp, Pedro Simon, Mão Santa, Gilvam Borges, Gerson Camata, Adelmir Santana, Antonio Carlos Junior, Eliseu Resende, Jayme Campos, tendo falta justificada em virtude de estar participando de reuniões político-partidárias em seu Estado, Kátia Abreu, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de estar participando de Fórum de Governança da Internet na Índia, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, João Vicente Claudino, Gim Argello e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A reunião foi convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, e realizar o debate sobre o tema: avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços – 1º semestre de 2008, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal. A reunião é iniciada sob a direção do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Deputado Mendes Ribeiro Filho, que convida as seguintes autoridades para tomarem assento à Mesa: Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil; Dr. Anthero de Moraes Meirelles, Diretor de Administração; Dr. Mário Mesquita, Diretor de Política Econômica; Dr. Alexandre Antonio Tombini,

Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro; Deputado Pedro Eugênio, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; Deputado Jilmar Tatto, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; Deputado Dr. Pinotti, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; Senador Aloizio Mercadante, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; o Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal e o Senador Delcídio Amaral, Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2009. Em seguida, o Presidente informa que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante dispõe de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser apartado desde que permitisse. Conforme o estipulado no mesmo artigo do referido Regimento, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de dois minutos. Em seguida, o Presidente anuncia a abertura da lista de inscrição para o debate. De posse da palavra, o Dr. Henrique Meirelles faz apresentação em datashow sobre o tema em referência, finalizando sua apresentação às quinze horas e quarenta e seis minutos. Prosseguindo, o Presidente faculta a palavra aos Presidentes das Comissões envolvidas na Reunião: Deputado Pedro Eugênio, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; Deputado Jilmar Tatto, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados e o Deputado Dr. Pinotti, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. O palestrante responde aos questionamentos efetuados pelos Presidentes das Comissões. O debate é iniciado. Interpelam o expositor os Deputados Luiz Carlos Hauly e Dr. Ubiali. Às dezesseis horas e cinco minutos, o Senador Delcídio Amaral, Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária para 2009, assume a direção dos trabalhos, conforme estabelece o art. 14º da Resolução nº 1, de 2006-CN, alterada pela Resolução nº 3, de 2008-CN. Continuando, o Deputado Júlio Cesar interpela o palestrante. Às dezesseis horas e treze minutos, o Presidente reassume a direção dos trabalhos. Dando prosseguimento, interpelam ainda o palestrante os Deputados Marcelo Almeida, Antonio Palocci, Carlito Merss e Alfredo Kaefer. A seguir, o Presidente encerra a lista de inscrição para o debate.

Às dezesseis horas e trinta e sete minutos, o Senador Delcídio Amaral, volta a assumir a direção dos trabalhos. Continuando o debate, o Deputado José Carlos Aleluia interpela o expositor. Em seguida, o palestrante responde aos questionamentos efetuados pelos parlamentares. É assegurada réplica aos Deputados Carlito Merss e Júlio Cesar. Finalizando, o Presidente do BACEN responde às últimas intervenções e conclui a exposição. Não havendo mais oradores inscritos, o Presidente em exercício agradece a presença do Dr. Henrique Meirelles. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Deputado **Mendes Ribeiro Filho**, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Está aberta a presente reunião de audiência pública.

Está presente o Ministro Henrique de Campos Meirelles, que vem a esta Comissão de Orçamento, em conjunto com a Comissão de Finanças e Tributação, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; do Senado Federal, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, para avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços referentes ao primeiro semestre de 2008, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Anuncio também a presença do Dr. Antero de Moraes Meirelles, Diretor de Administração; do Dr. Mário Mesquita, Diretor de Política Econômica; do Dr. Alexandre Tombini, Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro.

Convido os Srs. Presidentes das Comissões e o Senador Delcídio Amaral, Relator-Geral do Orçamento, para comporem a Mesa dos trabalhos.

Está presente também a nobre Senadora Silhesarenko, nossa Relatora da LDO, que fez sua função com muito brilhantismo.

Convidarei os Presidentes Pedro Eugênio, Jilmar Tatto, Dr. Pinotti, Aloizio Mercadante e Senador Quintanilha para participarem da Mesa tão logo cheguem à reunião.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, solicito especial atenção ao estabelecida no art. 398, Incisos IX e X do Regimento Interno do Senado Federal.

O palestrante disporá de 30 minutos para fazer sua exposição, podendo ser apartado desde que o permita. Certamente, o Ministro não permitirá o aparte, porque ele não acontecerá. Iremos cumprir o Regimento.

Os Srs. Parlamentares inscritos podem interpellar o expositor sobre o assunto da exposição pelo prazo de 5 minutos, tendo interpellado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos.

A lista de inscrição está aberta para o debate.

Passo a palavra, de imediato, ao Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles.

O SR. MINISTRO HENRIQUES MEIRELLES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como sempre, é uma grande honra estar nesta Casa expondo para os Parlamentares e exercendo uma das nossas funções mais importantes. Como disse, a presença no Congresso, atendendo à determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal, é uma das atividades mais importantes do Banco Central, a qual exercemos com grande honra e grande satisfação.

Daremos, em primeiro lugar, um panorama atual dos resultados do Banco Central, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal; em segundo lugar, um panorama da economia mundial e da crise econômica; em terceiro lugar, como se posiciona, no momento, o Brasil.

(Segue-se exibição de imagens.)

O Banco Central do Brasil apresentou, no primeiro semestre de 2008, o resultado líquido e de 3,7 bilhões de reais positivos.

De acordo com a legislação aplicável, o resultado no primeiro semestre de 2008 foi transferido ao Tesouro Nacional em setembro.

Como é do conhecimento de todos, foi mudado o sistema de apresentação de resultado do Banco Central, no sentido de se transferir imediatamente para o Tesouro Nacional os resultados referentes à reserva internacional e aos swaps cambiais, as receitas e despesas referentes a esses itens.

Mostrarei a evolução das receitas e despesas desses itens, a fim de que fique claro, exatamente, quais as razões que hoje justificam, mais do que nunca, aquela mudança, na medida em que teremos a oportunidade de observar, nos próximos anos, o resultado do Banco Central exatamente no que interessa de suas operações, como determina a lei, e não ficar discutindo, necessariamente, os efeitos da variação cambial nas reservas ou nos swaps.

Mas hoje, para termos uma visão geral de partida do processo, faremos também uma apresentação dos resultados das reservas e dos swaps.

Resultado de operações de mercado aberto, positivo, 8 bilhões, 482 milhões; operações de moeda estrangeira, negativo, 26 bilhões; operações de swaps, 5.2 bilhões; operações com o Governo Federal, equalização cambial e juros, 13 bilhões e 600 milhões; depósitos compulsórios, 4 bilhões e 600 milhões; outras despesas... Portanto, resultado líquido de 3 bilhões, 173 milhões de reais.

Passarei agora às contas de maior expressão, que são aquelas, como mencionei, dos swaps cambiais e das reservas.

No primeiro semestre de 2008, o resultado dos swaps cambiais foi negativo, de 5.2 bilhões de reais, e o resultado das reservas internacionais foi negativo, de 39.5 bilhões de reais.

Verificaremos agora, para informação das Sras. e Srs. Parlamentares, o resultado das contas no segundo semestre de 2008.

Até dia 31 de outubro, os swaps tinham dado um resultado positivo, um lucro, no caso, de 11 bilhões, 140 milhões de reais, e as reservas internacionais um resultado positivo, um lucro de 102.7 bilhões de reais. Por quê? Porque, evidentemente, esses resultados são influenciados pela cotação cambial do dólar norte-americano frente ao real e a outras moedas. O resultado foi positivo no segundo semestre exatamente em função do aumento da cotação cambial do dólar norte-americano.

Por outro lado, sabemos que o Tesouro Nacional possui uma dívida externa que tem um efeito contrário. Mas não entraremos, no momento, nesse aspecto.

Mostrarei agora o resultado de todo o ano de 2008.

Até 31, de outubro, o resultado de swaps cambiais foi de 5.9 bilhões de reais positivos. Cerca de 6 bilhões de reais de lucro do Banco Central do Brasil com os swaps até 31 de outubro.

Os swaps cambiais reversos, aqueles que foram objeto de grande discussão em passado recente, já foram liquidados e deram um resultado líquido expressivo, um lucro ao Banco Central do Brasil expressivo, próximo a esse valor.

Resultado: as reservas internacionais no ano, portanto, cerca de 63 bilhões de reais positivo. Apenas rememorando, no segundo semestre, até outubro, swaps, 11 milhões; reservas 102,7 bilhões de lucro. No caso do ano todo, aproximadamente 6 bilhões para o swaps e 63 bilhões para as reservas.

Se olharmos agora as operações de swaps, apenas para analisarmos essas operações isoladamente,

desde o seu início, na primeira operação realizada em 2002 vamos ver a volatilidade que resultou exatamente em função das variações cambiais: 11 bilhões negativos em 2002; 15 bilhões e 600 milhões positivo em 2003; 6 bilhões em 2004; 2,6 bilhões positivos em 2005, e por aí adiante. O resultado total das operações da swaps desde a sua inserção até hoje, 31 de dezembro, um lucro de 5 bilhões de reais aproximadamente.

Em resumo, havíamos explicado em falas anteriores nesta Casa que a avaliação das operações de swaps, por exemplo, não se deve fazer mês a mês, ou semestre por semestre, exatamente porque é uma avaliação meramente contábil. Só podemos saber o resultado das operações no final do processo, quando elas são de fato liquidadas. No caso dos Swaps Reversos, objeto de grande discussão em muitos momentos, o resultado final foi um lucro positivo acima de 4 bilhões de reais.

Portanto, aí, sim, sabemos qual o resultado dessas operações. Mas apesar dos lucros das reservas e dos lucros dos swap, devemos esclarecer que a finalidade dessas operações não é dar lucro ao Banco Central. A finalidade dessas operações é proteger o País. As reservas internacionais são muito importantes para proteger o País, como vou mostrar, e os swaps cambiais também são instrumentos de política cambial da maior importância, visando proteger os mercados e dar maior liquidez aos mercados de câmbio.

Se olharmos agora apenas uma evolução das reservas internacionais durante este ano, vamos ver, em azul, como evoluíram e, em laranja, as operações de swaps, que eram Swaps Reversos até setembro, depois a zeragem, e a construção de uma posição menor de swaps.

Vamos agora passar aos objetivos do Banco Central. O objetivo é o cumprimento da meta de inflação estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional para 2008/2009/2010 (4,5% de inflação, com intervalo de tolerância de 2 pontos percentuais.)

Vamos analisar exatamente o comportamento da inflação nos últimos anos. Em azul, a inflação nos últimos anos. Neste ano, objeto dessa discussão, a inflação até outubro de 2008, acumulado 12 meses, 6,41%. Portanto, no limite superior do intervalo de tolerância, dentro do intervalo de tolerância.

As expectativas de mercado para 2008 são de 2,39%, em vermelho; e para 2009, no momento, 5,20%. Portanto, se partirmos agora para uma análise dessas expectativas, vamos ver para 2008, em azul, a evolução das expectativas. Durante o ano de 2008 houve uma subida, durante o correr do ano, por razões sobretudo discutidas nas atas do Comitê de Política Monetária. Houve uma evolução importante de preço

de commodities. Existia uma preocupação do Banco Central, nesse período, com a dinâmica da demanda doméstica. Com tudo isso houve uma evolução. A expectativa de inflação sofreu uma queda nos últimos meses e depois uma subida, de acordo com o que mostra o gráfico, até o patamar indicado por nós.

A expectativa de 12 meses à frente, em laranja, e a expectativa de 2009, a evolução, subida. Houve uma estabilidade, houve uma queda e houve uma subida recente, evidentemente influenciada aqui pela evolução das cotações cambiais.

Nós, como todos sabem, não preanunciamos decisões de política monetária, estaremos divulgando o relatório de inflação do Banco Central no mês de dezembro, quando aí, sim, faremos projeções que divulgaremos para o ano de 2009. Àquela altura, uma projeção que deve ser já bastante acurada para o ano de 2008, e também os nossos comentários sobre evolução de política monetária.

O objetivo do Banco Central do Brasil: política de crédito. O BC tem como objetivo ampliar a oferta e o acesso da população ao crédito. Então, não há metas formais.

Crédito sobre PIB. Valor mais alto desde o início das séries históricas, em 1995, 40,2% atingido em outubro, em 31 de outubro de 2008. Portanto, o crédito tem aumentado consistentemente nos últimos anos, partindo de um patamar de cerca de 22% até o patamar de 40,2% no mês de outubro de 2008.

Se olharmos a evolução dos diversos tipos de crédito: pessoas físicas, jurídicas e direcionado, veremos que até durante o ano de 2008 houve um crescimento mais pronunciado do crédito para pessoas jurídicas. Até comparado com a pessoa física houve um crescimento nesse último ano um pouco mais pronunciado, enquanto que nos anos anteriores o crescimento do crédito da pessoa física vinha sendo em patamares mais acelerados.

Houve muitas discussões legítimas sobre a evolução recente do crédito do Brasil. Sabemos que houve uma mudança grande nos mercados mundiais de crédito a partir do mês de setembro, com a falência do banco americano Lehman Brothers. Houve uma grande restrição ao crédito internacional. Isso atingiu o Brasil. No final de setembro tivemos uma contração de crédito importante no Brasil. Houve uma queda de crédito em alguns momentos, chegando a cerca de 13%, 14% numa base semanal, depois uma recuperação gradual.

Se nós compararmos os 8 primeiros dias úteis de novembro frente aos primeiros dias úteis de outubro, no entanto já vemos essa recuperação: 5,7% de recuperação do crédito, concessões de crédito, no caso,

comparado os primeiros dias novembro com os primeiros dias de outubro. Pessoas físicas, uma recuperação maior, de 14,8%; pessoas jurídicas, 1,2%.

Portanto, não atingimos ainda os patamares que tínhamos antes da eclosão da crise internacional, mas estamos claramente numa trajetória de recuperação gradual. Tanto que, mais uma vez, o crédito do início de novembro foi já de 5,7%, superior ao crédito do início de outubro, medido por concessões.

Inadimplência do crédito livre. Vamos ver que a inadimplência tem caído nos últimos 2 anos, diria. Desde o início de 2007 temos uma inadimplência que tinha subido substancialmente com o início do processo de crescimento do crédito no Brasil. Durante os anos de 2005, 2006 subiu e depois voltou a cair, estando agora próximo a patamares mínimos e, vamos dizer, mais próximo à média histórica também, mas num patamar inferior.

Se olharmos agora o crédito do Brasil do ponto de vista de qualidade, operações de risco consideradas AA a C vamos chamar de operações normais, em laranja vamos ver que o grande percentual do crédito do Brasil se encontra nessa qualificação.

Risco 1, operações classificadas de D a G, classificações do Banco Central; temos um percentual menor. Risco 2, classificadas como H, que são aquelas operações de alto risco. De fato, volumes bastante menores. Portanto, vemos aqui exatamente a substância do argumento quando dizemos que o mercado de crédito brasileiro, hoje, é solvente, saudável, e que não pode ser comparado com mercados de países que estão enfrentando problemas de crédito graves.

No Brasil, como já mencionamos, voltaremos a isso depois, tivemos um problema de liquidez, que gerou a redução de crédito, reflexo da diminuição do crédito, de linha interbancária, principalmente, ou mesmo para empresas do crédito internacional. Posteriormente voltaremos a isso.

O índice de capitalização do sistema bancário brasileiro também está acima do padrão internacional exigido. O índice de capital mínimo exigido pela Basileia é de 11%; o índice da Basileia é de 8%, que é a faixa aceitável. Vemos aqui que o sistema brasileiro está em 15,8%. Então, o sistema brasileiro está com índice de capitalização superior a dos padrões internacionais.

Discutiremos agora o que já foi mencionado, que é a questão da liquidez em reais. Como vimos, a crise internacional de crédito afetou o Brasil, via canal de crédito. Isto é, os bancos internacionais, que emprestavam aos bancos brasileiros para financiar exportação e importação ou financiar empresas brasileiras, e colocavam papéis nos mercados internacionais, res-

tringiram muito suas operações. Isso fez com que houvesse, portanto, uma contração de liquidez no Brasil. Inicialmente, no mercado de dólares; em seguida, no mercado de reais.

Passando agora ao mercado de reais, o Banco Central tomou uma série de medidas, dentre as quais: prover liquidez principalmente bancos pequenos e médios; destravar o crédito bancário; e aprimorar o mecanismo de redesconto para eventualidade de qualquer problema.

O Banco Central fez uma redução de compulsórios, isto é, liberou os compulsórios dos bancos, depositados no Banco Central do Brasil, no valor de 91 bilhões de reais. Significa, Sras. e Srs. Parlamentares, que o Banco Central do Brasil teve uma atitude prudente, que na época foi classificada como muito conservadora. O Banco Central exigiu, nos últimos anos, que os bancos deixassem uma parte importante de sua reserva de liquidez no Banco Central, por meio de depósitos compulsórios. Isso está se revelando agora muito importante, na medida em que o Banco Central pode enfrentar a crise de liquidez liberando depósito compulsório dos próprios bancos, em vez de fazer como os outros países, que têm que usar recursos públicos para prover liquidez aos mercados, como está ocorrendo em muitos países. Portanto, 91 bilhões de reais, oriundos dos próprios bancos, depositados no Banco Central, que foram liberados.

Provisão de liquidez desta parcela, direcionada especificamente para bancos pequenos: foram disponibilizados 29,5 bilhões. Cerca de pouco menos do que 20 milhões já foram usados especificamente. Esse recurso pode ser liberado apenas quando o banco maior apresenta comprovação de que comprou carteira ou repassou para bancos pequenos emprestarem recursos.

Provisão de liquidez em reais para compra de dólares com compromisso de venda simultânea, basicamente para operações de ACC. Esses recursos de dólares são usados fundamentalmente, disponibilizados 6 bilhões de reais; adicionais para o crédito agrícola, 5,5 bilhões de reais. Ainda não consta nesta apresentação, mas foi anunciada, ontem, a decisão da Diretoria do Banco Central de que parte daqueles 29,5 bilhões de reais poderá ser direcionada até o valor de 6 bilhões de reais para o BNDES, para emprestar para capital de giro de empresas. Em resumo, mais uma medida visando, em última análise, preservar a economia brasileira do efeito da crise internacional. Como vimos, o crédito da pessoa física reagiu mais rapidamente do que o crédito da pessoa jurídica, com os números que mostramos. Concluímos que precisamos dar mais recursos direcionados especificamente

a pessoas jurídicas. Uma das formas foi exatamente um direcionamento específico ao BNDES, que trabalha exclusivamente com pessoa jurídica.

Resultados: após queda acentuada, no início de outubro, houve recuperação gradual, como já mostramos, de 5,7% de recuperação, do começo de novembro sobre outubro; e normalização da situação de liquidez dos bancos médios, inclusive bancos das montadoras. Evidentemente, alguns bancos com maior liquidez do que outros, mas o fato concreto é que aquele aperto de liquidez importante já foi, em larga medida, superado. De novo, sempre existe uma outra instituição que não está em situação tão confortável como outras, é normal, mas é um processo de gradual normalização. As preocupações mais importantes já estão endereçadas.

Em relação à política cambial, os objetivos do Banco Central é o aperfeiçoamento permanente do regime de câmbio flutuante. Não há metas, como sabemos, para a taxa de câmbio.

Como mencionamos, houve uma restrição do Sistema Financeiro Internacional para o financiamento das exportações brasileiras, o que gerou contração forte — vamos mostrar isso em algum momento — dos créditos de exportação, ACC. O Banco Central tomou uma série de medidas visando exatamente recompor essas linhas de liquidez: leilões com recompra, como já mencionei, de cerca de 7 bilhões de dólares; empréstimos com garantias em global bonds de 1,5 bilhão de dólares, para aplicação em ACC; e empréstimos diretamente garantidos por ACC e ACE, de 3,8 bilhões de dólares. Além disso, medidas para prover liquidez em dólares, geral, para o mercado, de cerca de 6,3 bilhões de dólares. De novo, medidas para atender a necessidades específicas de liquidez dos mercados, visando não prejudicar a economia brasileira em função da crise internacional.

Felizmente, o Brasil dispunha, e ainda dispõe, de recursos de reservas internacionais elevadas. Outra medida, também objeto de críticas durante alguns anos, porque as pessoas se preocupavam com o custo e carregamento dessas reservas, é no sentido de mostrar que, frente aos benefícios, esses custos são baratos, principalmente porque as reservas, em si, estão hoje dando, na realidade, lucro ao Banco Central.

Injeção total de recursos para prover liquidez em dólares: 18,5 bilhões de dólares. Deixo mais uma vez claro que a finalidade das reservas não é dar lucro ao Banco Central, mas proteger o País. Estou mencionando que, além disso, neste ano, especificamente, particularmente neste semestre, as reservas estão propiciando lucro considerável. Mas a finalidade da reserva é aumentar a resistência do País aos choques internacionais, como está acontecendo, e permitir que

o Banco Central tome as atitudes que está tomando. Portanto, até agora houve uma injeção total de recursos para prover liquidez, em dólares, de 18,5 bilhões de dólares.

Medidas para ampliar a liquidez no mercado de derivativos cambiais: cerca de 30 bilhões de dólares. Também medidas muito importantes, porque os mercados cambiais assim funcionam: mercado à vista e mercado futuro. Felizmente, como mencionei, o Banco Central do Brasil tinha posições que seriam equivalentes a posições compradas em dólares nos mercados futuros, o chamado swap cambial reverso, que permitiu que o Banco Central, em momento de crise de liquidez no sistema brasileiro, pelo número muito grande de empresas que estavam vendidas, em dólares, no mercado futuro, e pôde evitar que o mercado brasileiro entrasse em crise cambial, porque o Banco Central tinha posições disponíveis para atuar nesse mercado. Deu lucro para o Banco Central, mas, repito, a função de swap não é dar lucro ao Banco Central, mas proteger o País. Mas, além do mais, houve lucro, que foi transferido ao Tesouro Nacional.

Além do mais, o Banco Central do Brasil celebrou com FED — Federal Reserve Bank American —, o Banco Central americano, uma linha de swap de moedas, uma troca de moedas. O que é isso? O Banco Central do Brasil pode requerer notificar o FED, e este deposita até 30 bilhões de dólares nas contas do Banco Central do Brasil, que passa a integrar a reserva brasileira; enquanto o Brasil deposita na conta do Federal Reserve o equivalente em reais. É uma troca de moeda pura e simples. Essa medida já havia sido assinada pelo Federal Reserve americano com bancos centrais de diversos países, com o Banco Central europeu e de diversos países: Inglaterra, Suíça, Japão, Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Suécia, Noruega e Dinamarca. Além do Brasil, apenas o México, Cingapura e Coreia, entre os emergentes, tiveram um tipo de acordo semelhante e assinado. Um dos pontos importantes do acordo é que foi anunciado pelo Banco Central americano que só assinaria esse acordo com os países que tivessem uma política econômica saudável, bem administrada, o País que tivesse um fundamento sólido. Portanto, é mais um reconhecimento internacional importante da boa situação do fundamento da economia brasileira, além de propiciar também, caso fosse necessário, mais 30 bilhões de dólares de reforço às reservas cambiais brasileiras.

Estamos mencionando aqui a ação do Banco Central, visando a recompor a oferta de financiamento de dólares para as exportações, que são feitas principalmente através de adiantamento de contratos de câmbio ACC ou ACE. Se olharmos a evolução desde

meio de setembro, quando houve a crise americana, vamos ver que ela já vinha numa trajetória de queda, em função da crise nos mercados internacionais, atingindo, portanto, uma média de 106 milhões de dólares no pior momento aqui, no início de outubro. Voltou a se recuperar e voltou a cair fortemente depois, chegando a 78. Mas essa recuperação já vem se dando agora com bastante rapidez, já atingindo na semana de 17 a 21 de novembro 286 milhões de dólares de média semanal. Portanto, isso mostra que as medidas de intervenção nos mercados cambiais estão funcionando a contento, e gradualmente os ACCs estão sendo recompostos.

Os Srs. Parlamentares devem conversar com empresários, alguns deles do segmento exportador, e verão que muitos deles reclamam, certamente, porque para algumas empresas específicas não há ainda uma composição total, o que é normal num processo como esses. No entanto, temos que verificar é que o processo de recomposição gradual já está em andamento.

Efeitos fiscais de política monetária. Já havíamos mencionado, isso já é objeto de uma discussão nestas Comissões e nestas audiências durante já há muitos anos, sobre a questão do impacto, da taxa de juros e da política monetária nas contas públicas. E temos sempre mencionado que o impacto direto da taxa de juros de curto prazo nas contas públicas é apenas parte do efeito macroeconômico da política monetária. A política monetária tem impactos fiscais indiretos, por meio de seus efeitos, sobre a expectativa de inflação, a própria inflação, a taxa de câmbio e o crescimento econômico de longo prazo. Portanto, uma maneira eficaz de se avaliar os efeitos fiscais da política macroeconômica é por meio da trajetória da dívida líquida do setor público em relação ao produto.

Se analisarmos a dívida externa – vamos começar com a dívida externa apenas —, veremos que a dívida externa pública atingiu, em setembro de 2003, cerca de 138.6 bilhões de dólares; em outubro de 2008 ela estava em 84.5 bilhões de dólares. Em contrapartida, nós tínhamos reservas internacionais que, em agosto, atingiram cerca de 205.1 bilhões de dólares, o que significa que o País é um credor líquido de dólares. A República brasileira é credora líquida de dólares, na medida em que as reservas são substancialmente maiores do que a dívida pública externa. Voltando aqui ao número: dívida pública de 84,5 bilhões de dólares; em reservas, 205.1 no início da crise. Se olharmos agora no dia 24 de novembro qual o total das reservas, para surpresa de muitos, a reserva aumentou, apesar de o Banco Central ter atuado fortemente no mercado de câmbio. Por quê? Duas razões: primeiro, a maior parte das intervenções não afetam reservas, porque

são aplicações das reservas nos bancos brasileiros, com garantias excepcionais de contratos de câmbio e adiantamentos e etc. Portanto, em vez de se aplicar em bancos internacionais ou títulos de Governos estrangeiros, aplica-se em bancos brasileiros com garantia de primeira linha, entre os quais o maior tomador sendo o Banco do Brasil. E além do mais, boa parte das reservas internacionais brasileiras – a grande parte, na realidade – está aplicada em títulos de governos de países que são considerados ratings A, principalmente o governo americano, que são títulos em dólar, e alguns governos europeus. Esses títulos, com a crise, têm aumentado de valor. Portanto, isso compensa, de uma certa maneira, os próprios 6 bilhões de dólares que foram gastos pelo Banco Central nas intervenções diretas de vendas de dólares no mercado, que é a parcela que afeta a reserva, que é a venda no mercado dos spot, que foram 6 bilhões de dólares.

Esse número atingiu o pico, no meio de setembro, de 207 milhões, que foi o valor máximo, 207 e alguma coisa. Mas hoje está, por exemplo, num valor um pouquinho superior ao início do processo, em final de agosto.

Vamos agora falar sobre o impacto dessa crise na dívida pública, dado da maior importância, na medida em que, durante muitas audiências, aqui se discutiu muito corretamente o impacto da dívida pública no carregamento dessas reservas e e até que ponto isso teria um impacto na dívida. Nós dizíamos que num momento de crise isso teria um efeito extremamente benéfico, e vamos mostrar agora claramente como funcionar o mecanismo.

O que acontecia no passado é que, existindo um choque externo, havia uma deterioração de confiança, uma depreciação cambial, e como grande parte da dívida brasileira, 55% da dívida, era dolarizada, ou era dívida externa ou era dívida doméstica indexando ao dólar, no momento em que subia o dólar, subia a dívida pública. E isso levava a uma outra preocupação: dissolvência da República, o que significava que deteriorava mais a confiança e entrava num círculo vicioso. Hoje o que ocorre? Há uma deterioração de confiança, em função dos choques externos, há uma depreciação cambial, só que agora o Brasil e a República brasileira, o Tesouro é credor líquido em dólares. Significa que sobe o dólar, como temos reservas de dólares, diminui a dívida pública líquida. O efeito funciona, por exemplo, como um protetor contra os efeitos da crise. É a chamada mudança, que aqui vamos chamar de efeito seguro.

E, com isso, vamos olhar a dívida líquida pública nos últimos anos: atingiu o pico de 56% do produto, no final de 2002, e isso veio caindo gradualmente, devido

ao sucesso da política econômica, não só do superávit primário, mas também a estabilização econômica foi gerando uma queda gradual nas taxas de juros reais da economia. A dívida pública, com o percentual de produtos, foi caindo gradualmente atingindo até o dia 30 de agosto, antes do início da crise, portanto, cerca de 40% do produto. Devido a esse mecanismo que mencionei, esse seguro construído pelo Governo brasileiro, no momento em que iniciou a crise, o dólar subiu. Em função da deterioração de confiança, o dólar se valorizou no mundo inteiro, e o que ocorre? Cai a dívida pública brasileira com a porcentagem do produto. No final de outubro já estava em 36,6% a dívida pública, e em novembro a estimativa era de 35,7%, é o menor número desde julho de 1998. Portanto tivemos uma queda pronunciada da dívida pública como resultado da crise. E isso significa algo da maior importância, porque, no passado, a dívida pública em momento de crise, como mostrei, era uma fonte de vulnerabilidade. Tínhamos uma crise como essa, o Tesouro ficava mais vulnerável, piorava o problema da confiança. Agora é o contrário: reforça o perfil e a proporção da dívida pública brasileira. Portanto o Governo brasileiro, com isso, pode agir com mais força e passa a ser parte da solução da crise e não parte do problema.

Se olharmos agora fatores condicionantes da dívida líquida do setor público, por exemplo, de 2008, nós veremos que houve uma queda na variação de dívida/PIB, de 42,7%, em dezembro de 2007, para 36,6%, em outubro, caindo, portanto, o equivalente a 6% do Produto Interno Bruto.

O superávit primário foi responsável por 4,5%; os juros nominais, por 4,5%; o superávit baixando a relação; os juros nominais equilibrando isso. Portanto, o superávit primário foi mais ou menos o equivalente aos juros nominais, e hoje inclusive o Banco Central divulgou alguns números que mostram que o déficit nominal do setor público federal foi, neste ano, próximo de zero, o que é algo da maior importância.

A depreciação cambial, portanto, gerou uma diminuição da dívida de 2%; crescimento do produto, 4%, e outros ajustes, 0,1%. Portanto, com o resultado líquido do Produto, em outubro, estávamos com uma dívida pública, de 36,6%.

O diretor está me mostrando aqui – o que evidentemente é uma coincidência, não tem nada a ver com nosso depoimento aqui – que a Bolsa de Valores de São Paulo está subindo 4% agora, o que certamente é um bom momento da economia mundial. São fenômenos não correlacionados.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Agora, neste momento. É, possivelmente, uma reação

a diversas evoluções favoráveis nos últimos dias nos mercados internacionais.

Vamos olhar agora a crise. Não há dúvida de que houve uma destruição de riqueza nas bolsas, desde outubro de 2007. Esse é um valor de mercado das bolsas mundiais. Houve uma destruição de riqueza, desde outubro de 2007 até novembro de 2008, de cerca de 29 trilhões de dólares. Se nós compararmos a crise de 1929 com a de 2008, veremos que se compararmos pelo pico a queda até agora foi equivalente. No entanto, notaremos que na crise de 1929 houve uma bolha muito pronunciada no final, nas últimas, digamos, 40 semanas; houve uma subida muito forte no preço das ações, enquanto desta vez houve, sim, uma subida, mas muito menos pronunciada.

Se nós compararmos com os valores que prevaleciam há cerca de 150 semanas, anteriores à crise etc., nós veremos que na crise atual houve queda até maior, o que poderia sinalizar uma duração menor na crise atual, na medida em que boa parte do ajuste já poderia ter sido feita. Em resumo, isso é uma das razões de incerteza dos mercados.

Se nós olharmos as perdas do sistema bancário, veremos que o sistema bancário, em marrom escuro, perdeu próximo de 1 trilhão de dólares – cerca de 900 bilhões de dólares –, dos quais boa parte já foi recomposta, o capital dos bancos, principalmente via aporte de recursos dos governos dos países afetados. Cerca de 600 bilhões de dólares é o total de recursos já colocados à disposição para recapitalização dos bancos pelos diversos países.

Se olharmos a construção de novas residências nos Estados Unidos, vamos ver que houve queda de 65%, desde janeiro de 2006; índice de preços de residência subindo durante vários anos, depois, queda acumulada de 22%, recente, desde junho de 2006; queda nos últimos 12 meses, 17%. Isso é uma amostra da crise americana.

Se compararmos a crise japonesa da década de 90 com a atual dos Estados Unidos, pela média do preço de residência, nós veremos que houve queda mais rápida agora no preço de residência nos Estados Unidos – comparado com o Japão. De um lado, pode indicar uma severidade maior, e por outro, a análise positiva do fato é que isso pode indicar um ajuste mais rápido, o que significa que a crise não deve ter a duração da crise japonesa, que nós vimos que demorou pouco mais de 15 anos. A crise americana deve ser mais rápida, segundo todas as previsões.

Se olharmos o mercado de crédito, veremos o subprime no pico, depois a falência do Lehman Brothers, quando há queda dramática da oferta de crédito nos Estados Unidos, como mencionamos quando

falamos sobre o efeito disso nas linhas internacionais para o comércio exterior brasileiro e nas ações tomadas pelo Banco Central para recompor esse processo.

Taxa de desemprego, nos Estados Unidos, já em 6,5%, portanto a maior desde 1994. Espera-se que atinja patamares superiores durante o correr do ano que vem. Consumo nos Estados Unidos caindo 3,7%; expectativa do PIB neste momento de 0,5%.

Se olharmos a produção mundial de aço, por exemplo, em diversos países, veremos que ela está caindo 48% na Ucrânia; 27% na Rússia; 17% na Turquia; 17% na China; quase 17% nos Estados Unidos; Taiwan, 14%; no Brasil, 0,1%, praticamente estável, de outubro a outubro.

Produção de veículos. Há muita preocupação de todos nós com a produção de veículos no Brasil. É um mercado muito atingido pela questão de crédito, pela preocupação, pelas expectativas. Comparemos: no Reino Unido, outubro de 2008 versus outubro de 2007, queda de 27%; Estados Unidos, 22,8%; Alemanha, 9,7%; Coreia, 0,5%; Brasil, zero, estável. Não é um bom resultado, certamente não gostamos disso, mas é apenas uma medida comparativa.

O que atingiu o mercado de automóveis no primeiro momento foi a oferta de crédito. Isso já está sendo regularizado, segundo o que me informam as montadoras e as instituições também de revendedores de automóvel. Temos tido contatos constantes com AN-FAVEA e FENABRAVE. Mas o que está acontecendo no momento é que há uma preocupação muito grande do comprador, do consumidor. Há uma queda de demanda. O consumidor está preocupado em assumir a dívida. É normal.

Nós vimos algumas pesquisas que mostram, por exemplo, que num grande jornal brasileiro, durante 7 dias, havia uma manchete na primeira página onde havia a palavra “crise” e algumas outras – “calote” ou coisa desse tipo. Naturalmente, a maior parte delas se referindo à crise internacional e de vez quando reflexos possíveis no Brasil. Evidentemente que isso preocupa o cidadão ou cidadã, que adota atitude de maior cautela.

Crescimento do Produto. Estas não são estimativas do Governo brasileiro, mas do Fundo Monetário Internacional, que julgamos, com relação ao Brasil, conservadoras. O Banco Central do Brasil divulgará sua previsão no final de dezembro. A previsão do Governo brasileiro atualmente é de 4%.

Esta é uma previsão do FMI, que, de novo, julgamos um pouco conservadora. Mas, se olharmos o crescimento do Produto Interno Bruto no mundo, veremos que o FMI, para o ano que vem, prevê 2,2% – estamos nos referindo a 2009. Esses números que eu

mencionei são de 2009; Estados Unidos, negativo, de 0,7%; Inglaterra, Reino Unido, negativo, 1,3%; Europa, 0,5%, negativo; Japão, 0,2%, negativo.

O mundo, portanto, 2,2% e o Brasil, segundo o FMI, que está bem conservador, cresce acima da média mundial. De novo. Por quê? Se nós olharmos, por exemplo, as previsões do FMI, em novembro, versus as previsões em outubro, nós veremos que o FMI previu crescimento menor para todos. Mas se nós olharmos a Rússia, houve queda, segundo a previsão do FMI, entre uma previsão e outra, de 0,2%; Reino Unido, 1,2%; México, 0,9%; China, 0,5%; Estados Unidos, 0,8%, etc., o Brasil, 0,5%, o mundo, 0,8%.

Isso mostra o seguinte: não só o Brasil tem previsão de crescer acima da média mundial, mas nas próprias previsões, quando feitas para baixo, as do Brasil são numa escala menor, o que mostra a maior resistência da economia brasileira à crise. E já mencionamos as reservas internacionais, as posições dos swaps cambiais do Banco Central, a evolução da dívida pública sobre o produto cadente e os depósitos compulsórios do Banco Central do Brasil. Daqui a pouco, vamos falar sobre as atividades econômicas.

Em relação à situação internacional, o preço das commodities, como mencionei, subiu e depois houve uma queda pronunciada, em função da atividade econômica. E agora, sim, chegando à questão da atividade que mencionei, tenho um dado da maior importância.

O Brasil tem crescido, nesses últimos anos, com uma demanda fortemente impulsionada, em primeiro lugar, pelo consumo doméstico, pela renda. A massa salarial, em outubro de 2008, comparada com outubro de 2007, cresceu 8,6%, em termos reais, acima da inflação. Portanto, estamos com uma economia muito impulsionada pela demanda doméstica, pela renda. A meu ver, é um momento importante, quando analisamos isso em comparação com outros países.

Se verificarmos como se compõe isso, veremos que pessoal ocupado, desde 2004, vem crescendo 3,2%, 3%, 2,3%, 3% e 4%. O número de pessoas ocupadas em outubro de 2008, comparado ao de outubro de 2007, cresceu 4%. Esse é um número importante em qualquer economia. E o rendimento real médio foi de 4,5%, chegando aos 8,6%. Portanto, temos crescimento do emprego e da renda.

A economia brasileira tem mais uma razão para entrar mais forte nessa crise, ao contrário do que já aconteceu muitas vezes.

No que se refere à criação de empregos, até outubro de 2008, foram criados 2 milhões, 148 mil empregos novos formais no Brasil. Taxa de desemprego cadente, a melhor da série, como vimos, é vermelho,

comparada com outros números – 2004, 2005, 2006 e 2007. O desemprego é o menor da série para esse período.

Vendas no varejo, crescentes. Crescimento de 12 meses até setembro, último dado disponível: 10,3%. O País entra forte nesse processo.

Produção industrial. Média móvel de 3 meses, crescimento em 12 meses, até setembro: 6,8%.

Dados de outubro. Não existem muitos ainda, mas existem alguns indicadores antecedentes. Um deles, por exemplo, é a carga de energia elétrica com 0,55% de crescimento sobre setembro. Crescimento de 12 meses, até outubro: 3,7%.

Portanto, não há dúvida de que existem previsões de desaceleração da economia, no ano de 2009, em função principalmente das restrições de crédito – 3 canais de transmissão da crise internacional, como mencionamos: crédito, comércio e expectativas. À medida que cai a atividade dos países industrializados, caem as exportações, cai o preço das commodities. Não há dúvida, então, de que se prevê desaceleração da economia. As estimativas variam em relação ao quanto de desaceleração. A previsão do Governo brasileiro, como já mencionei, é de crescimento de 4%. Em relação ao FMI, há outros analistas.

O Banco Central, mais uma vez, divulgará a sua previsão no final do ano, atualizada naquele momento, porque essas revisões são freqüentes. Isso é normal. Mas é importante mencionar que o Brasil entra mais forte na crise do que a maior parte dos países e do que certamente entrou no passado.

Utilização da capacidade instalada na indústria é outro dado. Em outubro: 86,3%, um índice ainda forte dentro da série histórica.

Crescimento do PIB, último dado disponível até o segundo trimestre, comparado a igual trimestre do ano anterior: 6,1%. Não temos ainda o PIB do terceiro trimestre, mas as indicações mostram que o País cresceu de forma robusta até setembro. Não temos ainda indicadores de outubro.

Quando será a divulgação do PIB para o terceiro trimestre?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Nove de dezembro. Portanto, temos de aguardar alguns dias até a divulgação do PIB do terceiro trimestre. Mas o fato é que o País entra mais forte na crise.

Era isso basicamente o que eu gostaria de dizer. Vamos passar para a parte realmente importante, que é ouvir a opinião dos senhores e das senhoras, o que é mais importante ainda, e depois responder às perguntas formuladas.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Agradeço ao Ministro Henrique Meirelles a exposição. É uma satisfação para a Comissão poder receber tão ilustre autoridade pública.

Passo a palavra ao Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, Deputado Pedro Eugênio. Por favor, Deputado.

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO – Presidente Meirelles, Presidente da Comissão de Orçamento, demais membros desta Mesa, caros colegas, parece-me que todo o relato do Presidente Henrique Meirelles aponta para a afirmação da força da economia brasileira no enfrentamento da crise.

Todos os dados são positivos. Todos os dados mostram, sobejamente, que a curva descendente, que tem a ver com a crise mundial, encontra uma curva ascendente, que representaria a situação da economia brasileira.

A grande questão que se coloca é exatamente como esses 3 canais de comunicação, efetivamente, afetarão a economia.

V.Exa. já antecipa sua posição ao antever uma taxa de crescimento de 3%, uma taxa de crescimento do PIB que poderia situar-se num patamar em torno de 3%.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO – Do FMI – 4%.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – A previsão do Banco Central será divulgada no final de dezembro. Nós divulgamos a previsão trimestralmente. Não temos ainda a última previsão do ano. Essa previsão que mencionei é do FMI.

Por que mencionei a do FMI? Para poder comparar com as previsões do FMI para outras regiões do Mundo, para manter uma consistência de previsão. Mas dissemos que essa previsão pode ser um pouco pessimista.

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO – Pois bem, de qualquer sorte, uma taxa de 3%, mesmo a mais pessimista, é uma taxa positiva em relação ao quadro mundial.

O que eu gostaria de expor aqui para sua reflexão e para seu pronunciamento mais adiante é a indagação sobre se há estudos setoriais sobre os quais o Banco Central se tem debruçado e que procurem antever o impacto multiplicador de alguns desses canais, principalmente no âmbito do comércio internacional.

Parece-me que, no tocante ao impacto do comércio internacional, tendo em vista a relativamente baixa participação do PIB brasileiro nesse comércio, que sempre achamos que deveria ser ampliada, nes-

te caso, temos uma proteção. E a pujança do nosso mercado interno é suficientemente forte para garantir taxas de crescimento mais elevadas do que aquelas que o FMI prevê.

Gostaria de saber de V.Exa. se há estudos mais detalhados sobre setores específicos que seriam mais afetados pela economia internacional e quanto se poderia imaginar que eles poderiam rebater no conjunto da economia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Perfeito, Deputado Pedro Eugênio. O Presidente responderá a todos na sua exposição final.

Deputado Jilmar Tatto, por favor.

O SR. DEPUTADO JILMAR TATTO – Cumprimento o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, todos os membros da Mesa, as Sras. e os Srs. Deputados.

Sr. Presidente, queria fazer 3 observações. Primeiro, é verdade que o Brasil está mais preparado para enfrentar as crises e tem demonstrado isso neste momento difícil por que passa o mundo.

Gostaria que V.Exa. comentasse a regulamentação daquilo que o próprio Presidente da República chamou de cassino financeiro em que se tornou o Mundo. Qual é a ação objetiva, concreta, do Banco Central do Brasil, e a articulação política da instituição em relação a uma regulamentação do mercado financeiro mundial, em função dessas perdas trilionárias que estão acontecendo no mundo? Do ponto de vista da ação política do Banco Central, mas também do ponto de vista técnico, o que V.Exa. imagina pode ser feito no sentido de uma regulamentação mundial para evitar essa quebradeira toda e que o mundo seja surpreendido em relação a isso?

Segundo, em relação ao crédito, o Banco Central diminuiu o compulsório dos bancos em 91 bilhões de reais. No entanto, pelo menos no debate que tivemos, na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, há uma grita, uma chiadeira quase generalizada de vários setores da economia, reclamando da dificuldade e da preocupação com a falta de crédito do ponto de vista externo, principalmente para aqueles que querem exportar. Que ações o Banco Central pode adotar junto aos bancos, principalmente os privados, no sentido de que, com essa diminuição do compulsório, seja disponibilizado crédito para o mercado, e talvez uma ação do ponto de vista da não-elevação exagerada dos juros quando do empréstimo desses créditos?

Terceiro, sei que V.Exa. e o próprio Governo brasileiro, e com razão, têm preocupação muito forte com relação ao controle da inflação. E é justo isso. Os mais penalizados com o aumento da inflação são justamen-

te os setores menos favorecidos. Tem de existir essa proteção, é importante. Foi um ganho para o Brasil o controle da inflação. Mas agora estamos numa situação de excepcionalidade. Qual é essa excepcionalidade? A crise é excepcional, inclusive uma crise maior do que a de 1929.

Comentários, ações de Governo e declarações, inclusive do próprio ex-Presidente do Banco Central americano, são no sentido de que o momento agora é de o Estado investir, de o Estado gastar, de o Estado, realmente, participar da economia, para haver crescimento econômico.

A pergunta que faço é: neste momento, para garantirmos o crescimento econômico, para garantirmos que o Brasil tenha geração de empregos para enfrentar essa crise, não seria importante baixarmos os juros de forma agressiva? Sei que para ter os dados da economia imediatamente é difícil, principalmente em alguns setores da atividade econômica, mas parte dos dados apresentados aqui são de setembro ou outubro. É evidente que temos de ver o comportamento de novembro, de dezembro e principalmente do primeiro trimestre do ano que vem.

Então, não seria importante que o Banco Central fosse mais agressivo neste momento excepcional e baixasse os juros de forma mais contínua e mais agressiva?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Vou dar início à chamada dos Parlamentares inscritos.

Já disse que o Dr. Henrique Meirelles responderá às indagações do Deputado Pedro Eugênio e do Deputado Jilmar Tatto junto com todas...

O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI – Pela ordem, Sr. Presidente.

Estão presentes aqui o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, que poderiam fazer perguntas também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Deputado Dr. Pinotti, V.Exa. poderia fazer parte da Mesa. Todos estavam convidados desde o início.

O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI – É que cheguei agora. Estava assistindo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Mas o convite continua existindo.

O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI – Mas posso fazer minha pergunta daqui, até porque não há cadeira na Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Faça-a de onde V.Exa. desejar.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI – Em primeiro lugar, cumprimento o Presidente Meirelles, porque sempre nos dá uma razoável injeção de ânimo, coisa de que todos os brasileiros, particularmente os Deputados, precisam.

Em segundo lugar, faço uma pergunta muito curta sobre algo que me deixou um pouco perplexo durante esta semana.

Vi o Presidente Lula, depois da reunião dos Ministros, e mesmo antes, concitar o povo brasileiro a continuar consumindo, fazer suas compras etc. Acho isso perfeito, porque, se o povo parar de fazer compras, vai haver desemprego. Eu tive uma reunião com os revendedores de automóveis, que estão despedindo cerca de 15% a 20% dos seus funcionários.

Mas o que me deixou perplexo e, pela as exposições que ouvi, os outros companheiros também, é que para que haja aumento do consumo, primeiro, não pode haver aumento de juros, mas sim diminuição. Então, estou notando certa incongruência na atitude do Governo de estimular o consumo, o que acho correto, e, ao mesmo tempo, ser um pouco complacente com os bancos por não limitar o aumento de juros e até insistir na sua diminuição, como o Deputado Jilmar Tatto acabou de dizer.

É só essa a questão que eu gostaria de ouvir V.Exa. esclarecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Agradeço a V.Exa., Deputado Dr. Pinotti.

Passo a palavra para o primeiro escrito, o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ilustre Ministro e Presidente do Banco Central do Brasil, senhores diretores, na condição de Parlamentar que sempre defendeu a estabilidade econômica e o Plano Real, vejo com satisfação essa exposição, 14 anos e 10 meses depois de implantado o Plano. Percebo que até esse mês de outubro chegamos bem. Este é o ponto de inflexão, exatamente outubro de 2008, 14 anos e 10 meses depois do Plano Real.

Tenho participado de algumas audiências, de alguns debates, em São Paulo e em Brasília, e percebido, como todo o mercado e todos os Parlamentares estão percebendo, a aceleração dos problemas, das dificuldades.

Então, realmente, quero parabenizar, num primeiro momento, o Banco Central pela condução da política econômica e pelo controle da moeda e do crédito. Tenho as minhas restrições, como têm muitos outros colegas em relação às taxas de juros, o que também coincide com a posição do Vice-Presidente da Repú-

blica. Sempre entendemos que essas taxas poderiam ser menores. Mas essa é uma decisão que o Governo Lula, com o seu colegiado, toma.

Vemos também a receita positiva. Hoje de manhã, na Comissão de Finanças e Tributação, a Secretária da Receita Federal apresentou os números positivos até outubro: crescimento real de 10%.

Então, qual é, neste momento, o plano, a estratégia do Governo, do qual V.Exa. faz parte, dentro da política econômica, para enfrentar o que vem pela frente? A nossa preocupação é com o fato de que não temos visto nenhuma estratégia para o caso de essa crise se estender por 1, 2, 3, 10 ou 15 anos, como no Japão. Não quero ser pessimista nem catastrofista. Sou bem realista e pragmático. Concorro com a política macroeconômica, dou apoio a ela, sempre dei, defendendo a estabilidade econômica, mas não tenho visto nenhuma estratégia eficiente de combate à crise.

O que se percebe, diante do problema, é a ação de bombeiro para apagar o incêndio naquele momento. Qual é a ação preventiva que teremos com relação aos gastos públicos, à política fiscal do Governo? Qual é a estratégia? Qual é o plano? Estão pensando em aumentar o consumo das massas trabalhadoras? Não. Vi o contrário. Querem aumentar o consumo das classes A e B. A notícia desta semana foi no sentido de que o Governo estuda o estímulo ao Imposto de Renda para aumentar o consumo das classes A e B e manter a tributação sobre as classes C, D e E, que representam 70% da arrecadação do País, porque o Brasil tem o sistema tributário mais regressivo, mais injusto do planeta Terra e das galáxias.

Evidentemente, se for mexer no consumo, que mexa na tributação das camadas de trabalhadores que ganham até 2, 3 salários mínimos, porque assim teremos uma energia positiva, tirando a carga do Governo sobre o salário, a renda da massa de trabalhadores, e manteremos um consumo de massa estabilizado, gerando milhões de empregos. Isso traria a garantia do crescimento da economia.

A minha intervenção é em cima da situação em que chegamos até outubro. Muito bem, parabéns, ótimo, passou com louvor. Agora, queremos saber como enfrentaremos a crise. Essa é a grande indagação.

O Prof. Beluzzo esteve aqui semana passada e falou sobre a rapidez da disseminação da crise: é a indústria automobilística, são os setores não fechando contratos, são demissões. Então, muito bem, aplaudimos, mas que não fique aqui caracterizado que está tudo bem, céu de brigadeiro, e vamos em frente, com o Presidente Lula: "Continuem comprando". Claro, o povo vai comprar, porque precisa comer, vestir-se, beber. Mas queremos garantias sólidas. Temos um pla-

no? O Governo do Brasil, do Presidente Lula, com o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, têm uma estratégia de curto, de médio e de longo prazo, apresentada ao País?

É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Eu é que agradeço a V.Exa. a participação.

Com a palavra o Deputado Dr. Ubiali.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Ministro Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, que essa crise é uma crise que vem de fora para dentro ninguém tem dúvidas; que é uma crise sistêmica e estrutural todo o mundo já sabe; que houve perdas patrimoniais nunca vistas, o senhor acabou de demonstrar; e que parte disso foi a diminuição do papel do Estado, foi a ampliação da concentração da riqueza, todo o mundo sabe também.

Algumas perguntas que eu faria já foram feitas, mas quero reforçar alguns outros pontos. Por exemplo: V.Exa. disse que a dívida pública – V.Exa. demonstrou muito bem, parabéns – está diminuindo. No entanto, o que temos visto com outros dados é que o serviço da dívida tem aumentado e também que, enquanto a liberação do compulsório foi apresentada como grande estratégia do Banco Central para colocar no mercado um dinheiro que era do próprio mercado, o que se viu foi que – e o Presidente Jilmar Tatto se referiu a isso – a maior parte desse dinheiro liberado, na verdade, voltou para o próprio Governo, através da compra de títulos.

Como evitar que isso aconteça, Sr. Presidente? O dinheiro que dava uma renda xis e foi disponibilizado para o mercado, em vez de o próprio mercado pegar, o Governo foi lá e retomou, vendendo títulos da dívida pública.

Por fim, temos observado que, enquanto nos 4 primeiros anos do Governo Lula o déficit de transações correntes caiu, ele voltou a aumentar agora. O que está sendo feito para que isso não seja mais um fator a trazer a crise para dentro do País?

Por falar em trazer a crise para dentro, qual é, na sua observação, a capacidade de entrada dessa crise no Brasil, uma vez que V.Exa. mostra dados tão fortes e tão bons para nossa economia até o momento?

Era só isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio Amaral) – Muito obrigado, Deputado Dr. Ubiali.

Com a palavra o próximo Parlamentar inscrito, Deputado Júlio César.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Sr. Presidente da Comissão de Orçamento, Sr. Presidente do

Banco Central, Srs. Deputados, senhores diretores, eu até cheguei a acreditar que estamos blindados contra a crise. O que ouvimos de manhã, como disse o Deputado Luiz Carlos Hauly, da Secretaria da Receita Federal, e o que estamos ouvindo agora, quando V.Exa., Sr. Presidente Henrique Meirelles, faz um comparativo entre todos os indicadores de crescimento dos países mais desenvolvidos do mundo, a média do mundo e o Brasil, ficamos felizes e aliviados.

Mas há uma coisa que me chama a atenção. V.Exa. disse que disponibilizou 30 bilhões de dólares para uma operação de swap e que idêntica medida foi adotada em linha de crédito pelo FED a Bancos Centrais da Europa, como os da Inglaterra, Suíça, Japão, Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Suécia, Noruega e Dinamarca. Todos são países que têm renda per capita acima de 30 mil dólares. Eles são ricos. Nós somos pobres, em relação à renda per capita desses países.

Também me preocupa, Sr. Presidente, porque vi hoje no Bom Dia Brasil que os Estados Unidos vão, com a posse do novo Presidente, chegar ao montante de 2,5 trilhões de dólares em recursos para remediar essa grande crise que assola aquele país. O que isso representa? Quase 20% do PIB americano. Dois trilhões equivalem a 15%, 16% ou 17% do PIB; não deu para fazer a conta.

Eu me preocupo porque as nossas reservas são de 205,7 bilhões de dólares, que estão aplicados no Tesouro americano e grande parte no Tesouro dos países da Europa, exatamente onde a crise está mais acentuada. Um país em desenvolvimento ter tanto dinheiro aplicado, principalmente nos Estados Unidos, não é uma ameaça para o povo brasileiro?

Aliás, eu gostaria de saber quanto temos lá nos Estados Unidos, porque a China já teve, salvo engano, 1,5 trilhão de dólares aplicados lá, e está diminuindo esse valor. Quero saber também se o Brasil está diminuindo o montante aplicado lá, e o que representa o montante aplicado no Tesouro americano em relação aos 205,7 bilhões de dólares que V.Exa. mencionou aqui.

Outra coisa que me chama a atenção, Sr. Presidente, é o crescimento da energia. Só se fala em crise. Querem fazer aquelas barragens, aquelas hidrelétricas em Rondônia. V.Exa. disse que em 12 meses cresceu 3,7% a carga de energia. De onde veio essa energia? Eu gostaria de saber, porque não tenho conhecimento de que nenhuma hidrelétrica, usina nuclear, parque eólico ou usina de outro tipo tenha sido inaugurada nos últimos 12 meses.

Quero saber de onde isso veio essa energia, porque se fala muito na crise da energia. Há preocupação em se construir essas duas grandes hidrelétricas

e outras que estão projetadas para o nosso País. Mas V.Exa. disse que a carga de energia aumentou 3,7% em 12 meses.

Em relação ao BNDES, V.Exa. disse que ele disponibilizou 5,5 bilhões de dólares. O BNDES administra grande parte do dinheiro do FAT, e esse dinheiro, Sr. Presidente, é remunerado pela TJLP.

Vou fazer uma retrospectiva até 2003, o ano que mais me chamou a atenção. Em 2003, de aproximadamente 50 bilhões de reais, o BNDES financiou, com taxa LIBOR mais 0,5% ou 1%, para empresas americanas, a compra dos aviões brasileiros da EMBRAER, que são fabricados lá fora. Quase tudo vem em operação de drawback. O BNDES financiou 6 bilhões de reais.

No mesmo ano, Sr. Presidente, para todo o Nordeste, que naquele ano tinha 48 milhões de habitantes – hoje já tem 53 milhões –, o BNDES financiou 3,6 bilhões de reais.

Então, como o financiamento era pela taxa LIBOR, e os recursos, remunerados pela TJLP, que naquela época era 9%, e a LIBOR era 3,5%, mais a variação cambial, e houve a queda da variação cambial de 2003 para cá – subiu agora, recentemente – como fechar essa conta? Sou leigo no assunto, mas queria que V.Exa. explicasse como isso funciona. E gostaria de saber por que as empresas brasileiras não compram. Elas são impedidas pelas operações de drawback? Se comprarem têm que pagar o imposto? Não compram avião da EMBRAER. Existe até uma Azul que começará a funcionar agora; li nas revistas. Dizem que ela vai comprar, mas através de leasing de empresas americanas. Não sei como funciona.

Queria que V.Exa. explique isso, porque nunca consegui entender este negócio: pagar 9% e emprestar a 4%, na taxa LIBOR, quando a TJLP, naquela época, era 9% – hoje caiu. Mas principalmente em 2003, Sr. Presidente, a taxa LIBOR era 3,5%, e os juros eram 0,5% a 1%.

Tenho todas essas informações porque fiz requerimento ao BNDES para que me repassasse esses dados. Como fecha essa diferença e como o País faz – já fiz essa pergunta – tanta aplicação no Tesouro do país mais desenvolvido do mundo e que está realmente puxando a crise para todos os outros países, inclusive da Europa? E nós ainda trocamos reais correspondentes a 30 bilhões de dólares com eles. Isso não aumenta o risco de um país pobre, com uma renda per capita tão pequena, em relação a esses países nominados por V.Exa.?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Peço, por favor, toda a celeridade possível na participação dos Parlamentares – desculpem-me

a ousadia deste Presidente –, porque, em seguida, terá início a Ordem do Dia na Câmara, muito embora isso não interfira no desenrolar desta sessão. Mas combinamos com o Presidente que esta sessão se estenderia até às 17h, e a Comissão de Orçamento ainda quer retomar votação de matéria pertinente ao Orçamento da União.

Passo a palavra ao Deputado Marcelo Almeida.

O SR. DEPUTADO MARCELO ALMEIDA – Obrigado, Sr. Presidente.

Ministro Henrique Meirelles, Senador Delcídio Amaral, primeiro farei uma pergunta ao Senador Delcídio Amaral, depois ao Dr. Henrique Meirelles.

Senador Delcídio, não sou da Comissão, mas fico em cima do que recebo da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – V.Exa. é preparado até para comandá-la.

O SR. DEPUTADO MARCELO ALMEIDA – Já estou me preparando.

Em relação a esse último parecer preliminar, até por causa da crise, li que estamos esperando o Executivo mandar, até o dia 21 de novembro, parâmetros macroeconômicos. Eu disse ao Jorge Cury que isso era antes da crise, que não dava nem para nos basearmos nisso, porque não será esse o PIB, não será essa a inflação, não será essa a Taxa SELIC. Depois podemos conversar para ver se teremos uma nova leitura sobre essa preliminar.

Ao Ministro Henrique Meirelles farei uma pergunta como se fosse um aluno, porque tenho mais dificuldade de entender. Com a crise mundial mudam algumas coisas em relação à Taxa SELIC e também no nosso resultado nominal e no juro que o Brasil tem que pagar da dívida – aumentando a Taxa SELIC, aumentam os juros. Há alguma coisa a ser feita para o País ter os 3 graus de investimentos? Uma suposição: se daqui a 6 anos o País tiver um resultado nominal zero, só a dívida, não ter mais juros de dívida, não precisar fazer superávit para pagar os juros, ele poderá ganhar os 3 graus de investimento? Essa é uma pergunta.

A outra pergunta é – e o senhor sabe, porque tem esta visão mundial – em relação ao valor do barril do petróleo. Como ele despenca 40% de uma hora para outra? Ele custava 111 dólares, foi para 78 dólares e agora para 59 dólares. Qual é a regra no mundo em relação ao preço do barril de petróleo para que ele despenque tão rápido, em poucos dias? Não consigo entender isso muito bem.

Queria novamente, como sempre, parabenizá-los. Pelo pouco tempo que estou entendendo de economia brasileira e de orçamento público, fico muito satisfeito em ser um Deputado Federal da base do Governo e ter o senhor à frente do Banco Central. Continue assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Muito obrigado, Deputado Marcelo Almeida, pela sua participação.

Deputado Alfredo Kaefer.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – O Deputado Antonio Palocci não precisa nem se inscrever, pela sua autoridade. Honre-nos com a sua participação, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANTONIO PALOCCI – Sr. Presidente, agradeço a oportunidade e também a gentileza do Deputado Alfredo Kaefer. Eu preciso sair para dar um encaminhamento com o Presidente da Casa sobre a Reforma Tributária.

Quero, na presença do Senador Delcídio Amaral, Relator do Orçamento, e dos Presidentes Pedro Eugênio e Jilmar Tatto, cumprimentar a equipe do Banco Central e o seu Presidente, Henrique Meirelles, pela condução da política monetária e cambial e daquilo que está sob a responsabilidade do banco, principalmente num período de maior turbulência como esse, que exige muito mais das autoridades do que os períodos normais. Às vezes, uma situação como essa exige uma atividade sobre-humana, e vemos as equipes da Fazenda, do Banco Central e do Planejamento trabalhando muito corretamente. Isso é muito positivo para o Brasil.

Quero fazer um registro importante sobre a política de acumulação de reservas e de segurança que fez o Banco Central nesses últimos anos.

É muito difícil conseguir enxergar, no período em que você acumulam reservas, a importância delas. É muito difícil. Por isso foi muito criticada a política de reservas do Banco Central, às vezes violentamente criticada, e até hoje entre nós existem críticas sobre as reservas realizadas. Mas o efeito que ela está tendo hoje, quando é posta à prova, sobre a segurança da economia e sobre a redução da nossa dívida pública, mostra o acerto extraordinário da política monetária nesse período.

Como sou médico, nunca entendi dessas coisas da economia, mas eu aprendi uma vez, quando estava no Ministério, quando recebi a conta do meu seguro de vida. Há 14 anos eu pagava o meu seguro de vida e comecei a me arrepender daquilo. Há 14 anos pagando era caro. A boa notícia é que eu não tinha morrido. Demorei a perceber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Para alguns. (Risos.)

O SR. DEPUTADO ANTONIO PALOCCI – Nem para todos.

Quando faz um seguro, na verdade, ele é uma despesa chata sobre a qual se fica sempre em dúvida

sobre se vale a pena contratar. Quem é empresário sabe disso. O empresário resiste a fazer seguro porque é caro. Todo seguro é caro. E o seguro que o Banco Central fez foi e é caro, mas nem se compara ao efeito que ele tem hoje num período de teste como este.

Queria só fazer esse registro e deixar uma sugestão ao Presidente do Banco Central e sua equipe. Foi demonstrado que o crédito no Brasil continua tendo evolução bem razoável, continua crescendo. Já existem dados divulgados – não sei se estão aqui neste documento de hoje – ontem pelo Banco Central, informando que em novembro continua tendo crescimento o crédito.

Mas se virmos os dados comparados com o que vemos no dia-a-dia das empresas há uma contradição. As empresas estão com dificuldade extraordinária de acesso a crédito, principalmente para capital de giro. O fato é que, na verdade, a oferta de crédito não caiu tanto com a crise. O que aumentou foi a demanda sobre os bancos brasileiros, na medida em que pelo menos duas fontes de oferta de crédito – o crédito externo e o crédito do mercado de capitais – desapareceram. O crédito externo desapareceu há 1 mês e meio, e o crédito no mercado de capitais há uns 6 ou 8 meses.

Na verdade, o que mudou neste período foi uma queda brusca e forte da oferta de crédito, fazendo com que a pressão sobre o sistema bancário brasileiro aumentasse muito, de forma que vemos a curva de crédito melhorando, mas as reclamações das empresas se multiplicando. Existe hoje ainda uma questão relativa a acesso a crédito para capital de giro das empresas.

Ontem li, na imprensa, que o Banco Central tomou uma medida bastante criativa com relação ao depósito compulsório permitindo uma nova linha ao BNDES que possa fazer uma distribuição maior de crédito para atender às situações mais emergenciais.

A minha única recomendação é de que, nesse período mais difícil, o Banco Central continue tomando medidas no sentido de que o mercado de crédito privado e o mercado de crédito público, que, neste momento, têm papel importante, possam suprir as necessidades emergenciais das empresas. Uma coisa evidente é que, com essa crise, o mundo terá uma desaceleração, e o Brasil também. Temos de ajudar para que a crise seja mais amena, mais coordenada e o menos traumática possível. Esse é o papel desempenhado pela autoridade monetária e que pode ter sucesso muito grande, dada a responsabilidade e a competência da equipe do Banco Central.

Sr. Presidente, peço desculpas por não poder permanecer até o final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Agradeço ao Deputado Antonio Palocci a participação.

O próximo inscrito é o Deputado Carlito Merss, que vem participar desse processo no momento em que Santa Catarina passa por uma das maiores tragédias da sua história. Embora o Deputado Vignatti, Coordenador da Bancada de Santa Catarina, desejasse participar mais efetivamente do debate, não pôde por estar tomando providências para seu Estado.

Então, Deputado Carlito Merss, quando V.Exa. fala, tenha a certeza de que o faz em nome de todos os catarinenses.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Obrigado.

Sr. Presidente, Deputado Mendes Ribeiro Filho, Sr. Presidente do Banco Central, funcionários do banco e demais das outras Comissões, é óbvio que o material mostrado pelo Presidente Henrique Meirelles desagrade a muitos, porque há um embate político pré-eleitoral muito ruim já instalado no País e, muitas vezes, acabamos não conseguindo realizar o debate na medida certa.

O Presidente citou, e também observei, que os grandes jornais de São Paulo, que se consideram quase um país dentro do Brasil, têm clareza da sua posição ideológica e constantemente usam a palavra “crise” e “não vai dar certo”. Nem li as manchetes de hoje, mas sinto que isso infelizmente é possível.

O que estamos discutindo é a crise do capitalismo global, um modelo que transformou o papel do dinheiro 10 vezes maior que o papel real, que é a terra que existe no mundo. É basicamente isso. Grosso modo, o PIB mundial vale 60 trilhões, e o mundo especula com papéis para mais de 600 trilhões! É isso, para que as pessoas entendam. Não entendemos por que o custo de retirada do petróleo é “x” e em menos de 6 meses o barril valer entre 50 e 150 dólares.

Há uma especulação escandalosa do sistema capitalista, principalmente porque, não aprendendo o modelo e a experiência de 1929, as consequências – Graças a Deus, o mundo está preparado – não serão as mesmas. Na crise de 1929, surgiu o fascismo, o nazismo e praticamente o desmonte da democracia, ainda incipiente, que havia na Alemanha e em outros países. O mundo está preparado diferente hoje, mas o modelo e a forma são iguais.

Presidente, existe uma saída. Queria apenas ouvir o comentário de V.Exa. a respeito, dada a sua experiência internacional. É óbvio que teremos de ter um mecanismo de regulação completamente diferente dessas ferramentas anacrônicas, que são fruto ain-

da de Brentwood, daquele momento histórico pós-2ª Guerra Mundial.

Não tenho dúvida de que o Brasil, e tenho essa sensação, já está tendo papel preponderante. O G-20 sempre foi motivo de chacota da mídia mundial, mas hoje não é mais. É dentro desse espaço do G-20, que incorpora os países do capitalismo mais antigo com os emergentes – como brasileiro fiquei muito feliz de perceber isso –, que vemos a postura de todas as autoridades brasileiras na reunião preparatória de São Paulo e mesmo na dos Estados Unidos, abordando, com muita tranquilidade, essa questão. Queremos um espaço de regulação que não permita mais chegar a esse ponto. Qualquer neófito, qualquer pessoa que não conheça nada de economia sabia que o modelo do subprime dos Estados Unidos é uma coisa escandalosa, literalmente um mico. Como se permitiu que, durante tanto tempo, aquilo acontecesse?

Então, queria ouvir algumas reflexões de V.Exa., pela experiência que tem, sobre algo que o mundo vai ter de decidir, para que não tenhamos de fazê-lo, daqui a 10, 15, 20 anos, depois de a população mundial pagar novamente essa conta ou de o povo dos Estados Unidos pagá-la àquelas montadoras atrasadas que ainda estão querendo dinheiro para fabricar o mesmo tipo de carro atrasado, antiecológico, achando que essa é a saída. Que os banqueiros entendam que o banco é uma intermediação, sim, mas que tem de ter uma lógica calcada na economia real.

Alguns comentários já foram feitos sobre a forma que o Brasil, em especial, e outros emergentes, apesar de esses países não quererem perder seu poder, principalmente o G-8, poderiam influenciar nessa regulação necessária para não passarmos por períodos semelhantes a esse no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Vou encerrar as inscrições.

Estão inscritos os Deputados Alfredo Kaefer, José Carlos Aleluia, Chico, no momento em que passo a Presidência dos trabalhos ao Senador Delcídio Amaral, pois tenho um compromisso, como avisei anteriormente, com os Ministros da Previdência e do Planejamento para tratar de temas relacionados à Previdência. O Senador Delcídio Amaral vai manifestar-se em nome da Comissão, quando julgar oportuno.

O próximo inscrito é o Deputado Alfredo Kaefer. Depois, o Deputado José Carlos Aleluia e, então, V.Exa., que falará em nome da Comissão.

Estão encerradas as inscrições.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER – Sr. Presidente do Banco Central, Srs. Presidentes de Comissões, Sras. e Srs. Deputados, como todos os Deputados e os demais brasileiros, estamos preocupados

também com a crise e percebemos na economia real que muita coisa não está andando como muitas vezes vemos nas manchetes.

Hoje, por exemplo, a imprensa divulgou a queda do crédito, diria, a um número inexpressivo. Mas, na verdade, o crédito não está chegando à ponta. Que o diga nosso companheiro Armando Monteiro e consulte os empresários pequenos e médios, agricultores, enfim, todo o segmento produtivo sobre a dificuldade que há hoje. É real a dificuldade de crédito.

Somos liberais e entendemos que a economia de mercado tem de funcionar. Mas, quando necessário, é preciso que o Estado intervenha. Muitas vezes, vem um comparativo dizendo que, se numa cidade não houver nenhuma padaria, o Governo tem de instalar uma.

Neste momento em que a banca privada não coloca recursos à disposição, realmente o Governo tem de irrigar o crédito, e constantemente vemos tantos milhões liberados para o BNDES. Sabemos que o sistema do BNDES é burocrático, moroso, tem toda uma conduta ou um procedimento, e o recurso demora a chegar à ponta. É transferido para os agentes financeiros e depende de crédito, mas os bancos não querem dar crédito, não querem aumentar a exposição de risco.

Então, penso que o Banco Central e o Tesouro Nacional têm de promover a irrigação de crédito no mercado. Diante disso, faço algumas indagações.

O Presidente do Banco Central deve lembrar que, numa das audiências, discutimos a política de câmbio que condenávamos, na época, quando o dólar caía para 1,70, 1,60, até 1,53, que foi o mínimo. Naquele momento, destruímos vários setores exportadores, principalmente de manufaturados. E agora que o dólar está num patamar maior, esses segmentos não conseguirão voltar a exportar tão facilmente.

Sei que o Banco Central tem como dever ser guardião da moeda – eu criticava isso na época – tanto quando o dólar está em alta como quando está em baixa. Agora, o Banco Central tenta intervir e, muitas vezes, não consegue. Na época, dizíamos que teriam de ser criados mecanismos. Isso serve de reflexão para quando eventualmente acontecer novamente.

É preciso ter equilíbrio do câmbio para não se destruir o setor exportador. Hoje temos que exportar e não conseguimos.

Os países têm reduzido drasticamente suas taxas de juros. Sr. Presidente do Banco Central, por que não conseguimos criar outros mecanismos de contenção de inflação que não seja a taxa de juros? Por que não baixar drasticamente, neste momento, a taxa básica de juros, SELIC, que deixaria menos custo para o Tesouro

no seu endividamento e irrigaria mais o mercado? Por que sabemos que a economia é movida a crédito.

O Deputado Palocci falou do seguro, que é a nossa reserva internacional, reserva externa. Cada um de nós faz uma poupança, uma reserva, para ela ser usada em momentos difíceis. Por que não usamos agora, neste momento, parte da reserva, trazê-la de volta, repatriá-la, para irrigar, de forma mais consistente, o mercado financeiro?

O Senador Delcídio é autor de um projeto que dispõe sobre repatriamento de recursos que estão lá fora. Vai dar muita discussão, mas o projeto seria bem-vindo neste momento. Por que não repatriar parte desses recursos da nossa reserva, trazê-la de volta paulatinamente e reconstruí-la depois, com o tempo? Por que um país que já teve reserva zero não pode ter 100 bilhões de reserva? Por que não usar metade desses recursos para o lastreamento de operações ou internamento direto? Por que, no momento de liberação de compulsórios, o Banco Central continua tendo que comprar todos os recursos financeiros disponíveis, ou grande parte, não sei exatamente como funciona, e títulos públicos?

Se o Banco Central se retraísse um pouco na compra de títulos públicos, o sistema financeiro automaticamente teria que colocar esses recursos. É muito confortável. Libera-se o depósito compulsório, enxugam-se os recolhimentos, cobram-se as contas e aplica-se o dinheiro no Tesouro, com a maior segurança possível, e não se precisa arriscar, colocar isso no mercado nem expor o meu banco ao financiamento.

Por que todos os recursos têm de ser aplicados em títulos públicos?

O Banco Central e o Tesouro precisam de mais capitalização. Isso faria com que as taxas de juros também caíssem.

A situação do crédito. Daqui a meia hora membros da Frente Parlamentar da Agricultura irá ao Ministro interino da Agricultura para expor uma situação dramática que ocorre hoje. Já estamos terminando o plantio, mas seguramente vamos ter queda de produtividade, porque, além da falta de recursos oficiais, do crédito rural oficial, faltam elementos que o agricultor não consegue captar: o crédito suplementar, com taxas normais ou de poupança, ou de cheque especial, que não estão disponíveis, e o recurso do fornecedor de fertilizantes e de insumos.

Então, o agricultor tem dinheiro para plantar 50, mas tem 100 hectares. Vai usar a metade dos insumos para plantar toda a área.

Esse é um trabalho que temos de fazer. Vou na esteira do Deputado Haully. Não temos um projeto ma-

cro para saber o que é preciso fazer com a ressaca dos problemas da crise.

O Governo americano solta recursos extraordinários, e nós temos, sim, feito algumas ações, mas as considero incipientes para irrigar a economia, de forma tal que ela possa se revitalizar, não parar, os empregos continuarem se mantendo, e ela manter-se saudável ou pelo menos ter o impacto menor possível.

Como Deputado, sinto-me frustrado. Em alguns países da Europa e mesmo dos Estados Unidos, o Congresso interage de forma plena com o seu Executivo, trocando idéias com o Banco Central, com as autoridades do Governo, no sentido de achar soluções e alternativas para a crise. E nós estamos acompanhando, na maioria das vezes, o noticiário pelo jornal.

Então, acho que o Congresso tem que participar. É função, sim, do Executivo, mas há idéias boas, uma forma muito boa de se fazer a interação com o Executivo e o próprio Banco Central, de criar mecanismos para proporcionar algumas facilidades, como é o caso do câmbio, por exemplo, hoje, no momento em que as exportações estão paradas, alongar o tempo técnico de fazer performance cambial.

Vemos muitos exportadores que chegam ao limite de entregar as cambiais e a exportação não acontecer. Isso leva a ter problemas no Banco Central. Eu gostaria, realmente, que houvesse uma interação mais forte do Congresso com as autoridades, porque o nosso objetivo é único, tal como o do Banco Central, do Governo, de fazermos todo o possível para que se amenize a crise e venham benefícios para a nossa Nação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio Amaral)

– Muito obrigado, Deputado Alfredo Kaefer.

Passo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Obrigado, Sr. Relator Presidente. V.Exa. está inovando na função de Relator e Presidente hoje.

Sr. Presidente-Ministro – não sei se o chamo de Ministro ou Presidente do Banco Central —, a vinda de V.Exa. a esta Casa, além de cumprir um dever legal, poderia e é desejável que cumpra um outro dever.

A platéia que aqui está é ampla. O interesse pelo debate com V.Exa. é demonstrado pela presença de Parlamentares. Não é tão normal que estejam praticamente cheios os assentos. Portanto, todos estavam interessados em ouvir o que V.Exa. tem a dizer.

É importante que os que estão aqui — V.Exa. vai ver que não há tanta divergência entre Governo e Oposição — possam levar aos outros Deputados e Senadores um pouco da notícia, não da contabilidade, não do passado, mas do que V.Exa. acena para o futuro.

Para começo, o primeiro recado é para o Relator. V.Exa. traz uma informação do FMI, dizendo que o Brasil deve crescer 3%. Espero que nós façamos um orçamento que não se distancie tanto dos 3% que o FMI, de forma otimista, está prevendo. Portanto, não adianta fazer especulações em torno de valores maiores do que esses.

O que é mais importante, Sr. Presidente – vou pedir ao Ministro-Presidente que relate —, é de que forma o Parlamento pode ajudar. Eu sei como pode atrapalhar. Aliás, já tem atrapalhado sistematicamente. Ontem, por exemplo, o Senado aprovou, sem nenhuma discussão – e com o voto da Oposição —, um aumento para 91 mil funcionários, aumentos que são de 2008, 2009, 2010 e 2011. Sabemos que a economia e a receita não vão crescer como esperado, que o salário médio do povo brasileiro vai cair e o desemprego vai crescer. Portanto, é importante que essa reunião se repercuta no plenário. O plenário da Câmara, hoje, tem na pauta o atrelamento do salário dos delegados ao salário dos juizes, com uma emenda para atrelar também o salário da Polícia Militar aos salários dos delegados. Encontrei, fazendo cooper, um amigo meu, coronel do Exército. Ele me pediu que apoiasse a emenda que atrela o salário dos delegados e da Polícia aos dos juizes e atrelar também o salário do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Portanto, V.Exa. verá que a política monetária vai ficar cada dia mais difícil com este Parlamento. Dessa forma, a vinda de V.Exa. para expor os dados mostra muito bem que estamos em um ponto de inflexão, em um ponto, Ministro, onde tudo dava certo na iniciativa privada, que fez muita coisa errada, e nos governos.

Agora, vamos passar para o ponto em que tudo vai ser difícil, o que não significa que tudo vai ser errado. Tudo vai ser difícil. Teria de ser o momento em que o Parlamento teria que descobrir que há uma crise.

V.Exa. se recorda que, quando V.Exa. e o Ministro da Fazenda vieram ao plenário, ainda tínhamos mais ou menos 15 dias para o primeiro turno da eleição, ou 3 semanas, se não me falha a memória, eu disse: “Ministro, o mundo real, o crédito, que é uma coisa que interessa diretamente no mundo real, já está se distanciando”. Devo dizer a V.Exa. que algumas medidas começam timidamente a responder, mas ainda de maneira muito acanhada, o que é natural. Mesmo que os diretores do banco possam deixar um pouco de lado a prudência, o que não é normal nesse momento, o gerente estabelece prudências novas. Gerentes inclusive de bancos oficiais.

Já tive oportunidade de dar o exemplo de um ex-Deputado amigo meu, de Minas, que tem operações muito simples, muito pequenas na área do café, e foi

ao Banco do Brasil na sua região tomar um empréstimo de 70 mil reais, quantia que habitualmente toma para o crédito do custeio. E o gerente do banco disse a ele que o dinheiro estava disponível, porque ele nunca tinha faltado com o pagamento da sua safra anos a fio, mas que neste ano seria necessária a penhora da fazenda. Não que ele não pudesse fazer a penhora da fazenda, mas porque a penhora da fazenda significa mais 20 ou 30 dias de processamento.

Portanto, Sr. Ministro, gostaria que V.Exa. dissesse para os Deputados o que podemos fazer para ajudar o Brasil, além de aumentar as despesas, porque disso nós já sabemos. Que medidas podem ser tomadas para se dizer que o Parlamento está dando uma contribuição para que a crise não se avolume?

V.Exa. é testemunha – aliás, todo o Brasil – de que a Oposição, de modo sistemático e explícito, tem dito que apóia todas as medidas que vierem do Governo para o combate à crise, menos a propaganda. Propaganda, não vamos apoiar. Propaganda significa que a única coisa que vai crescer 4% no Brasil é a verba de publicidade do Governo. Fazer propaganda para que cresça 4% significa aumentar em mais de 4% a verba destinada à publicidade.

V.Exa. poderia nos responder, na área fiscal – que é um pouco fora da área de V.Exa., mas que tem reflexos —, o que podemos fazer em termos de projetos? Como poderíamos ajudar o crédito? Sabe V.Exa. que o Parlamento começou a discutir o cadastro positivo. E aparecem pessoas, Deputados que dizem que isso vai prejudicar o cidadão, como se a inadimplência fosse de 96% e os adimplentes fossem só 4%. Portanto, esse é um tema sobre o qual V.Exa. poderia falar.

Outro ponto é relativo à agilidade do Banco Central. Como o Banco Central poderia ter mais liberdade? Ontem, na reunião de Líderes, o Líder do Governo defendeu a idéia de que poderíamos aprovar alguma coisa na área das fusões bancárias, para dar agilidade à ação do Banco Central, independente do CADE.

Todos acompanhamos, no fim-de-semana, as notícias sobre o Citicorp. Imagino o que se passou nesse fim-de-semana para se salvar o Citicorp. Evidentemente, ele só foi salvo porque se tinha agilidade, tinham-se instrumentos para tanto. Aliás, depois de ter deixado quebrar o Lehman Brothers, se o Governo americano não conseguisse salvar o Citicorp, estaríamos numa crise muito maior ainda.

V.Exa. foi Deputado – foi eleito, foi diplomado, portanto, foi Deputado. Não chegou a assumir, mas foi Deputado. Não pode dar conselhos aos Deputados, mas pode dar sugestões aos Deputados. Os que estão aqui são Deputados que significativamente vão levar às suas bancadas a mensagem de V.Exa.

Portanto, é esse o pedido que faço a V.Exa., louvando a prudência do Banco Central. Não fosse a prudência da política monetária, estaríamos numa situação muito pior – e temos de reconhecer isso. Provavelmente os balanços em real vão dar resultados extraordinários, embora em razão das variações cambiais. Mas isso não é o importante. O importante é de que forma este Parlamento pode ajudar o Brasil a enfrentar a crise e o brasileiro a sofrer menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delcídio Amaral) – Muito obrigado, Deputado José Carlos Aleluia.

Presidente Henrique Meirelles, mais uma vez, destaco sua exposição ágil, clara, lúcida mostrando o trabalho que o Banco Central tem feito ao longo destes anos. Não posso deixar de registrar também o trabalho do Deputado Antonio Palocci à frente do Ministério da Fazenda, que, juntamente com V.Exa., executou uma política austera, cautelosa, cuidadosa, cujos reflexos podemos agora observar na exposição feita por V.Exa. sobre os resultados da economia brasileira e como ela tem reais condições de enfrentar esse período de crise, evidentemente sabendo que teremos consequências em virtude da dificuldade que tomou conta das principais economias do mundo.

Respondendo ao Deputado Marcelo Almeida, registro que recebemos, na quinta-feira da semana passada, os novos parâmetros do Orçamento. O barril de petróleo saiu de 111 para 76 dólares; a inflação, de 4,5% para 5,19%; o câmbio, de R\$ 1,71 para R\$ 2,04, e um crescimento de 4% em vez dos 4,5% inicialmente previstos, que era a meta. Evidentemente, esperamos que, especialmente no item crescimento, esse número venha a ser confirmado pelo trabalho do Banco Central após o Natal, como disse muito bem aqui o Ministro Henrique Meirelles. Esses são os parâmetros.

O competente Deputado Jorge Khoury, da Bahia, está tendo grande sensibilidade – e o nosso programa está rodando em virtude desses parâmetros – para fazer uma avaliação do Orçamento, para que, assim, possamos ter uma peça orçamentária realista quanto a esse novo quadro que se apresenta.

Serei muito objetivo – o plenário está cheio, o que é muito importante e mostra o quanto os Parlamentares têm interesse em ouvi-lo – e farei somente duas perguntas.

Sr. Presidente, no momento em que os financiamentos ficam rarefeitos, quando os bancos internacionais fecham as torneiras, e a partir do momento em que o Programa de Aceleração do Crescimento tem teor fortemente energético em razão do papel da PETROBRAS, da ELETROBRÁS e de outras empresas estatais, pergunto a V.Exa. se, com a importância que as empresas de energia têm, em relação ao PAC e ao

crescimento do PIB, esse novo quadro não afetará o crescimento brasileiro, trazendo o crescimento para patamares menores. Pergunto especialmente porque a PETROBRAS e a ELETROBRÁS representam quase 0,8% do PIB, portanto, valores consideráveis em virtude de tudo aquilo que alavancam.

Segunda questão. Evidentemente, não é função do Banco Central, como foi dito aqui, aconselhamento sobre o Orçamento fiscal. Pergunto, então: dentro de um quadro que nos leva a cortes, até pelas simulações que estão sendo feitas, de 8 bilhões de reais aproximadamente no Governo Federal, e com impacto nos Estados e Municípios de cerca de 7 bilhões em razão dos repasses aos Estados e Municípios e dos royalties do petróleo – e o Deputado Marcelo Almeida disse muito bem, estamos trabalhando com 111 e, no ano que vem, vamos trabalhar com a média de 76 –, hoje, na visão de V.Exa., esses cortes devem predominar sobre o custeio ou sobre o investimento? É a pergunta que faço, até em virtude do momento que estamos vivendo.

Fundamentalmente, mais uma vez, quero agradecer a V.Exa. os esclarecimentos que nos trouxe e a competência com que tem trabalhado no Banco Central. V.Exa. honra o Governo do Presidente Lula e o Brasil pelo trabalho competente, com seus diretores, à frente do Banco Central.

Com a palavra, para responder aos questionamentos, o Presidente Henrique Meirelles.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu fui o último a me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delcídio Amaral) – V.Exa. está inscrito?

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES – Estou inscrito, e, antes de sair, o Deputado Mendes Ribeiro Filho anunciou que eu era o último inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delcídio Amaral) – Se o Ministro e os demais Parlamentares, porque já está acendendo a luz avisando o início da votação nominal em plenário,...

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES – Mas será rápido. Vou ser rápido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delcídio Amaral) – Então, se V.Exa. puder ser bastante ágil, porque precisamos aproveitar...

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES – Se for nessa pressão, retiro o meu nome, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delcídio Amaral) – Retira o nome? V.Exa. é Deputado igual aos demais e teria direito ao mesmo tempo, mas estamos premidos pela hora, e a inscrição de V.Exa. não está registrada na folha que recebi. V.Exa. afirma que pediu para se inscrever...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delcídio Amaral) – Senador, não aceito ser chamado de mentiroso. Pergunte ao Presidente anterior...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delcídio Amaral) – Não, Sr. Deputado...

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES – S.Exa. disse: “O Deputado Chico Lopes será o último orador”. Se alguém ouviu aqui, ajude-me. O Presidente está tentando dizer que eu estou querendo forçar a barra. E eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delcídio Amaral) – Não, Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES – ... tenho bastante maturidade para isso. Esse cabelo branco aqui é de vida, não é de oportunismo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delcídio Amaral) – Deputado, quero deixar claro a V.Exa. que o Deputado Mendes Ribeiro Filho foi muito claro quando disse que não mais aceitaria inscrições. E as inscrições estão aqui.

Com a palavra o Ministro Henrique Meirelles.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral.

Vamos, então, endereçar de maneira mais objetiva e rápida possível as questões, exatamente em razão do compromisso dos Parlamentares e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delcídio Amaral) – Presidente, só uma pequena interrupção. O Deputado José Guimarães está dizendo que havia pedido ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, mas a Assessoria de S.Exa. não colocou o nome do Deputado Chico Lopes. E eu não poderia deixar de registrar isso até para mostrar a coerência de S.Exa., mas também a exatidão da minha conduta. Estou trabalhando com os nomes listados pela Assessoria e pelo Deputado Mendes Ribeiro Filho.

Presidente Henrique Meirelles, V.Exa. continua com a palavra.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Muito obrigado.

Em primeiro lugar, a pergunta do Deputado Pedro Eugênio sobre estudos setoriais referentes aos setores mais afetados pela crise. Se olharmos os canais de transmissão da crise, veremos, como mencionei, que o primeiro deles é o canal do crédito. Portanto, aqueles setores mais dependentes do crédito, não só no seu financiamento, mas também na sua venda, são os que tendem a ser mais afetados, principalmente aqueles dependentes do crédito internacional, como foi observado com clareza.

O segundo canal de transmissão é o comércio internacional, na medida em que os países grandes importadores, principalmente os Estados Unidos e

países da Europa, na medida em que têm recessão, diminuição do produto, certamente demandarão os mesmos produtos importados, o que significa que aquelas companhias que exportam principalmente para os Estados Unidos e para a Europa e aqueles países que são mais dependentes sofrerão mais. Evidentemente, quem exporta para outros países que, por sua vez, exportam para os Estados Unidos, também tenderão a ser um pouco mais afetados. Isso envolve, entre outras coisas, os produtores de commodities, que são grandes exportadores.

Diversos estudos estão em andamento não só em áreas do Governo, mas também no setor privado e em órgãos de pesquisas e universidades. E, com certeza, com o tempo, teremos maior disponibilidade de dados para entender o efeito nos diversos segmentos. Ainda estamos em período muito preliminar da situação em que esses canais de transmissão começam a fazer algum efeito na economia brasileira. Portanto, vamos ter de aguardar um pouco o desenvolvimento desse assunto.

O Banco Central do Brasil tem alguns estudos, inclusive o seu relatório regional e seus relatórios de economia regional, e endereçará isso no seu devido tempo, com outros órgãos, além, evidentemente, do relatório da economia brasileira e de diversos segmentos e, se for aplicável ao caso, também o relatório da inflação.

Perguntou o Deputado Jilmar Tatto – e esta questão também foi feita por outros Parlamentares –, quanto à questão da regulamentação dos mercados internacionais, o que está fazendo o Brasil para conseguir uma melhor regulamentação dos mercados internacionais, visando evitar que se repita essa crise. O Deputado Dr. Pinotti fez a mesma pergunta, além de outros Parlamentares que vou mencionar mais à frente. Para responder isso, em primeiro lugar, é importante mencionar o que está sendo feito no mundo.

Foi constituído um órgão chamado Fórum de Estabilidade Financeira, que é formado por um grupo de países que começaram a propor uma série de norma reguladoras. Desse fórum fazem parte principalmente aqueles países que têm presença no Banco de Compensações Internacionais, que começou com iniciativa dos bancos centrais.

Na reunião do G-20, em São Paulo, o Brasil, que era o Presidente da reunião, fez uma proposta forte no sentido de que se deveria expandir a representação do Fórum de Estabilidade Financeira, que não incluía os países emergentes. E já foi tomada a decisão pelo Fórum de Estabilidade Financeira de incluir alguns emergentes, e temos uma indicação preliminar de que o Brasil deverá ser um dos primeiros a passar

a fazer parte formalmente do Fórum de Estabilidade Financeira

Existe uma série de recomendações visando fazer com que o nível de risco assumido pelas instituições financeiras não atinja patamares excessivos, gerando esse tipo de crise, e que a transparência das operações para os agentes econômicos e a sociedade sejam mais transparentes.

E um terceiro tópico da maior importância é a questão das transações globais, operações financeiras globais, que não são apenas em um país específico.

Houve outras perguntas sobre isso – e já vou responder aqui. Já se falou, por exemplo, da questão dos mercados derivativos, dessas operações de alta alavancagem, algumas delas que causaram certa volatilidade dos mercados de câmbio e do crédito do Brasil há algumas semanas, já no processo de estabilização. Mas o que podemos dizer é que, de fato, o grande volume, as operações maiores não foram registradas no Brasil. É um grande banco internacional que faz uma operação com a subsidiária de uma empresa brasileira, ou mexicana, ou coreana no exterior. Essa operação não é registrada no Brasil. Portanto, o Banco Central do Brasil, autoridades regulatórias brasileiras não têm acesso a essas operações.

Estamos conversando com os bancos centrais de diversos países, visando ter acesso a esses dados de operações. E estamos tendo um sucesso relativo, mas o importante é que haja uma estrutura regulamentar de supervisão dessas operações internacionais. Essa, inclusive, é uma das propostas importantes do G-20. Portanto, isso está em andamento.

Existe um papel a ser desenvolvido pelo Fundo Monetário Internacional, mas eu gostaria de dizer que a grande notícia, como também já foi mencionado, é o fato de que o G-20 passa a ser, cada vez mais, o órgão de maior importância na coordenação das ações governamentais globais, ocupando paulatinamente o lugar antes exclusivo do G-7, na medida em que as economias emergentes passam a representar, cada vez mais, uma parcela mais importante da economia mundial. É natural que se evolua para uma representatividade de governo que inclua os países emergentes na discussão desses problemas.

Outra pergunta do Deputado Jilmar Tatto é em relação ao compulsório e à preocupação com o crédito. Indaga ele qual é a ação do Banco Central exatamente para que o compulsório liberado seja usado de forma mais eficaz.

Podemos dizer a S.Exa. que o Banco Central tem atuado fortemente e monitorado isso com muito cuidado. Em primeiro lugar, existem mecanismos específicos, e a liberação de compulsório só pode ser

feita mediante comprovação de compra de carteiras ou de repasse para bancos que, de fato, estão aplicando esse recurso.

Ontem foi tomada, nesse sentido, uma medida da maior importância: a inclusão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social nesse processo, de maneira que tenhamos também uma ação dos bancos públicos, principalmente no caso do BNDES. Por quê? Nas estatísticas que mencionamos, vimos que a recuperação do crédito está se dando mais rapidamente na pessoa física, quando mostramos os dados dos primeiros dias de novembro sobre outubro. A pessoa jurídica cresceu, sim, mas bem menos. Cresceu pouco.

Portanto, esse foi um dos motivadores da ação no sentido de canalizar uma parte da liberação desse compulsório para o BNDES, um banco que aplica exclusivamente em empresas e tem grande experiência nisso.

Além do mais, existe uma determinação do Presidente da República no sentido de que os bancos públicos oficiais – Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia etc. – adotem um papel de liderança nesse processo de concessão de créditos e de normalização das taxas de juros na ponta da aplicação e dos spreads. Portanto, estamos monitorando isso com bastante atenção.

O Deputado pergunta se baixar agressivamente – palavras dele – a Taxa SELIC não seria uma forma de fazer o Brasil crescer mais rapidamente.

Gostaria de dizer a S.Exa. que, em primeiro lugar, já sabemos historicamente, e o Brasil é testemunha disso – é uma experiência mundial –, que não devemos esquecer a inflação. Quer dizer, a inflação não é uma forma de crescer rápido. Se inflação alta levasse a autocrescimento, talvez o Brasil tivesse sido um dos países de maior taxa de crescimento da humanidade, desde 1980. Tivemos a mais longa hiperinflação da história recente da humanidade. Não é por isso que crescemos a taxas de liderança mundial. Muito pelo contrário. Os países que mais cresceram foram aqueles que mantiveram a inflação estável.

Os países industrializados – Estados Unidos, Europa e muitos outros – têm anunciado corte de taxas de juros, certamente, e com razão.

O Presidente do Banco Central Europeu, Jean-Claude Trichet, disse com bastante propriedade, recentemente, uma coisa muito simples: que a inflação nesses países está caindo fortemente. Nos Estados Unidos, por exemplo, já existem previsões de deflação no ano que vem.

É importante mencionar que os países estão em recessão. Quer dizer, os países estão tendo contração

de produto e perspectiva de deflação. Então, a queda da taxa de juros é um processo absolutamente adequado e normal para países que têm meta de inflação. A inflação prospectiva está caindo, há perspectiva até de uma deflação. Os modelos nesses países, certamente, indicam que se deve fazer um corte de taxa de juros.

Outros detalhes importantes são notados. Tanto é que alguns países estão subindo a taxa de juros, principalmente aqueles que estão tendo depreciações cambiais muito fortes. Por exemplo: a Rússia e a Hungria.

De um lado ou de outro, o caso do Brasil é diferente. O Banco Central do Brasil, por meio do seu Comitê de Política Monetária, se reúne a cada 45 dias, aproximadamente. Em dezembro se reunirá. Posso assegurar às senhoras e aos senhores que o País levará em conta todos os fatores econômicos, como sempre fez, a fim de que tome a melhor decisão para a sustentabilidade do crescimento da economia brasileira.

Nós não preanunciamos decisões nem damos dicas antecipadas de decisão, porque isso não faz parte de uma política de boa governança. A não ser que exista uma razão específica para que isso seja feito pelos canais formais. De qualquer maneira, é importante mencionar que o Banco Central do Brasil sempre está atento a todo o desenvolvimento do mercado, faz as suas projeções e toma a decisão mais adequada.

Finalizando, é importante mencionar, também respondendo uma série de perguntas conjugadas, o que fazer para crescer mais. Eu diria que é importante que cada país tome a decisão adequada ao seu caso. Depois vamos responder a mesma coisa em relação à política fiscal. Temos de ver qual é o problema do país. Qual é o problema de um país que tem recessão e perspectiva de queda muito forte da inflação, e até deflação. Política monetária é para isso. Temos de ver qual é o problema de um país que tem grande perspectiva de queda de demanda, por exemplo, por queda de exportações, como é o caso da China. Então, é preciso fazer uma promoção do mercado interno. Temos de ver qual é o problema dos países que têm liquidez e que, portanto, têm de fazer uma política de gestão de liquidez. Temos de separar gestão de liquidez, promoção de demanda doméstica e questões inflacionárias. Portanto, nas respostas sobre política fiscal, voltarei a mencionar esse assunto.

Em relação à pergunta do Deputado Dr. Pinotti, há aparente contradição. De um lado, o Governo está dizendo para a população continuar a consumir, desde que tenha condições e renda para isso etc. Ao mesmo tempo, está permitindo, digamos, que os juros dos bancos subam. É importante mencionar que estão sendo tomadas medidas importantes para restaurar a

liquidez e, em consequência, ter um efeito, em última análise, na taxa de juros dos bancos.

Como já mencionei, a ação do BNDES será fundamental no sentido de liderar esse processo de estabilização da taxa de juros. A ação dos bancos públicos também é importante, principalmente do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

O Brasil, nesse aspecto, neste momento, tem uma vantagem importante em relação a outros países. Refiro-me ao fato de ter bancos públicos fortes, com grande penetração; portanto, tem condições de influenciar o mercado na formação de taxas e na oferta de crédito. O Presidente da República já determinou a essas instituições que atuem no sentido de continuar aumentando a sua participação no crédito. O setor privado, certamente, com a estabilização, também irá normalizar no devido tempo a sua atuação.

Gostaria de mencionar também que nós não devemos nos esquecer de que, em 2003... Se pegarmos as taxas de juros que prevaleciam no mercado, por exemplo, em 2003 e compararmos com as taxas de juros dos últimos anos, vamos ver que elas foram caindo substancialmente. Por exemplo, a taxa média de empréstimo a pessoas físicas, em 2003, era substancialmente maior – quase 30% maior – ao ano, em média, na ponta, do que as taxas de juros que prevaleceram durante o mês de outubro.

De fato, subi a taxa de juros – cerca de 5% a 6% ao ano – nos últimos meses, particularmente de setembro a outubro. Mas devemos mencionar que essa taxa já tinha um patamar muito mais elevado no passado e tem uma trajetória média cadente. Significa que a estabilização da economia brasileira dá uma perspectiva, a longo prazo, de taxas cadentes. Não há dúvida. Essas são as experiências do Brasil e internacional. Dito isso, a curto prazo, a ação dos bancos públicos é fundamental.

O Deputado Luiz Carlos Hauly pergunta qual é o plano para enfrentar essa crise e o que vem daqui para a frente. Ele fala em ação preventiva e corte de impostos. Preocupa-se com algo que teria ouvido: que se prevê corte de impostos para as classes A e B.

Vou responder essa pergunta. Não estou a par de nenhum estudo no sentido de cortar impostos para as classes A e B, exclusivamente, mas vou me informar a esse respeito. Nunca ouvi falar nesse plano especificamente.

Indagam também: o que fazer? Qual é o plano?

Em primeiro lugar, temos uma crise. Se fizermos uma analogia com a questão médica... Existem vários médicos Deputados e Senadores. Então vamos usar o seguinte... A crise é um desarranjo, não há dúvida. É como se fosse uma doença do organismo. Se fizermos

analogia médica, vamos ver que um bom médico, num bom hospital, quando chega um doente, tem de fazer o diagnóstico correto. Em se fazendo o diagnóstico, o tratamento tem de ser preciso. Quanto mais adequado o tratamento, melhor. Tanto é que a pesquisa médica evolui e aumenta.

No passado, quando éramos crianças, muitas vezes eram usados antibióticos de amplo espectro. Com a evolução da pesquisa, começou-se a detectar cada vez mais o tipo de doença, o tipo de bactéria e passou-se a usar um antibiótico específico. Quanto mais específico, melhor. Por quê? Não nos esqueçamos de que todo remédio tem efeito colateral. Não é verdade? Então, as ações anticrise também têm efeitos colaterais. Vamos falar sobre isso em seguida.

Qual é a questão? Temos de fazer um diagnóstico o mais preciso possível. E temos de evitar aquela atitude de pânico que às vezes até vemos nas famílias que enfrentam problemas médicos. O vizinho tem uma doença que é um pouco parecida e está tomando o remédio A, B ou C. O outro vizinho está tomando outro remédio. Vamos tomar todos esses remédios de uma vez para ver se conseguimos melhorar o tratamento. Não é assim. Isso pode piorar a situação, porque existem efeitos colaterais. Então o diagnóstico tem de ser preciso.

Por exemplo: o que houve nos Estados Unidos? Uma crise de crédito. Começou no mercado de subprime, evoluiu para o mercado de crédito imobiliário em geral, evoluiu para os empréstimos altamente alavancados – aquelas operações em que o valor dos empréstimos das empresas era muito superior ao do seu capital do negócio —, e isso gerou perdas de crédito muito grandes, o que gerou perdas de capital também muito grande dos bancos, o que fez com que os bancos perdessem a capacidade de emprestar da mesma forma que emprestavam antes. A capacidade de emprestar do banco que tinha um capital de 10 e passou a ter um capital de 5 diminuiu, aumentou a crise de confiança. Ao mesmo tempo, passaram a existir aquelas perdas de valor dos imóveis. Em resumo, houve todo um processo de crise acentuada, gerada por um problema de crédito.

Então, qual é a ação do Governo americano? Restaurar o capital dos bancos, como foi feito, por exemplo, no caso aqui mencionado de um banco – de domingo para segunda-feira, houve injeção de capitais no banco; total anunciado, 250 bilhões de dólares; nessa instituição, aparentemente 20; dar garantias de crédito para alguns papéis do mercado imobiliário e de crédito geral, alavancados ou não. Em resumo, há todo um plano no sentido de, de um lado, restaurar a normalidade do mercado de crédito; de outro lado, re-

cuperar a capacidade dos bancos de emprestar. É um diagnóstico endereçado à crise específica.

Evidentemente, agora, com o aumento da crise, eles estão aumentando a abrangência desse plano, como tem sido anunciado nos últimos dias, de ontem para hoje. Existe a questão da indústria automobilística, entre outras. Em resumo, é feito todo um trabalho no sentido de tratar da questão da crise americana.

A China tem um problema diferente. Ela não tem crise de crédito. O que ela tem é uma grande dependência da exportação, particularmente para os Estados Unidos e para a Europa. Há uma queda das exportações, existe problema de demanda. A China está procurando aumentar a demanda interna com um grande projeto de incentivo fiscal.

O Brasil não tem problema de demanda interna. Já mostrei aqui os números. Nossa massa salarial cresceu 8,6% até setembro. As vendas no varejo estavam crescendo a 2 dígitos, quando entramos no processo.

Então, nosso problema não é falta de demanda doméstica, no momento. Houve uma questão de liquidez – canal de liquidez e canal de comércio internacional, porque era de exportações. Mas esse problema atinge muito menos o Brasil, proporcionalmente, do que a China, por exemplo.

O tratamento tem de ser específico em relação a essas questões, e é o que está sendo feito no Brasil: todas as medidas, sejam de liquidez dos mercados de dólar; todos os leilões feitos pelo Banco Central do Brasil; todas as ações de restauração da liquidez doméstica também em reais, com a liberação de compulsórios; a canalização; a medida de ontem, por exemplo, do BNDES; a ação dos bancos oficiais etc. Ao mesmo tempo, dá-se uma ênfase muito grande à continuação dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento. Então, esse é um plano de ação básica. O plano tem de ser voltado para o problema específico: o efeito da crise no nosso País e não em outros países.

O Deputado Dr. Ubiali manifestou uma preocupação muito grande com o custo da dívida pública, que tem aumentado. Segundo ele, isso seria uma dificuldade, um problema no Brasil, inclusive em relação ao produto. Tem havido um aumento muito grande do custo da dívida pública.

Vou mencionar alguns dados para S.Exa.

Em 2005, o custo de juros da dívida pública foi de cerca de 7,3% do produto; em 2006, de 6,7%; em 2007, de 5,9%; em 2008, até agora, de 4,5%.

Se nós olharmos o acumulado em 12 meses, vamos perceber, mesmo durante a evolução de 2008 – acumulado em 12 meses, porque esses 4,5% que eu

mencionei são de 2008 até agora —, que até outubro estava em 5,63%; portanto, inferior ao índice de 2007, e numa trajetória cadente. Dá uma idéia aos senhores. Em julho por exemplo, era de 6,33%; em agosto, de 6,31%; em setembro, de 5,92; em outubro, de 5,63%. Portanto, não há essa trajetória de aumento do custo da dívida. A preocupação de S.Exa. é legítima, mas é importante esclarecer isso.

O Deputado Júlio Cesar preocupa-se com o déficit em conta corrente, que está aumentando muito. O que o Brasil deve fazer para diminuir esse déficit?

Devo informar ao Deputado que o déficit em conta corrente brasileiro, segundo os dados divulgados pelo Banco Central, diminuíram em outubro. O déficit em conta corrente brasileiro, até outubro, no ano, estava em cerca de 24 bilhões de dólares. Portanto, a taxa média mensal era de cerca de 2,5 bilhões de dólares. Em outubro foi de 1,5 bilhão. E a previsão do Banco Central para novembro é que seja inferior a 1 bilhão. Portanto, o déficit em conta corrente brasileiro está numa trajetória cadente. A razão disso é a taxa cambial.

Existe um mecanismo natural, como temos dito nos últimos anos, de ajuste do balanço de pagamento, que é o câmbio flutuante. É a melhor forma de ajuste do balanço de pagamento.

O câmbio flutuante conjugado com reservas elevadas, que dão segurança, é um sistema bastante eficiente de controle de qualquer desequilíbrio estrutural que possa, portanto, ser corrigido.

S.Exa. se preocupa com o swap com o FED, com o que pode significar o swap com o FED. Houve também uma preocupação – depois vou mencioná-la – de outro Parlamentar no sentido de que isso possa gerar... Porque outros países que assinaram o swap têm renda per capita elevada.

Vou voltar também àquela questão, mas diria o seguinte, o Swap com o FED é um acordo muito simples. No momento em que o Banco Central do Brasil e o Governo brasileiro decidirem que é o momento de executar o acordo, notificaremos a oferta ao Reserv americano, eles fazem um crédito de 5 bilhões de dólares na conta do Banco Central, e fazemos um crédito equivalente em reais na conta do Federal Reserv americano. Eles passam a ter reais nas suas reservas, e nós passamos a ter mais 5 bilhões de dólares nas nossas reservas. Achando que é mais um outra parcela, nós notificamos mais 5 bilhões, até um valor total de 30 bilhões.

Não há condicionalidade nessa política, não há juros, uma troca simplesmente de moeda, uma operação extremamente positiva.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – No Câmbio do dia sempre, Presidente?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – No câmbio do dia, exatamente.

Trata-se de uma operação que tem, portanto, uma outra grande vantagem, que é totalmente opcional ao Brasil: podemos ou não fazer. Portanto, não há custos, na medida em que as 2 pessoas se preocupam, por exemplo, porque no passado aquelas operações de outros organismos, etc., em que existiam as chamadas condicionalidades de política econômica. Esse é um acordo anunciado: com países que tenham a política econômica muito bem feita, saudável. Portanto, é simplesmente uma troca de moedas, uma medida muito positiva, que reforça a situação do Brasil.

A outra preocupação do Deputado é em relação ao fato de que os Estados Unidos estão anunciando dispêndios importantes no plano de contenção da crise; até que ponto seria uma preocupação aplicações no título do Tesouro americano. Em resumo, até que ponto isso deveria preocupar o Brasil e outros países que têm aplicações em títulos do Tesouro americano.

Antes de mais nada, vou chamar a atenção para um detalhe importante. O Deputado Júlio Cesar fala exatamente de uma preocupação com efeito colateral. Quer dizer, as medidas fiscais de apoio importantes de promoção de saída da crise não têm ausência de custo – aí já existe uma preocupação com o custo. Se um país gastar excessivamente, pode ter problema de solvência nas contas públicas no futuro.

Em relação aos Estados Unidos da América, no entanto, Deputado, vamos dizer que é uma economia extremamente poderosa, que tem uma grande capacidade de financiamento, e os mercados reagem muito rapidamente a esse tipo de problema. Estamos vendo, com esse processo, que, apesar desse aumento de gastos, os títulos do Governo americano não estão caindo de preço; estão aumentando. É considerado ainda, apesar disso, um porto seguro, no sentido de que se trata de uma economia muito forte, muito poderosa, e os títulos são denominados em dólares, evidentemente a moeda americana. Portanto, é ainda uma moeda reserva.

Outro dado da maior importância é que, por exemplo, outros países não têm necessariamente moedas ou títulos com liquidez internacional que nos permitam comprar. A maioria da reserva mundial está aplicada ainda em dólar ou em euro —uma boa parte está aplicada em euro – exatamente porque existem limitações importantes para se aplicar em outras reservas. Razão pela qual a própria China, além de outras razões, aplica também em títulos americanos.

Eu gostaria de assegurar ao Sr. Deputado que a reserva brasileira está muito bem aplicada, muito segura. Monitoramos isso cuidadosamente, e os títulos

do Tesouro americano, na realidade, estão se valorizando, ganhando valor, não perdendo.

Devo dizer, em relação à última pergunta do Deputado “de onde vem a energia no momento em que o Brasil aumenta um pouco o seu consumo energético?” que não sou exatamente um especialista em energia. Excelência, pelo que estou informado, o Brasil tem feito investimento, nos últimos anos, na geração de energia por termoeletrônica, seja com uso de diesel, seja até com o uso de gás, além da geração de construção de pequenas e médias hidrelétricas, além evidentemente dos grandes projetos hidrelétricos, fundamentais para o desenvolvimento do País, aqueles que estão sendo feitos para o futuro.

Outra pergunta se refere à preocupação com o fato de o BNDES não estar financiando suficientemente o Nordeste, e inclusive em algum momento ter financiado algumas companhias estrangeiras na compra de aviões da EMBRAER; empresas brasileiras não têm acesso a essa compra. Eu gostaria de dizer que o BNDES tem uma captação variada. Ele capta o FAT, sim, a maior parte, há uma parcela do FAT que tem vinculação à variação cambial, e o resumo de toda a situação é que o BNDES tem dado lucros recorrentes nos últimos anos, o que significa que seu funding certamente tem tido um custo menor do que a remuneração dos seus ativos. Portanto, o Banco tem dado lucros importantes.

Dito isso, certamente vou transmitir ao Presidente Luciano Coutinho – que não é Deputado ainda, como eu, infelizmente, que também não o sou no momento – a preocupação de V.Exa. com referência ao aporte de recursos do BNDES no Nordeste.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Presidente?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Pois não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Perguntei dos 205 bilhões, quanto tem aplicado no Tesouro americano e no europeu.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Vou responder a V.Exa. em 1 minuto, Deputado: 142 bilhões 826 milhões de dólares em títulos do Tesouro americano; 12 bilhões 770 milhões de dólares em títulos de governos europeus, em ouro. Esse é o total de aplicações em títulos desses governos. Devo adiantar também que são posições consistentes com maioria das reservas do mundo. Certamente monitoraremos isso cuidadosamente.

O Deputado Marcelo Almeida pergunta se um déficit nominal zero aumentaria as chances ou a possibilidade de recebermos uma melhora no grau de investimento. Não há dúvida de que um dos fatores

levados em conta pelas agências de rating é a situação fiscal. Portanto, a melhora nos números do déficit nominal certamente ajuda nesse processo. O número zero é simbólico, mas uma melhora no desempenho do déficit nominal ajuda. Segundo dados divulgados pelo Banco Central, hoje, de janeiro a outubro de 2008, o déficit público nominal é de 0,08. Portanto, pelo menos até o mês de outubro, estamos próximos do desejo do Deputado Marcelo Almeida.

Por que o barril de petróleo caiu tão rápido? Bom, o barril de petróleo caiu rápido por uma série de razões. Em primeiro lugar, pela queda brusca de demanda mundial. Temos notícias, por meio do monitoramento cuidadoso que o Banco Central faz em diversos indicadores econômicos do mundo, por exemplo, de que existe um grande número de navios-tanque parados próximos da China e de outros países asiáticos exatamente pela queda muito forte da demanda por petróleo daqueles países. Não há dúvida, há uma queda brusca do nível de atividade, há uma demanda por petróleo cadente e, portanto, isso reflete, na medida em que o petróleo, tal qual outras commodities, não tem tanta flexibilidade de oferta, a oferta não cai com tanta rapidez, como sabemos. Os poços de petróleo continuam produzindo, as refinarias também, os cortes de produção são cuidadosamente negociados no âmbito da OPEP, da qual nem todos os países fazem parte.

Resumindo, em geral, a oferta de commodities não é inflexível. Existe flexibilidade, sim, num prazo maior, mas não há dúvida de que a demanda, às vezes, tem uma flexibilidade mais rápida, portanto, tem uma variação, tanto que chegou a 150 dólares, em certo momento; quando a demanda estava muito forte, caiu rapidamente. Existe, evidentemente, antecipação dos mercados futuros, etc. —antecipam movimentos e às vezes os acentuam.

O Deputado Antonio Palocci faz uma recomendação no sentido de que o Banco Central continue atento e tomando medidas visando reforçar a oferta de crédito ou prevenir que o crédito venha a contrair. Certamente, concordamos com a recomendação do Deputado. Estamos fazendo isso de forma rigorosa e criteriosa. E, mais uma vez — já estamos falando isso há um ano —, o Brasil está mais forte para enfrentar a crise, mas não é imune a ela. Não devemos ter essa ilusão. Estamos trabalhando fortemente, os números e as previsões internacionais e nacionais, a própria previsão do Governo brasileiro menciona que o Brasil vai ter uma desaceleração o ano que vem, mas não há dúvida de que será melhor do que a média dos países. Há estatísticas que mostram que o Brasil vai crescer mais do que a média mundial. Portanto, está mais forte, está em melhores condições, mas isso não quer dizer que

será absolutamente imune. Estamos tomando todas as medidas necessárias, dentro das possibilidades do País, para preservar a economia brasileira dos piores efeitos da crise internacional.

O Deputado Carlito Merss fala do mecanismo de regulação, o que se pode fazer para regular os mercados financeiros internacionais de maneira a evitar uma crise similar. Já respondi a essa pergunta; posso apenas sumariá-la mais uma vez, dizendo que temos participado intensamente, inclusive no âmbito do G-20. As recomendações estão em andamento, vamos começar a participar do Fórum de Estabilidade Financeira Internacional e claramente vamos ter isso em mente.

O Brasil tem uma boa experiência nesse setor, é considerado um dos países que têm melhor regulação. Apenas um exemplo: um dos problemas nos Estados Unidos é que os bancos de investimento não tinham nem normatização de mercado financeiro nem fiscalização das autoridades que fiscalizam o mercado financeiro. No Brasil, os bancos de investimento são completamente regulados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil.

Isso é um exemplo, há uma série de outros. Os resultados do Brasil, hoje, no sistema financeiro, mostram que pode, sim, através do Banco Central do Brasil e de outros órgãos do Governo, contribuir para a melhora da regulação internacional.

O Deputado Alfredo Kaefer faz uma observação interessante. S.Exa. diz que onde não há padaria, o Governo abre uma panificadora. Então, o Governo brasileiro segue essa linha de ação, no sentido do que mencionei: não só mecanismos de leilões, de linhas em dólares para o mercado de financiamento da exportação brasileira, para que o mercado possa financiar a exportação brasileira, liberação de compulsórios, liberação de recursos para o BNDES — não só do compulsório como de outras fontes, como já anunciado —, e também a ação dos bancos públicos, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Não há dúvida de que existe uma ação claramente de governo.

A outra pergunta do Deputado é por que não usar mais reservas para irrigar o mercado financeiro. De novo, Deputado, digo que o remédio tem de ser aplicado de acordo com o problema e na dosagem adequada. Nós, do Banco Central, anunciamos que atenderemos toda a demanda por linhas em dólares para financiamento do comércio exterior. Estamos fazendo, rigorosamente, pesquisas não só da demanda do uso dos recursos que os bancos receberam do Banco Central via leilões. Podemos assegurar que não há carência de linhas de crédito em dólares para os bancos financiarem as exportações. Poderemos ter dificuldades na ponta de aplicação dos bancos, que é

o que estamos discutindo de novo. Ai entra a questão da ação dos bancos públicos para aumentar a competição. De qualquer maneira, é importante dizer que estamos agindo, sim, nesse sentido.

Em relação à outra pergunta do Deputado, se não há outros mecanismos para controlar a inflação que não a Taxa SELIC, se não poderíamos usar o mecanismo que permitisse baixar o juro dramaticamente e ao mesmo tempo crescer e rolar a inflação, devo dizer que o Brasil já tem uma experiência longa nesse aspecto. Na década de 80, inovamos, testamos quase todos os modelos alternativos de controle de inflação. Tivemos tablita, cruzado, planos, confiscos, caça ao boi no pasto, uma série de metodologias. Depois, usamos também tabelamento do dólar.

O que hoje, de fato, funciona com maior eficiência no mundo inteiro, inclusive no Brasil, é o mecanismo de arcabouço de metas de inflação com o uso do instrumento de política monetária. O efeito disso, no Brasil, tem-se mostrado muito positivo, haja vista a estabilidade hoje e a taxa de crescimento média do Brasil nesses últimos anos, que tem tido patamares substancialmente superiores à média histórica brasileira, inclusive os números que aqui mostrei – 2 milhões e 100 mil empregos criados nos últimos 12 meses. Isso tudo é resultado da estabilidade.

Outra pergunta: se o Banco Central não deveria se recusar a captar recursos dos bancos para que não os captassem no mercado e os aplicassem em títulos do Governo. Eu diria que o bancos hoje pagam, por captar recursos do mercado, uma taxa superior àquelas que eles recebem se aplicarem numa operação compromissada do Banco Central um título público. Portanto, é uma aplicação a prejuízo. O Banco Central está tomando medidas importantes nessa área, como, por exemplo, aqueles recursos de compulsório que foram disponibilizados para compra de carteiras ou aplicação em outros bancos que não forem usados – remuneração zero, tudo isso.

Então, realmente o caminho de novo é o de termos cada vez mais uma ação dos bancos públicos, como é o caso do BNDES, que mencionamos, e as outras instituições, aplicando os recursos. Isso certamente estará sendo seguido pelo setor privado também, que já está acontecendo. Inclusive, os maiores bancos têm anunciado crescimento dos valores de crédito. Existe uma questão setorial de bancos pequenos que não estão crescendo. Há todo um trabalho sendo feito para exatamente tentar e, com relativo sucesso, gerando maior liquidez para as instituições menores.

Em relação à pergunta sobre outros países, no sentido de que os Estados Unidos estão gastando valores fabulosos e se não deveríamos fazer o mes-

mo para promover a economia, eu mencionaria a preocupação do Deputado com a solvência daquele país. Eu acho que os Estados Unidos vão gastar, de fato, recursos importantes, mas não terão problema de solvência. Chamo a atenção para o fato de que existe, sim, um problema de efeito colateral. Ou seja, os países têm de tomar certo cuidado com o uso do medicamento para não criar problemas maiores lá na frente. Portanto, acredito que o Brasil está tomando as medidas adequadas.

Quanto à recomendação de alongar a performance cambial, certamente vamos levar esse estudo – tenha certeza disso, Deputado – à nossa área internacional e analisar com toda a atenção.

Falou-se de maior interação do Banco Central com o Congresso americano. O Deputado mencionou que nos Estados Unidos, principalmente, há intensa discussão sobre medidas a tomar. Deputado, existe um ditado chinês que diz que tudo na vida tem vantagem e desvantagem. Uma das razões dessa discussão toda nos Estados Unidos é o fato de eles estarem em recessão e terem a maior crise da história desde 1929. Isso está fazendo com que tenham dispêndio de recursos fiscais bastante substanciais e tem que passar pelo Congresso.

Existem, no Congresso Nacional, algumas discussões importantes em relação a isso. Algumas já estão na Casa, seja a Medida Provisória nº 242, seja a Medida Provisória nº 243. Existem discussões referentes ao Orçamento. Em resumo, existem medidas importantes, sim. Depois, por sugestão do Deputado José Carlos Aleluia, vou mencionar algumas que acho que são medidas importantes e que devem ser discutidas.

Eu acho que, sim, Deputado, é importante a participação do Congresso nesse processo. Felizmente, no Brasil, nós não estamos vivendo a situação que os Estados Unidos estão vivendo. Felizmente, nós não estamos tendo que viver aquele tipo de discussão dramática. Dito isso, eu acho que a participação do Congresso é fundamental, vital. O Congresso, em última análise, é o Poder representante da população, juntamente com o Executivo.

Particularmente, eu diria que a minha presença no Congresso não é rara, Deputado. No mínimo, venho ao Congresso seis vezes ao ano – no mínimo, quatro vezes ao Senado e duas vezes aqui. Além do mais, estive outras vezes aqui presente. Por exemplo, recentemente, estive aqui duas vezes, em companhia do Ministro Guido Mantega, e acabo de aceitar um convite para vir à Comissão de Constituição e Justiça do Senado, no dia 16 de dezembro. Portanto, eu tenho o maior prazer e a maior satisfação de estar aqui, Deputado. V.Exa.

também está convidado para ir ao Banco Central, onde podemos discutir todas essas questões.

O Deputado José Carlos Aleluia me pergunta o que pode fazer o Congresso exatamente nessa mesma linha e que projetos, na nossa avaliação, são importantes e deveriam ser prioritários no Congresso.

Evidentemente, demandado pelo Deputado, tomo a liberdade de dar a minha opinião. Eu acho que o projeto do cadastro positivo é da maior importância. Por quê? Porque nós estamos falando aqui em problema de crédito, e muitas vezes problema de crédito de uma empresa ou de pessoa física que têm dificuldade de acesso ao crédito numa instituição nova. Não se obtém crédito no banco com quem se trabalha há muitos anos e, então, quer-se mudar de banco – e às vezes ouve-se falar de um outro banco. Eu mencionei que há diversos bancos que estão, na realidade, aumentando a sua oferta de crédito. Só que alguém chega lá e não tem cadastro.

Então, isso é um dos mecanismos que emperram exatamente a irrigação do compulsório, como mencionei. Uma das razões é que o cliente tem dificuldade num banco e tem dificuldade de conseguir crédito num outro. Então, uma das maneiras pela qual, na minha opinião, o Congresso Nacional poderia ajudar de fato bastante essa questão de crédito e de liquidez seria discutir e, se possível, aprovar, dependendo do julgamento da Casa evidentemente, o projeto de cadastro positivo. Esse cadastro permite que o cliente vá a um outro banco e autorize o outro banco a acessar o seu cadastro imediatamente. Portanto, a possibilidade de ele mudar de banco fica viabilizada. Na minha opinião, esse é hoje um dos grandes impedimentos para que consigamos o que os Srs. Parlamentares estão a demandar, que é uma melhor irrigação do crédito para todo o sistema.

Além do mais, existem outras medidas. Uma delas é, por exemplo, a questão da conta-salário, que, tenho a satisfação de anunciar, estará em vigor, a partir do dia 1º de janeiro de 2009, para todos os trabalhadores do setor privado nacional. Isso significa que o funcionário de uma empresa que recebe o salário em um banco pode solicitar uma transferência automática, sem taxas, para qualquer banco que ele quiser, a qualquer momento – é uma outra coisa importante. Mas para essa medida já está estabelecido o prazo, que foi dado desde o ano passado e estará em vigor para o setor privado a partir de 1º de janeiro. E o setor público tem regras similares que já estão em implantação.

Outro projeto da maior importância é a questão da definição de funções entre o Banco Central do Brasil e o CADE. É um outro projeto da maior importância. Ele é fundamental porque permite ao Banco Central do Brasil, de um lado, definir aquelas fusões que são

de interesse da Nação, interesses da saúde do sistema, que, então, têm que ter um trato mais rápido do que aquelas outras que não têm interesse sistêmico e que, portanto, poderão ser analisadas normalmente pelo CADE. Isso é objeto de um estudo conjunto do CADE e do Banco Central concluído já há alguns anos e, portanto, é um outro projeto que eu recomendo.

Em relação à pergunta do Senador Delcídio Amaral, se a queda do petróleo afetará o Brasil por causa das grandes companhias produtoras de energia no Brasil, particularmente a PETROBRAS, eu diria, Senador, que não há dúvida de que a queda do preço das commodities tem um certo efeito na capacidade de exportação das companhias brasileiras e do Brasil, que é exatamente uma das razões pelas quais se prevê uma certa desaceleração do crescimento do País no próximo ano, como eu mencionei. Mas não há dúvida de que isso é sazonal, melhor dizendo, cíclico, e, certamente, num determinado momento, o petróleo se recuperará. Pelas informações que eu tenho, a PETROBRAS mantém firme os planos de investimento na camada de pré-sal e de não se deixar influenciar por essa queda, que será certamente temporária, cíclica, do preço do petróleo. A empresa já está preparando o País para o próximo ciclo de aumento da demanda por petróleo e, portanto, aumento da oferta brasileira.

Em relação à questão do corte no Orçamento, deve predominar sob custeio o investimento. Evidentemente que isso é uma decisão da Casa, é uma decisão dos Parlamentares, mas eu diria que, do ponto de vista macroeconômico, não há dúvida de que o corte de custeio teria uma certa procedência da nossa visão sobre o corte do investimento. Não há dúvida de que o investimento é absolutamente fundamental nessa hora. Não estou entrando no mérito de cada despesa de custeio específica ou importante, que pode ser de uma área crítica. Isso aí é uma decisão dos Srs. Deputados.

Mais uma vez menciono que, infelizmente, tudo na vida tem vantagens e desvantagens. De um lado, tive uma satisfação muito grande, uma grande honra de poder servir ao País no Banco Central do Brasil e, de outro lado, eu perdi a oportunidade de exercer o mandato aqui nesta Casa.

Foi a última pergunta. Agradeço a todos a atenção.

Mais uma vez, estamos à disposição no Banco Central para responder a qualquer pergunta. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio Amaral) – Agradeço a todos os Parlamentares, ao Presidente Henrique Meirelles e aos seus diretores.

A reunião está encerrada.

Muito obrigado.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTE****ATA DA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2008.**

Às onze horas e quarenta e seis minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Gilvam Borges, Valdir Raupp, Virgínio de Carvalho, Raimundo Colombo, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Flexa Ribeiro, Sérgio Zambiasi, Antônio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, Marcelo Crivella, Romero Jucá, Neuto De Conto, Gilberto Goellner, Romeu Tuma, Cícero Lucena e Eduardo Azeredo reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, João Ribeiro, Wellington Salgado, Mão Santa, Paulo Duque, Lobão Filho, Gerson Camata, Heráclito Fortes, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini e Papaléo Paes. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Item 001: Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2008, de caráter não terminativo, de autoria da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, que "Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências". A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o parecer favorável é aprovado, acatando a emenda de redação nº 01 – CE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, e rejeitando as emendas nº 02, 03 e 04, de autoria do mesmo Senador. Neste momento a Senhora Senadora Ideli Salvatti requer, oralmente, a inclusão, Extra-Pauta, de Requerimento de Urgência para a proposição, o que é aprovado. (Ver Extra-Pauta, Item 001). Item 008: Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2005, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Dispõe sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Israel e dá outras providências". O PLS nº 056, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, foi aprovado terminativamente nesta Comissão em 22 de setembro de 2005. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Marisa Serrano e o parecer favorável é aprovado. Item 012: Projeto de Lei da Câmara nº 080, de 2008, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Rodolfo, que "Institui a Semana Nacional da Família". O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o parecer favorável é aprovado. Extra-Pauta, Item 001: Requerimento de Urgência nº 56/08 – CE, de

caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que "Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2008, que 'Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências'". O Requerimento é aprovado. Item 015: Comunicados da Presidência: Não foram feitos Comunicados. Ficam adiadas as seguintes matérias: Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2008; Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2008; Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2008; Item 005: Projeto de Lei do Senado nº 046, de 2008; Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2008; Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2008; Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2008; Item 010: Projeto de Lei do Senado nº 602, de 2007; Item 011: Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2008; Item 013: Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2008; Item 014: Requerimento, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta e dezessete minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTE – CE****56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2008.**

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada um e a cada uma. Havendo número regimental, declaro aberta a 56ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovadas.

O primeiro item é Não Terminativo e a relatoria é da Senadora Ideli Salvatti: "Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências". Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2008. Eu passo, portanto, a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, para sermos bastante rápidos, até porque este Projeto, ele foi tema de uma Audiência Pública onde

tivemos a oportunidade de fazer um excelente debate sobre a importância do Projeto que Institui o Estatuto de Museus, que inclusive estabelece uma política pública para este setor que é tão importante na preservação da cultura, da memória, do patrimônio do nosso País. Este Projeto, ele faz parte de um conjunto de Projetos que são extremamente importantes, inclusive um que é da minha autoria, já que foi aprovado, está na Câmara, para instituir o Fundo Nacional de Desenvolvimento dos Museus, como o do Instituto Brasileiro também, do IBRAM, para poder reestruturar tudo isto. Então é muito importante que nós tenhamos a aprovação.

A proposição tem como centralidade a rede de museus públicos e dispõe especialmente sobre o regime aplicável aos museus, vínculos da sociedade com as instituições museológicas, penalidades, além das disposições finais e transitórias. Também são listados os princípios fundamentais dos museus, assim como é previsto um modelo de estruturação, o qual compreende normas de organização, financiamento, incentivo e fomento.

O Projeto determina que devem ser aprovados planos museológicos, os quais devem constituir as ferramentas básicas para a gestão dos museus, em consonância com os objetivos modernos de planejamento estratégico.

Nós tivemos aqui a apresentação de algumas Emendas do Senador Eduardo Azeredo, que foram Emendas fruto, eu acredito, da Audiência Pública que foi realizada.

Como nós temos como objetivo central a aprovação da matéria sem que ela necessite retornar à Câmara, até porque este Projeto é um Projeto muito especial, foi elaborado com a participação da sociedade e de todos os que têm afinidade e atuam no setor, não é um Projeto de um parlamentar, é da Comissão de Educação da Câmara, portanto, ele tem, digamos assim, uma outra estatura enquanto iniciativa legislativa, então nós gostaríamos muito de poder aprová-lo. Então das Emendas apresentadas, eu acatei a Emenda de nº 1, do Senador Eduardo Azeredo, porque ela realmente se apresenta como Emenda de redação e, portanto, não significaria o retorno do Projeto à Câmara. Portanto, acatando a Emenda de nº 1 como Emenda de redação, o nosso Parecer é pela aprovação da matéria com apenas esta Emenda e a rejeição das Emendas nºs 2, 3 e 4.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão. Não havendo quem queira se pronunciar, ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovada. Eu quero dizer que é aprovado de uma maneira sem grandes ênfases, mas é uma Lei fundamental que esse Senado, que a nossa Comissão aprovou esse ano. Eu quero agradecer muito a todos que participaram das Audiências e à Senadora Ideli e dizer que essa aprovação merecia

tambores e pompas, mas felizmente estamos fazendo na última Reunião do biênio de nossa participação.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, inclusive se V. Exa. me permite, eu acho que a melhor maneira de nós comemorarmos efetivamente a aprovação é termos um regime de urgência, um requerimento de regime de urgência para que ele possa ser levado para a reunião de líderes e nós incluímos na pauta de votação do Plenário. Então era isso que eu estaria requerendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O requerimento está apresentado, de urgência. Eu submeto à votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Está aprovado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está aprovado. Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria fazer uma observação, o senhor me desculpe, mas o Conselho de Ética está funcionando e--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A senhora fica bem de óculos, viu?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): -- Obrigada, e como é um processo contra o Senador Geraldo Mesquita Júnior, nós estamos todos lá no Conselho de Ética agora e é por isso que eu me atrasei, e volto para lá ainda porque é um processo que nós temos que acompanhar.

Mas dizer que quinta-feira houve uma reunião em Salvador, na Bahia, promovido pelo SPAM(F) e pelo Ministério da Cultura para discutir museus. Então o Secretário de Cultura do meu Estado me ligou na sexta para dizer que foi muito boa a reunião. O professor Nascimento me ligou também para dizer que finalmente tinham arredondado o Projeto na quinta-feira e que foi bom nós termos feito a Audiência Pública porque aquilo que foi levantado deu para que todos se pronunciassem e que chegassem a um denominador comum.

Eu queria só perguntar ao Presidente, me desculpando aqui pelo atraso, para dizer se as considerações que foram acertadas em Salvador, na quinta-feira, foram acatadas?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nesse Projeto?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Desse Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não acredito, mas perguntamos à Relatora, porque da quinta-feira para cá eu não acredito que tenha sido possível agregar nada ao seu relatório, não é isso?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, eu acatei apenas uma Emenda como de redação para não retornar à Câmara.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A reunião foi feita pelo Ministério da Cultura, pelo SPAM(F), em Salvador, todos os Secretários de Cultura estavam lá.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O que foi acordado foi isso, de uma Emenda como redação. É isto, Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não, não foi Emenda de redação não. O Nascimento me ligou, o professor Nascimento me ligou na sexta para dizer, eu estava até em Campo Grande, para dizer da reunião, o Secretário de Cultura do meu Estado me ligou para dizer que foi ótima a reunião, que acertaram vários pontos e que tinham chegado a um consenso geral todos os secretários de educação, inclusive o do Rio de Janeiro, que era o que mais estava preocupado com a história dos museus.

SR. JÚLIO LINHARES (SECRETÁRIO): [ininteligível], desculpa, mas foi sobre a incorporação dessa Emenda do Senador Eduardo Azeredo, e com os esclarecimentos que o Ministério da Cultura deu em relação às outras questões, os Secretários fecharam acordo.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Quais são as Emendas do Azeredo que foram acrescentadas?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Uma Emenda como Emenda de redação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu temo porque nós já votamos, já aprovamos.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Está certo, mas eu só queria um esclarecimento, porque eu acho que valeria esse esclarecimento--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É correto o seu pedido.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --já que houve um reunião e houve um consenso, porque todos estavam muito felizes porque tinham deliberado em cima das Emendas que eram importantes serem acatadas.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senadora Marisa, Senadora Marisa?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu sugiro que essas Emendas vão ao Plenário hoje à tarde.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E o que foi aprovado aqui foi fruto da reunião, foi fruto da reunião.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Se foi fruto da reunião, nós estamos felizes, porque é isso que a gente quer.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E, além disso, indo--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como foi quinta-feira e eu achei que era muito em cima para hoje já estar votando aqui--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas eu sou rápida, Senadora Marisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ainda hoje à tarde há chance ainda de Emendas.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Isso mostra como as mulheres do Senado são rápidas e eficientes. Presidente, vamos prosseguir, vamos tocar a pauta para frente?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos, é isso que eu quero fazer. O próximo Projeto--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Item 8.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --do Senador Crivella, é o Item 8, que "Dispõe sobre--"

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Celebração.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É o Item nº 8, Não Terminativo, Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2005: "Dispõe sobre a criação do Dia de Celebração de Amizade Brasil-Israel e dá outras providências". A autoria do Substitutivo é da Câmara dos Deputados e Autoria também do PLS 56/05, do Senador Marcelo Crivella. A relatoria do Substitutivo é do Senador Virgínio de Carvalho. O assunto já foi discutido no dia 22/09, foi aprovado em Comissão em caráter Terminativo. A matéria constou na pauta da Reunião dos dias 28/10/08, de 11/11, de 18/11 e de 09/12. Não há nada a fazer porque não houve nenhuma Emenda. Então apenas comunico que está aprovado.

SR. JÚLIO LINHARES (SECRETÁRIO): Não, não, esse é da Câmara, tem que votar, esteve em discussão. É da Câmara, não é do Senado, é Não Terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou pedir então ao Senador Flávio.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Flávio, relata o 8 aí, Flávio.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou pedir a um Senador ad-hoc, tendo em vista que o Projeto já veio. A Senadora Marisa poderia fazer o favor de ler o Parecer do Item nº 8, que trata da criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Israel.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. A análise feita pelo Relator, o Senador Virgínio de Carvalho, diz o seguinte: No que compete à apreciação dessa Comissão de Educação, Cultura e Esporte, cabe salientar que as alterações pro-

postas pelo SCD nº 56, de 2005, não afeta o mérito, ao tempo em que aperfeiçoam a proposição original no que se refere à constitucionalidade e a técnica legislativa. Com efeito, o Substitutivo mantém a instituição do Dia da Celebração da Amizade Brasil-Israel, a ser comemorado anualmente em 29 de novembro. Dessa forma, ficam preservados os benefícios da iniciativa para o fortalecimento da amizade e da interação entre os dois países e para o enriquecimento cultural do nosso povo.

Voto. Diante do exposto, o Voto é pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2005. Esse é o Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em discussão. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão, porque não houve nenhum interessado no debate. Encerradas as discussões, os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu quero apenas agradecer à Relatora ad-hoc e dizer a V. Exa. de que se trata de um Projeto meritório, porque nós poderemos agora, Sr. Presidente, estreitar os laços Brasil-Israel, que já são muito fortes, porque somos uma sociedade, uma civilização ocidental de princípios e tradições cristãs. E ali, em Israel, nasce o berço da cristandade, ali é onde o Senhor Jesus Cristo pregou, deu sua vida e ressuscitou criando o movimento cristão. Portanto, as relações Brasil-Israel agora terão uma semana de celebração e tenho certeza que isso há de aproximar os nossos povos, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado. Eu passo agora ao Item nº 12, cujo Relator é o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Projeto de autoria do Deputado aqui do Distrito Federal, o Bispo Rodovalho. Projeto de Lei da Câmara nº 080, que "Institui a Semana Nacional da Família". Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, o Projeto da Lei da Câmara, o PLC 80, de 2008, de autoria do Deputado Rodovalho, cria a Semana Nacional da Família e determina que a sua comemoração, de caráter nacional, incidirá na semana que antecede o Dia das Mães. Naquela Casa Legislativa a proposição foi apreciada pelas Comissões de Educação e Cultura, Constituição, Justiça e Cidadania, que se pronunciaram favoravelmente à sua aprovação. Em análise na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, o Projeto não recebeu Emendas.

Análise. Nos termos do disposto no inciso II, do art. 102, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte opinar sobre o

mérito dessas matérias. Esse é precisamente o objeto do PLC 80, de 2008. A indicação da data reflete de maneira particularmente eficaz o intento do legislador ao eleger a semana que antecede o Dia das Mães para a comemoração, que passaria a representar o ponto culminante dos eventos a serem programados. O Autor do Projeto chama a atenção para a importância da família no mundo em que vivemos, um dos mais remotos e notáveis grupamentos sociais, generosa fonte de estudo para diferentes correntes de pensamento e pesquisa, a formação familiar para muitos corresponde à conhecida designação da Célula Mater ou Mãe da sociedade até os nossos dias. Entretanto, não é de hoje que a estrutura familiar vem passando por uma significativa mudança, inevitavelmente motivada por múltiplas e profundas transformações sócio-culturais verificada no chamado mundo moderno, em particular nas últimas décadas do Século XX. No entanto, em aparente contradição, o assinalado processo de mudança do cenário social vem consolidando em substituir o papel da organização familiar na estruturação de uma sociedade saudável e produtiva, como bem ressalta a justificação do Projeto em análise: família forte, sociedade forte.

Conquanto o Projeto não mencione, a justificação evoca ainda a oportunidade da realização de eventos que ao longo da semana estipula no apoio de entidades públicas e privadas para uma maior valorização da família e o resgate de seu importante papel.

A partir das razões expostas, entendemos que a [ininteligível] do Projeto está amplamente justificada. Nesse sentido, examinado o mérito, e por não identificar óbice de natureza constitucional, jurídica e técnica legislativa, posiciono pela aprovação do Projeto.

Sr. Presidente, esse é o relatório e eu gostaria de acrescentar aqui algumas palavras. A família é tão importante, Sr. Presidente, que Deus é família, Deus é pai, Deus é filho, Deus é Espírito Santo. Portanto, a Santíssima Trindade é uma família. Presidente, a família é tão importante que Deus é família e eu acho que é importantíssimo o Brasil ter, durante um momento do seu calendário, uma semana especial para que as famílias se reúnam, para que se possa celebrar, se lembrar, eventos nas universidades, nas faculdades, nas igrejas, nos sindicatos, e a gente possa fortalecer de maneira, eu diria, prioritária, a família no seio da sociedade brasileira. Infelizmente hoje ela está sendo deixada, ela deixa de ter a sua importância fundamental. Hoje as famílias, por falta de uma política até pública, Sr. Presidente, como é que a gente quer que uma família exista se não há um projeto de habitação que contemple na escala da nossa necessidade as famílias que estão se formando agora? Veja a favelização que acontece no País.

Eu aqui no Senado Federal fui Relator do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e tenho defendido muito o Cimento Social, porque não há cabimento que num País onde sobra calcário, sobra argila, onde sobra

madeira, alumínio, aço, onde nós temos uma indústria petroquímica com plásticos, com vernizes, com tintas, com borracha, como é, Sr. Presidente, que nós ainda temos uma ampla parcela do nosso povo morando em barracos? Isso não faz sentido nenhum, sobretudo nessa fase da nossa evolução social, política e econômica. É a grande mazela, talvez o maior inimigo da família é a vida degradante de um submundo de privações e fome que essas famílias brasileiras são obrigadas a conviver diariamente. Muitas dessas famílias, não aguentando o rigor do seu cotidiano de dificuldades, acabam se desfazendo. Marido para um lado, mulher para o outro, crianças abandonadas, criadas por tios, criadas por mães e, às vezes, por instituições de caridade. E pronto. Ali se cria um potencial imenso de criminalidade e desajustamento na economia, na parte social, na parte política, na parte, inclusive, Sr. Presidente, criminal. Então eu acho que é oportuna a matéria. Parecer favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, está em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Não há nenhum outro Projeto com a presença do respectivo Relator ou que já tenha passado por aqui as vezes suficientes para que indiquemos um Relator ad-hoc.

Essa é a nossa última Reunião, eu lamento que não possamos terminá-la com as pompas e circunstâncias. Eu estou distribuindo a cada Senador uma coletânea daquele Observatório que foi distribuído a cada semana, não faltou uma única. E, também, finalmente o relatório daquelas Audiências que fizemos no primeiro semestre e segundo do ano passado, até outubro, que eu espero que fique como lembrança do nosso biênio.

Eu tenho na Mesa um requerimento da Senadora SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu peço a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Depois da Senadora Marisa eu gostaria de falar também.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, eu queria, chegando ao término desse trabalho legislativo de 2008, eu queria aqui de público dizer que nesses dois anos em que V. Exa. presidiu essa Comissão de Educação, para nós, Senadores, eu acredito, pelo menos posso falar em meu nome, e para todos aqueles que lutam pela melhoria da educação desse país, que tem a educação como prioridade, e coloco a educação como prioridade nacional, não poderíamos deixar aqui de agradecer a V. Exa. o trabalho, a dedicação, não só nesta Comissão, mas também correndo o País, levando as idéias, trazendo para esta Casa também as propostas e as angústias de todos aqueles que lutam pelo conhecimento em todo o País. Dizer a V. Exa. que a sua conduta frente à Comis-

são de Educação é um ensinamento para todos nós. Se colocou sempre ao lado das questões mais importantes da educação, da cultura e do esporte nesse País, abrindo as Audiências Públicas para que a sociedade pudesse participar. Eu não acredito que possa ter havido outra Comissão que tivesse mais Audiências Públicas do que essa, que tivesse trazido a sociedade para dentro dessa Casa. Eu acredito que se fizéssemos um levantamento de quantas Audiências Públicas foram feitas nesses dois anos, eu tenho certeza a Comissão de Educação, Cultura e Esporte certamente foi a Comissão que mais ouviu a sociedade. Fizemos aqui, eu acredito, que assinamos com muita força embaixo da democracia, dizendo da efetiva participação de todos, colocando as idéias, debatendo os prós e os contras para que nós pudéssemos avaliar melhor aquelas propostas que aqui chegaram.

Quero cumprimentá-lo também pelo Observatório da Educação. É uma iniciativa de V. Exa., desta Comissão, e que nos deu a tranquilidade de saber que durante todo esse ano nós tivemos notícias que chegaram não só a nós, mas a todos aqueles que trabalham com educação no País.

E dizer, também, que o livro Idéias e Propostas para a Educação Brasileira sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que é um ciclo de Audiências Públicas, se não fosse também a força de V. Exa., o interesse, a participação, provavelmente nós não teríamos chegado a um bom termo.

Eu quero aqui cumprimentá-lo, cumprimentar o nosso Secretário Júlio pelo trabalho e pela dedicação à nossa Comissão e cumprimentar a todos os nossos assessores e assessoras, maravilhosos que nós temos, que nos dão orgulho e tranquilidade para podermos realmente fazer um trabalho bem feito.

Com esses cumprimentos eu desejo a V. Exa. e a todos os nossos companheiros e a todos aqueles que têm acompanhado, os assessores que têm acompanhado essa Comissão, que tenhamos um Natal de paz e de concórdia e, principalmente, um ano novo de muitas boas realizações para a educação, para a cultura e para o esporte brasileiro. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senadora. Fico muito honrado, emocionado e contente de estar recebendo essas palavras de sua parte.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu gostaria também de fazer minhas todas as palavras da Senadora Marisa Serrano em relação à análise e à reflexão sobre os trabalhos desenvolvidos por esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte no decorrer desses dois últimos anos sobre a presidência de V. Exa.

Em primeiro lugar parabenizar V. Exa., sempre presente, sempre atuante, sempre negociando. O exemplo mais recente foi a questão da meia entrada, reunindo estudantes, governo, artistas, produtores, e chegando a acordos, conversando, chegando a acordos, sempre que possível. Sempre presente, no horário, deixa eu destacar, antes de começar a Reunião V. Exa. já está presente, sentado, aguardando.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Dedicado, nome conhecido e reconhecido na questão da educação. Então parabéns a V. Exa., V. Exa. honrou a Comissão no período em que foi Presidente e, sem dúvida alguma, vai continuar assim sendo uma referência nesta área no ano que vem, mesmo, eventualmente, não estando na presidência.

Então parabenizar, parabenizar os colegas da Comissão e dizer que muita coisa foi feita. Este livro aqui, Idéias e Propostas para a Educação Brasileira, é o tipo da iniciativa que, se a gente pensar, foram quantas Audiências?

SR. JÚLIO LINHARES (SECRETÁRIO): Onze.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Onze Audiências Públicas, onze, discutindo a educação brasileira, alternativas, propostas, desafios. Foi algo extraordinário, só para dar um exemplo. E outro exemplo, como V. Exa. colocou, sem falhas [risos], regularmente, sem vazios, toda semana algo muito interessante, que é o Observatório da Educação, Cultura e Esporte, quer dizer, uma página semanal com as notícias da área.

Então foi um período, eu quero dizer, muito interessante, muito bom, proveitoso, parabenizar a V. Exa., parabenizar os companheiros, colegas da Comissão, porque com a participação de todos, nós todos crescemos, e cumprimentar tanto os quantos nos ajudaram, o Júlio, os funcionários que estão sempre aí batalhando e lutando para que tudo esteja certo, de acordo, tanta reunião e tanto encontro que foi feito graças a uma organização de estrutura que faz com que o trabalho possa, assim, ser bem produzido. Parabéns. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flávio Arns, eu que agradeço e vou deixar para comentar isso depois de um ponto.

Há na Mesa um requerimento. Há na Mesa um requerimento assinado por diversos Senadores, inclusive Ideli Salvatti, que eu reconheço, em que diz o seguinte: "Requeremos a V. Exa. que o Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2008, de autoria da Deputada Nice Lobão, que trata da reserva de vaga para estudante oriundo do ensino médio público nas universidades e escolas técnicas, seja remetido diretamente ao Plenário desta Casa, dispensando a audiência desta comissão, de forma a ser ali proferido e votado o Parecer. Registramos que matérias de igual conteúdo já foram unanimemente aprovadas nessa Casa, a exemplo do projeto do Senador Antero Paes de Barros, em

1999(F), e recentemente da Senadora Ideli, o PLS 546, de 2007". Eu quero dizer que a assessoria informa que nós não temos esse poder aqui. Pessoalmente eu, como Presidente da Comissão, eu não posso assinar um requerimento que tira da Comissão um debate. Ficaria muito ruim para mim, apesar de que eu considero que haja urgência em resolver o problema das quotas. Eu quero dizer que o Projeto voltou da Câmara muito diferente do que saiu daqui, do Projeto límpido, transparente da Senadora Ideli, que eu não sei quantos artigos tinha, mais dizia simplesmente 50% de vagas para a escola pública. Veio de uma maneira que ontem tivemos uma quase Audiência, mas não chegou a ser Audiência, que era difícil até entender direito, e tem uma falha grave, que é a falta de uma palavra que o Senador Demóstenes me mostrou, a palavra caput, do art. 1º. Só dizia art. 1º, que tem o caput e um parágrafo. Então na interpretação depende se você vai para o caput ou se vai para o parágrafo. Além disso, o Projeto não chegou ainda na Comissão de Educação. Portanto, segundo a assessoria, tem que ser feito diretamente na Mesa. Eu lamento muito aos amigos que defendem isso, mas insisto que esse é um assunto precisa ficar muito claro, transparente, está polemizando muito a opinião pública e se for preciso adiar algumas horas, alguns dias ou até meses por causa das férias, talvez venha a ser necessário. Mas, aqui, não é possível eu colocar em discussão, a não ser lá na Mesa, no Plenário. Vamos esperar que quarta-feira a CCJ faça. Se a CCJ votar, se for preciso, convocaremos uma Reunião da Comissão de Educação para quinta-feira. Eu não sei se teremos quorum ou não, mas... E depois da CDH. Bem, se houver isso, quinta-feira tentaremos a reunião, senão, eu quero agradecer a cada um dos que fizeram parte dessa Comissão, obviamente agradecer muito a essa formidável equipe de assessoria, liderada pelo Júlio, que é quase que co-Presidente da Comissão.

Lembrar que nós tivemos 23 Reuniões Ordinárias, 32 Extraordinárias, total de matérias aprovadas 204, 55 Reuniões no total, então foi um bom trabalho.

Eu gostaria de solicitar a cada um dos que foram membros dessa Comissão que se inscrevam e lutem dentro dos seus partidos para voltarmos a sermos a mesma equipe, com outro Presidente, obviamente, mas a mesma equipe, porque ela ficou afinada. Houve momentos que eu não imaginava, jamais, que ia ter quorum para votar Terminativo e tivemos quorum de faltar cadeira, ter que sentar Senador aqui. Então era bom que todos nós voltássemos a fazer parte da Comissão de Educação, eu próprio vou tentar, para manter esse espírito de corpo que nós fizemos, um espírito de corpo não corporativista, porque defendemos coisas aqui que às vezes nem eram exatamente o que poderia interessar a cada um da gente pessoalmente.

Eu agradeço muito e foi um privilégio ter sido Presidente nesses dois anos dessa Comissão. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 12h16.

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA****ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA,
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª
LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO
DE 2008, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO DA COMIS-
SÃO, SALA 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE
COSTA, ANEXO II.**

Às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e oito, no plenário da comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, Presidente da Comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores Serys Slhessarenko, Delcídio Amaral, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Expedito Júnior, Romero Jucá, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Gilvam Borges, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, João Durval, Aloízio Mercadante, Augusto Botelho, Lobão Filho, José Maranhão, Marco Maciel, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo e João Vicente Claudino. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência procede à leitura dos seguintes expedientes: Ofício Circular 116/2008, da Câmara Municipal de Uruará/PA, referente à Moção 004/2008, no qual solicita verbas federais e estaduais para infra-estrutura, saneamento básico, asfalto, água tratada e rede de esgoto na cidade de Uruará. A Presidência também lê vários Avisos do TCU: Aviso nº 1409/2008- “Referente a Embargos de Declaração opostos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, contra o acórdão 2.182/2007 – Plenário”. Aviso nº 1436/2008- “Referente à Auditoria Operacional realizada nos Ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente, na Agência Nacional de Energia Elétrica, na Empresa de Pesquisa Energética, e no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, tendo por objeto os leilões de energia nova realizados em 2005 e 2006”. Aviso nº 1095/2008- “Referente à Projeto de Resolução que dispõe sobre o recebimento, classificação, autuação, tramitação, tratamento, atendimento, comunicação e encerramento das solicitações do Congresso Nacional”. Aviso nº 1232/2008 – “Referente a Licitações de outorga de Serviço de Radiodifusão. Consulta sobre a possibilidade de anulação de ato ou fase de licitação inquinado de vício, que não afete a totalidade do certame”. Aviso nº 1239/2008- “Re-

lativo à Outorga de Permissões para exploração do serviço de Radiodifusão Sonora em frequência modulada para diversas localidades no Estado de Minas Gerais”. Aviso nº 1032/2008- “Referente à solicitação de informação acerca da execução do Programa Luz Para Todos no Estado de Rondônia”. Aviso nº 1508/2008- “Referente à Auditoria Operacional realizada na Agência Nacional de Energia Elétrica, com a finalidade de avaliar o impacto das perdas no Sistema Elétrico Brasileiro” e Aviso nº 1557/2008- “Referente à Representação formulada pela Secretaria de Fiscalização de Desestatização”. A Presidência faz a inversão de pauta, após acatado pelos membros. A Presidência convida para compor a Mesa dos Trabalhos o Senhor Haroldo Lima, Presidente da Agência Nacional do Petróleo. A presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias: Item 1 – Não Terminativo – Projeto de Lei do Senado, nº 76, de 2008 – “Autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a conceder empréstimos com taxas de juros subsidiadas para financiar investimentos na renovação da frota de transporte fluvial da Amazônia”, de autoria do Senador Expedito Júnior, tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que emite minuta de parecer favorável à matéria. Aprovado o parecer favorável ao projeto. Item 2 – Não Terminativo – Projeto de Lei da Câmara, nº 87, de 2008 – “Inclui no anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica”, de autoria do Deputado Edinho Bez, tendo como relator “ad hoc” o Senador Cícero Lucena, que emite minuta de parecer favorável à matéria, na forma do substitutivo que apresenta. Aprovado o parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 01-CI (Substitutivo). Item 3 – Não Terminativo – Projeto de Lei da Câmara, nº 109, de 2008 “Altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, para tornar obrigatório o uso de proteção no motor, eixo e partes móveis das embarcações”, de autoria da Deputada Janete Capiberibe, tendo como relator o Senador Leomar Quintanilha, que emite minuta parecer favorável à matéria. Aprovado o parecer favorável ao projeto. Item 4 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2007 – “Modifica a Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira e dá outras providências, a fim de estabelecer linhas de crédito específicas para o investimento em unidades de produção de biodiesel e para o cultivo de oleaginosas a serem utilizadas como matéria-prima para a fabricação de biodiesel”, de autoria do Senador César Borges, tendo como relator o Senador João Tenório, que emite parecer pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. A Presidência concede vista à Senadora Serys Slhes-

sarenko, pelo prazo regimental. Item 5 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2008 – “Altera a Lei 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, o trecho Rodoviário que especifica, sob a designação BR – 438, localizado no Estado de Goiás”, de autoria do Senador Marconi Perillo, tendo como relator o Senador Jayme Campos, que emite parecer com voto pela aprovação do Projeto. Aprovado o projeto. A mesa aceita, para efeito de registro em ata, a declaração de voto do Senador Gilberto Goellner. Item 6 – Decisão Terminativa Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2008 – “Dispõe sobre a alteração do limite de potência que caracteriza as pequenas centrais hidrelétricas e amplia incentivos e investimentos em geração de energia elétrica de outras fontes alternativas”, de autoria do Senador Lobão Filho, tendo como relator o Senador Wellington Salgado, que emite parecer pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. Usa da palavra para discutir o projeto o Senhor Senador Delcídio Amaral. Aprovado o projeto e a Emenda nº 01-CI. Item 7 – Mensagem do Senado Federal nº 202, de 2008 – “Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome da Senhora Magda Maria de Regina Chambriard, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP”, de autoria da Presidência da República, tendo como relator o Senador Sérgio Guerra, que emite minuta de relatório, em que a Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. Usam da palavra para sabatar a indicada os senhores Senadores Delcídio Amaral, Lobão Filho, Eliseu Resende, Aloísio Mercadante, Gilberto Goellner, Augusto Botelho, Inácio Arruda e Marconi Perillo. São convidados como escrutinadores os Senhores Senadores Augusto Botelho e Eliseu Resende. A indicação é aprovada com 22 votos sim, nenhum voto não e nenhuma abstenção, totalizando 22 votos. Item 8 – Mensagem do Senado Federal, nº 201, de 2008 – “Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor Allan Kardec Duailibe Barros Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP”, de autoria da Presidência da República, tendo como relator o Senador João Tenório, que emite minuta de parecer em que a Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. Usam da palavra para sabatar a

indicada os senhores Senadores Delcídio Amaral, Lobão Filho, Eliseu Resende, Aloísio Mercadante, Gilberto Goellner, Augusto Botelho, Inácio Arruda e Marconi Perillo. Foram convidados como escrutinadores os Senhores Senadores Augusto Botelho e Eliseu Resende. A indicação é aprovada com 21 votos sim, 01 voto não e nenhuma abstenção, totalizando 22 votos. Dando continuidade, assume a Presidência o Senador Jayme Campos. A Comissão ainda aprova extrapauta: Item 01 – Requerimento nº 42, de 2008-CI, de autoria do Senador Marconi Perillo e outros, que requer a realização de Audiência Pública para esclarecer os senhores senadores e analisar propostas sobre o estabelecimento de uma política de redistribuição das diversas formas de transportes no Brasil, tais como hidrovial, ferroviário e rodoviário em razão de sua importância para o desenvolvimento do país, com a presença dos seguintes convidados: Senhor Alfredo Pereira do Nascimento, Ministro de Estado dos Transportes ou seu representante; Senhor Fernando Antonio Brito Fialho, Diretor-Geral da Agência de Transportes Aquaviários; Senhor Adriano Murgel Branco, especialista em sistemas de transportes e ex-secretário de Transportes do Estado de São Paulo; Senhor Paulo Sérgio Oliveira Passos, Presidente do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT. Item 02 – Requerimento nº 43, de 2008-CI, de autoria do Senador Lobão Filho, que requer a realização de Audiência Pública para discutir com empresários do setor, especialistas e autoridades públicas, o tema do aumento desmesurado dos preços de cimento e ferro. Item 03 – Requerimento nº 44, de 2008-CI, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que requer a realização de Audiência Pública destinada a discutir os fatos que motivaram a difícil situação de aposentados e pensionistas do Aerus (Fundo de Previdência Complementar) e do Aerus (Instituto Aerus de Seguridade Social), com a presença das seguintes autoridades: Senhor José Pimentel, Ministro de Estado da Previdência Social; Senhor Nelson Machado, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda; Senhora Maria Batista da Silva, Liquidante do Fundo e Pensão Aerus (Vasp); Senhor Jefferson Carús Guedes, Procurador-Geral da União; Senhor Roger Odillo Klafke, Diretor do Departamento de Fiscalização da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social; Senhor Ricardo Pena Pinheiro, Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social; Senhora Maria Aparecida Tavares Leite, Presidente da Associação dos Aeronautas e Aeroviários do Brasil; Senhor Reginaldo Alves de Souza, Presidente do Sindicato dos Aeroviários do Estado de São Paulo; Senhor João da Silva Crespo Filho, Liquidante da Varig e Senhor Aubiérge Barros de Souza Filho, Inter-

ventor da Aerus. Item 04 – Requerimento nº 45, de 2008-CI, de autoria do Senador Demóstenes Torres e outros, que requer a realização de Audiência Pública da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI, conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, para que sejam prestadas informações acerca dos efeitos oriundos do Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008, com a presença dos seguintes convidados: Senhor Geddel Vieira Lima, Ministro de Estado da Integração Nacional; Senhor Paulo Sérgio de Noronha Fontana, Superintendente da Sudene; Senhor Jorge Corte Real, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco – Fiepe e da Senhora Lina Vieira, da Secretaria da Receita Federal. Por último, o Senhor Presidente Senador Marconi Perillo faz um relato acerca das Agências Reguladoras. Nada mais havendo a tratar, a Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às dezessete horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

COMISSÃO DE INFRA-ESTRUTURA – CI

22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2008, ÀS 14 HORAS E 54 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental declarado aberta a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra Estrutura, extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa ordinária da 53ª Legislatura. Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias, bem como a sabatina da Sra. Magda Maria de Regina Chambriard, e o Sr. Allan Kardec Duailibe Barros Filho, ambos didáticos para diretores da ANP. Há expediente sobre a Mesa a serem lidos. Iniciativa do Poder Legislativo de Uruará, Estado do Pará, que enviou ao Senado e a Mesa do Senado enviaram a esta Comissão, solicitando verbas estaduais para infraestrutura, saneamento básico, asfalto, água tratada, rede de esgoto na cidade de Uruará, pedindo especial atenção dessa Comissão assinado pelo presidente daquela Casa de leis, Edgar Rocha da Silva. Expedientes, também relativos a aviso do Tribunal de

Contas da União. Passo a leitura resumidamente de Aviso do Tribunal de Contas da União encaminhados a essa Comissão aos quais ficarão à disposição das Sras. e dos Srs. Senadores e suas assessorias, em sua íntegra, na secretaria para consultas que se fizerem necessárias.

Aviso nº. 1409/08, referente a embargos de declaração opostos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos contra o acórdão 2182/07, Plenário. Aviso nº. 1436/08, referente à auditoria operacional realizada nos Ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente, Agência Nacional de Energia Elétrica, na empresa de pesquisa energética e no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, tendo por objeto leilões de energia nova realizados em 2005 e 2006. Aviso nº. 1095/08, referente a projeto de resolução que dispõe acerca do recebimento, classificação, autuação, tramitação, tratamento, atendimento, comunicação e encerramento das solicitações do Congresso Nacional. Aviso nº. 1232/08, referente a licitações de outorga de serviço de radiodifusão, consulta sobre a possibilidade de anulação de ato ou fase licitação inquinado de vício, que não afete a totalidade do certame. Aviso nº. 1239/08 referente à outorga de permissões para exploração de serviços de radiodifusão sonora, em frequência modulada para diversas localidades no Estado de Minas Gerais. Aviso nº. 1032/08 referente à solicitação de informação a respeito da execução do programa, Luz Para Todos, no Estado de Rondônia. Aviso nº. 1508/08 referente à auditoria operacional realizada na Agência Nacional de Energia Elétrica com a finalidade de avaliar o impacto das perdas do sistema elétrico brasileiro. Aviso nº. 1557/08 referente à representação formulada pela secretaria de fiscalização e desestatização.

Requerimento de iniciativa dos Senadores Eduardo Suplicy, Marconi Perillo, Serys Slhessarenko. Requer, nos termos do regimento da Constituição, Audiência Pública com o objetivo de esclarecer aos Senadores e Senadoras, propostas sobre o estabelecimento de uma política de redistribuição das diversas formas de transporte no Brasil, tais como hidroviário, ferroviário, rodoviário em razão de sua importância para o desenvolvimento do país. Neste Requerimento são convidados à audiência, os Srs. Ministros de transportes ou representante, diretor da Agência de Transportes Aquaviários, especialista em sistemas de transportes, Dr. Adriano Murgel Branco e o ex secretário de transportes do Estado de São Paulo, Paulo Sérgio Oliveira Passos, presidente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Está em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Aprovado.

Requerimento de iniciativa do Senador Lobão Filho. Requer nos termos do regimento e da Constituição a realização de Audiência Pública na Comissão de Infra estrutura para debater com empresários do setor, especialistas, autoridades públicas o tema do aumento desmesurado dos preços do cimento e ferro. Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se acham. Aprovado. De iniciativa do Senador Heráclito Fortes. Também Requerimento de convite de acordo com o regimento e a Constituição para que haja uma Audiência Pública no âmbito dessa Comissão de Infra estrutura, destinada a discutir os fatos que motivaram a difícil situação dos aposentados e pensionistas do Aëros Fundo de Previdência Complementar e do Instituto Aërus de Seguridade Social. Ele solicita que sejam convidados o Exmo. Sr. José Pimentel, Ministro de Estado da Previdência Social, Nelson Machado, secretário executivo do Ministério da Fazenda, Maria Batista liquidante do fundo de pensão Aëros, Jefferson Carus Guedes, procurador geral da União, Roger Odílio Klafke, diretor do departamento de fiscalização da Secretaria de Previdência Complementar, do Ministério da Previdência e Assistência Social, Sr. Ricardo Pena Pinheiro, secretário de Previdência Complementar, do Ministério da Previdência e Assistência Social, Sra. Maria Aparecida Tavares Leite, presidente da Associação dos Aeronautas e Aeroviários do Brasil, Sr. Reginaldo Alves de Sousa, presidente do Sindicato dos Aeroviários do Estado de São Paulo, Sr. João da Silva Crespo Filho (sic), liquidante da VARIG, o Sr. Aubiérquio Barros de Sousa Filho, interventor do Aëros. Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se acham.

Requerimento de iniciativa do Senador Jarbas Vasconcelos, Demóstenes Torres e Marco Maciel. Nos termos do art. 50 do regimento e da constituição, requerem sejam convidados o Exmo. Sr. Geddel Vieira Lima, Ministro de Integração Nacional, Dr. Paulo Sérgio Noronha Fontana, superintendente da SUDENE, Dr. Jorge Couto Leal, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco, e Dra. Lina Vieira, secretária da Receita Federal, para comparecem à Audiência Pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Regional e dessa CI, a fim de prestar informações acerca dos efeitos oriundos do Decreto 6539 de 18 de agosto de 2008. Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir coloco em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Bom, nós vamos colocar em votação o item 1 da pauta, cujo relator é o Senador Flexa Ribeiro. Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para anunciar o seu... O seu

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem. A Audiência Pública dos dois indicados pela Agência Nacional de Petróleo nós faremos a que hora?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agora.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Depois desse item?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): É o item... Item 4.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Item 4?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Nós vamos fazer rapidamente, Senador.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só queria registrar a presença do Nelson Narciso, Diretor da Agência Nacional de Petróleo que está prestigiando a audiência e vem fazendo um trabalho muito importante ao país aqui. Queria agradecer a presença e registrar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência acolhe a solicitação do Senador Aloizio Mercadante, Presidente da CAE, considera a visita ilustre do Sr. Diretor da ANP, aqui presente. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro para proferir o seu voto e relatório.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Marconi Perillo, Srs. Senadores. O projeto em exame de autoria do Senador Expedito Júnior tem por objetivo permitir ao BNDES a abertura de uma linha de crédito especial para financiar aquisição de embarcações para navegação fluvial na Amazônia. Os empréstimos seriam concedidos mediante taxa de juros de 6% ao ano, com prazo de amortização de 10 anos e três de carência. As demais condições e limites seriam definidos e regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional. Na sua justificção o autor destaca a extrema dependência do transporte fluvial dos moradores da região, que praticamente não conta com rodovias transitáveis. Lembra que são freqüentes os acidentes envolvendo a navegação fluvial na Amazônia, devido, em grande medida, à precariedade das embarcações. Acrescenta que o quadro se agrava com o alto ritmo de crescimento populacional que torna a situação cada vez mais crítica.

A proposição foi distribuída à Comissão de Infra estrutura e à Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo à última apreciação em caráter terminativo.

Na Comissão de Infra estrutura não foram oferecidas emendas. Análise, Sr. Presidente. Cabe à Comissão de Infra estrutura a análise no que tange aos aspectos de transporte. A Amazônia praticamente dependente da navegação fluvial, tanto para seu desenvolvimento econômico, como para o atendimento das necessidades sociais de seus habitantes. Além disso, a navegação tem se mostrado um meio de transporte bastante eficiente em termos de custos operacionais e de impactos ambientais. Sabe-se que há inúmeras empresas explorando a navegação fluvial, sendo que muitas delas operam com deficiências, o que gera problema na segurança dos passageiros. Os freqüentes acidentes com mortes estão fortemente associados a problemas com a frota. Além de precárias, as embarcações trafegam nos mais das vezes, superlotadas devido à insuficiência da frota. O investimento na construção de novas embarcações modernas e seguras são, pois, imprescindível para a melhoria da qualidade do transporte fluvial.

Considerando que os serviços destinam-se predominantemente às pessoas de baixa renda, a figura se adequa à opção por um financiamento com juros subsidiários. De resto, as condições propostas são equiparáveis às aquelas previstas na regulamentação do adicional de frete para a renovação da Marinha Mercante, que tem a mesma finalidade. Assim consideramos meritória a proposição, uma vez que objetiva propiciar condições de transporte minimamente dignas aos habitantes da Amazônia, além de permitir e resgatar a navegação fluvial como fator de integração regional. Voto, Sr. Presidente. Pelas razões expostas, voto pela aprovação do projeto. Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Em 13/08/08 foi concedida vista ao Senador Wellington Salgado de Oliveira pelo prazo regimental. Em 22/08/08 foi devolvido pelo Senador Wellington sem manifestação. Após o voto do ilustre Senador Flexa Ribeiro eu coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir a matéria, coloco em votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Em relação ao item 2, o relator não está presente. Portanto, nós vamos contar-se na próxima sessão o relator dessa matéria não comparecer, nós vamos convidar um relator ad hoc. Relator Senador Cacildo Maldaner. Ah, já deixou... Já deixou. Então, eu solicito... Em homenagem a ele eu pediria que fosse lido o relatório pelo Senador Cícero Lucena. Item 2.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. O Parecer é do Senador Cacildo Maldaner, me tendo como Relator ad hoc, vamos direto à análise. Por haver sido distribuído com exclusividade a essa Comissão, serão

analisados não só o mérito da proposta, mas também sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a Constituição Federal, o art. 21 determina que a União detém competência para estabelecer princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação, de outra parte cabe ao Congresso Nacional deliberar sobre a matéria conforme disposto no art. 48, não havendo restrição à iniciativa parlamentar nos termos do art. 61 da Lei Maior. Quanto ao mérito, acreditamos que a concretização do pleito do nobre deputado irá contribuir para o pleno desenvolvimento do Balneário Praia do Sol, aprovação do PLC nº. 87/08 permitirá que verbas federais sejam destinadas à pavimentação desse trecho rodoviário, o que significará importante melhoria para o acesso àquela praia.

Em relação à técnica legislativa, entretanto, há aperfeiçoamentos que deverão ser feitos em primeiro lugar. A emenda não especifica o trecho rodoviário a ser incluído. No art. 1º, por nossas medições em vez de 4,98 km, o trecho em questão não tem mais do que 2,9 km de extensão. Por outro lado, a inclusão do trecho rodoviário pretendido deve ser feita na relação descritiva da rodovia do Sistema Rodoviário Federal, item 222 do subitem ligações constantes no anexo do Plano Nacional de Viação aprovado pela lei nº. 5917 de 10 de setembro de 73. Ou seja, na forma de uma linha de tabela a ser incluída em tal relação.

Por fim, o comando contido no art. 2º poderá ser muito bem disposto como parágrafo do art. 1º. O voto. Diante do exposto o voto é pela constitucionalidade e juridicidade do PLC 87/08 e por sua aprovação no tocante ao mérito, na forma do seguinte substitutivo. Projeto de Lei da Câmara nº. 87/08, substitutivo. O Congresso Nacional decreta relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal, item 222 de subitem ligação constante do anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei 5917 de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar acrescido do trecho rodoviário com a seguinte descrição: BR 101, Balneário Praia do Sol, unidade da federação Santa Catarina, extensão 3 km. Parágrafo Único. O traçado definitivo, a designação oficial e as demais características do trecho de que trata o caput será determinado pelo órgão Federal competente. Essa lei entra em vigor na data de sua publicação. Esse é o voto com o substitutivo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Cícero Lucena pela leitura e por ter funcionado como relator ad hoc. Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir a matéria, coloco em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. Aprovado. A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa. Convido o

Senador Leomar Quintanilha para proferir o seu parecer e voto relativamente ao item 3. Projeto de Lei da Câmara nº. 109/08 que altera a Lei 9537 de 11 de dezembro de 97, para tornar obrigatório o uso de proteção de motor, eixo e partes móveis das embarcações. Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras, Senadores. Este Projeto de Lei tem origem na Câmara e levou lá o número 109/08 e que altera a Lei 9537 de 11 de dezembro de 1997 para tornar obrigatório o uso de proteção no motor, eixo e partes móveis das embarcações. Acrescenta-se novo artigo à Lei 9537 de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional, e dá outras providências para determinar a obrigatoriedade do uso de proteção no motor, eixo e quaisquer outras partes móveis das embarcações que possam promover riscos à integridade física dos passageiros e da tripulação. O descumprimento da exigência sujeita o infrator, as medidas administrativas de apreensão do certificado de habilitação e de apreensão retirada do tráfego, ou impedimento da saída da embarcação e as penas de multa e de suspensão ou cancelamento do certificado de habilitação, já constantes da lei. Em caso de reincidência o valor da multa é multiplicado por três, a embarcação é apreendida e o certificado de habilitação é cancelado.

Há um parágrafo adicional que esclarece que a aplicação dessas penas, e medidas administrativas não eximem o infrator da responsabilidade cível e criminal. O projeto, Sr. Presidente, dispõe sobre transportes, matéria de competência da União nos termos do art. 22, inciso XI da Constituição não havendo reserva de iniciativa em favor da Presidência da República. Apesar disso, tendo em conta a gravidade do problema decorrente de tantos danos causados às vítimas, quanto da frequência com que ocorrem os acidentes, justifica-se a inclusão de um artigo específico sobre a proteção de motores e eixos e demais partes móveis das embarcações, bem como o agravamento das sanções contra os infratores.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, tal projeto é movido pelo apelo das populações, sobretudo, da região norte, onde utilizam as embarcações como principal meio de transporte e ali se verifica constantes acidentes, exatamente pela não proteção das partes móveis dos motores. O fenômeno do escarpelamento é um deles. Ante o exposto, Sr. Presidente, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e no mérito pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 109/08. É o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Leomar Quintanilha pela leitura e pelo relatório. Coloco em discussão, não havendo quem queira discutir coloco em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Item 6. Aprovado o parecer favorável do relator, a matéria vai à Secretaria Geral da Mesa. Item 6. Eu convido o Senador João Tenório, relator da matéria para proferir o seu relatório e voto. Item 6. Projeto de Lei do Senado nº. 18/07.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vem a essa Comissão de serviço de infra estrutura para exame e decisão em caráter terminativo o Projeto de Lei do Senado nº. 18/07, que modifica a Lei nº. 11097 de 13 de janeiro de 2005, de modo a estabelecer linha de crédito específica para estimular a produção de biodiesel. O PLS nº. 18/07, de autoria do Senador César Borges acrescenta à Lei 11097 de 13 de janeiro de 2005, os art. 16 A e 17 A, que autorizam linhas específicas de crédito, tanto para o cultivo de oleaginosas a ser utilizado como matéria prima para a fabricação de biodiesel, quanto para investimentos em plantas da produção do referido produto.

Os dois novos artigos vêm em substituição aos art. 16 e 17 originais, vetados que determinavam que bancos públicos federais devessem criar linhas de créditos especiais para essa mesma atividade. Não foram oferecidas emendas à proposição no prazo regimental e vamos à análise. Como essa Comissão tem a incumbência de pronunciar-se terminativamente sobre o projeto, fez-se necessário a verificação da constitucionalidade do projeto. Os art. 16 e 17 foram vetados pelo Presidente da República, porque impunham a obrigações a órgão de administração pública indireta. E, portanto, invadiam a competência privativa do chefe do Poder Executivo. Para contornar esse óbice, o Senador César Borges propõe um projeto que determina que as atividades associadas ao biodiesel façam jus às linhas de créditos específicas e deixa para regulamento a definição dos detalhes. Ele defende essas linhas de crédito argumentando que "a produção do biodiesel não poderá ganhar impulso e atender as metas fixadas na própria Lei nº. 11097, se os investimentos no setor não dispuserem de linha de créditos em condições mais favoráveis".

É certo que o biodiesel, que enfrenta a concorrência dos combustíveis já bem estabelecidos, como diesel mineral, a gasolina e o etanol, requerem medidas de apoio. Muitos já estão contidos na Lei 11116/05, que autoriza a redução das alíquotas de PIS; PASEP e COFINS para o biodiesel produzido em determinadas condições. As novas linhas de crédito constituirão im-

portante apoio para o setor. Embora alguns possam argumentar que o projeto terá uma eficácia limitada posto que os bancos públicos ou privados já têm a liberdade de abrir linhas especiais de crédito para o biodiesel, acreditamos que a iniciativa proposta poderá ser muito valiosa, inclusive porque sinaliza o apoio da sociedade a este importante... Essa importante atividade.

Por fim, com o propósito de adequar o projeto à boa técnica legislativa, apresentamos ao final emenda. Voto. Em decorrência do exposto opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 18/07 com a seguinte emenda: Art. 1º a lei nº. 11097, de 13 de janeiro de 2005, passa a vigorar acrescida dos art. 16 A e 17 A.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Como houve mudanças, o relator fez algumas mudanças no relatório, eu gostaria de pedir vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mais alguém se interessa pelo pedido de vistas? Concedo vistas nos termos do regimento à Senadora Serys pelo prazo regimental. Item 8 da pauta. E após esse item nós vamos... Aproveitando o quorum alto, nós vamos começar a discutir as indicações para a ANP. Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos, relator da matéria.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, Sr. Vice Presidente, meu amigo Senador Delcídio Amaral, Sras. e Srs. Senadores. Nosso relatório, Sr. Presidente, vem a exame dessa Comissão o Projeto de Lei do Senado, de autoria do ilustre Senador Marconi Perillo, que pretende incluir no Sistema Rodoviário Federal uma nova rodovia, designada BR 438, situada no entorno do Distrito Federal. Ao justificar a sua iniciativa o autor ressalta a importância da criação da BR 438 para os objetivos da região integrada do desenvolvimento do Distrito Federal, o entorno do RIDE e salienta que faz necessária a doação de uma plataforma logística, capaz de desafogar o tráfego do Distrito Federal. Argumenta que na malha viária principal que atende a região, todas as rodovias têm traçados convergentes para Brasília. O [ininteligível] reclama opções mais adequadas aos fluxos com origem de um destino fora da capital.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas perante esta Comissão. Análise. Na forma do PLS 306/08 encontra respaldado no art. 22 e 11 da Constituição Federal que inclui os transportes na reserva

de competência legislativa da União, combinando com o art. 48 que atribui ao Congresso Nacional a iniciativa para proposição de leis sobre tais matérias. A proposição observa os preceitos da Lei Complementar nº. 95 de 26 de fevereiro de 1998, tanto quanto à vinculação e remissão expressa ao diploma legal que modifica, como quanto, técnica e legislativa empregada.

No mérito, a iniciativa da inclusão da BR 438 do PNV é pertinente e louvável, refletindo a justa preocupação do ilustre Senador Marconi Perillo com o desenvolvimento da rede. De acordo com a classificação adotada pelo PNV, trata-se de uma ligação com início da Rodovia BR 414 nas proximidades de Cocalinho e de Goiás, e término na BR 020, na localidade de Vila Boa, Goiás. É uma ligação rodoviária com finalidade específica de articular rodovias de traçados estanques, caracterizando-se como estradas de integração. Além de cumprir a finalidade estratégica de permitir o desvio do tráfego de passagem sem interesse na capital Federal, a ligação pretendida é indispensável para o desenvolvimento socioeconômico da região do entorno da situada, a noroeste do Distrito Federal, para funcionar como suporte ao desenvolvimento das potencialidades da região nas áreas de agricultura, pecuária, turismo, mineração e reflorestamento. Voto, Sr. Presidente. Ante o exposto opinamos pela aprovação do PLS 306/08 dentro da forma como propõe o seu autor. Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir o parecer, coloco em votação. Votação nominal porque se trata de projeto de decisão terminativa. Eu vou começar aqui a chamada dos Srs. Senadores presentes para votarem. Senadora Serys, como vota?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Como legítimo relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Expedito. Senador Romero Jucá. Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Gilberto Goellner. Senador Eliseu Resende. Senador Jayme Campos, relator, voto conhecido. Senador João Tenório. Senador Marconi Perillo, autor. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador João Durval.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Romeu Tuma. Eduardo Azeredo. 16 votos sim, nenhum não, nenhuma abstenção, contando com a presença do Presidente para quorum, 17 Senadores presentes, 16 votos favoráveis. A matéria está aprovada e irá à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências. Aprovado PLS nº. 306/08.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente. Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra pela ordem Senador Wellington e logo após Senador Eliseu.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Queria saber qual vai ser a atitude de V.Exª por eu ter chegado um pouco atrasado e ter passado o item 7 da pauta do qual eu sou o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Se o senhor estiver preparado eu coloco agora em discussão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Estou aguardando, então, V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, eu queria apenas lembrar...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O projeto é de autoria do Senador Lobão Filho. Pois não, Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu queria lembrar, Presidente, que está tramitando nessa Comissão o Projeto de Lei que atualiza o sistema nacional de viação. Já foi apresentado aqui à Comissão, está para ser pautado nas próximas sessões. Eu alertaria a Presidência da Mesa, como há um elenco de projetos novos sugerindo mudança do sistema nacional de viação, como essas leis vão ser inseridas, ou não, por certo serão, em atendimento aos propositores no sistema nacional de viação, nós vamos revogar 49 projetos de leis vigentes e instituir novamente o sistema nacional de viação.

Eu pediria à V.Exª que as novas proposições que chegarem à Comissão, a sua distribuição se faça após a apresentação do parecer para que elas possam ser consideradas como emendas ao Projeto de Lei matriz que atualiza o sistema nacional de viação. Caso contrário, nós teríamos que estar modificando aqui permanentemente o Projeto de Lei que está em tramitação aqui no Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A preocupação de V.Exª, Senador Eliseu Resende, é altamente pertinente, a Presidência vai acolher a sugestão de V.Exª e só iremos distribuir novos projetos com essa finalidade após a leitura do parecer de V.Exª ao Plano Nacional de Viação. Com a palavra o Senador Wellington Salgado para a leitura do seu parecer referente ao Projeto de Lei do Senado nº. 274/08 de iniciativa do Senador Lobão Filho.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Sr. Presidente. Tramita na Comissão de serviços de infra estrutura Projeto de Lei do Senado 2274/08 que dispõe sobre a alteração do limite de potência que caracteriza as pequenas centrais hidrelétricas e ampliam incentivos de investimentos em geração de energia elétrica e de outras fontes alternativas. O autor da matéria entende que o aumento de 30 para 50 MW da potência instalada que caracteriza uma PCH incentivará os investimentos nessa modalidade de forma... De fonte alternativa. Salienta o autor que o estoque de novos potenciais hidráulicos, dentro do limite atual de 30 MW, está rapidamente se esgotando, e que brevemente não haverá novos potenciais a serem ofertados aos investidores.

O Senador Lobão Filho enfatiza que apesar de haver um potencial inexplorado de mais de 2000 MW em usinas com potência situada entre 30 e 50 MW, ainda são poucas as usinas hidrelétricas existentes

nessa faixa. A explicação para essa baixa realização seria a falta de incentivos combinado com a pequena escala do empreendimento. Além do mais, há caso em que o potencial hidráulico é explorado apenas em parte, um evidente desperdício do recurso natural para se encaixar na classificação de PCH e fazer jus aos substanciais incentivos concedidos às fontes alternativas na Legislação. Propõe também que os incentivos previstos na lei sejam estendidos a outras fontes alternativas: eólica, solar e biomassa, com capacidade instalada de até 50 MW.

Finalmente, o autor aduz uma mudança, que se aprovada, ampliará os descontos nas tarifas de uso de sistema elétrico de transmissão e de distribuição aos altos produtores de energia. A matéria foi despachada para esta Comissão para decisão em caráter terminativo. Não foram oferecidas emendas ao PLS. Análise, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Em decorrência da análise em caráter terminativo compete a esta Comissão análise da constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade da técnica legislativa e do mérito do projeto. Nos termos do art. 22 inciso IV combinado com o art. 48 da Constituição Federal é da competência privativa do Congresso Nacional legislar sobre energia, tampouco a afronta ao art. 61, § 1º, o que descarta vício de iniciativa. A matéria está, portanto, aderente aos ditames constitucionais. O Projeto de Lei é jurídico, pois inova no arcabouço legal e segue o rito preconizado no Regimento Interno do Senado Federal.

Em relação à técnica legislativa, cabe ajuste de redação, pois o art. 1º da proposição faz referência apenas ao inciso I do art. 26 da lei que se pretende alterar. De fato, o projeto propõe também alterações no § 1º, 5º e 6º, não mencionado no caput. No que se refere ao mérito, deve-se louvar a iniciativa do Senador Lobão Filho de propor alterações tão benéficas para o setor elétrico. De fato, o aumento de 30 para 50 MW, o limite de classificação de uma usina hidrelétrica como uma PCH, incrementará os investimentos em geração de energia, tão necessários num país que vem crescendo a taxas alvissareiras. A extensão dos benefícios a outras fontes alternativas com até 50 MW, também caminha na mesma direção. O Projeto de Lei também corrige uma injustiça perpetrada contra os altos produtores, investidores de peso no segmento de geração, e que não puderam usufruir de reduções nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão e de distribuição, em razão de conflito entre dispositivos da Lei 9427 de 1996. Voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº. 274/08 com a seguinte emenda de redação: Dê-se ao caput do art. 1º do Projeto de Lei 274/08 a seguinte redação: o art. 26 da Lei 9427 de 26

de dezembro passa a vigorar com a seguinte redação. Sala de Comissão. É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A matéria está em discussão.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Em discussão, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Delcídio Amaral com a palavra, nosso Vice Presidente.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, e aproveitando a oportunidade desse debate, desse projeto tão bem relatado pelo Senador Wellington e de autoria do Senador Lobão, só para um pequeno entendimento, porque as PCHs, hoje pela Legislação nós temos uma limitação até 30 MW. O projeto está abrindo para 50, o que eu acho absolutamente louvável. Porque há aí um espaço muito grande para se desenvolver projetos de PCHs aumentando a potência, subindo de 30 até 50. A minha única... A minha pergunta é a seguinte: é só um projeto que autoriza até 50, mas mantida a limitação da área do reservatório, ou não? Quer dizer, mantém-se a área do reservatório e pode-se subir a PCH até 50 mega? É esse o objetivo?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): É. E as adequações dos novos mananciais também até 50 dos que não foram explorados, para não caírem na regra do leilão que é o Htem(F).

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Mas restrito, Senador, pela área...

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): A mesma área de alagamento de 30 é igual. Mantém.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E mantém, é um problema de impacto ambiental...

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discuti-la, encerro a discussão. Srs. Parlamentares, comunico que serão duas votações nominais. Uma para o projeto e uma outra para a emenda. Em votação o Projeto de Lei do Senado nº. 274/08. Quem vota com o relator da matéria, Senador Wellington, vota "sim". Então, eu começo agora a votação nominal. Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Expedito. Senador Romero Jucá. Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Gilvam Borges. Senador Valter Pereira. Senador Wellington Salgado, relator voto conhecido.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, meu voto é conhecido, mas depois de ouvir a explanação e do fundo do coração, porque é um grande entendido na área, eu vi que realmente o meu relatório está mais que perfeito depois da explanação do ilustre Senador Dalcídio Amaral.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Heráclito Fortes. Senador João Tenório. Senador Marconi Perillo, sim. Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sérgio Guerra. João Durval.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Aloizio Mercadante. Lobão Filho, autor. Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eduardo Azeredo. 15. O autor também. 16 Senadores presentes, 15 votos sim, com exceção do autor, 14 votos sim, a matéria está aprovada. Eu consulto as Sras. e Srs. Senadores se posso repetir a mesma votação do projeto para a emenda. Srs. Senadores que concordam... Está aprovada a emenda também por unanimidade. O projeto e a emenda nº 1 da Comissão de Infra estrutura estão aprovados, a matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências. Essa Presidência considera visitas ilustres à Comissão de Vereadores da Câmara Municipal de São Francisco de Goiás aqui presentes. Sejam bem vindos. Mensagem do Senado Federal nº. 202/08. Submete à apreciação do Senado em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea F da Constituição Federal combinado com o art. 11 da Lei 9478 de 6 de agosto de 97,

o nome da Sra. Magda Maria de Regina Chambriard para exercer o cargo de diretora da Agência Nacional de Petróleo, gás natural e biocombustíveis. Antes de conceder a palavra ao primeiro relator, eu gostaria de convidar para compor a Mesa o Sr. Allan Kardec Duailibe Barros Filho, e convidar a Sra. Magda Maria de Regina Chambriard também para compor a Mesa. Da mesma forma tenho o prazer e a honra de convidar o Dr. Aroldo Lima, Diretor Geral da ANP, que aqui representa os demais diretores presentes para também nos dar a honra da sua presença.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente. Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concedo a palavra pela ordem com muito prazer ao Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Gostaria de... Que a Mesa acatasse o meu voto no item 8, questão terminativa, que eu estava ausente na sala por motivos particulares, favorável ao relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Mesa considera o voto do Senador Gilberto Goellner apenas para efeito de Ata, já que a votação havia sido encerrada. Composta a Mesa pelos ilustres sabatinados, pelo ilustre Presidente da ANP, além do nosso querido Vice Presidente, eu concedo a palavra ao ilustre Senador Sérgio Guerra para proferir o seu relatório relativamente à indicação da Dra. Magda Maria. Com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sr. Presidente, a mensagem de nº. 202/08 encaminhada pelo Exmo. Sr. Presidente da República insta o Senado Federal a se manifestar sobre a indicação da Sra. Magda Maria Regina Chambriard, para exercer o cargo de diretora da Agência Nacional de Petróleo, gás natural e biocombustíveis. A carta magna atribui ao Senado Federal a competência privativa para aprovar previamente por maioria absoluta e voto secreto após arguição em Sessão Pública, a escolha de titulares de cargos que a lei determinar, portanto. A iniciativa do chefe do Poder Executivo atende ao dispositivo de nº. 52 inciso III, da alínea F da Constituição Federal combinando com o art. 11 § 2º da Lei 9478, 16 de agosto de 1997. Ademais o art. 104 do Regimento Interno atribui a esta Comissão a competência para emitir parecer sobre indicação dessa natureza, obedecendo o rito prescrito no art. 383 também da RISF.

Anexo a presente mensagem consta o curriculum vitae da indicada em atendimento à prescrição regimental do art. 383 primeiro e que passamos a descrever. A Sra. Margarida (sic) Maria Regina nasceu no dia 30 de junho de 1957, sua formação acadêmica inclui o curso de graduação em engenharia civil e o mestrado

do em engenharia química ambos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, respectivamente em 1979 e 1989. Especializou se, também, em engenharia de reservatórios e avaliação de formação pela Universidade Corporativa da Petrobras.

O currículo da indicada relata, ainda, vários cursos de aperfeiçoamento profissional entre 1980 e 2001, dentre os quais destacamos geologia de petróleo para engenheiros, engenharias de poços horizontais, negociação de contratos de exploração de produção, programa de capacitação em negociação da indústria do petróleo, contabilidade, análise de portfólio, investimentos em projetos DAIP(F). A experiência profissional da Sra. Magda no setor de petróleo e gás natural é reconhecidamente muito vasta. Trabalhou como especialista na Petrobras de 1980 a 2002, onde atuou nas áreas de engenharia de reservatórios, engenharia de produção e na área de novos negócios de exploração e produção. Em 2002 ao corrente ano de 2008 tem desenvolvido intensa atuação profissional na Agência Nacional de Petróleo e gás natural – ANP, onde assume inicialmente a posição de assessora de diretor para depois acumular o exercício da superintendência de exploração e da superintendência de definição de blocos.

Dra. Magda também vem atuando como instrutora de cursos de formação de especialistas em petróleo e gás natural, bem como palestrantes internacionais nos mais importantes encontros mundiais do setor. Diante do exposto, entendemos que a senhora... Srs. Senadores e Sras. Senadoras integrantes da Comissão de serviços de infra estrutura, Sr. Presidente, dispõe de informações consistentes pela sólida formação... Quanto à sólida formação e destacada experiência de Dra. Magda para deliberar sobre a presente indicação.

Sr. Presidente, tem sido norma, não apenas do relator que foi indicado por V.Ex^a, mas também de relatores do nosso partido, do PSDB e de maneira crescente e sistemática, produzir leitura e reconhecimento das pessoas indicadas para as áreas específicas de cada indicação. A adequação curricular, a experiência feita, a competência, a capacidade de trabalho demonstrada são elementos vitais, assim como o conceito público e o conceito privado das pessoas também são indicados.

Trata se de tarefa da maior relevância no mundo surpreendente, que é o mundo do petróleo, um mundo no qual transitam bilhões e bilhões de dólares de recursos no mundo das relações internacionais que são muito também complexas, onde o Brasil percorre um caminho complexo também de extrema dificuldade, embora que bem sucedido, a absoluta necessidade de refletir sobre essa indicação. Essa Comissão não mere-

ceria o seu nome se não assumisse o papel relevante na subscrição ou na recusa desse tipo de ligação.

O currículo que me foi dado a ler, da D. Magda, assim como consultas que fiz a algumas pessoas, me deixa na posição de afirmar o seguinte: foi dos melhores currículos que eu já vi aqui de pessoas indicadas para tarefas específicas. História profissional reconhecida por todos, consensual, pessoa absolutamente séria, pessoa que conhece a matéria, que vai ajudar o Brasil, ajudar a agência, e que a... Eu acho que essa Comissão e o Congresso se engrandecem na medida em que subscrevem a sua indicação e apoio. É dos votos mais conscientes que dou aqui e que já dei aqui e eu quero dizer ao Presidente Marconi Perillo que tem a responsabilidade de nos conduzir nessa Comissão que, agradecer a oportunidade de relatá-la e dizer que seguramente o senhor preside hoje uma sessão importante, porque vamos indicar uma pessoa de qualidade para uma área extremamente complexa que precisa de pessoas de qualidade, competência feita, e que todos reconhecem capaz para o cargo que vai desempenhar.

Então, eu quero parabenizar a todos, inclusive a quem indicou pela indicação feita.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece ao Senador Sérgio Guerra, presidente nacional do meu partido, o PSDB, pela produção do relatório, pelo trabalho desenvolvido, e eu gostaria de corroborar de certa forma com as palavras de V.Ex^a, a medida em que já estou aqui presidindo essa Comissão há quase dois anos. E ontem durante um debate promovido pela CNI, o 3º Encontro Nacional da Indústria, eu participava de uma Mesa conjunta com a Ministra Dilma Rousseff e outros representantes do setor da indústria de base no Brasil. E fiz exatamente, Senador Sérgio Guerra, a seguinte observação: que nesses quase dois anos nós tivemos mais de 20 indicações para presidentes, membros, diretores das agências reguladoras. Nós tivemos alguns casos que despertaram polêmica, até porque os perfis não condiziam com as responsabilidades para as quais estavam sendo indicados aqueles diretores ou presidentes. Foram poucos os casos, felizmente.

E dizia mais, que nessa Comissão quando foram apresentadas pessoas, nomes com alta qualificação técnica, moral, nós todos tínhamos o maior prazer em produzir um debate de alto nível e um debate que pudesse conduzir a aprovação dos indicados. Fiz esta referência por quê? Nesses quase dois anos que aqui estou, tivemos, é verdade, alguns casos que despertaram polêmica, e eu falava muito sobre a questão das agências reguladoras, da independência, etc, da qualificação dos seus quadros, e infelizmente tivemos

algumas indicações que não foram boas e quando não foram boas as indicações nós produzimos debates bastante acalorados aqui no âmbito dessa Comissão.

Feita essa manifestação e esta observação eu gostaria de passar a palavra ao Senador João Tenório, que vai apresentar o seu relatório quanto à indicação do Dr. Allan Kardec Duailibe Barros Filho para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Petróleo, gás natural e biocombustíveis, ANP. Com a palavra o Senador João Tenório para proferir o seu parecer.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, senhores membros dessa Comissão, nos termos do art. 52, inciso III, alínea F da Constituição Federal, combinada com o dispositivo no art. 11 da Lei 9478 de 6 de agosto de 97, Sr. Presidente da República submete à aprovação do Senado Federal o nome do Sr. Allan Kardec Duailibe Barros Filho para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Petróleo, gás natural e biocombustíveis. O referido dispositivo constitucional confere competência privativa ao Senado Federal para, após arguição pública aprovar por voto secreto a escolha de titulares de outros cargos que a lei determinar.

O curriculum vitae do Sr. Allan Kardec Duailibe Barros Filho, anexo à mensagem presidencial, demonstra que sua formação acadêmica e experiência profissional são compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado. Sr. Allan Kardec Barros Filho cursou Universidade Federal do Maranhão e formou-se engenheiro eletricitista em 1991, subsequentemente concluiu o curso de mestrado e engenharia de informação na Toyohashi University of Technology e doutorado em engenharia de informação na Universidade de Nagoya. Tem pós-doutorado na RIKEN – The Institute of Physics and Chemistry... do Japão. Sua experiência profissional é muito ampla desde sua graduação: tem se dedicado ao ensino, foi professor do Centro Federal de Educação de Tecnologia do Maranhão e até o momento é professor da Universidade Federal do Maranhão. Tem também forte atuação no campo de pesquisa, já atuou como pesquisador no The Institute of Physics and Chemistry... do Japão, na própria UFMA, e participa de vários projetos em pesquisa em andamento.

Suas pesquisas concentram-se na área de engenharia biométrica, processamento de sinal de voz e computação neural. É também autor de inúmeros artigos para periódicos especializados, livros e trabalhos publicados em anais do Congresso. Atualmente exerce a função de editor associado no Signal Processing e editor-chefe do International Journal of Computational... Sua longa experiência profissional, aliada a uma formação técnica e acadêmica adequada para o cargo, estão comprovadas no curriculum vitae do indicado.

Fica assim a Comissão de Infraestrutura do Senado em condição de deliberar sobre a indicação do Sr. Allan Kardec Duailibe Barros Filho para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Petróleo, gás natural e biocombustíveis. A formação do Dr. Allan Kardec, apesar de ser uma formação mais... Eu diria, muito acadêmica, ela é constituída e trabalha numa área onde o raciocínio, o desenvolvimento mental é fundamental e qualifica qualquer cidadão no sentido de exercer funções mesmo que não... Digamos assim, que tenha uma coerência direta com a função que exercita. Afinal de contas, física e química são coisas fundamentais para qualquer... Para o desenvolvimento de qualquer atividade de um cidadão e da humanidade.

Então, nós não temos... O nosso voto é favorável à aprovação do Sr. Allan Kardec, e lembrando também que ele pode até usar um pouco mais do que a física, pode usar até um pouco da metafísica pelo... Como o nome indica aí, para ajudar nas prospecções. Tenho certeza que o casamento dessas duas coisas somente ajudará o Brasil, na descoberta cada vez mais de seus potenciais energéticos, e particularmente petróleo, gás e biocombustível. Muito Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece ao ilustre Senador João Tenório pelo seu proficiente relatório, pelas suas observações, e também declara que para os Senadores que já se considerarem satisfeitos com as informações prestadas até aqui, inclusive, quiserem dispensar de ouvir os pronunciamentos dos indicados, eu estarei abrindo a partir de agora já o processo de votação para aqueles que se considerarem, repito, suficientemente esclarecidos a respeito dos currículos dos indicados em função da leitura dos pareceres e votos.

Concedo a palavra para o seu pronunciamento e a sua manifestação, a sua exposição à Dra. Magda Maria de Regina Chambriard para dar início à sua exposição.

SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD: Excelentíssimo Sr. Senador Marconi Perillo, Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, Exmo. Sr. Senador Sérgio Guerra, Relator da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, Exmo. Srs. Senadores e Senadoras desta Comissão, Dr. Aroldo Lima, Diretor Geral da Agência Nacional de Petróleo, gás natural e biocombustíveis, autoridades aqui presentes, senhoras e senhores.

Tendo sido meu nome indicado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, por iniciativa do Exmo. Sr. Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, para o cargo de diretora da Agência Nacional de Petróleo, gás natural e biocombustíveis, é com

grande orgulho que venho a esta Comissão para avaliação conforme previsto pela Legislação em vigor.

Inicialmente eu gostaria de agradecer as gentis palavras do ilustre relator, Senador Sérgio Guerra, e destacar que toda a minha vida profissional eu dediquei à indústria do petróleo no segmento de exploração e produção, e que é essa a minha principal contribuição para a Agência Nacional do Petróleo caso eu venha a ser aprovada por V.Exas.

Relembrando minhas atividades mais recentes, após a abertura do setor petróleo, atuei na área de novos negócios de exploração e produção, fui consultora de negócios de exploração e produção da Petrobras. Em 2002 [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Silêncio... para que a gente possa ouvir com mais tranquilidade as palavras da expositora.

SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBIARD: Obrigada. Em 2002 assumi o cargo de assessora da diretoria de exploração e produção da Agência Nacional do Petróleo. Em 2005 a superintendência de exploração da agência onde eu me desempenhei até 2008. Atualmente eu sou superintendente de definição de blocos da agência desde 2006.

A atividade na agência me permitiu contabilizar seis anos de experiência em regulação na área de exploração e produção que é a minha área de especialidade há 28 anos. A minha atuação nessa indústria permitiu vivenciar a superação de inúmeros desafios para que o Brasil atingisse a auto suficiência em petróleo. Hoje nós nos deparamos com a possibilidade de o país vir a ser um importante exportador de petróleo. Mas esse cenário de otimismo, na verdade, aumenta muito, a nossa responsabilidade, e nos obriga a um planejamento muito minucioso para que a sociedade brasileira possa obter o justo benefício pela exploração dos seus recursos petrolíferos.

Assim sendo, irei expor a essa Comissão, aos Exmos. Membros dessa Comissão, três importantes desafios que nos propomos a superar em consonância com os princípios que norteiam as atividades da Agência Nacional do Petróleo. A exploração do pré sal, a manutenção e o fomento da pequena e média empresa produtora de petróleo, e a exploração de extensas áreas sedimentares brasileiras ainda pouco conhecidas. Em 1980, quando eu tive a honra de me engajar na área de exploração e produção da Petrobras, a exploração da bacia de campos estava no seu início. A produção ainda não havia atingido 500 mil barris de petróleo por dia. Hoje, decorridos 10 anos da efetiva abertura do setor, constatamos com muita alegria o seu enorme sucesso e o arrojo e a capacitação da Petrobras que resultaram na descoberta de imensos recursos petro-

líferos no litoral dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo no pré sal.

Estimamos esses recursos do pré sal como sendo de pelo menos 50 bilhões de barris de petróleo. Isso significa cerca de quatro vezes as atuais reservas do Brasil. Então, para a gente ter uma melhor idéia dessa magnitude, nós podemos comparar esses recursos com os oriundos do Campo de Marlim, que é o maior produtor nacional de petróleo. O Campo de Marlim, na bacia de campos possui dois bilhões de barris de petróleo. Em seu pico de produção ele já foi responsável pela produção de 40% da produção nacional. Esse campo possui 220 poços e oito plataformas de portes variados.

O Campo de Tupi; descoberta do pré sal da bacia de Santos possui reservas de cinco a oito bilhões. É razoável, então, pensar que esse Campo de Tupi pode ser considerado pelo menos o dobro do Campo de Marlim e, portanto, possuindo pelo menos 500 poços e oito plataformas de grande porte. Surge daí, então, importantes desafios a superar, mas de modo a trazer desenvolvimento, não só para a indústria petrolífera, mas para o país. Por exemplo, viabilizar o fornecimento do aço brasileiro para o pré sal. Só de tubos, para se ter uma idéia, para revestir 500 poços, são necessários 5000 km. Lembremos nos que o país [soa a campainha] é importador de aço e exportador de minério de ferro.

Outro dentre os inúmeros desafios é o de viabilizar os recursos financeiros para a exploração do pré sal. Mas em montante adequado e em tempo hábil. São necessários cerca de 70 bilhões de dólares para desenvolver um único campo com 500 poços e oito plataformas de grande porte no pré sal. Esses elementos nos permitem configurar o primeiro dos novos desafios que a ANP tem pela frente, que é promover a regulação e a fiscalização das atividades de exploração e produção de modo a fomentar a indústria petrolífera e assim auxiliar a indústria brasileira a ser alavancada e a mudar de patamar. Além disso, a complexidade dessas novas descobertas impunha à ANP, a necessidade de estar capacitada ao nível das agências reguladoras dos países mais desenvolvidos para garantir um ambiente estável para os novos investimentos e fortalecer o papel do Estado brasileiro nas ações de fiscalização.

Diante do enorme potencial da indústria brasileira do petróleo, é natural que nós queiramos motivar a atuação de mais e mais empresas brasileiras nessa área. Essa intenção se torna ainda maior quando constatamos que as pequenas empresas petrolíferas americanas foram responsáveis só em 2007 pela produção de mais de 422 mil poços marginais, e por uma

economia de [ininteligível] de 20 bilhões de dólares para os Estados Unidos.

No Brasil a ANP, certa de que não devemos menosprezar um segmento industrial que não é desprezado nem pela maior potência do planeta, vem trabalhando no fomento dessa pequena empresa. Essa atuação da ANP resultou no que hoje nós verificamos. Já são 41 as pequenas empresas. Elas empregam juntamente com seus prestadores de bens e serviços, mais de 1200 trabalhadores em áreas carentes do nordeste brasileiro e do Espírito Santo, mas para viabilizar essa... Esse projeto, a ANP precisou flexibilizar uma regulação construída com foco na atuação das grandes empresas petrolíferas multinacionais, e também precisou difundir a possibilidade de atuação na indústria do petróleo para o empresariado brasileiro. Portanto, o segundo desafio que se impõe para a ANP é de garantir a manutenção e fomento desse nicho da indústria cujos fornecedores de bens e serviços também podem ser pequenas e médias empresas locais.

Mencionamos a produção da bacia de campos os enormes recursos do pré sal, a atuação da pequena empresa e somando se todas essas áreas de atuação contabilizamos uma área de menos do que 10% dos sete milhões e meio de quilômetros quadrados de bacias sedimentares brasileiras. Analisando esse cenário nós elaboramos na ANP um Plano Plurianual de geologia e geofísica para viabilizar a aquisição de novos dados, e assim, aumentar o conhecimento das nossas bacias sedimentares. Esse plano contempla investimentos na maioria das bacias, e tem ênfase nas bacias terrestres.

É importante destacar que se espera nas bacias terrestres brasileiras descobertas de gás natural, e que se realizadas essas descobertas teremos gás natural produzido no interior do país, de forma bastante estruturante para os projetos de agronegócio, geração de energia elétrica, ou qualquer outro. Com essa proposta o Plano Plurianual da ANP prevê investimentos de 1 bilhão de reais num horizonte de cinco anos. Esses investimentos estarão distribuídos em 19 Estados brasileiros. A saber: Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Roraima, Maranhão, Piauí, Tocantins, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Mato Grosso, Goiás, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. E serão de extrema importância para o desenvolvimento mais equânime do Brasil, já que ele interioriza o investimento do setor petróleo.

Assim, o terceiro e último desafio que eu gostaria de enfatizar ainda dentro do segmento de exploração e produção, é o de garantir que a ANP exerça a sua atribuição legal de planejar e conduzir a aquisição desses novos dados geológicos, porque eles são a base

para a descoberta de petróleo e gás nessas bacias de novas fronteiras. Só dessa maneira poderemos atrair o interesse das empresas petrolíferas pelas áreas brasileiras e garantir para a sociedade o justo retorno pela disponibilização delas.

Esses, senhores, são os temas que eu me propus a apresentar aos Exmos. Membros dessa Comissão. Vindo a ser nomeada diretora da Agência Nacional de Petróleo, gás natural e biocombustíveis, com a anuência de V.Exas., tenho certeza que os meus mais de 28 anos de experiência no seguimento de exploração e produção se somarão à experiência dos demais diretores e do corpo técnico da agência e me darão o necessário suporte para ser bem sucedida no enfrentamento desses novos desafios. Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigada.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Cumprimento a Dra. Magda Maria de Regina Chambriard pela sua exposição, que demonstra já, sua enorme qualificação técnica e convido para usar da palavra e apresentar também a sua exposição, seus argumentos em relação à função que poderá ocupar a partir dessa sabatina e da aprovação na Agência Nacional de Petróleo, o Dr. Allan Kardec Duailibe Barros Filho.

SR. ALLAN KARDEC DUAILIBE BARROS FILHO: [pronunciamento fora do microfone] de serviços de infra estrutura, Senador Marconi Perillo, Exmas. Sras. Senadoras e Exmos. Srs. Senadores. Ilustríssimo Sr. Aroldo Lima, diretor geral da Agência Nacional do Petróleo, gás natural e biocombustíveis, minhas senhoras e meus senhores. Gostaria de dizer inicialmente que me sinto muito honrado em estar me apresentando a essa Comissão de Infra estrutura do Senado Federal para ser submetido à sabatina prevista em lei e pré condição para a minha nomeação para o cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo. Ao expor nessa Casa opiniões básicas que tenho a respeito do setor petrolífero, eu o farei com muita satisfação e respeito com a clara consciência de que aqui estou ante aqueles que representam a federação brasileira e a legitimidade do processo democrático e da participação popular nos destinos de nosso país.

Estamos no início de um novo século, coincidentemente como no início do século passado, forte crise financeira abala o mundo. Bolsas caem, moedas são desvalorizadas e papéis se fragilizam. Diante desse cenário, vários especialistas acentuam as dificuldades de um mercado por si só se regular. No que diz respeito ao nosso país, outro fato chama atenção descortinando a perspectiva impensável há pouco mais de um ano. Um novo horizonte surgiu com as recentes descobertas do

pré sal, hoje estimado em uma área média de 800 por 200 km. que se estende do Espírito Santo a Santa Catarina. Esses dois fatos ocorrendo em concomitância simbolizam o início, o aparecimento, a chave de um novo ciclo histórico que está começando. De um lado uma clara tendência de modelos de fortalecimento da regulação e de outro um horizonte de novas oportunidades para o povo brasileiro. Ambas as discussões endossam a boa iniciativa da criação e fortalecem o papel da Agência Nacional do Petróleo, gás natural e biocombustíveis, ANP, que aparecem como vetor do progresso de nosso Brasil.

No setor de petróleo e gás no Brasil vivemos um momento, portanto, promissor; construímos a Petrobras através de décadas de exercício de monopólio estatal do petróleo, que foi uma grande vitória para o nosso país. Nos últimos 10 anos em que o monopólio deixou de existir e passou a ter a atuação do Conselho Nacional de Política Energética e a ANP, o setor não só continuou a se desenvolver como aumentou o ritmo de seu crescimento. A própria Petrobras deu um salto, se afirmou como uma das maiores petroleiras do mundo atual. Este é um testemunho prático de que o modelo que hoje prevalece no setor petrolífero, o de um mercado aberto com presença estatal está sendo vitorioso, apesar de que quando surgiu tenha suscitado muitas dúvidas, hoje inexistentes pela força da prática.

O pré sal em descoberta como esta Comissão está a par, de gigantescos reservatórios de petróleo em nossa plataforma continental, o que implicará em aumentos consideráveis de receita para a União, Estados e Municípios. Hoje esses valores atendo nos apenas ao que se recolhe em royalties e participações especiais, segundo a ANP, estão em torno de 17 bilhões de reais. Pode suceder o incremento de três vezes o valor atual. Isso também pode levar o incremento considerável em exportações de petróleo.

Ou seja, o Brasil ingressará no grupo dos grandes produtores. Dependendo das opções que façamos e das oportunidades que tivermos, poderemos ser um dos grandes exportadores de derivados de petróleo ou do próprio óleo. Estima-se até que poderíamos ser um dos 10 maiores produtores de petróleo do mundo. As implicações desse processo são, portanto, enormes. Uma delas é o aumento de empregos, maior circulação de bens e serviços e outras tantas. Por isso o Governo está discutindo o novo marco regulatório para o setor, ainda sem conclusões na presente data. Com as rendas petrolíferas bem maiores que advirão do pré sal seguramente teremos que repensar os nossos projetos de nação que poderão ser redimensionados, ante o novo patamar de produção de riqueza que vier a suceder. Nesse momento eu gostaria de relembrar um pequeno

fato que marcou muito a minha vida: morei no Japão por oito anos, que jamais esquecerei. Meu orientador de doutorado naquele ano de 1995 estava especialmente ocupado e verbalizou a mim que tinha tempo muito minguado para me atender. Era uma tarde quente do verão de Nagoya. Procurando saber o porquê, ele me explicou. Tratava-se de um ano do que ele chamava de baby boom. Quando há guerras, há sempre uma explosão de nascimento de bebês, daí o termo baby boom. Uma geração depois, portanto, 25 anos estimados, os filhos daqueles bebês nascem. Agora, 50 anos depois eram os netos nascendo. Naquele ano, portanto, eles teriam de abrir mais vagas na universidade, já esperando o fenômeno do baby boom.

Vejo o pré sal como esse bebê que teremos de preparar para que nossos netos tenham qualidade de vida. Não podemos perder essa oportunidade e termos de encontrar mecanismos para garantir melhores condições de vida a futuras gerações. Um grande desafio à sabedoria dos pensadores brasileiros: como isso poderá ser feito? Em que termos esse trabalho poderá se realizar? A ANP, além da sua tarefa reguladora, tem a de investir em ciência e tecnologia no nosso país. Recursos provenientes do royalties e das participações especiais. Esses vêm crescendo de forma exponencial nos últimos anos. O primeiro subiu de em torno de 200 milhões de reais em 1997, para hoje próximo a 7.5 bilhões. Enquanto a segunda tem ficado em torno de sete bilhões de reais nos últimos três anos.

Estou convencido de que é acertado o investimento da agência no capital, que não desaparece e nem apodrece, que é o capital humano, através de programas em pesquisa e desenvolvimento. Afinal, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, o mundo mudou de tal forma que fica a cada dia mais evidente a divisão do globo não mais em terceiro ou primeiro mundo, mas em países que investem em inteligência e nos que não investem. Para exemplificar lembremos que a Petrobras já perfurou 15 poços do pré sal, enquanto teria testado outros oito, cuja distância para a superfície variou de cinco a sete mil metros. Interessante notar que o primeiro poço perfurado nos idos de 2005 custou para a companhia 240 milhões de dólares, o desenvolvimento de novas tecnologias proporcionou a queda significativa desse valor para 60 milhões de dólares, quatro vezes menos.

Nesse momento gostaria também de lembrar uma frase marcante de Sir John Rose, executivo chefe da Rolls Royce. Na Cingapura o povo passa todo tempo pensando em como ser mais inteligente e como atrair mais pessoas, já que eles não têm nenhuma fonte natural de riqueza. É desnecessário lembrar que aqui temos o petróleo, o gás natural, etc., mas temos também uma

tecnologia em desenvolvimento como a da exploração em águas profundas. Penso que teremos de fortalecer esse aspecto juntando fontes naturais de riqueza com conhecimento. O problema perpassa pela forma de juntar essas duas riquezas. Algumas soluções são antigas e estão no formato da Alemanha e do Japão. O mais recentemente na Coreia. Investir pesado no trio; educação, ciência e tecnologia em áreas específicas. Exemplos que surgiram mais recentemente são a China e a Índia; que investiram pesado em educação de massa. E para ilustrar devemos lembrar que a China teve superávit comercial de 262 bilhões de dólares em 2007. Enquanto isso, a Índia em 2010 deve ser uma super potência em computação, com exportações baseadas em conhecimento ultrapassando a casa de 50 bilhões de dólares.

Creio que tenhamos de chegar a esse patamar, criando estratégias não só de fomento à inovação tecnológica, mas também em formar recursos humanos em nível internacional. Nesse momento de crise é importante enfatizar as palavras proféticas do então, Primeiro Ministro britânico, Tony Blair: "A dimensão social é mais importante que nunca, porque o desafio não pode ser resolvido somente pelo setor privado". O mercado sozinho, por exemplo, nunca vai criar a economia do conhecimento. De fato, surgem preocupações. De certa maneira chamaríamos de boa preocupação a forma de utilização desses recursos. Uma delas, que está sendo discutida, por exemplo, no caso do pré sal é para que não ocorra o fenômeno conhecido como doença holandesa, em que a superprodução e o aumento da exportação causem uma supervalorização da moeda local e a desindustrialização. A outra, destinação dos recursos dos royalties ou das novas rendas petrolíferas advindas da região do pré sal.

Em uma outra esfera, mas de forma bem similar às duas anteriores, vejamos o caso específico da distribuição dos recursos de pesquisa e desenvolvimento, hoje eles estão distribuídos da seguinte forma: 1% para a região norte, 1% para a região centro oeste, 11.9% para a região sul, 15.8% para a região nordeste e 50.3 para a região sudeste do país. Acredito que haja algumas formas de repensar essa distribuição de tal maneira que não haja interrupção e prejuízo para as que estão atualmente, fortemente engajadas no trabalho de P&D e para que as menos aquinhoadas tenham maior participação. Acredito ser mais eficiente a formação de redes, fato que tem tido sucesso em gestões nacionais e internacionais, ora envolvendo país inteiro ou mesmo regiões específicas, ou vários países, como no caso da União Europeia.

Com as redes de P&D todos ganham, e com isso sai fortalecida a difusão e a produção de conhecimento

em nosso país. Nesse aspecto, a simbólica frase de Bill Gates, ainda em 2005. Quando a propriedade intelectual se tornou cada vez mais importante para os negócios, os empregadores criaram o termo trabalhador do conhecimento. As companhias começaram a focar em administração de conhecimento e a informação importante foi armazenada via redes de conhecimento. O resultado foi a economia do conhecimento, o fenômeno que transformou o negócio do negócio.

É correto também afirmar que não conhecemos todas as ações nossas bacias sedimentares. Longe disso. Até agora exploramos não mais do que 7% delas. Por exemplo, há fortes suspeitas de que na região em que vivo, o Maranhão e arredores seja... Ou seja, Piauí e Tocantins, haja excelentes fontes de gás, o que implica em especularmos sobre refinarias e muitas outras indústrias que poderiam ser sustentadas por esse tipo de combustível. Quanto de desenvolvimento não poderíamos pensar a partir de ações como essas? O fato é que em tempo de economia de conhecimento, qualquer instituição que não busque a vanguarda continuamente está sujeita a desaparecer. Paradoxalmente as agências reguladoras também devem ser incluídas nesse contexto. Há limites que devemos trabalhar mesmo na futura economia do pré sal. Para isso é importante que continuemos envidando esforços para fortalecer a indústria do biodiesel em nosso país. Agora mesmo está se pensando em trabalhar com esse tipo de combustível feito a partir de cana de açúcar, ou seja, além do álcool poderemos pensar em outras aplicações para esse importante setor da economia brasileira. Aqui entra a alta tecnologia, aquela que tanto estamos incentivando e buscando, a biotecnologia.

Há projetos de parcerias americanas e nacionais para a produção de biodiesel a partir de cana de açúcar. Uma delas é entre a companhia norte americana Amyris e a trading brasileira de açúcar e álcool Crystalsev. A Santa Elisa Vale será a primeira usina produtora desse novo combustível.

A característica principal dessa tecnologia é o emprego de microorganismos para transformar a sacarose da cana em biodiesel. Os microorganismos são modificados geneticamente de forma que os mesmos entrem na etapa de fermentação do açúcar, obtendo-se daí um combustível com as mesmas características do diesel obtido a partir do petróleo. Há pelo menos duas implicações importantes nesse caso: a primeira é da necessidade da continuidade das pesquisas nessa área para que o Brasil não perca a liderança; a outra é que as usinas que hoje produzem álcool e açúcar pode ser transformada no que se está denominando hoje de bio-refinarias. É claro que apenas a utilização do biodiesel, por si só, não melhorará as condições ambientais das

nossas cidades, é necessário também que passemos a ter um combustível de melhor qualidade que emita menos enxofre. Com isso estaremos melhorando as condições de vida e de saúde da nossa população. Não devemos esquecer, no entanto, que o Brasil hoje é exemplo em termos de utilização de fontes renováveis de energia. De fato, a média mundial está hoje em torno de 87% de não renováveis contra 13% de renováveis. O Brasil exibe o número de 54 contra 46%.

Devemos também lembrar que o carro flex fuel é um produto brasileiro, e hoje, 10 montadoras multinacionais instaladas no Brasil produzem 100 diferentes modelos de veículos desse tipo. No entanto, é importante atentar para a garantia do abastecimento com a modicidade dos preços, já que a demanda estará pressionada. Só de janeiro a agosto deste ano as exportações acumularam valor de 3.2 bilhões de litros. Enquanto o ano inteiro de 2007 foi em torno de 3.5 bilhões de litros.

Enfim, é simbólico quando um homem como George Soros afirma textualmente: "Nos últimos 25 anos o motor da economia mundial tem sido o consumo dos americanos que gastaram mais do que pouparam, certo? Só que esse motor mudou. Esse motor está sendo desligado. Acabou. Não pode continuar mais. Precisamos de um novo motor. E temos um grande problema: o aquecimento global que requer muito investimento, e esse pode ser o motor da economia mundial nos próximos anos". Pode se dizer tudo, menos que Soros não sabe investir antecipando se às tendências.

Finalmente, senhoras e senhores; não quero me estender demasiadamente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, mesmo porque alguns Senadores me recomendaram não me alongar tanto. Gostaria de enfatizar novamente o orgulho de estar aqui perante os senhores e as senhoras. Queria também lembrar a figura de meu pai que foi político no interior do Maranhão, preso na juventude, mas nunca se esquivou de debater, pensar soluções, construir o futuro com pensamento, idéias e ações. E aqui estou eu diante de homens e mulheres que não se submeteram às críticas hoje tão comuns de desacreditar a classe política, que foram além e estão ajudando a construir com a musculatura das idéias, com a força do discurso, com a energia das palavras o futuro do nosso querido Brasil.

Agradeço novamente a oportunidade de aqui estar participando desse momento republicano, e me comprometer a respeitar a confiança de cada um e cada uma que aqui em mim foi depositada com trabalho, trabalho, trabalho. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Cumprimento ao Dr. Allan Kardec Duailibe Barros Filho. Agradeço pela sua exposição e

tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Delcídio Amaral, primeiro orador inscrito para os questionamentos, para a sabatina.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem, antes do Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Perfeitamente. Com a palavra, pela ordem, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Está aberta já a ordem de inscrição?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Perfeitamente.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Gostaria de me inscrever, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Ex^a está inscrito.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): De antemão, já abro mão, até porque pela idade avançada... Do querido Senador eu já vou abrir mão. [risos]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível] do idoso.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): É verdade. De forma constitucional é legal.

[interrupção no áudio]

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu queria cumprimentar o Presidente, Senador Marconi Perillo, cumprimentar todos os Senadores aqui presentes, a Senadora Ideli, cumprimentar especialmente o nosso querido Presidente da Agência Nacional de Petróleo. Gostaria de cumprimentar a Dra. Magda, cumprimentar o Dr. Allan Kardec, e dizer da satisfação de estar aqui numa sabatina importante que traz dois nomes, dois bons nomes para ocupar duas diretorias da Agência Nacional de Petróleo. E eu vou ser bastante... Bastante breve, Sr. Presidente, porque hoje várias comissões estão funcionando e eu especificamente estou lá na Comissão de Orçamento. E nós temos hoje reunião, mas não poderia deixar de estar aqui presente e registrar alguns pontos.

Ouvi com atenção, Presidente Aroldo Lima, acompanhei com bastante atenção as... Aquilo que falou a Dra. Magda, aquilo que falou o Dr. Allan Kardec, e queria fazer algumas observações. Primeiro, com relação ao currículo dos dois. Dos dois candidatos. São currículos de muito boa qualidade, profissionais que não tenho dúvida nenhuma, terão as condições necessárias para desenvolver essa atividade tão importante para o país como dirigentes da Agência Nacional de Petróleo, cada um dentro da sua experiência, cada um dentro da sua formação, não deixando de registrar primeiro a formação da Dra. Magda, não só na Petrobras, mas também a própria formação técnica que tem e a experiência como

assessora do nosso querido Diretor Nilton, uma pessoa que eu sempre tive uma admiração enorme, um carinho especial, um grande brasileiro e um grande Executivo da Petrobras. E o Dr. Allan Kardec, pela sua formação profissional, pela sua formação ampla, passou por várias universidades, tem um conhecimento técnico, um preparo intelectual compatível com as exigências desse cargo que, se Deus quiser, o senhor irá ocupar.

E queria aproveitar para fazer algumas observações sobre a Agência Nacional de Petróleo. Primeiro, meu caro Presidente Aroldo, como relator do orçamento procurarei preservar o orçamento da Agência Nacional de Petróleo, porque sei dos desafios que V.S^a tem pela frente e a Agência Nacional de Petróleo não pode ter seus recursos contingenciados. Que a Agência Nacional de Petróleo tem uma agenda para o Brasil e, portanto, precisa ter recurso para fazer o bom trabalho que todos nós sabemos que a ANP tem condição de executar.

Volto a insistir na prioridade que nós precisamos dar, meu caro Presidente Senador Perillo, para a lei das agências que ainda continua patinando lá na Câmara dos Deputados. E isso é mais importante, principalmente em um momento especial da economia brasileira e num momento onde nós precisamos ter regras claras, as agências cumprindo com o seu papel e as agências sendo acima de tudo uma instituição de Estado, para realmente garantir os investimentos que o país precisa, especialmente na área de energia.

Eu estava conversando com o Senador Marconi Perillo, nosso Presidente, a despeito dessa crise que nós estamos enfrentando, o grande debate mundial vai ser a energia. Eu não tenho dúvida nenhuma com relação a isso. É energia e meio ambiente. Portanto, o papel da ANP é um papel fundamental. E eu falei em meio ambiente, quero cumprimentar o nosso querido Deputado Pizzatto, um homem que sempre trabalhou bastante pelo nosso Congresso Nacional e continua trabalhando. E destacar alguns pontos que foram aqui citados, meu caro Aroldo Lima, primeiro com relação ao pré sal. Os desafios que o pré sal efetivamente representa para o país, no momento em que o Governo prepara essa modelagem para ser discutida aqui no Congresso Nacional, no Senado, na Câmara dos Deputados, e o que representa o pré sal para o futuro do Brasil, para o futuro de todos nós brasileiros. Dra. Magda falou em 50 bilhões de barris. É uma marca extraordinária, portanto, demonstra o que nós temos pela frente. Não só na discussão da Legislação como também os desafios tecnológicos que foram aqui apontados para que nós tenhamos as condições necessárias e exploração comercial desse petróleo, e do gás natural que nós somos carentes, ainda, até também como consequência dessas dificuldades que temos enfrentado na Bolívia.

É um tema muito importante e não poderia deixar de destacar também, Sr. Presidente, campos maduros que a Dra. Magda colocou aqui; é um setor de extrema relevância, ou campos marginais... Enfim. Ela aceitou aqui, deu o exemplo dos Estados Unidos. A produção de petróleo nos Estados Unidos, os campos marginais têm um papel muito importante e nós precisamos compreender o que esse setor representa para a economia brasileira e na produção de petróleo no país. Para a contratação de mão de obra, a qualificação de mão de obra... Porque isso é um grande desafio também para o Brasil dos próximos anos. Então eu não poderia também deixar de destacar a questão dos campos marginais, que acho que essa observação é extremamente relevante, apesar de algumas pessoas questionarem essa modelagem de campos maduros e da participação de empresas brasileiras na produção desses campos maduros.

E também destacar os registros feitos pelo Dr. Allan Kardec, não só abordando o pré sal, mas também abordando biocombustíveis, que é dentro de uma visão ampliada da Agência Nacional de Petróleo e mostrando o que os biocombustíveis vão representar para a matriz energética brasileira. Nós estamos num momento especialíssimo, estão aqui representantes do agronegócio e nós temos que entender muito bem o momento que nós estamos vivendo, especialmente voltado para a agroenergia. E o Brasil, talvez, como poucos países, tem a possibilidade de construir uma matriz energética de energia renovável; eficiente, competente, não só agregando combustíveis líquidos, mas geração de energia e conseqüentemente com os impactos que isso pode trazer em benefício do meio ambiente.

Portanto, eu queria só... Não vou fazer nenhum questionamento porque são pessoas que sabidamente são preparadas, mas saudá los, não deixar de fazer essas observações que eu entendo como pertinentes, e desejar aí que a Dra. Magda, o Dr. Allan Kardec tenham muito sucesso à frente da ANP e colaborando pelo desenvolvimento do setor de petróleo, gás, biocombustíveis, e ajudando o nosso querido Aroldo Lima a bem administrar e vencer os desafios que a ANP terá pela frente inexoravelmente em função dessa nova fase que a produção de petróleo no Brasil começa a vivenciar que é a fase do pré sal.

Eram esses registros, Sr. Presidente, que eu gostaria de fazer e pedir também autorização que eu tenho que voltar para a Comissão de Orçamento e agradecer a oportunidade.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, queria me inscrever.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois não. Essa Presidência agradece a participação e manifestação do nosso Vice

Presidente, Senador Delcídio Amaral. Senador Aloizio Mercadante será devidamente inscrito... Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Presidente, eu pediria com a devida anuência e beneplácito do nosso querido Senador Eliseu Resende, que eu fosse permitido anteceder-lo na fala.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Ex^a está inscrito antes dele. A não ser que ele... V.Ex^a queira permutar.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Não. Eu quero é fazer uma homenagem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Jayme Campos não está presente, então, com a palavra Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Obrigada, Presidente. Na realidade, antes da minha fala eu gostaria de fazer uma justa homenagem, justamente ao Senador Eliseu Resende que, com uma visão progressista patriótica e o espírito visionário que é pertinente e característico do nosso querido Senador é um dos idealizadores da ANP.

Vejam só senhores, hoje, eu que reputo a ANP como uma das agências mais relevantes e importantes do nosso país até pela situação em que se vê e se projeta esse setor no mundo e no Brasil. A nossa Dra. Magda falou em uma reserva de 50 bilhões, mas já há especialistas que falam em 300 bilhões de barris, e o que significa de 5 a 30 trilhões de dólares de reservas em petróleo para o Brasil. Então, a importância desta agência que irá regular, normatizar, fiscalizar esse setor salta aos olhos, e me traz grande alegria hoje poder presenciar a indicação da Dra. Magda, Dr. Allan Kardec, e quero fazer um registro a vocês dois. Essa Comissão é muito aguerrida na hora da indicação dos membros das agências, vocês perceberam que não houve aqui nenhum contraponto, não houve nenhuma crise, coisa usual nesta Comissão no ato de nomeação dos representantes. E isso se deve ao currículo de V.Sas. Currículo brilhante da Dra. Magda, com 20 e tantos anos de experiência, prática no setor, o currículo brilhante do Dr. Allan Kardec, acadêmico, que juntos trarão, com certeza, o engrandecimento da agência.

Parabéns à agência, parabéns ao Sr. Presidente Lula que irá contar no seu quadro com duas figuras como essas que estamos indicando. Parabéns ao meu querido companheiro Eliseu Resende pelo ato patriótico da criação, da ajuda da criação da ANP.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, eu agradeço as palavras do Senador Lo-

bão, e a minha participação aqui é muito rápida, é muito breve. Mas nós vivemos aprovação pelo Congresso Nacional da lei que flexibilizou o monopólio do petróleo, deu uma estruturação administrativa nova a Petrobras, e criou a Agência Nacional de Petróleo ao lado da criação do conselho de energia, Conselho Nacional de Energia. Foi um trabalho intensivo desse Congresso Nacional, de grandes reflexões, e isso foi nos anos de 1995 e 1996. Estava aqui ao nosso lado, na Câmara dos Deputados, o nosso Presidente da Agência Nacional de Petróleo, Aroldo Lima, que digladiou exaustivamente conosco, eu me lembro do saudoso Deputado Roberto Campos, que teve discussões antagônicas, mas contributivas durante todo aquele período de debates. Criamos a Agência Nacional do petróleo e fortalecemos a Petrobras. 11 anos depois nós assistimos o progresso decorrente da instituição desse novo instrumento Legislativo. Vemos o que resultou da Petrobras. A Petrobras nesse período deu um salto de qualidade e apresentou resultados inéditos na produção de petróleo no Brasil, chegando aos índices de eficiência e de produção que nós todos... Que nós todos sonhávamos em 1996 e 1997. E aqui está hoje a Agência Nacional de Petróleo para o orgulho dos brasileiros. Eu quero enaltecer esse fato e dizer apenas de uma preocupação: a Legislação foi discutida exaustivamente, ela prevê a participação dos Estados, dos Municípios e até mesmo dos superficiários na distribuição dos royalties. E traz recursos expressivos para o Governo Federal para cuidar da tarefa básica e precípua da Agência Nacional do petróleo que a pesquisa e a concessões de novas outorgas para o acréscimo da produção.

Queremos, parafraseando aqui as palavras do Senador Delcídio Amaral, que o Governo assuma a consciência de que a lei criou a chamada participação especial para que nós possamos obter através da produção abundante de petróleo os recursos necessários para alimentar a Agência Nacional de Petróleo na condução dos novos processos de outorgas através de pesquisas sísmológicas nas bacias sedimentares brasileiras. Queremos que isso seja perseguido e que a Petrobras e a Agência Nacional de Petróleo continue desenvolvendo a sua tarefa de tamanha importância. Não será coisas novas que vão eliminar ou desvirtuar este caminho. Reservas do pré sal apareceram marcando, produzindo um marco expressivo nas pesquisas e nas produções promissoras de petróleo no Brasil. Que a descoberta do pré sal e que a ênfase nova ao pré sal não provoque nova modelagem que prejudique a atuação da Agência Nacional do petróleo e da Petrobras.

A necessidade de pesquisas adicionais na área terrestre, no continente, e a necessidade de produção de pré sal nas reservas abundantes do pré sal têm que ser conduzidas; e eu acredito na modelagem atu-

almente existente que dá margem ao Governo obter os recursos públicos necessários dentro da Legislação através da mudança da alíquota da participação especial para receber e auferir e gastar no setor os recursos financeiros necessários na capacitação dos Recursos Humanos e na preparação da indústria brasileira para responder pelas suas prerrogativas e demandas.

Portanto, Presidente, apenas para dizer ao Diretor Geral da Agência Nacional do Petróleo, que nos preocupa muito os rumores no sentido de que uma nova modelagem, uma nova estrutura governamental estará sendo introduzidas pelo Governo para dar uma atuação adicional ou marginal da atuação da Agência Nacional do petróleo e da Petrobras.

Essa discussão eu levanto aqui antecipadamente e será certamente um tema a ser discutido exaustivamente aqui no Congresso Nacional e nós queremos defender as estruturas da Petrobras e da Agência Nacional do Petróleo que tem demonstrado para os brasileiros um êxito absoluto nos últimos 11 anos a partir de quando foi aprovada a lei de flexibilização do monopólio. Era o que eu queria dizer, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Antes de conceder a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, eu declaro encerrado o processo de votação e convido os ilustres Senadores Augusto Botelho e Eliseu Resende para fazerem o trabalho de escrutinadores. Por gentileza. Concedo a palavra ao ilustre Senador Aloizio Mercadante, logo após o Senador Jayme Campos.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente Marconi Perillo, queria saudar o nosso companheiro

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Um instante apenas, Senador. Convido o Senador Jayme Campos para assumir a Presidência por alguns instantes.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nosso companheiro de luta e de Parlamento, Aroldo Lima, que tem desempenhado uma estratégica função para o Brasil como Presidente da ANP, queria saudar novamente Nelson Narciso que aqui está representando também a atual Diretoria da ANP e saudar a Magda e o Allan Kardec que apresentam currículos e competência técnica. Seguramente vão enriquecer e preservar essa instituição importante para o desenvolvimento da economia do petróleo no Brasil.

Eu queria lembrar que o petróleo, ao longo de mais de um século é o setor mais importante da economia mundial. Petróleo, hoje, em 2006 faturou 1 trilhão 650 bilhões de dólares. Portanto, é o setor mais estratégico. Das 10 maiores empresas do mundo, seis são empresas de petróleo, e ao mesmo tempo em que é

um setor absolutamente estratégico, porque na matriz energética mundial gás e petróleo representam 62% da matriz, ainda que no Brasil sejam apenas 43%, serão e continuarão a ser uma fonte de energia insubstituível e decisiva no impulso à industrialização, à estrutura de transporte, ao funcionamento da economia.

Eu não quero me estender, mas queria tratar de alguns pontos sensíveis. Primeiro, a Petrobras hoje tem um plano de investimentos estratégico para o Brasil. A Petrobras está modernizando as refinarias, pretende ampliar antes da crise, que eu acho que essas coisas terão que ser revistas com o tamanho da crise financeira que nós temos agora pela frente, ampliar a sua rede de refinarias, o que vai melhorar muito o balanço comercial do Brasil, vamos deixar de importar óleo leve e vamos poder processar óleo pesado e com isso vamos ter um ganho importante e comercial. E vamos começar a poder exportar derivado de petróleo. Estamos com o Plangás e com o aumento na produção e processamento de gás que é estratégico para o abastecimento da indústria. E temos um programa de substituição de importações muito importante para o Brasil. Quer dizer, os equipamentos, sondas, plataformas, barcos de apoio que estão sendo investidos a partir desse plano estratégico da Petrobras, geram emprego, retomaram os estaleiros no Brasil e mudaram a cadeia produtiva. 10% da economia brasileira hoje é a economia do petróleo.

As descobertas do pré sal mudam a história da economia do petróleo no Brasil. O Brasil caminha para ser uma grande potência exportadora de petróleo e que não tem o direito de pelo menos cometer os erros que já foram cometidos. Se nós olharmos que as reservas do pré sal possam ser de 50 a 70 bilhões de barris, e essas são estimativas que hoje o mercado reconhece como muito prováveis, nós estamos falando que o Brasil poderá ser a 9ª economia do mundo. Se você olhar o que está na frente, na frente está Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait, Emirados Árabes, Rússia, Venezuela... O Brasil é o único país que neste cenário é um país que tem Estado de Direito, democrático, que tem pluralismo, liberdade de imprensa, alternância de poder, liberdade partidária... Portanto, uma cultura de democracia absolutamente consolidada e é a 9ª economia do mundo sem o petróleo.

Quer dizer, o Brasil não pode ficar prisioneiro da doença holandesa. Nós temos que saber utilizar essa reserva de petróleo numa visão estratégica, daí a necessidade do fundo soberano que está sendo debatido nesta Casa. Quero lembrar que a Noruega criou o fundo soberano seis anos antes de a primeira parcela ser depositada no fundo. Portanto nós temos que criar a moldura institucional antes que esses recursos

comecem a chegar no nosso balanço de pagamento. Então essa é uma primeira grande discussão macro.

A segunda discussão é que nós temos que ajustar o marco regulatório. As reservas do pré sal são mega campos. O risco... Evidente que existem riscos na exploração e desenvolvimento dos campos do pré sal, mas o risco exploratório no cluster, no pólo de Tupi eu diria que está totalmente equacionado e é muito baixo.

Portanto, eu quero elogiar a decisão do Governo, o Conselho Nacional de Petróleo, da ANP, de suspender na 9ª rodada os 41 blocos relacionados ao pré sal. Porque a concessão que nós fizemos de todos os outros blocos, o Estado Brasileiro arrecadou 359 milhões de reais. Tupi e Iara nós arrecadamos 15 milhões de reais. O Caramba, 1 milhão e meio de reais. E as reservas são reservas extremamente significativas, com potencial espetacular. Evidente que o bônus foi baixo porque naquela época não se tinha segurança da descoberta. Faz parte do contrato de risco, mas a partir do momento que essas descobertas foram feitas, eu acho que o Governo está tendo a cautela indispensável para poder fazer os ajustes necessários. Eu particularmente defendo que as áreas próximas aos blocos, que forem necessárias para otimização, que seja feita a omitização, que seja aportada como capital do Governo à Petrobras. Com isso nós vamos dar alavancagem financeira para a Petrobras que é indispensável para que ela possa suportar os investimentos da refinaria, do Plangás, do pré sal e, além disso, ela não poderia, na minha visão, disputar novas concessões com as majors porque ela teria um desembolso, teria uma fragilização financeira que eu acho que não seria adequado ao Brasil.

A discussão de criar um escritório de administração de reservas é uma coisa também possível no Brasil. Eu mesmo tinha defendido que a própria ANP cumprisse essa tarefa. Eu acho difícil, porque como ela tem a função de normatizar e fiscalizar, não sei se ela deveria, por exemplo, estabelecer contrato de partilha, mas nós temos que abrir, no regime brasileiro, para o pré sal, a possibilidade da partilha, e não restringir apenas ao regime de concessão. A partilha é um instrumento consolidado internacionalmente que vai permitir ao Brasil escolher empresas que tenham mais competência e eficiência, a Petrobras, ao se consolidar no pólo do pré sal de Tupi ela vai adquirir escala, eficiência, domínio de informação, porque ela lidera seis dos sete consórcios que vão dar a ela as condições, eu diria favorecidas para ser a empresa contratante, e é uma parceira estratégica do Brasil. Nós não temos que fechar as portas para outras empresas, eu acho que a parceria delas é positiva no Brasil, ela é complementar, mas a nossa aliança estratégica tem que ser com a Petrobras. Ela é a empresa nacional de petróleo e nós temos que

ter como perspectiva construir uma solução em que a Petrobras continue tendo um papel relevante.

Eu quero lembrar aqui das 29 bacias sedimentares do Brasil; nós solicitamos apenas 4,5% das áreas potenciais de exploração de petróleo. Então eu sou favorável que a ANP, assim que passar essa turbulência financeira, retome a concessão das novas áreas, que não seja pré sal e nem a franja do pré sal, mas retome a concessão para as demais áreas do país para que a gente não atrase a exploração e o desenvolvimento e o desencadeamento de campos de petróleo.

Por último, sou favorável que a ANP seja fortalecida para ter mais capacidade de pesquisa para que a gente possa organizar esses leilões com três dimensões feitas, com sismologia feita, com informações mais precisas. Porque isso vai aumentar o bônus, vai aumentar a concorrência e vai aumentar a remuneração do Estado no regime de concessão. A ANP tem que ser fortalecida na sua função estratégica. Por último, acho que a participação especial está absolutamente defasada, aquela tabela que foi feita 10 anos atrás, não pode continuar, nós temos que melhorar a participação especial e a renda do petróleo. Evidente que nós não queremos descapitalizar as empresas e nem comprometer os investimentos, mas tem que ter um ajuste na apropriação da renda do petróleo pelo Estado. Esse é um trabalho que a ANP precisaria fazer, uma comparação com outros países, nós chegarmos a uma calibragem mais adequada para esses mega campos considerando que as empresas pagaram bônus absolutamente irrisórios para entrar no pólo de Tupi. Como eu disse, 354 milhões de reais. Absolutamente irrisório. Então, precisaria calibrar a participação especial.

E por último, a distribuição dos royalties de petróleo é um debate que também nós temos que fazer. Não é possível que nove municípios do Rio de Janeiro concentrem 62% dos royalties que são distribuídos para as cidades brasileiras. Com um critério que é absolutamente indefensável. Eu sei que a imprensa carioca já esteve até editorial dizendo que meu projeto retira todos os royalties do petróleo, tem Senadores colegas meus que eu respeito muito, mas que disseram que Deus deu o petróleo para o Rio de Janeiro e eu quero tirar do Rio de Janeiro. Eu nem apresentei projeto. Eu não apresentei nenhum projeto. Eu simplesmente abri o debate. O que falta nesse debate é argumento para me convencer do contrário.

Para qualquer cidadão que a gente apresenta aquele mapa do Brasil e mostra que os municípios convexos são altamente favorecidos, como Campos, e os municípios côncavos, do próprio Estado do Rio de Janeiro, são duramente prejudicados, e no próprio Rio de Janeiro, quer dizer, Quissamã tem 7 mil reais

per capita de royalties e Belford Roxo tem na baixada fluminense 13 reais. 13. Se isso não é um desequilíbrio, se o município de Campos pode ter 1 bilhão de reais de royalties por ano, e nós temos no Rio de Janeiro uma participação, na própria cidade do Rio de Janeiro, só recebe royalties porque entrou na justiça com uma liminar que ganhou no STJ em abril de 2005. Então esse critério tem que ser revisto. Não quer dizer que não tenha que ter um pagamento para os municípios que são impactados pela economia do petróleo, mas tem que ter uma visão de nação, de priorizar a educação, de investir nas futuras gerações, especialmente com essa receita espetacular que virá do pré sal.

Portanto eu acho que nós temos um grande debate, a ANP tem que ser parceira desse debate, na sua função técnica, oferecer subsídios, produzir documentos, estimular o debate para que ela ajude na construção dessas soluções pelo domínio e pelo acúmulo que a instituição preserva, pelos quadros que ela possui. Por isso quero saudar... Não sei qual é o resultado da votação, mas espero que seja unanimidade na votação e no apoio, e vamos trabalhar por isso, também, junto ao Plenário, porque os currículos são totalmente compatíveis com as exigências e nós queremos valorizar a ANP. Muito obrigado, Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu só não vou anunciar o resultado, Senador Aloizio, na medida em que nós vamos reservar ao Sr. Presidente, aqui dessa Comissão, anunciar. Mas eu quero, antes de mais nada, conceder a palavra na ordem de inscrição ao Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Sr. Presidente da ANP, Dr. Aroldo Lima, e os nossos sabatinados de hoje, já eu vejo que aprovados, a Dra. Magda e o Dr. Allan Kardec como novos diretores da ANP. A minha consideração é rápida em relação aos biocombustíveis e óleos vegetais.

Como anteriormente eu já havia iniciado uma conversa paralela, anteriormente à chegada dos membros a essa Mesa, eu quero fazer aqui uma menção do grande avanço que o país teve na configuração dos biocombustíveis. E dentro desse... Desse legado que foi feito pela pesquisa, pela determinação de produtores, pela determinação de investidores que investiram nas usinas, a dificuldade da oscilação das commodities que têm prejudicado a remuneração condigna de todos esses investimentos de biocombustíveis das usinas, das dificuldades dos leilões de remunerarem um preço, às vezes, justo, esperado pelo trabalho por todo esse complexo que é a produção de biocombustíveis. Entra uma nova matriz que é o óleo vegetal puro. E dentro desse... Dessa matriz de óleo vegetal puro para automotores, eu... Nós fizemos

um projeto que data de 2005 e que prevê, não só a produção, como a fiscalização e controle pela ANP, como não seria de deixar, porém também a comercialização do mesmo nos locais onde ele é produzido. Isso evitaria o passeio do combustível, possibilitaria aos produtores rurais se valerem de um combustível produzido com atividade econômica que eles exercem, e que estaria contribuindo para nós viabilizarmos melhor agricultura desse país. Porque essa agricultura está enfrentando a maior das crises de todos seus tempos.

Desde 1970, que nós acompanhamos a agricultura mais diretamente, mas nós chegamos no ápice agora com essa crise financeira internacional. Ou a agricultura baixa seus custos e se viabiliza, ou vira um caos e ela sucumbe. E nós vamos ter problemas sérios de abastecimento de alimentos no país. Isso não virá com a projeção da próxima safra, porque já estava programada, já estava sendo estabelecida; os recursos financeiros, porém, o ano que vem nos preocupa.

Então, dentro desse contexto eu vejo que uma matriz nova, com óleo vegetal puro que pudesse ser fabricado com produto oriundo das fazendas e comercializado no próprio local com a tancagem, com os relógios todos, como se faz o controle hoje do álcool combustível das usinas, possibilitaria uma condição especial sui generis para possibilitar a comercialização desses produtos no local e evitaria com isso o encarecimento desse produto, já que não há postos de varejo nas cidades que não possibilitaria hoje um trator sair e ir para uma cidade para abastecer.

Então, nós estamos com esse projeto em andamento na Comissão de Agricultura aqui do Senado, e gostaríamos de pedir, conclamar o Senado e a Câmara para andar com esse projeto e também pedir a atenção dos novos diretores e do Presidente da ANP na consecução e na construção desse modelo novo de combustível que poderia estar viabilizando melhor a agricultura brasileira.

Então é essa a minha solicitação, que eu deixo à nova diretoria e que se trata e a gente poderia estar construindo esse Projeto de Lei de tal forma que ele possibilitasse uma viabilização melhor dessa nova matriz que é o óleo vegetal puro. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Senador Gilberto, eu imagino que pelo adiantado da hora eles até gostariam de naturalmente manifestar em relação a sua alegação(F) e a opinião aqui. Todavia, nós queremos ainda encaminhar os nomes dos indicados ainda hoje para o Plenário da Casa para que fosse votado no Plenário, com certeza e assim permitindo a sua nomeação. Entretanto, enquanto aguardamos a presença do Presidente da Comissão eu concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu vou ser rápido que o meu problema é o problema de Roraima. Dr. Aroldo já conhece essa minha reclamação de lá. É que Roraima está do lado da Venezuela.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone]

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Estamos do lado da Venezuela. Na Guiana, na margem do Itacutu, a 15 km, a Exxon já achou petróleo do lado da Guiana. Do outro lado. Lado leste e lado oeste.

Então, eu gostaria de fazer mais um apelo a esses dois novos diretores, quando ele entrou aqui já fiz esse apelo, que Roraima fosse incluído nas pesquisas da Petrobras porque nós precisamos também de... Nós vamos ser produtores de biodiesel.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Essa é uma demanda do Senador, futuro sheik, Augusto Botelho.

[risos]

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): E tenho certeza que o nosso óleo lá vai ser óleo igual o da Venezuela, quer dizer, óleo mais valorizado do... Eu acho o da Venezuela é melhor. É só mais para fazer esse apelo, e parabenizar os dois pelo currículo. Tenho certeza, doutor, que o senhor terá dois auxiliares para fazer o trabalho melhor ainda, mais agora, com a descoberta do nosso novo petróleo do pré sal, nós vamos precisar de mais gente, mais capaz e mais disposta a trabalhar. Meus parabéns aos dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Concedo a palavra ao Senador, pela ordem, Inácio... Todavia nós queremos concluir os trabalhos para encaminharmos ainda os nomes indicados para o Plenário da

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O [ininteligível] Inácio vai falar sobre o Ceará.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Nós não estamos na Franja do Orinoco, lá no Ceará, mas é uma região que já tem pouco petróleo, mas tem. Já ajuda o Brasil com a sua participação ainda pequena, mas eu considero assim, que a Agência Nacional de Petróleo ela é muito estratégica para o Brasil. Muito estratégica. E reforçada com as indicações que hoje faz o Presidente Lula e que foi examinada aqui nessa Comissão já, o resultado já está na Mesa com o Sr. Presidente, muito positivo o resultado que vocês alcançaram aqui na Comissão, e tenho certeza que o mesmo acontecerá no Plenário se possível ainda hoje.

A agência, eu a olho assim, entendeu? Então, você imagina, ela está cuidando do petróleo, no petróleo cuida do óleo e do gás, ela tem a responsabilidade no biodiesel, nos biocombustíveis, que querendo ou não você imagina hoje, nós já temos mais da metade da

frota de automóveis consumindo 100% de álcool. E na gasolina, 25% é álcool. Então, é um salto e um saldo extraordinário que nós alcançamos no Brasil.

Estipulamos os percentuais que devemos alcançar na área de biodiesel, e estamos vencendo esses percentuais, vamos elevá-los demonstrando a capacidade do Brasil nas energias renováveis. Então acho que nós temos as perspectivas assim muito, mas muito positivas. E considero que devemos, Senador Mercadante não apresentou o projeto não, mas se não correr logo eu vou ter que apresentar, porque eu quero mexer no conjunto

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Já estimorei o debate para ter uns 10 projetos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Já tem. Já tem uns 10 projetos. E tem projeto na Câmara, tem projeto do Governo, tem projeto dos Senadores. Porque é impossível manter o atual status(F) de distribuição de royalties de petróleo no Brasil. Eu considero impossível. Quer dizer, você não pode alcançar um grau tão elevado de sucesso e achar e considerar que um... Uma questão que é tratada como da União, um bem da União, ele seja destinado apenas para aqueles municípios onde você furou os poços de petróleo. Naquele arco que você abriu ali.

Então acho que nós temos que atentar para o interesse mais geral da nação, mais conjunto da nação. Eu sempre fico com a expectativa otimista. Conversando com a Dra. Magda, com o Allan ali nas visitas que vocês fizeram aqui ao Senado antes dessa sabatina de hoje, eu sempre vou insistindo: "Vamos lá ao Ceará, vamos olhar, vamos botar lá o..." Teve agora o Márcio Bezerra, falei para a Dra. Magda e para o Dr. Allan, em um simpósio de petróleo, não sei se o Mercadante está lá, no Rio de Janeiro, ele anunciou que as primeiras perfurações no pré sal foram no Estado do Ceará, em 1969, quando estava perfurando ali pelo nordeste, Bahia, Ceará, Sergipe... E ele já dizia: "Olha, tem um óleo ali naquele pré sal". Pode ser que seja pouco, com aqueles óleos de 69, pode ser que seja pouco, mas as lentes se ampliaram de lá pra cá. Então, acho que nós devemos ampliar as lentes também para essas regiões do Brasil para aumentar ainda mais a... Não só a capacitação, mas o potencial de produção de energia a partir dos hidrocarbonetos e também dos biocombustíveis que se apresentaram como grande sucesso para o nosso país.

Então eu vejo assim a indicação, as duas indicações exitosas aqui na Comissão como indicações que vão raciocinar sempre nesse sentido. Nós podemos ampliar a capacidade brasileira de produção de petróleo para regiões que talvez a gente examinou no passado e que não valeria a pena ainda chegar lá.

Porque nós já temos muito trabalho na bacia de Campos, na bacia de Santos, já é um esforço muito grande do Brasil tirar o petróleo que ali está, mas nós temos outras regiões. Eu fico vendo um pouco isso, eu estou de acordo com o nosso sheik, Augusto Botelho. Eu fico assim examinando, quer dizer, no Amapá a Petrobras já está olhando ali, aquela pontinha ali. Já tem um óleo mais leve; bom. Por que não tem em Roraima? Vamos olhar. Vamos entrar ali naquele pedacinho, naquelas franjas... Quem sabe a gente não abre ali os novos poços, quem sabe a gente não tem um gás ali bom que permita aquela região se desenvolver.

Nós discutimos de manhã na Comissão de Meio Ambiente mais uma vez o problema da Amazônia. O problema do clima. E como proteger o país e o mundo das emissões. Quer dizer, nós estamos... A maior emissão do Brasil é fruto da queimada. Quer dizer, se eu tiver que proteger de tal sorte a Amazônia que a floresta se torne quase que intocável, ou poucas áreas, só as áreas hoje já antropizadas que poderiam ser utilizadas, e zerarmos a derruba da mata completamente, zero árvore cai daqui a 20, 30 anos, nós teremos que ter alternativa de desenvolvimento para a região. E a alternativa de desenvolvimento pode estar em nossas mãos aqui, nas mãos da Agência Nacional de Petróleo. Então a responsabilidade de vocês, assim, é muito grande com o Brasil. Com o Brasil e digo com a América do Sul. Porque a nossa integração energética – fizemos um seminário agora do Mercosul em Caracas – a nossa integração energética na América do Sul passa pelo petróleo. Portanto, passa pela Agência Nacional de Petróleo, e passa pelos biocombustíveis, mais uma vez vai cair na Agência Nacional de Petróleo.

Então, eu desejo assim... Êxito agora, no Plenário, porque aqui na Comissão os senhores já foram vitoriosos. Esperamos apenas o Presidente anunciar os resultados pra que a gente possa comemorar.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com certeza daqui a pouco vai ser anunciado. Mas, antes de mais nada, eu quero conceder a palavra para a Dra. Magda e para o Allan, quanto mais rápido vocês forem com certeza o nome vai ser encaminhado o mais rápido para o Plenário para ser votado na tarde de hoje. Quanto mais rápido, melhor.

SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD: Eu só tenho que agradecer. Não consegui responder nenhuma pergunta... [risos]. Mas fui tratada com extremo carinho e com extremo respeito. Muito obrigada.

SR. ALLAN KARDEC DUAILIBE BARROS FILHO: Eu faço minhas também às palavras da nossa Magda, e agradecer cada um e cada uma calorosamente, nos recebeu com carinho e com expectativa que nós obviamente vamos retribuir com o trabalho.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, encerrado o escrutínio, eu vou proclamar o resultado da votação. Votaram 22 dos Srs. Senadores. 22 votos sim, zero voto não, zero abstenção. Os indicados foram aprovados à unanimidade por essa...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ah, em relação à Dra. Magda, 22 sim. Em relação ao Dr. Allan Kardec 21 votos sim, um não, zero abstenção.

Antes de encerrar eu também quero fazer aqui algumas perguntas como Presidente da Comissão. Agradecendo aos Srs. Senadores que compareceram e que deram altíssimo quorum a esta sabatina. Pergunto à Dra. Magda Maria. A senhora já está aprovada, Dra. Magda... A senhora já está aprovada, mas mesmo assim eu vou fazer aqui algumas perguntas que eu considero pertinentes e que são de interesse da Comissão de Infra estrutura do Senado. Como à senhora avalia a situação em termos de autonomia e competência técnica da ANP para discutir e analisar o pré sal? Em 2005 V.S^a acumulou cargo na superintendência de exploração da ANP e atuou com destaque, diga se de passagem, na regulação e fiscalização das atividades exploratórias, realizadas em todo o território nacional, analisando e emitindo pareceres sobre os contratos de concessão exploratórios. Qual a situação desses contratos atualmente e qual, na opinião da senhora, é o melhor modelo para a exploração de camada pré sal?

V.S^a, em 2002, trabalhou também na Petrobras. Desenvolvendo planejamento para visibilidade em parceria e negociação de condições econômicas para o desenvolvimento exploratório e produção. A Petrobras obtém tecnologia para exploração em campos com profundidade como os recentemente encontrados? Existe viabilidade econômica para que essas explorações ocorram?

São essas as perguntas que tenho à Dra. Magda Maria, e algumas aqui vou passar ao Dr. Allan Kardec, diretor já aprovado pelo menos aqui na Comissão, que agora vai ao Plenário. Como V.S^a avalia a compatibilidade do seu currículo com as atividades a serem exercidas no âmbito da ANP? Ao longo da história o preço dos combustíveis vendidos ao consumidor final tem subido proporcionalmente ao aumento do preço do barril de petróleo, mas esse [ininteligível] não se aplica quando há uma queda como a verificada hoje com a crise mundial. Isso é muito importante para o consumidor de combustível, principalmente de petróleo. Quais as variáveis que concorrem para que isso

ocorra e de que maneira a ANP tem atuado em termos de políticas de preços ao consumidor?

E por fim, Dr. Allan Kardec, diante da instabilidade política da Bolívia e do processo de nacionalização das refinarias da Petrobras, de que maneira V.S^a avalia as alternativas para o abastecimento de gás natural no Brasil, sobretudo quando se considera a dependência do sul e sudeste em relação ao abastecimento oriundo da Bolívia? E por fim uma outra questão que eu coloquei na semana passada ao nosso prezado amigo presidente da ANP, Dr. Aroldo Lima, é em relação à biocombustíveis. Nós propugnamos pela criação, oportunamente, de uma diretoria específica para esta questão do biocombustível, mas enquanto isso não ocorre, eu creio que seria importante criarmos pelo menos uma superintendência para cuidar desse segmento tão importante para a economia brasileira, tão importante para o suprimento nesta área de abastecimento.

São essas as questões que tenho a fazer como presidente. Passo a palavra em primeiro lugar à Dra. Magda Maria para as respostas.

SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD: Em relação à primeira pergunta, se a ANP tem competência técnica para discutir e analisar o pré sal. A resposta é sim. A ANP investiu bastante, investiu ostensivamente em treinamento de recursos humanos. Nós fizemos um concurso em 2005. Os primeiros servidores entrados na ANP por concurso chegaram na ANP no final de 2005, foram ostensivamente treinados. O segundo concurso nós recebemos os servidores agora. Nesse mesmo período adquirimos softwares de última geração, compramos muito equipamento, compramos muita máquina. E hoje em dia nós temos uma sala de visualização 3D. É claro que a nossa não é tão cara quanto à da Petrobras, mas ela é bastante boa para os nossos trabalhos do dia a dia, e foi com ela que nós fizemos uma interpretação profunda do pré sal, pudemos identificar as oportunidades exploratórias, pudemos estimar volumes, pudemos antecipar as necessidades de individualização da produção, etc. Então, nosso corpo técnico está habilitado e vai estar cada vez mais habilitado porque eles estão sendo treinados ostensivamente.

O segundo quesito, qual o melhor modelo para a exploração da camada pré sal. Aí vou dizer pra vocês o seguinte, em termos de modelo eu vou aguardar a decisão oriunda aí do Senado, das discussões do Senado, discussão na Câmara, no Governo, na... Na Comissão interministerial, mas o que eu posso dizer é que independentemente do modelo, a questão da participação governamental pode ser ajustada em qualquer que seja o modelo. Então, o que é meio consenso hoje em dia é que os países aumentaram suas

participações governamentais, em geral, os países produtores de petróleo aumentaram sua participação governamental, os Estados Unidos aumentou a participação governamental no setor petróleo, e o Brasil tinha sido então o único dos países produtores de petróleo que ainda não tinha feito isso. O aumento do preço do petróleo ele nos jogou na direção de rever a participação governamental. Mas ela pode ser ajustada independente de qualquer modelo de contrato, então eu vou aguardar a decisão de quem faz política.

Em relação à profundidade dos campos e... Como é? Tecnologia da Petrobras. Bom, a perfuração profunda é uma dádiva da evolução tecnológica. Então, em meados dos anos 80 a gente perfurava no Brasil até a profundidade de três mil, três mil e quinhentos metros. Mais do que isso era um desafio muito grande, e a partir de... Dos anos 2000 nós já conseguimos furar sete mil metros, cinco mil metros, até mais, o Golfo do México está perfurando em profundidades superiores, até 10 mil metros, e é óbvio que abordando mais áreas, abordando novos horizontes nós estamos sendo beneficiados pelas descobertas que advém desses horizontes.

Eu falei de estimativas aí de, pelo menos, 50 bilhões de barris de petróleo, na nossa margem leste brasileira, essa... Esse volume está principalmente no litoral dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, ali tem uma figura mostrando a área do cluster. Mas essa constatação ocorre também no Golfo do México. O Golfo do México, por exemplo, fruto das perfurações mais profundas está tentando incorporar mais 15 bilhões de barris de reservas. Então, a tecnologia está chegando, ela está superando desafios, e é assim, a gente pode abordar os horizontes mais profundos, cada dia com mais possibilidades, com mais responsabilidades. Não sei se respondi.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [pronunciamento fora do microfone] econômica...

SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD: No petróleo a gente tem uma máxima que diz o seguinte: se uma jazida... A primeira questão para você viabilizar uma jazida econômica é ela ser grande. A segunda, também é ela ser grande. A terceira ela ser grande. A partir da quarta começa a entrar os outros elementos e ninguém tem dúvida que o pré sal é grande. Então, a viabilidade econômica do pré sal existirá independente de qualquer coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Obrigado. Agradeço à Dra. Magda Maria pela presteza nas respostas, nas explicações. Concedo a palavra ao Dr. Allan Kardec.

SR. ALLAN KARDEC DUAILIBE BARROS FILHO: Eu vou por ordem aqui porque tem três perguntas. A primeira em relação ao currículo. Eu devo confessar que

eu me fiz a mesma pergunta logo no início quando o Ministro Lobão me telefonou perguntando se eu aceitaria. E depois eu percebi a visão desse homem público do Brasil. Porque os estudos mostram que... São estudos recentes, que é justamente nas diversidades que as grandes corporações evoluem, não é na unanimidade. Eu acredito que com a minha formação de engenheiro eletricitista, minha formação na área tecnológica, como participante, eu sou professor, sou acadêmico e isso está uma contribuição que eu acho interessante para a gente amadurecer, da rede nordeste biotecnologia que eu sou um dos criadores. Que são no nordeste 29 instituições, mais de 150 professores do mais alto gabarito que de outra forma não aconteceria, não se formaria e pode ser um investimento que eu acredito que é muito forte e que teve aqui elucidado, esclarecido, mostrado no nosso discurso que é o investimento em formação de recursos humanos não só na ANP, mas investimento em recursos humanos para os brasileiros e as brasileiras que estão, não só no sudeste, mas estão no norte, estão em Roraima, estão no nordeste, estão no centro-oeste e sul do país. Eu acredito que eu tenho a contribuição nesse aspecto a ser feita.

Em relação ao preço dos combustíveis foi perguntado que, afinal de contas, o preço dos combustíveis vendido ao consumidor tem subido proporcionalmente ao aumento do preço do barril de petróleo. Eu estive verificando, eu me fiz também essa pergunta, outras pessoas me fizeram, Senador Marconi Perillo, e eu tive a curiosidade de pedir aos nossos colegas da ANP para que me esclarecesse, mostrasse alguns dados. Na verdade, dentro dessa curva, por exemplo, a alta do petróleo, o petróleo subiu até 140 e hoje está em nível mais ou menos de 60 dólares o barril. Então, essa variação basicamente ela não aconteceu. Então, houve discussões, houve gestões políticas e basicamente o preço do combustível, da gasolina e do óleo diesel, em média, ele foi mantido. Ele não se alterou nessa grande alta e nem nessa grande baixa do preço do barril de petróleo.

A última, em relação... E como todo brasileiro, não só os brasileiros que vivem no sudeste do país, mas aqueles também que se preocupam com o Brasil, em relação ao abastecimento do gás da Bolívia. É uma preocupação que eu tenho também como brasileiro, acredito, e essa oportunidade do pré sal, mostra, demonstra os novos campos que a ANP vai licitar, que tem licitado tanto a 8ª quanto da 10ª rodada que vão ser licitadas, acredito que vai abrir oportunidades para que tenhamos em solo brasileiro gás e tenhamos em pouco tempo, ou em tempo médio gás para as famílias dos homens e as mulheres que vivem aqui no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, essa Presidência gostaria

de agradecer aos indicados e agora aprovados, competentes, Magda Maria e Allan Kardec para a Agência Nacional de Petróleo pela presteza, pela clareza nos esclarecimentos, nas respostas nessa sabatina, gostaria de agradecer igualmente a presença do presidente da ANP e sua diretoria, Dr. Aroldo Lima, aproveitar para fazer um convite ao Dr. Aroldo Lima, pedir à Dra. Marta Lira que reafirme esse convite ao Ministro para o primeiro simpósio infra estrutura e logística no Brasil, desafios para um país emergente.

Eu já encaminhei ao senhor e a outras autoridades que vão comparecer a esse simpósio onde pretendemos debater todas as questões relativas à logística e infra estrutura no Brasil. Vai ser aberto pela Ministra Dilma e nós gostaríamos de contar com a presença de todos os convidados. Nós vamos realizar nos dias 26 e 27 de novembro aqui no auditório Petrônio Portela no Senado. A estimativa é que a gente tenha um grande número de participantes de todas essas áreas de atuação.

Uma vez concluída... Concluído o processo de votação, escrutínio, o resultado já foi proclamado, estão aprovados os dois nomes, as matérias irão à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências. Antes de encerrar a sessão vou dispensar os convidados e vou continuar aqui com mais uma informação a respeito desse mesmo tema.

Senhoras e Srs. Senadores, hoje a Comissão de serviço de infra estrutura do Senado Federal reuniu-se com o fito de sabatinar a Sra. Magda Maria de Regina Chambriard e o Sr. Allan Kardec Duailibe Barros Filho, ambos indicados para cargos da diretoria da Agência Nacional de Petróleo. Oportuno ressaltar que a concepção das agências reguladoras criadas ainda no Governo do ilustre Presidente Fernando Henrique Cardoso está em perfeita consonância com o mundo desenvolvido, com o mundo globalizado. As agências devem atuar como órgão técnico e autônomo para regular e disciplinar as relações em cada um dos setores e atividades produtivas no Brasil.

É exatamente por essa característica essencialmente técnica que nós temos firmado posição contrária às nomeações políticas que muitas vezes colocam pessoas sem formação profissional adequada aos cargos a serem ocupados nas respectivas agências, a respeito dessa questão eu conversei ontem em um debate com a Ministra Dilma Rousseff e já tive oportunidade de esposar essa minha opinião. Se hoje nós tivemos aqui uma sessão absolutamente serena, sensata, foi porque a qualidade dos indicados não deixou nenhuma dúvida aos integrantes dessa exigente Comissão de serviços de infra estrutura.

O PL nº. 3337/04, do Poder Executivo, teve como objetivo concretizar a reforma dos marcos re-

gulatorios dos setores de infra estrutura. Além dele também há um projeto excepcional de iniciativa do Senador Tasso Jereissati já aprovado pelo plenário do Senado que diz respeito à questão da autonomia e do aprimoramento das agências reguladoras, da unificação, da uniformização inclusive dos seus regimentos e da sua forma de atuação. Nesse sentido, no ano de 2003 foi estabelecido no âmbito da Casa Civil Grupo de Trabalho interministerial com o objetivo de analisar, discutir e propor medidas para o aperfeiçoamento do modelo institucional das agências reguladoras federais.

Os trabalhos realizados resultaram elaboração do relatório, análise e avaliação, do papel das agências reguladoras no atual arranjo institucional brasileiro divulgado em setembro de 2003. O grupo de trabalho concluiu que o modelo das agências para o exercício da função reguladora, principalmente quando a regulação envolve a fiscalização de serviços públicos concedidos e monopólios naturais, é o modelo institucional que permite os melhores resultados em termos de promoção do bem estar social. O modelo das agências reguladoras, entretanto, para ser consolidado, precisa ser aperfeiçoado e ter, corrigidas, algumas disfunções e lacunas pontuais decorrentes da introdução inovadora dessas entidades no ordenamento da administração pública Federal. O aprimoramento do desempenho institucional ou do desenho institucional do Estado com o estabelecimento de um marco regulatório perene e eficiente é fundamental.

O ideal é que a gente tenha todas as agências reguladoras funcionando com prazos e com funções, com desenhos regimentais internos mais ou menos parecidos para que a gente possa ter eficiência, um padrão de eficiência em todas elas. Como resultado da atuação do grupo de trabalho instituído pela Casa Civil foi a elaboração de dois anteprojetos que buscaram atender as recomendações contidas no mencionado relatório. O primeiro anteprojeto acrescenta e altera dispositivos à Lei 9427. O segundo dispõe sobre a gestão, a organização e o controle. É claro que esses projetos que estão na Câmara dos Deputados são objeto, hoje, de polêmica, mas o importante é que a gente possa estar discutindo, votando e aprimorando a Legislação em relação às agências reguladoras.

Eu, particularmente, considero bom o projeto do Senador Tasso Jereissati, apresentei outros projetos para aprimorar o sistema regulatório nacional a partir do momento em que assumi a Presidência dessa Comissão. De forma a consolidar a autonomia das agências reguladoras, apresentei um PRS, Projeto de Resolução do Senado, nº. 37/08 que determina a maior autonomia às agências reguladoras e evoca ao

Senado Federal sua responsabilidade constitucional de fiscalizar. O projeto determina que os diretores das agências emitam parecer de avaliação anual de desempenho, bem como atribui ao Senado o poder de propor a destituição do dirigente que efetivamente não esteja cumprindo adequadamente com a sua função predeterminada e principalmente em se tratando de qualificação técnica. Da mesma forma estou apresentando uma PEC que define os princípios normativos para as agências reguladoras no sentido de convalidar o seu desempenho.

Essa Comissão de serviços de infra estrutura vem debatendo durante o período ao qual estamos à frente dessa Presidência de forma sistêmica os indicados do Governo Federal com o intuito de avaliar seus currículos, sua capacidade técnica para exercer tais funções, tão relevantes para a vida nacional, para a garantia de novos investimentos nesse setor de infra estrutura e logística e principalmente para também garantir aos consumidores, um padrão elevado em relação aos produtos que são levados ou que são... Que são desenvolvidos para que a sociedade possa ser atendida, em especial na área de telecomunicações, petróleo, energia elétrica, estradas, ferrovias, transporte aquaviário, transportes aéreos, enfim... A preocupação nossa é que haja cada vez mais eficiência e cada vez mais exigência no sentido de que, esses serviços, prestados à sociedade brasileira, tenham um padrão de alta qualidade de acordo com aquilo que preconizou os marcos regulatórios e a criação das próprias agências reguladoras.

Com essas palavras encerro a presente sessão que sabatinou e aprovou uma série de projetos terminativos e não terminativos. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 17h25

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

**ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA,
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª
LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO
DE 2008, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÃO
Nº 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
ANEXO II.**

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia treze de novembro de dois mil e oito, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, Presidente da Comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores Delcídio Amaral, Francisco Dornelles,

Inácio Arruda, Wellington Salgado, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Heráclito Fortes, Jaime Campos, Fleixa Ribeiro, Sérgio Guerra, João Durval, Lobão Filho e Cícero Lucena. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência procede à leitura de requerimento do Senador Raimundo Colombo, requerendo licença dos trabalhos da Casa, no período de 7 a 15 do corrente, para participar do Curso de Administração Pública na Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, na cidade de Berlim – Alemanha; OF. SF nº 1833/2008, do Presidente do Senado Federal, comunicando que designou o Senador Romeu Tuma para participar, como observador parlamentar, da 63ª Assembléia-Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, no período de 7 a 17 deste ano. A presente reunião destina-se à deliberação do Item Único da Pauta - Discussão e Votação de Emendas da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura ao PL nº 38, de 2008-CN, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009" – PLOA, tendo como Relator o Senador Cícero Lucena. Pautado em critérios estabelecidos no Regimento Interno, na Resolução nº 1, de 2006-CN, que determina a competência da Comissão e, na interpretação do Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas, aprovado na Sessão de 05/11/2008, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Parte II, itens 27.1 e 27.2, o Relator emite parecer favorável às seguintes Emendas de Apropriação: Emenda nº 01-CI: Estudos de Impacto Ambiental para Projetos de Infra-Estrutura de Transportes, no valor de R\$ 120.000.000,00; Emenda nº 02-CI: Construção da Ferrovia Norte-Sul – Trecho Belém/PA – Anápolis/GO, no valor de R\$ 900.000.000,00; Emenda nº 03-CI: Construção de Ponte sobre o Rio Paraná – na Divisa SP/MS – na BR-262 – Ligação Castilho/SP – Três Lagoas/MS, no valor de R\$ 80.000.000,00; Emenda nº 04-CI: Participação da União na Implantação do Prodetur Nacional, no valor de R\$ 600.000.000,00, sendo todas aprovadas. A Comissão aprova, também, as seguintes Emendas de Apropriação, Convertidas em Emendas de Remanejamento: Emenda nº 01-CI: Construção de Trecho Rodoviário – Divisa GO/MT – Entroncamento BR-153 – na BR – 070 – no Estado de Goiás, no valor de R\$ 30.000.000,00; Emenda nº 02-CI: Dragagem de Aprofundamento no Porto de Cabedelo (PB), no valor de R\$ 100.000.000,00; Emenda nº 03-CI: Recuperação de Trecho Ferroviário – Juazeirinho (PB) – SUAPE (PE) – na Região Nordeste – Correspondente à ação nº 7K46 do PPA, no valor de R\$ 100.000.000,00; Emenda nº 04-CI: Valorização Energética de Resíduos Sólidos

Urbanos, no valor de R\$ 13.500.000,00. A Comissão ainda aprova extrapauta os seguintes Requerimentos: Requerimento nº 46, de 2008-CI, de autoria do Senador Eliseu Resende e outros, requerendo nos termos do inciso II do art. 93, do Regimento Interno do SF, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a fim de debater a regulamentação dos Portos, conforme o Decreto nº 6.620, de 29 de outubro de 2008, com a participação dos seguintes convidados: Ministro Pedro Brito do Nascimento, da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República; Fernando Antônio Fialho, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ; Luiz Antônio Fayet, Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e Nelson Carlini, Diretor-Geral no Brasil da Empresa CMA-CGM, transportadora de containeres; Requerimento nº 47, de 2008-CI, de autoria do Senador Marconi Perillo, requerendo, com base no art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do SF, seja convidado o Senhor Jerson Kelman, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para, em Audiência Pública, comparecer perante esta Comissão, a fim de expor sobre as atividades exercidas em sua gestão. Ao final, a Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às onze horas e dois minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 36 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): 23ª Reunião Extraordinária da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. A realizar-se nessa data de hoje. Havendo número regimental, declaro aberta essa Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Há requerimentos sobre a mesa, que passo a lê-los. De iniciativa da Senadora Kátia Abreu e do Senador

Eliseu Resende. Convidando, de acordo com o Regimento e com a Constituição, os Ministros Pedro Brito, Fernando Antônio Brito Fialho, Diretor da ANTAC, o representante da CNA e o diretor geral da empresa CMA para, em Audiência Pública, debaterem aqui a questão da regulamentação dos portos. Em discussão.

Não havendo quem queira discutir o requerimento, coloco em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento de minha iniciativa, com base no Regimento Interno e na Constituição, convidando o Exmo. Sr. Jerson Kelman, diretor geral da Agência Nacional de Energia Elétrica para, em Audiência Pública, comparecer perante essa comissão, a fim de expor sobre as atividades exercidas em sua gestão.

Eu gostaria de ressaltar que fui procurado pelo Sr. Jerson Kelman, manifestando seu desejo de vir aqui para prestar contas do seu trabalho junto à ANEEL. Ele, que veio aqui para ser sabatinado, trouxe aqui a sua exposição de motivos, agora, ao encerrar a sua atividade como presidente, diretor presidente da ANEEL, ele quer muito vir aqui para apresentar seu relatório. Eu acho que esta é uma praxe que precisa começar a ocorrer daqui para frente. Ou seja, os diretores que pedem o nosso apoio, que vêm aqui e se submetem a sabatinas, a comissão delibera. Deveriam todos eles vir aqui também, depois, ao final, ao término dos seus mandatos para prestarem contas.

Coloco em discussão o requerimento, não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

O Sr. Senador Garibaldi comunica que designou o Senador Romeu Tuma, para participar, como observador parlamentar, da 63ª Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova York. Nesse sentido, ele está comunicando à Comissão que, nos períodos de 7 a 17 de novembro, o Senador Romeu Tuma estará licenciado e ausente aqui da Comissão.

O Senador Raimundo Colombo requer, nos termos do Regimento e da Constituição, licença no período de 7 a 15 de novembro, quando estará participando, sem ônus para o Senado, e a convite dos democratas, do Curso de Administração Pública da Fundação Conrad Adenauer, que será realizado na cidade de Berlim, Alemanha.

Discussão e votação à Lei do Orçamento Anual. Concedo a palavra ao Relator Senador Cícero Lucena, para proferir seu parecer às emendas desta Comissão, proferidas ao PL 38/2008, orçamento 2009. Com a palavra, o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, como o relatório foi

distribuído antecipadamente, eu considero como lido o presente relatório, e a posição do relator, como consta no relatório, é pela aprovação das emendas que foram apresentadas, conforme quatro de apropriação e quatro de remanejamento, seu voto, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Em discussão o parecer do relator, Senador Cícero Lucena. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores que aprovam o parecer ao LOA (Lei de Orçamento Anual), de autuação do Senador Cícero Lucena, permaneçam como se encontram. Aprovado. Não havendo quem... Aprovado.

As emendas aprovadas, esse é o despacho final, irão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Eu gostaria muito de agradecer e cumprimentar ao prestimoso Senador Cícero Lucena, pela sua competência, pela sua densidade, acuidade e compromisso com a Nação. Soube apreciar o conjunto das emendas apresentadas, aprovou nesse relatório, nas emendas de apropriação e, também, em relação às demais, às de remanejamento, obras de infra-estrutura importantíssimas para o Brasil.

Eu destacaria, uma emenda de minha autoria, que diz respeito à construção da ferrovia norte sul, uma obra de relevância nacional, que vai significar a nova artéria de desenvolvimento para o Brasil. Além disso, eu gostaria de destacar também uma outra emenda de nossa autoria, e diz respeito a recursos para contrapartida ao programa PRODETUR nacional, também uma obra, aliás, obras de grande relevância para o Brasil, já que quase todos os estados serão beneficiados, além, é claro, da continuidade da obra da BR 070, ligando Brasília a Cuiabá.

E as outras todas que foram aprovadas, todas elas levando em consideração, o interesse nacional na área da infra-estrutura. Portanto, Senador Cícero Lucena, como Presidente dessa Comissão, eu tive a honra e o prazer de convidá-lo, no ano passado, para relatar as emendas ao LOA, novamente neste ano, designei V.Ex^a, exatamente, pela competência com que V. Ex^a. trabalha aqui as matérias, onde atua como relator, parabéns, muito obrigado.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, me permita, só para registrar, também, o meu agradecimento por essa confiança de V.Ex^a, como Presidente, e também dos demais senadores, que confiaram a mim essa missão, que para mim é muito importante, pelas propostas que foram encaminhadas e pelo objetivo que foram atingidos, principalmente, destacando as emendas que o senhor o fez, para simbolizar o quanto é importante, nós na Comissão de Infra-Estrutura, cuidarmos de programas estruturadores para as nossas

regiões e para o país como um todo, principalmente, na preocupação de que esse país possa utilizar de todo o potencial que tem, do crescimento, e esse crescimento tenha a justiça social. Muito obrigado pela confiança que a mim foi depositada, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mais uma vez agradeço ao Senador Cícero Lucena, pelo trabalho de relatoria, e quero aqui, com muito prazer e com muita honra, registrar a presença do Ilustre Senador, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal, o Senador Wellington Salgado de Oliveira, é uma honra para essa Comissão ter a presença desse presidente da prestigiosa e prestigiada Comissão de Ciência e Tecnologia, participando aqui, ativamente, dos nossos trabalhos, muito obrigado a sua Excelência.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente sessão, convocando outras, em caráter extraordinário, para quarta e quinta, outras para quarta e quinta da próxima semana, muito obrigado.

Sessão encerrada às 10h44.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2008, ÀS 11 HORAS, NO PLENÁRIO DA COMIS- SÃO, SALA 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às onze horas e cinquenta e seis minutos do dia três de dezembro de dois mil e oito, no plenário da comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, Presidente da Comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores Delcídio Amaral, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Expedito Júnior, Wellington Salgado, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Jayme Campos, Heráclito Fortes, João Durval, Augusto Botelho, Lobão Filho, Neuto de Conto, Adelmir Santana, Rosalba Ciarlini e Romeu Tuma. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presidência procede à leitura do Ofício nº 532/2008, da Liderança do PMDB, comunicando a indicação do Senador Paulo Duque para integrar, como membro suplente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em vaga existente; do requerimento do Senador Eduardo Azeredo, comunicando seu afastamento dos trabalhos

da Comissão, no período de 27.11.2008 a 09.12.2008, por estar integrando a Delegação Brasileira no 3º Fórum de Governança da Internet, na cidade de Hyderabad, na Índia e do requerimento do Senador Flexa Ribeiro, comunicando seu afastamento dos trabalhos da Comissão, no período de 01 a 09.12.2008, por estar integrando a Delegação Brasileira no 3º Fórum de Governança da Internet, na cidade de Hyderabad, na Índia. A presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias: Item 1- Não Terminativo – Projeto de Lei da Câmara, nº 18, de 2000, que “Estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências”, de autoria da Presidência da República, tendo como relator o Senador Eliseu Resende, que apresenta relatório favorável à matéria, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Usaram da palavra para discutir a matéria os Senhores Senadores Lobão Filho e Heráclito Fortes. Lido o relatório, pelo relator, favorável à matéria, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. A matéria continuará a ser discutida na próxima reunião. Item 2 – Não Terminativo – Projeto de Lei da Câmara, nº 64, de 2005, que “Altera o art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (reduz o percentual de participação da Compensação Financeira sobre a Exploração de Recursos Minerais (CFEM) incidente sobre os bens minerais de aplicação imediata na indústria da construção civil”, que autoria do Deputado Ricardo Izar, tendo como relator o Senador Eduardo Azeredo, que apresenta relatório favorável à matéria, com a Emenda CAE 01/2007, e pela rejeição das Emendas do Senador Marconi Perillo e do Senador Neuto de Conto. Retirado de pauta. Item 3 – Não Terminativo – Projeto de Lei da Câmara, nº 148, de 2008, que “Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF e dá outras providências (inclui os vales dos rios Itapecuru e Mearim na área de atuação da CODEVASF), de autoria do Deputado Carlos Brandão, tendo como relator o Senador Lobão Filho, que apresenta relatório favorável à matéria. Aprovado o parecer favorável à matéria. A Comissão aprova extrapauta: Item 1 – Requerimento nº 48, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior que “Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com o objetivo de debater as razões que levaram a 3ª Vara Federal de Rondônia a suspender as obras da usina hidrelétrica de Jirau, em Rondônia; as medidas que estão sendo adotadas para retomada dessa importante obra para o País e as perspectivas

da entrada em operação da usina de Jirau a partir de 2012, sendo convidadas as seguintes autoridades: Senhor Edson Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia e Senhor Carlos Minc, Ministro de Estado do Meio Ambiente. Item 2 – Requerimento nº 49, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma que “Requer, nos termos regimentais, que a Audiência Pública aprovada em 13.02.2008, por meio do Requerimento nº 01, de 2008-CCT, destinada a ouvir Sua Excelência o Senhor Hélio Costa, Ministro de Estado das Comunicações e o Senhor Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel “sobre a criação da super-telenacional” seja realizada conjuntamente com a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura de acordo com o Requerimento nº 41, de 2008-CI, aprovado em 20.08.2008, que “requer, nos termos regimentais, que sejam convidados o Presidente da Anatel, Embaixador Ronaldo Sardenberg, o Ministro das Comunicações, Hélio Costa, um Representante do CADE e um Representante da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça para, em reunião de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, discutir as fusões das Empresas Oi e Brasil Telecom”. Item 3 – Requerimento nº 50, de 2008, de autoria do Senador Eliseu Resende que “Requer, nos termos do art. 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, destinada a ouvir o Excelentíssimo Ministro de Estado dos Transportes, Alfredo Nascimento, a respeito do Sistema Nacional de Viação, matéria que se encontra em fase de debate neste órgão Técnico do Senado Federal”. A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às treze horas, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2008, ÀS 11 HORAS E 56 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental, declara aberta a 24ª reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Antes de iniciar os

trabalhos proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Há requerimento sobre a mesa, há expedientes a serem lidos. Passo a lê-los a partir de agora.

Requerimento de iniciativa do ilustre Senador Expedito Júnior, que nos termos do Regimento da Constituição requer a realização de Audiência Pública nessa Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com o objetivo de debater as razões que levaram a 3ª Vara Federal de Rondônia a suspender as obras da Usina Elétrica de Jirau, em Rondônia, as medidas que estão sendo adotadas para a retomada dessa importante obra para o país e as perspectivas da entrada em operação da Usina de Jirau a partir de 2012. Para tanto ele solicita que sejam convidadas as seguintes personalidades: o Exmo. Sr. Ministro de Minas e energia, o Senador Édison Lobão, e o Exmo. Sr. Ministro de Meio Ambiente Carlos Minc. Está em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permanecem como se encontram. Aprovado o requerimento de iniciativa do ilustre Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu só gostaria de agradecer a V. Exa., agradecer aos demais Senadores desta Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois não.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): É um problema não só do Estado de Rondônia, é um problema do Brasil, nós precisamos resolver o problema energético do Brasil. Esta energia não é uma energia só para o nosso Estado e, infelizmente, não sabemos o motivo. Ora o Ministério Público, ora a Justiça Federal, ora as ONGs, mas vem impedindo de que essa obra aconteça, de que essa obra saia do papel e realmente inicie as obras no Estado de Rondônia. Então eu estou fazendo isso até por conta de entender que há uma necessidade de uma explicação maior do próprio Ministro Édison Lobão e, também, do Ministro Carlos Minc.

Eu gostaria de agradecer mais uma vez a V. Exa. e os demais membros desta Comissão que aprovaram o nosso requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Esta presidência, Sr. Senador Expedito Júnior, imediatamente agora após a aprovação do requerimento expedirá os ofícios convidando os Exmos. Ministros para a Audiência Pública solicitada por V. Exa.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Será que é possível acontecer essa Audiência Pública ainda nesse ano, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Já estamos determinando que a Secretaria--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Dada à urgência e a relevância do assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): --prepare os convites e vamos procurar realizá-la ainda antes do recesso.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu vou aproveitar aqui a chegada do nosso Senador Edinho--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Lobão Filho.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): --Lobão, que possa de repente nos ajudar para que possamos agilizar essa Audiência Pública aqui com a presença do Ministro Édison Lobão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ainda hoje, Senador Expedito, eu vou assinar os ofícios, V. Exa. pode de posse da cópia do ofício encaminhá-la ao Senador Lobão Filho e solicitar a ele que colabore no agendamento.

Requerimento de iniciativa do ilustre Senador Valdir Raupp, líder do PMDB e da maioria. Nos termos regimentais ele comunica a indicação do Senador Paulo Duque para integrar, como membro suplente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em vaga existente.

Requerimento de iniciativa do Senador Eduardo Azeredo que, embasado também nos termos regimentais e da Constituição, informa que tendo sido autorizado pela Presidência da Comissão para compor delegação de Senadores da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado, que participará do Terceiro Fórum de Governança da Internet, que será realizado na cidade de Hyderabad, na Índia, no período de 1º a 9 de dezembro de 2008. Ele requer, nos termos do Regimento e da Constituição, licença dos trabalhos no período de 1º a 9 de dezembro. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

Flexa Ribeiro também, da mesma maneira, solicitando autorização para se ausentar dos trabalhos da Comissão pelos mesmos motivos alegados pelo ilustre Senador Eduardo Azeredo. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

O Senador Romeu Tuma requer, nos termos regimentais, que a Audiência Pública aprovada em 13 de fevereiro de 2008, por meio do Requerimento nº 1,

de 2008, destinado a ouvir o Exmo. Sr. Hélio Costa, Ministro de Estado das Comunicações, e o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), O Sr. Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, sobre a criação da Supertele, seja realizada conjuntamente com a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, de acordo com o Requerimento nº 41, de 2008, aprovado em 20 de agosto de 2008. Requer, nos termos regimentais, que sejam convidados o Presidente da ANATEL e o Ministro de Comunicações, um representante do CADE, um representante da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça para, em Reunião de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, discutir as fusões das empresas OI e BRASIL TELECOM. Em discussão. Não havendo quem queira discutir a matéria, a coloco em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós iniciamos a pauta convidando o Exmo. Sr. ex-Ministro Senador Eliseu Resende para relatar o Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000, que "Estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências". Com a palavra o ilustre Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado ao Senador Marconi Perillo, Presidente da Comissão de Infra-Estrutura.

Srs. Senadores, o Projeto de Lei que nós vamos começar a discutir na Reunião de hoje é um Projeto de Lei da maior importância para a infra-estrutura viária do Brasil. É um Projeto de Lei que está tramitando aqui no Congresso Nacional desde 1995, há treze anos, portanto. Ficou cinco anos tramitando na Câmara Federal e agora um tempo praticamente igual tramitando no Senado Federal.

É um Projeto de Lei que modifica ou atualiza a Lei 5.917, de 1973, que estabelece o Plano Nacional de Viação e tira uma fotografia do Sistema Viário Nacional. É um Projeto de Lei que cuida das ligações para produzir os deslocamentos de bens e pessoas no território nacional. É composto nas diferentes modalidades de transporte e de deslocamento de passageiros e cargas, que são a modalidade rodoviária, a ferroviária, a hidroviária, a aeroviária, incluindo a descrição geral dos portos marítimos, fluviais ou lacustres, e dos aeroportos internacionais ou domésticos que estão em todo o território nacional, administrados pela União.

Não se trata apenas do Sistema Federal de Viação. Eu gostaria de enaltecer mais este ponto para caracterizar a complexidade da matéria e do Projeto de Lei. Trata-se do Sistema Nacional de Viação que abriga as vias federais em consonância e coincidência com as vias estaduais e municipais para montar um siste-

ma circulatório do Brasil. É como se nós tivéssemos as vias federais caracterizadas pelas artérias desse sistema circulatório, as vias estaduais caracterizadas pelas veias do sistema circulatório e as vias municipais caracterizadas pelos capilares do sistema orgânico de funcionamento da geoeconomia e da geopolítica do Brasil. Nós vamos tratar dessa matéria. A complexidade dessa matéria fez com que esse Projeto se arrastasse por tanto tempo aqui no Congresso Nacional.

Acho que essa Reunião de hoje, ou na primeira reunião, já me entendi sobre esse assunto com o Presidente Marconi Perillo, é uma Reunião para o início do debate da discussão da matéria. Teremos que ter outras Reuniões onde teremos a presença de autoridades do Governo Federal e, talvez, membros representantes dos Estados para discutir o assunto com a profundidade necessária para que assim surja uma Lei que represente um novo Plano Nacional de Viação e estabeleça os princípios e as diretrizes para o processo circulatório de cargas e pessoas no Brasil, incluindo a parte de integração das modalidades, com correspondência dos diferentes modos de transportes, para produzir o sistema de circulação e de deslocamento de mercadorias, principalmente, da forma mais econômica possível, para promover o progresso do Brasil e melhorar a nossa competição no mercado internacional em termos de exportação de bens e produtos brasileiros. Acho, portanto, que nós devemos ter várias Reuniões.

Vou apenas esboçar aqui o trabalho como foi feito e deixá-lo ao exame e à análise dos titulares dessa Comissão para que nas Reuniões subseqüentes podemos ter contribuições mais objetivas para aí fundamentar um melhor trabalho possível.

Na verdade este Projeto de Lei tramitou na Câmara Federal, na Câmara dos Deputados, e ali foi Relator o Deputado Federal Eliseu Resende, foi aprovado integralmente pela Câmara Federal e agora tramita, como eu disse, há oito anos no Senado da República. Quando eu assumi o meu mandato de Senador, ao lado do Presidente Marconi Perillo, que tinha terminado o seu excelente Governo no Estado de Goiás, nós resolvemos ressuscitar a tramitação desse Projeto de Lei, e há dois anos que ele é objeto de trabalho do Senador Eliseu Resende. Estivemos nesses dois anos dedicados à atualização dessa matéria e espero que agora tenhamos um Substitutivo atualizado, moderno, que possa corresponder aos anseios da Nação, porque até então o que nós tínhamos era a Lei de 1973, que foi elaborada exatamente quando no passado o atual Senador Eliseu Resende era Diretor-Geral do DNER, foi feito o sistema, o Projeto de Lei, a Lei 5.917, e desde 1973 o que tem havido são iniciativas individualizadas

de parlamentares, quer seja no Senado, quer seja na Câmara Federal, introduzindo sugestões legislativas para mudar o Sistema Viário Nacional, incorporando novas estradas, federalizando estradas e, neste correr de tempo, quarenta Projetos de Lei alteraram a Lei 5.917. Então hoje o sistema de transportes do Brasil é presidido e orientado por quarenta e uma Leis. Neste trabalho nosso, nós revogamos todas e introduzimos uma Lei como substituindo as cinquenta Leis que vão ser reveladas. Daí a responsabilidade da análise desse texto e a importância deste Projeto de Lei.

Nós mudamos a descrição de todo o sistema rodoviário num anexo que classifica todas as rodovias federais, destacando em cada caso os Estados que atravessam os pontos principais de passagem, as suas extensões totais e os seus segmentos de superposição com outras estradas. Temos então uma nova extensão do sistema rodoviário federal, incluindo as estradas pavimentadas, de terra e planejadas, somando 120.491 quilômetros de rodovias constantes do plano, do sistema. Esses 120 quilômetros estão hoje pela Lei administrados pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, conjuntamente com o trabalho que os Estados desenvolvem para administrar as estradas estaduais e as estradas municipais.

Houve uma iniciativa, proposta pelo Ministério dos Transportes, no sentido de dividir esse mapa rodoviário federal do país em duas malhas. Uma malha que corresponderia às estradas eixo, as estradas básicas responsáveis pelos grandes fluxos de produção, seja para o abastecimento do mercado interno, seja para o deslocamento para os portos de exportação. E criamos, então, dentro da rede rodoviária federal, uma malha dos principais eixos, das principais interligações interestaduais e internacionais. Chamamos essa malha de rede de integração internacional e inter-regional. Essa malha, com a sigla RINTER, é de 54 mil quilômetros, o que corresponde a cerca de 45% da malha total administrada pelo Governo Federal, significando com isso a abertura de uma porta para uma descentralização da administração das rodovias federais. As estradas que não estejam contidas na RINTER há uma autorização legal para que os Estados, se assim entenderem, se entenderem com os Estados, essas rodovias sejam transferidas para os Estados para um processo de descentralização. A malha RINTER principal seria administrada pelo DNIT, com a possibilidade de um outro processo de descentralização, através de concessão de rodovias e pedagiamento e de elaboração de parcerias público-privadas. Com isso nós reduziremos a tarefa, a amplitude das prerrogativas do DNIT, para que ele possa, com mais eficiência, com maior produtividade, administrar uma malha rodoviária

ria de menor porte, distribuída num país de extensão territorial como o Brasil.

Então nós estamos propondo a decomposição da malha rodoviária em duas partes, a parte principal e a parte complementar. A parte complementar podendo ser denegada aos Estados e a parte principal podendo ser absorvida pelo processo de concessão e parceria público-privada para que nós tenhamos uma participação de investimentos públicos na ampliação do sistema rodoviário federal.

Num outro anexo nós enumeramos todas as ferrovias federais em operação ou planejadas, detalhando em cada caso os Estados que atravessam os pontos de passagem, suas extensões e suas superposições, superposições com outras linhas férreas. Então nós traçamos um mapa ferroviário do Brasil modernizado e atualizado de acordo com os estudos do Relator e sua assessoria, em íntimo contato e consonância com o Ministério dos Transportes e o Ministério dos Portos.

Essa nova descrição das ferrovias do Brasil passa a conter longos trechos novos planejados, que têm em vista presentes e futuras demandas de fluxo de produção. A extensão da malha ferroviária federal, aqui neste trabalho, passa a ser de 46.327 quilômetros, o que corresponde a 51% do sistema rodoviário federal. Este plano estabelece que a nossa malha ferroviária teria uma extensão igual à metade da extensão da malha rodoviária e envolve novos eixos ferroviários da maior importância para o deslocamento das cargas.

Fizemos um estudo também, que está apresentado no Anexo IV, que relaciona todos os trechos navegáveis dos rios que compõem as diversas regiões hidrográficas do país: a região hidrográfica amazônica, a região hidrográfica do Tocantins-Araguaia, a região do Parnaíba, a região hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental, a região hidrográfica do São Francisco, a região hidrográfica do Atlântico Sudeste, região hidrográfica do Atlântico Sul, região hidrográfica do Uruguai, região hidrográfica do Paraná e a região hidrográfica do Paraguai.

Os trechos navegáveis de cada rio são descritos de montante para jusante e suas extensões são medidas pelo talvegue do curso d'água. Produzimos então uma malha hidroviária do Brasil como uma extensão total de 56.594 quilômetros. O Brasil passaria a ter, com o tratamento dessas hidrovias e com o adicionamento de novas hidrovias em decorrência da construção de eclusas, que estão listadas aqui nesse Projeto também, uma extensão de 56 mil quilômetros. Somente a região hidrográfica Amazônica possui 28.800 quilômetros, ou seja, cerca da metade da malha hidroviária nacional.

É importante notar que enquanto o sistema ferroviário passa a ser praticamente a metade da extensão

do sistema rodoviário, o sistema hidroviário, que soma 56 mil quilômetros, corresponde a 50% do sistema rodoviário federal e igual à extensão do RINTER, que são as rodovias principais. Nós passamos a ter, então, uma malha hidrográfica para atender os fluxos de produção em regiões que hoje não usam o transporte fluvial ou o transporte marítimo.

O Anexo V descreve os portos marítimos, fluviais e lacustres que irão compor o Sistema Nacional de Viação. Há uma primeira relação que se refere a 47 portos marítimos nacionais, com detalhes sobre suas denominações, os Estados onde se situam e suas localizações hidrográficas. Essa é uma primeira relação de portos principais marítimos. Uma segunda relação enumera 215 portos fluviais e lacustres, classificando-os por bacias hidrográficas e apresentando detalhes sobre suas denominações, os Estados onde se situam e os rios e lagos onde se localizam.

Há hoje no Brasil um problema operacional complexo relacionado com a construção das eclusas e com a ampliação do sistema hidroviário nacional. As usinas são construídas pelo setor hidroelétrico, sem a previsão de eclusas, condenando a não navegabilidade perene dos rios nacionais. Então o nosso trabalho envolve um estudo específico sobre as eclusas que têm de ser construídas no Brasil, relaciona essas eclusas com a sua localização e descreve 26 eclusas que vão fazer com que a nossa malha hidrográfica ou a malha fluvial navegável dobre na sua extensão.

Finalmente o Anexo VII transcreve a relação descritiva dos aeroportos federais administrados pela INFRAERO. São 69 aeroportos no total, dos quais 31 são aeroportos internacionais e a relação indica a denominação de cada aeroporto, bem como a cidade e o Estado em que se situam. O Projeto de Lei, portanto, descreve e enumera todo esse Sistema Viário Nacional.

Além disso, o Projeto de Lei cuida, também, das diretrizes e dos princípios que devem reger a implantação desse sistema, a maneira como esse sistema será implantado, dentro de uma linha de descentralização, com o máximo possível de delegação aos Estados e o máximo possível de parceria público-privada e privatização de vias e terminais.

Damos um tratamento também às rodovias relacionadas com a Medida Provisória nº 82, correspondente a estradas que foram transferidas da União para os Estados, em que os Estados teriam assumido um compromisso de pagar em cada Estado uma importância para a União para receber essas estradas, e esse Projeto, essa Medida Provisória foi revogada, não foi promulgada pelo Presidente da República, e a questão das rodovias envolvidas pela Medida Provisória nº 82

ficou no espaço e hoje são rodovias órfãs, sem poder participar do orçamento da União, não participando também do orçamento dos Estados, porque os Estados alegam que essas estradas se encontram em péssimo estado de conservação, não sendo justo que a União transfira para os Estados estradas esburacadas. Esse problema está superado nesse Projeto de Lei quando nós autorizamos, por Lei, que a União prossiga com os seus investimentos nas estradas da Medida Provisória nº 82, para que elas sejam aperfeiçoadas, colocadas em condições técnicas satisfatórias de operação, com conforto e economia e segurança e aí sim é que elas serão transferidas aos Estados.

Portanto, nós temos um trabalho importante pela frente e, como eu disse, a idéia é ter vários debates sobre essa matéria, particularmente com o Ministério dos Transportes, o Ministério dos Portos e, também, com o Comando da Aeronáutica, que teve uma Reunião comigo hoje cedo, com representantes que vieram discutir comigo o texto relacionado com transporte aéreo, para que nós possamos, num pequeno espaço de tempo, compor o Sistema Federal de Viação em moldes adequados para responder pelo transporte dos fluxos de produção de bens e de passageiros do Brasil.

Saúdo a presença do Senador Heráclito Fortes, Ex-presidente dessa Comissão de Infra-Estrutura, que vai ser contemplado nesse Projeto de Lei por investimentos no Porto de Luís Correia e nos rios que convergem no Vale do Guruguia para promover e impulsionar mais intensivamente o desenvolvimento do Piauí. O Senador Heráclito Fortes me pergunta quanto vai gastar. Os orçamentos que decorrem do Projeto de Lei é que vão dizer. Na verdade esta Lei, é importante destacar, é uma Lei autorizativa, ela diz ao Governo Federal, de acordo com estudos técnicos, o que é que deve ser feito, os investimentos e onde são possíveis e recomendáveis os investimentos. Não estabelece critérios sobre a prioridade dos investimentos. Compete aos orçamentos anuais da União e dos Estados definirem os elementos da infra-estrutura que devem ser construídos e ampliados e receberem investimentos de acordo com critérios de estudos econômicos.

Na verdade o Projeto de Lei inclui um artigo que é muito importante, que recomenda e, na verdade, a sua redação praticamente determina, à União e aos Estados, que nenhuma via, seja rodovia, ferrovia, porto ou aeroporto, seja construída com recursos do orçamento da União sem que haja previamente a elaboração de projeto de engenharia, sem que haja previamente a elaboração de estudos de viabilidade econômica que demonstrem a oportunidade do investimento e a prioridade do investimento para que os recursos públicos investidos na infra-estrutura viária do país tenham a

taxa de retorno maior possível e produza a maximização da aceleração do crescimento para melhorar a edição do PAC no processo administrativo do país.

Acho que essa era essa a colocação inicial que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente, e se V. Exa. e o Plenário da Comissão de Infra-Estrutura concordarem, nós marcaremos novas Reuniões, quando V. Exa. achar adequado ao pautar os trabalhos desta Comissão, para que, assim, os Senadores, membros titulares, possam nos trazer sugestões de Emendas que venham a aperfeiçoar esse Projeto de Lei para que nós alcancemos o objetivo desejado, que é aprimorar, aperfeiçoar o Sistema Viário Nacional para a aceleração do desenvolvimento econômico do país. É o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Eliseu Resende, em nome da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal eu desejo cumprimentá-lo, agradecer-lo pelo trabalho, pelo empenho ao longo destes dois anos para a feitura e a conclusão deste relatório recheado de detalhes, rico em detalhes. Quero igualmente cumprimentar a assessoria de V. Exa. pela dedicação ao longo desses dois anos com o objetivo de, finalmente, podermos iniciar a discussão deste importantíssimo projeto, esse importantíssimo Plano Nacional de Viação, como V. Exa. bem disse, autorizativo, que com certeza servirá de base para que o Governo Federal possa aprimorar o seu sistema multimodal ferroviário, rodoviário, aquaviário, aeroportuário e etc.

Desejo informar, ainda, que eu não tenho dúvida de que estava certo ao escolher V. Exa. para a tarefa de relatar essa difícil matéria, complexa matéria. V. Exa. é um dos homens públicos desde país mais capacitados, mais qualificados para desempenhar uma tarefa tão difícil e delicada como essa, de modo que eu gostaria muito de deixar aqui claro a minha satisfação de ter podido, enquanto Presidente dessa Comissão, designá-lo para relatar esse Projeto.

Quero agradecer também a presença do nosso querido Senador Heráclito Fortes, Ex-presidente dessa Comissão, que dirige com competência ímpar a Comissão de Relações Exteriores do Senado.

Eu vou abrir agora à discussão do relatório do ilustre Senador Eliseu Resende, me parece que ele vai discorrer sobre uma Emenda e depois eu vou passar a palavra para o Senador Lobão Filho. Com a palavra o Senador Eliseu.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Obrigado, Sr. Presidente. A Mesa alerta que nós já estamos prontos para receber Emendas dos membros da Comissão no nosso Substitutivo apresentado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O prazo é até o início da votação. Enquanto nós estivermos no processo de discussão, o prazo correrá à disposição dos Srs. Senadores.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Nós poderemos receber sob forma de sugestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A idéia, Senador Heráclito, é que a gente possa, ao longo dessas próximas duas, três semanas, debater este assunto, este relatório, porque ele é complexo, é muito amplo, e nós queremos dar oportunidade a que todos os Senadores--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Exatamente, nós não vamos votar de afogadilho, já que é uma matéria muito complexa e que interessa, na minha opinião, a todos os Senadores, independentemente de serem membros ou não dessa Comissão.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): A propósito, Sr. Presidente, eu quero registrar aqui, a Mesa me alerta, já deu entrada aqui uma Emenda ou uma sugestão do Senador Francisco Dornelles, relacionada com a parte operacional dos transportes e ele sugere que esta Emenda seja acatada pelo Relator na redação. Na primeira leitura que nós fizemos, o relatório está coerente com o trabalho que aqui foi aprovado pela Câmara dos Deputados, o Relator está em condições de acatar essa Emenda do Senador Francisco Dornelles.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, concluído a fase da apresentação do relatório e do voto, eu passo a palavra ao Senador Lobão Filho para iniciarmos a discussão da matéria.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Dada a importância e a magnitude desse Projeto, eu confesso, e quero fazer esse registro, que não consigo imaginar um útero mental mais fértil que possa existir nessa Casa do que o de V. Exa. para gestar um Projeto dessa importância. Quero lê-lo com cuidado, atenciosamente, para que a gente possa discuti-lo em alto nível, dada a complexidade com que esse Projeto se insere.

Então parabéns a V. Exa., V. Exa. tem um preparo intelectual e técnico suficiente para dar esta contribuição tão importante ao Brasil e, pelo que eu pude ver, originário de uma Mensagem do Executivo de 1995 e de autoria do nobre Deputado Eliseu Resende, o seu Substitutivo, e que hoje está aqui nas mãos do Senador Eliseu Resende para que possamos finalizar esse processo. Irei ler atentamente para que possa

compactuar com V. Exa. nesta ação hesitosa para o nosso país. Parabéns.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Permita-me, Sr. Presidente, fazer um agradecimento às palavras do Senador Edison Lobão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Não é fruto de inteligência, Senador, é fruto de um trabalho espinhoso, é fruto de força de ofício.

Eu tenho, na minha história, realmente um somatório de esforços dedicados a esse setor. Talvez eu seja um dos brasileiros que mais conhece o território nacional pisando no chão do Brasil, muitas dependurado nos aviões teco-teco sobrevoando a floresta amazônica para lançar o traçado da Transamazônica, da Perimetral Norte, da Cuiabá-Santarém e das rodovias que integram a Amazônia e todo o território nacional.

Isso deu ao Relator possibilidade de reunir uma equipe de trabalho de assessores. Eu visualizo muito deles aqui participando dessa Sessão como observadores atentos que são essa gente me ajudou muito, e através de um trabalho paciente, mas diuturno e permanente, nós conseguimos levar esse texto, chegar a esse texto.

Mas esse não é um texto considerado definitivo, isso precisa receber a contribuição. A contribuição do Executivo, nós temos discutido muito a matéria com os Ministérios vinculados ao setor, e a contribuição dos Senadores, cada um deles vivendo com muita experiência os seus problemas estaduais. Vi aqui, conversei com o Senador Jayme Campos, que traz a experiência e o conhecimento dos grandes problemas viários do grande Estado do Mato Grosso, V. Exa. conhece o sistema do Maranhão, assim como o Senador Heráclito Fortes conhece profundamente os meios de transporte do Estado do Piauí. Essas contribuições somadas é que vão produzir aqueles resultados que nós esperamos. Eu não poderia deixar de mencionar o trabalho que o Presidente dessa Comissão, o Senador Marconi Perillo, desenvolveu no Estado de Goiás, expandindo o sistema viário que contempla o Estado. E a participação, portanto, dos experientes Senadores que compõem essa Comissão pode produzir um trabalho mais aperfeiçoado para que nós tenhamos realmente o esforço desenvolvido, um trabalho espinhoso, como eu disse, coroado de êxitos. Muito obrigado, Senador Lobão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o ilustre Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu quero parabenizá-lo pela escolha jus-

ta e acertada dessa grande figura que é o Senador Eliseu Resende para essa tarefa. Eu tenho visto, ao longo da minha vida parlamentar, vários relatórios distribuídos nessas Comissões, nenhum tão detalhado e consubstanciado como esse ora aqui apresentado. Isso é produto de várias horas de estudo, de algumas noites de sono interrompido, mas é a dedicação da vida deste homem que se confunde com as estradas e as ferrovias brasileiras.

Eu era bem jovem, mas bem jovem mesmo, e –
SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Ainda é, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Continuo. O Senador Lobão Filho naturalmente estava no útero ainda ou próximo [risos], esse útero que ele hoje coloca, para o Senador Eliseu Resende, quando o Senador Eliseu fez uma obra extraordinária para os nossos dois Estados. O Piauí é o Maranhão limitava-se a uma ligação de uma estrada de ferro, de uma ponte ferroviária, rodoferroviária, que era a Ponte João Luiz Ferreira ligando Teresina a Timon, e era um inferno. Vinha às enchentes, a ponte era paralisada porque a estrutura sofria abalos. E naquele tempo, numa decisão pessoal, ele construiu a ponte rodoferroviária que hoje liga os nossos dois Estados. Foi uma integração fantástica entre os dois Estados e somente a visão de futuro que ele teve naquele momento poderia proporcionar isso. Ele se lembra bem, nós tivemos os primeiros contatos exatamente nessa época. Daí para frente, o Dr. Eliseu é um sinônimo de sucesso eu tenho a impressão que Minas Gerais, a impressão que se transforma em certeza, de que Minas Gerais se orgulha muito de ter um homem desta qualificação como Senador da República, e como Senador que está prestando o serviço que está prestando ao Brasil.

Portanto, eu me congratulo com V. Exa., Presidente, pela inspiração da escolha e me congratulo também com o Dr. Eliseu, como ele é conhecido por onde passou, pela determinação de cada dia mais trabalhar para ver o Brasil como ele sempre sonhou. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Heráclito Fortes. Não havendo até o presente momento oradores que queiram discutir a matéria, eu vou suspender a discussão para que nós possamos fazê-lo nas próximas Sessões dessa Comissão e vamos dar continuidade à pauta. A matéria continuará a ser discutida nas próximas Reuniões. Nós vamos suspender, portanto, a discussão.

Vamos para o Item 2, Não Terminativo. Infelizmente nós não poderemos discuti-lo porque o ilustre Relator, o Senador Eduardo Azeredo, se encontra em

missão oficial no exterior, pediu licença oficial a esta Comissão e ao Plenário. Então nós vamos retirar de pauta o Item 2.

Vamos iniciar a discussão do Item 3, cuja decisão é Não Terminativa. Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 2008, que “Altera a Lei nº 6.088, de 16 de junho de 1974, que dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF e dá outras providências (inclui os Vales dos rios Itapecuru e Mearim na área de atuação da CODEVASF)”. O Autor é o Deputado Carlos Brandão e o Relator dessa matéria aqui na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura é o Senador Lobão Filho. Eu concedo a palavra ao Senador Lobão Filho para proferir o seu Parecer.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Quero registrar aqui a presença do Deputado Brandão, Autor do Projeto, aproveitando a oportunidade para parabenizá-lo por esse Projeto tão importante para o nosso Estado.

É o Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 2008, que “Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF”, para incluir na área de atuação da CODEVASF os vales dos rios Itapecuru e Mearim. Passo, em seguida, a ler o relatório.

Vem à análise dessa Comissão o Projeto de Lei da Câmara, PLC nº 148, de 2008, de autoria do Deputado Carlos Brandão, que dispõe sobre a inclusão dos vales dos rios Itapecuru e Mearim nas áreas de atuação da CODEVASF, mediante alteração da Lei 6.088, de 16 de julho de 1974. A proposição tem por objetivo ampliar novamente a área de atuação da CODEVASF, que em 2000, por iniciativa das lideranças políticas do Piauí, estendeu sua atuação ao Vale do Parnaíba, mediante a Lei nº 9.954, de 6 de janeiro daquele ano. A Lei que criou a Companhia previu o atendimento apenas do vale do Rio São Francisco, mas os bons resultados da sua atuação acabaram por motivar a expansão do território sujeito à sua intervenção, voltada principalmente ao aproveitamento dos recursos hídricos para a promoção do desenvolvimento social e econômico.

Conforme o Autor do PLC nº 148, de 2008, ressaltou na justificção, o vale do Itapecuru limita-se a sudeste com a bacia do Rio Parnaíba, já incluída na área de atuação da CODEVASF. Como o vale do Mearim se encontra a oeste do vale do Itapecuru, a região sob a responsabilidade da CODEVASF se manterá como um bloco contínuo, o que facilitará as atividades de planejamento e execução do aproveitamento dos recursos hídricos, com destaque para a promoção da

agricultura irrigada. No Senado Federal a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Serviços de Infra-Estrutura e de Desenvolvimento Regional e Turismo. Nesta Comissão não foram apresentadas Emendas à proposição.

Passo agora à análise. Do ponto de vista de constitucionalidade formal, o Projeto não apresenta vícios. A Constituição Federal prevê competência privativa da União para legislar sobre águas e energia e há, ainda, a previsão de competência administrativa da União para elaborar e executar Planos Regionais de Desenvolvimento Econômico e Social. As atividades previstas na Lei nº 6.088, de 1974, que o presente Projeto de Lei pretende estender aos vales do Itapecuru e do Mearim, se enquadram nos ditames constitucionais mencionados. A proposição também não apresenta vícios, pois não fere qualquer tipo de preceito constitucional e preenche os requisitos de juridicidade e de boa técnica legislativa, estando em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 95, de 1998.

Cumpridos esses pré-requisitos formais, cabe enfatizar a importância do Projeto de Lei para o desenvolvimento do Maranhão. É notório o fato de a CODEVASF ter contribuído de maneira significativa para a organização de atividades produtivas nas áreas em que atua, permitindo que os recursos naturais sejam utilizados de maneira racional e sustentável. O resultado tem sido o desenvolvimento econômico e social de áreas outrora extremamente carentes. Considerando que existem similaridades entre a presente área de atuação da CODEVASF e os vales dos Rios Mearim e Itapecuru, a proposição do Deputado Carlos Brandão mostra-se oportuna e racional. Ao ampliar a área de atuação da Companhia para os vales do Mearim e do Itapecuru, esta região passará a contar com o apoio técnico de uma instituição com mais de três décadas de conhecimento e experiências acumuladas.

Estou certo de que esta mudança contribuirá de forma decisiva para o desenvolvimento de uma região muito carente, que é o centro leste do Estado, Estado este, Maranhão, que possui um dos PIBs per captas mais baixos do país. A situação sócio-econômica do Maranhão é desfavorável. Com base no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, calculados com dados no ano de 2000, o Maranhão apresenta uma das piores colocações das unidades da Federação. Este fato retrata a situação precária de grande parte dos Municípios do nosso Estado. Dos 100 Municípios brasileiros com menor Índice de Desenvolvimento, 12 encontram-se nos Estados do Norte, 88 no Nordeste e 28 dos quais no Maranhão. Em síntese, observa-se que o Maranhão abriga Municípios com uma grande proporção de pessoas em condições desfavoráveis.

Considero que essas informações são suficientes para não deixar qualquer dúvida sobre o acerto da proposição em análise ao trazer para as terras maranhenses a capacidade técnica e a experiência da CODEVASF. Trata-se, efetivamente, de valioso aporte de capacidade institucional que se somará às entidades estaduais e municipais na árdua empreitada de superar a difícil situação do Estado quanto à sua situação econômico e social, quando comparado às demais unidades da Federação. Tendo em vista a riqueza de recursos naturais do Estado, a presença da CODEVASF, com a sua reconhecida capacidade, será um fator decisivo para a transformação de processos produtivos tradicionais por meio de incorporação de novas tecnologias. Tenho a convicção de que esta iniciativa muito contribuirá para o aumento da produtividade das pessoas ocupadas na produção agrícola maranhense e resultará na melhoria de condições de renda, emprego e bem-estar do meio rural do Maranhão.

Diante do exposto, recomendo a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 2008.

Sr. Presidente, o Maranhão já teve a principal indústria têxtil do Brasil nos anos 10, 20, 30, e esta indústria têxtil dormitava ou vivia ao longo do Itapecuru, do nosso Rio Itapecuru. Essa indústria foi sendo destruída ao longo dos anos e hoje a gente vê uma situação de pobreza, de falta de produção, de falta de recursos, de condições para toda essa população que reside em torno do Rio Itapecuru e do Rio Mearim. Eu acho que essa é uma grande oportunidade de voltarmos à grandiosidade e à grandeza do Estado do Maranhão, incentivando daquilo que melhor o povo maranhense sabe fazer, trabalhar, porque os recursos naturais Deus conseguiu colocar em abundância no nosso estado. Dando a oportunidade certa, na hora certa, o Maranhão pode se transformar num grande Estado produtivo, de economia muito forte para o nosso país, contribuindo para o engrandecimento do nosso país.

Então voto a favor do Projeto do Deputado Brandão e tenho certeza que isso irá contribuir e muito para o crescimento do Maranhão e do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa presidência agradece ao Senador Lobão Filho pela relatoria, pela qualidade do relatório, do voto, ao tempo em que também registra, com muito prazer, a presença do Autor da matéria, o Deputado Carlos Brandão, do Estado do Maranhão, e abre a discussão. A matéria está em discussão. Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, o Piauí não poderia deixar de ser solidário com o Maranhão nesse momento. Como bem disse o Senador Lobão Filho, no início dos anos 2000 nós tive-

mos uma luta muito grande para estender as ações da CODEVASF ao Estado do Piauí. Eu me lembro que naquela época houve uma reação muito grande por parte de algumas bancadas, capitaneadas pela bancada da Bahia, bancada de Alagoas, que não queriam ver as ações da CODEVASF expandidas para outros Estados. Eles temiam que com aquilo faltassem verbas para a região que já recebia que ela abrangia. Qual nada. A ida da CODEVASF para o Estado do Piauí foi fundamental e eu quero crer, que naquela época houve até uma falha da bancada do Maranhão de não ter feito a inclusão naquele mesmo momento, porque havia um descrédito com relação ao sucesso daquela luta que nós travávamos. O Projeto era de autoria do Senador Freitas Neto, eu à época era Deputado, Primeiro Vice-Presidente da Câmara e tive uma atuação pela função que ocupava fundamental em dobrar as bancadas disidentes, conseguimos a aprovação.

Mas eu quero confessar que quando aprovaram, já que esse é um Projeto autorizativo, não esperavam que o Presidente sancionasse e aí o Presidente Fernando Henrique Cardoso, numa demonstração de muita sensibilidade com a região, sancionou esse Projeto. Eu espero que o mesmo caminho seja agora alcançado por mais esta extensão e não tenho nenhuma dúvida de que será benéfica para o Estado do Maranhão. Nós no Piauí sentimos esses efeitos.

A minha pergunta é apenas por curiosidade: a extensão do Parnaíba todo já não é atingida pela CODEVASF, a margem toda do Rio Parnaíba? Ele pode dar uma... Hein Presidente, ele poderia dar uma informação técnica aqui? Seria importante, já que é o Autor do Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concedo a palavra ao Deputado Autor da matéria.

DEPUTADO CARLOS BRANDÃO (PSDB-MA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, obrigado pelo espaço que nos foi dado, eu agradeço aí ao relatório do Senador Lobão Filho, a sensibilidade de incluir esses dois vales, as duas bacias, de Itapecuru e de Mearim, e quero dizer o seguinte, que na realidade o Rio Parnaíba, a extensão dele atinge apenas 36 Municípios do Maranhão, enquanto –

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Já é atendido.

DEPUTADO CARLOS BRANDÃO (PSDB-MA): Já é atendido em parte, apenas 36 Municípios são contemplados.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a CODEVASF já?

DEPUTADO CARLOS BRANDÃO (PSDB-MA): Com a CODEVASF, enquanto que no Estado do Piauí

são 222 municípios atendidos com a CODEVASF, 224. Portanto, parece que apenas um Município, lá próximo de Luiz Correia, que não é atendido pela CODEVASF. O que nós estamos fazendo, a nossa proposta é que sejam incluídas duas bacias, a bacia do Itapecuru e a bacia do Mearim, que é próximo, limita aí com a bacia do Parnaíba, para que sejam contemplados também--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ampliaria para quantos Municípios?

DEPUTADO CARLOS BRANDÃO (PSDB-MA): Amplia mais 130 Municípios. É uma maneira de a gente salvar e recuperar esses rios, inclusive o Rio Itapecuru.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quantos municípios tem o Maranhão?

DEPUTADO CARLOS BRANDÃO (PSDB-MA): 217. Inclusive a nossa preocupação é em torno do Rio Itapecuru também porque é um Município que abastece a cidade de São Luís, e hoje todos esses dois rios estão prestes a deixar de existir por falta de preservação das matas ciliares, enfim. Então é uma maneira que a gente encontrou de salvar esses rios, porque os recursos da CODEVASF é um recurso que realmente é aplicado, a empresa é eficiente, é eficaz, e a gente, com essa preocupação, a gente apresentou essa proposta.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Já existe instalação física da CODEVASF no Estado do Maranhão?

DEPUTADO CARLOS BRANDÃO (PSDB-MA): Existe a aprovação da sede da CODEVASF para o Maranhão, apenas a discussão de onde que vai ser. Existem três propostas, que é uma para o Município de Balsas, outra São Luís, outra para Timon, e isso é até uma questão... uma decisão política, nós estivemos com o Ministro Geddel, com o Presidente da CODEVASF, é apenas um acerto político de onde que vai ser a sede, mas que já existe a determinação de criar a sede, já.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O meu coração me remeteria que fosse, uma sugestão, isso é a aérea de vocês, que fosse em Timon, mas Timon, você já tem em Teresina a sede.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): É em Teresina.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu acho que é o melhor seria Balsas, porque integraria. Evidentemente que isso é uma decisão que vocês vão tomar politicamente para--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): A proposta foi atendida pelas duas bacias então, é melhor que fosse mais ao norte do Estado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É, isso é uma decisão que vocês deverão tomar e--

DEPUTADO CARLOS BRANDÃO (PSDB-MA): É essa discussão é bem polêmica, mas algumas pessoas estão preferindo que seja em São Luís, até porque a maioria das sedes desses órgãos federais se encontra em São Luís. E até esses técnicos de alto nível, quando se deslocam para essas sedes, eles precisam colocar os seus filhos em escolas de melhor qualidade, às vezes até em universidade, e isso dificulta ser no interior, que não tem essa logística toda.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Muito embora a tradição da CODEVASF com o seu funcionamento básico em Petrolina, o que se mostra é o seguinte: um órgão como a CODEVASF, quando se instala numa cidade de médio porte, ela revitaliza a cidade, os bons colégios parecem e--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): É verdade.

DEPUTADO CARLOS BRANDÃO (PSDB-MA): Dá um impulso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Essa é uma outra questão.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Heráclito, antes de mais nada eu quero agradecer a você, que é irmão, é irmão nosso, do Maranhão, Piauí, Estado que tem sofrido as mesmas agruras que o Maranhão tem sofrido e que tem conseguido, graças à atuação parlamentar de parlamentares como V. Exa., conseguido dar alguma resposta ao seu povo.

Eu quero dizer que eu pretendo, inclusive, propor também a ampliação para o Rio Pindaré, que é eu não estou fazendo agora para que esse Projeto não tenha que retornar à Câmara, para que a gente possa aprová-lo, mas no futuro próximo irei encaminhar também a ampliação ao Rio Pindaré, porque a CODEVASF efetivamente tem contribuído para a melhoria significativa desses produtores, pequenos produtores que são abrangidos pela sua área de atuação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E aí, após isso, aprovar Pindaré, nós vamos ter que criar um mecanismo legal de não permitir mais a extensão para um outro Estado novo, porque senão...

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Acaba o dinheiro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Aí sim começa a comprometer. Mas eu, de qualquer maneira, eu quero deixar aqui o meu apoio e quero dizer a V. Exa. que um dos parlamentares mais insatisfeitos, com justa razão, na época, em que o Maranhão não foi incluído no Projeto original, foi exatamente o Senador Edison Lobão, seu pai, que mostrou inconformismo, achava que era extensão, que já devia ter sido feito na-

quele momento, e que talvez o que tenha até atrasado um pouco a idéia fosse o temor do Projeto ter que voltar de uma Casa para outra. Enfim, foi aprovada a duras penas, o Presidente Fernando Henrique sancionou e nós tivemos um período muito positivo no Estado do Piauí com o funcionamento da CODEVASF, Senador Marconi. Foi muito bom, tivemos lá o Dr. Diniz, que foi o primeiro diretor, faleceu recentemente, era um funcionário aplicado, um funcionário exemplar.

Eu desejo muito sucesso e que o Maranhão obtenha essa aprovação, não só aqui na Comissão, como também no Plenário. Piauí e o Maranhão se unem através do Rio Parnaíba e esse fortalecimento da CODEVASF é fundamental para a sua integração. Muito obrigado.

DEPUTADO CARLOS BRANDÃO (PSDB-MA): Sr. Presidente, apenas para concluir, o relatório do Senador Lobão Filho mostrou aqui que esses Municípios desses dois vales do Itapecuru e o Mearim, são os Municípios que têm os piores IDH do país. Então com essas ações que nós estamos vendo aí na região do semi-árido, no semi-árido nordestino, eles hoje têm a média maior do que a média desses Municípios. O IDH dos Municípios do semi-árido, hoje, é em torno de 0,648, enquanto que desses Municípios do Maranhão é em torno de 0,570, portanto, bem mais baixa do que a média do semi-árido nordestino, por falta de investimento. Essa é a nossa preocupação. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A matéria continua em discussão. Não havendo mais quem queira discuti-la, coloco a votação. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Eu quero parabenizar ao Autor do Projeto, o Deputado Carlos Brandão, cumprimentar ao Senador Lobão Filho, ao Senador Heráclito, a todos que têm interesse direto na melhoria da qualidade de vida do povo nordestino. Como Presidente dessa Comissão, me congratulo com V. Exas.

Antes de encerrar eu gostaria de mais uma vez aqui cumprimentar o Senador Eliseu Resende, colocar em discussão e votação o requerimento de iniciativa dele, com base no Regimento e na Constituição, convidando o Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Alfredo Nascimento, para debater o Projeto que acaba de ser relatado, que institui o novo Sistema Nacional de Viação. Está em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento de convite do Exmo. Sr. Ministro dos Transportes para debater o Sistema Nacional de Viação.

Essa matéria relativa ao Item 3 foi aprovada, o Parecer foi aprovado, a matéria vai agora à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a CDR.

Antes de encerrar eu gostaria de convidar aos ilustres Senadores presentes para a Audiência Pública conjunta amanhã desta Comissão e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em atendimento a requerimentos de autoria do Senador Eliseu Resende e da Senadora Kátia Abreu, respectivamente, a fim de debater a regulamentação dos portos, com a presença do Ministro Pedro Brito, Ministro Antonio Fialho, representante da CNA, e o Diretor-Geral da empresa CMA. Ficam, portanto, todos convidados para esta Audiência amanhã as dez aqui neste auditório.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a pretensão Reunião.

Sessão encerrada às 12h59.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

ATA DA 25ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, EXTRAORDINÁRIA, E 26ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, NO DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO DA COMISSÃO Nº 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e oito, no plenário da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador NEUTO DE CONTO, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, reúnem-se, extraordinariamente, as Comissões de Serviços de Infra-Estrutura e Agricultura e Reforma Agrária, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores Serys Shessarenko, Delcídio Amaral, Ideli Salvatti, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Gilberto Goellner, Marconi Perillo, João Durval, Renato Casagrande e José Maranhão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Presente, também, o Deputado Federal Eduardo Schiarra. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em atendimento aos Requerimentos nº (s) 46–CI e 19–CRA, ambos de 2008, de autoria do Senador Eliseu Resende e da Senadora Kátia Abreu, respectivamente, a fim de debater a regulamentação dos portos, conforme o

Decreto nº 6.620, de 29 de outubro de 2008, com a participação dos seguintes convidados: Ministro Pedro Brito do Nascimento – Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP/PR); Fernando Antonio Brito Fialho – Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ; Luiz Antonio Fayet – Consultor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, e Nelson Carlini – Diretor da Companhia de Navegação Transatlântica. A Presidência solicita a presença dos convidados para tomarem assento à mesa. Em seguida a Presidência concede a palavra ao Ministro Pedro Brito do Nascimento para suas considerações iniciais. Em seguida a Presidência passa a palavra aos demais convidados. Fizeram uso da palavra para interpelar os convidados, de acordo com a lista de inscrição, as Senadoras Kátia Abreu e Ideli Salvatti e os Senhores Gerson Camata, Gilberto Goellner e César Borges. Ato contínuo assume a Presidência dos trabalhos os Senadores Marconi Perillo, Francisco Dornelles, César Borges e Gerson Camata. A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às treze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, CONJUNTA COM A 25ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 26 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a 25ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente Reunião destina-se a Audiência Pública Conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 19, de 2008 – CRA, aprovado em 12 de novem-

bro de 2008, de autoria da Senadora Kátia Abreu, e Requerimento nº 46, de 2008 – CI, aprovado em 13 de novembro de 2008, de autoria da Senadora Kátia Abreu e do Senador Eliseu Resende, com o objetivo de debater a regulamentação dos portos, conforme o Decreto 6.620, de 29 de outubro de 2008, com a participação dos seguintes convidados, que desde já convido para comporem a mesa: o Exmo. Sr. Dr. Pedro Brito do Nascimento, Ministro da Secretaria Especial dos Portos da Presidência da República; Sr. Fernando Antônio Brito Fialho, Diretor-Geral da Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (ANTAQ); Dr. Luiz Antônio Fayet, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Dr. Nelson Carlini, Diretor-Geral da Empresa CMA/CGM Transportadora de Containers.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, nós então de imediato passamos a palavra ao Ministro Pedro Brito do Nascimento para colocar as suas considerações sobre esta Audiência Pública.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Muito bom dia a todos. Meu caro Senador Neuto de Conto, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Deputados Federais.

Para mim é um prazer poder estar hoje aqui numa Reunião Conjunta de duas Comissões de grande importância para o país, no Senado Federal, discutindo um dos assuntos da maior relevância para o desenvolvimento do Brasil, que é o setor portuário. Eu entendo com muita clareza que o setor portuário brasileiro é responsável em grande parte pela competitividade da economia do Brasil e, naturalmente, responsável também pela competitividade do setor de agrobusiness no Brasil. Eu reputo que na cadeia logística brasileira, o elo portuário é o elo fundamental para o desenvolvimento da agricultura brasileira, para o desenvolvimento do agrobusiness e para o desenvolvimento do país. Tenho essa consciência muito clara e tenho trabalhado com toda a minha equipe na Secretaria Especial de Portos, sob a determinação do Presidente Lula, no sentido de reequipar o sistema portuário brasileiro. E apesar do pouco tempo, um ano e meio basicamente, o que nós já reconstruímos no setor portuário brasileiro, juntamente com toda a comunidade portuária, com os usuários, com os exportadores, com os importadores, com os investidores na área portuária, tem de fato começado a mudar de forma importante esse elo da cadeia logística brasileira.

Somente num dos aspectos, que era apontado, com justiça, como um dos graves do ponto de vista de gargalo portuário, a questão de dragagem, hoje o Brasil tem um Programa Nacional de Dragagem para

os seus vinte portos mais importantes, já iniciados, já em execução. Nós já estamos concluindo, até o final deste ano, a dragagem, a primeira fase da dragagem do Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro, que é um dos portos mais importantes do Brasil. Estamos em fase de licitação da dragagem do Porto de Recife, cujas propostas já foram abertas, eu estou vendo até aqui o presidente do Porto de Recife, e vamos, na próxima semana, portanto, já dar início também à dragagem do Porto de Recife. Estamos em fase de licitação com a dragagem do Porto de Santos, que é o maior porto da América Latina, é o maior porto do Brasil, responde por 25% do fluxo total de movimentação do nosso montante de exportações e importações, e só a dragagem do Porto de Santos já mudaria todo o fluxo de tráfego de navios no país. Lá nós vamos dragar para 15 metros e alargar o canal para 220 metros, e isso em conjunto com o sistema de controle de tráfego automatizado vai permitir, inclusive, o tráfego em mão dupla de navios, o que vai aumentar só essa providência, só essa providência vai aumentar em 30% a capacidade de movimentação de carga do Porto de Santos.

E tudo isso, o mais importante de tudo isso é que foi feito a partir de uma mudança legislativa, uma mudança no marco regulatório que permitiu que nós saíssemos de uma dragagem, que antes era feita na forma de se contratar por um determinado volume a ser dragado, para uma dragagem por resultado, o que significa que, por exemplo, no caso de Santos, essa profundidade de 15 metros, ela vai ser mantida de forma permanente em um contrato de longo prazo, a partir do que possibilitou essa mudança legal. Isso aí muda definitivamente o paradigma dos portos brasileiros na questão da capacidade que todos os portos vão ter para receber navios cada vez maiores. E não só no Porto de Santos. A licitação do Porto de Rio Grande, é outro porto fundamental para o país, também já está em processo, já está com data prevista para ser aberta a licitação, que já está em andamento.

Nós vamos lançar ainda este ano, ainda este ano as licitações dos Portos de Fortaleza, de Aratu, de Salvador, a segunda fase do porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro, o Porto de São Francisco do Sul e o Porto de Itajaí, cujo processo vai ser modificado em função dos desastres recentemente acontecidos. Eu estive na semana passada lá em Itajaí, nós vamos fazer uma dragagem de emergência, já na próxima semana nós vamos dar a ordem de serviço, Senador, para que a dragagem comece imediatamente, e em noventa dias nós vamos concluir a dragagem de Itajaí. Nós já vamos poder ter o Porto de Itajaí operando daqui há cerca de vinte dias, com uma capacidade ainda parcial, mas logo imediatamente o Porto de Itajaí estará operando com a

dragagem que nós vamos fazer. Além disso, também já vamos dar ordem de serviço na próxima semana para a recuperação dos dois berços que foram destruídos pelas enchentes.

Eu estou dando isso como exemplo para mostrar que as providências práticas para a mudança objetiva da situação portuária no Brasil estão sendo tomadas, isso em relação a obras de dragagem, em relação a obras de reaparelhamento dos portos brasileiros.

Podemos mencionar também outras providências importantes, como a questão do reporto, que foi já aprovada no Congresso, que é uma importante medida para garantir a capacidade de investimento do setor portuário. Estamos no momento com uma licitação internacional para contratar uma empresa que vai fazer o planejamento portuário brasileiro para os próximos vinte anos e, diga-se de passagem, um dos grandes gargalos dos portos brasileiros era a completa ausência de planejamento. Nunca se fez planejamento nos portos brasileiros que definisse as possibilidades de investimento, seja da iniciativa privada, seja do setor público, e nós estamos então já com esse processo de licitação em andamento, o que vai garantir para os próximos anos uma visão objetiva, uma visão planejada da situação portuária de todo o Brasil em função, naturalmente, da demanda. Esse é o trabalho que nós estamos fazendo diante das expectativas, diante das demandas do mercado. O planejamento é para atender os exportadores e importadores do Brasil.

Nós estamos no momento com uma completa profissionalização no setor portuário brasileiro, nós temos hoje em todos os portos do Brasil competentes profissionais do mercado, executivos treinados e recolhidos do mercado portuário que estão fazendo toda essa gestão portuária, alguns dos quais aqui presentes, tudo isso dentro dessa nova visão do Poder concedente, que é o Estado brasileiro, em relação aos nossos portos.

E estamos assistindo um grande número de investimentos acontecendo no Brasil inteiro. Nós hoje temos projetos de expansão em todos os portos do Brasil, desde o Porto de Vila do Conde, no Pará, até o Porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, estão acontecendo projetos de investimento em todos os portos brasileiros. Somente para citar alguns exemplos, no caso de Santos, que é o nosso porto mais importante, nós temos já em andamento um grande projeto de expansão, que é a EMBRAPORT, com investimento de 650 milhões de dólares, que vai aumentar em 1/3 a capacidade de movimentação de containers do Porto de Santos. Na semana passada eu recebi em audiência o Presidente da segunda maior empresa de containers do mundo, que é a MSC, que garantiu para

o Brasil, apesar da crise internacional pela qual nós estamos passando, garantiu para o Brasil investimentos de 1 bilhão e 600 milhões de dólares e mais um terminal dentro do Porto de Santos, um terminal que vai movimentar 1 milhão e 100 mil containers, além de um terminal de granéis líquidos. Então são projetos de expansão que estão acontecendo no momento para o Brasil, investimentos que já estão em marcha. Somente no caso do Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro, nós temos cerca de dez projetos, dez consultas de projetos de novos investimentos no Porto de Itaguaí. Estamos com uma grande expansão lá em Vila do Conde. O Porto de Itaquí, no Maranhão, está recebendo dois novos terminais para granéis. O Porto de Salvador, na Bahia, está recebendo uma expansão em mais um terminal de containers. O Porto de Rio Grande também está recebendo novos investimentos em novos terminais. Então nós estamos assistindo há vários projetos que estão em implantação no Brasil em termos de novos investimentos no setor portuário.

E temos tido a preocupação de manter um contato permanente com todos os setores, com todas as atividades empresariais no Brasil inteiro, e também com a classe trabalhadora, que tem certamente uma grande parte de mérito pelo sucesso e pela resposta que o setor portuário brasileiro tem dado ao grande crescimento do fluxo de comércio internacional que o Brasil experimentou nos últimos anos. Em 2000, por exemplo, o fluxo total de comércio internacional do Brasil era de 100 bilhões de dólares. Pulou em 2007 para 282 bilhões de dólares. Esse ano, para 320 milhões de dólares. 90% disso passam pelos portos e os portos estão dando conta do recado sem que haja nenhum problema mais grave no atendimento de toda essa demanda.

Existe, inclusive, até mesmo em algumas situações, até mesmo investimento. Eu estive, por exemplo, em Santos, há quinze dias atrás, em um dos grandes terminais de granéis do Porto de Santos, o TGG, que tem do seu lado uma área aprovada para a expansão, aprovado pela ANTAQ, aprovado pelo Governo, e esse projeto de expansão está sendo postergado por falta de carga que no momento justifique essa nova expansão.

Eu tenho procurado, em todos os Estados, em todas as visitas constantes que eu faço aos portos brasileiros, ter uma intensa conversa e uma intensa negociação com todas as Confederações de Empresários, com todas as Federações de Empresários, e esse trabalho tem sido feito em comum acordo com a Confederação, por exemplo, da Agricultura. A Senadora Kátia Abreu me recebeu há algum tempo atrás lá na Confederação Nacional de Agricultura, onde nós

pudemos discutir o que é que poderíamos fazer em conjunto e permanecemos integralmente abertos a essa possibilidade. Eu me lembro que nessa reunião foi definido até o nome do Fayet, que está presente aqui na Mesa, como sendo a pessoa de interlocução com a Secretaria Especial de Portos. Queremos, precisamos e acho que é mandatório se fazer esse trabalho em conjunto com a Confederação Nacional de Agricultura, com a Confederação Nacional da Indústria, com a qual também tive várias reuniões, e do mesmo jeito estamos fazendo um trabalho de comum acordo com a Confederação Nacional da Indústria, e todo esse planejamento do setor portuário brasileiro, ele não pode, naturalmente, ser feito sem essa relação direta, sem essa conversa diária, sem esse trabalho permanente com as diversas Confederações que representam os interesses ou dos exportadores ou dos importadores brasileiros.

Antes de entrar diretamente na discussão do Decreto, eu gostaria de pontuar uma coisa que é importante, que é uma premissa do nosso trabalho. É que o modelo portuário brasileiro é um modelo que é semelhante ao modelo do mundo inteiro. Em toda a parte do mundo os portos são públicos, são equipamentos públicos. Não há praticamente exceção. Se nós pegarmos o norte da Europa, o Porto de Rotterdam, na Holanda, o Porto de Hamburgo, na Alemanha, o Porto de Antuérpia, na Bélgica, que era há alguns anos atrás os maiores portos do mundo, Rotterdam era o maior porto do mundo há dez anos atrás, hoje não é mais, porque os portos da Ásia assumiram essa liderança como os maiores portos do mundo, mas todos esses portos do norte da Europa são portos públicos pertencentes, na sua grande maioria, às municipalidades. Por exemplo, o porto de Rotterdam, ele pertence ao Município de Rotterdam, 66% ao Município de Rotterdam, e o restante ao Estado da Holanda, à União. E assim são os demais portos do norte da Europa, todos são portos públicos pertencentes à municipalidade. Os portos da Europa, digamos, Latina, tipo Barcelona, na Espanha, Le Havre, na França, os portos da Itália, todos também são portos públicos, nos casos pertencentes aos Governos Estaduais. Por exemplo, o Porto da Catalunha, o Porto de Barcelona, é um porto pertencente ao Governo da Catalunha. O Porto de Valência é um porto pertencente ao Governo da região de Valência. Então todos os portos europeus são portos públicos, com exceção, a única exceção é a Inglaterra, onde os portos são privados.

No caso da Inglaterra, a Inglaterra não tem grandes portos, os portos da Inglaterra são pequenos quando comparados aos demais portos da Europa. Eu estive recentemente em Southampton, que é o maior

porto da Inglaterra, que é a metade de Santos. Lá na Inglaterra os portos são privados, embora pequenos, mas mesmo assim, mesmo assim, Senador, nenhum porto, nenhum investidor pode chegar e dizer: "Olha, eu vou colocar o meu porto aqui". Todos esses portos passam por um longo processo de estudo por parte do Governo e são autorizados ou não depois de um longo estudo por parte do Governo. O próprio senhor(F) do Porto de Southampton me disse que num projeto de expansão que eles demoraram oito anos, com estudos, com análise de viabilidade, no final o Governo não aprovou e o porto não foi expandido. Então mesmo na Inglaterra, que é o único caso no mundo onde os portos são privados, há um longo processo de aprovação dentro do Governo.

Quando nós vamos para os Estados Unidos, observamos o mesmo modelo, todos os portos nos Estados Unidos são portos públicos. O Porto de Nova Iorque é um porto público pertencente ao Estado de Nova Iorque. O Porto de Los Angeles é um porto público pertencente ao Estado da Califórnia e assim por diante. Todos os portos americanos são portos públicos.

Todos os portos asiáticos são portos públicos. O maior porto do mundo, que é o Porto de Xangai, que hoje movimentava quase 30 milhões de toneladas de containers, é um porto público onde apenas dois operadores fazem a movimentação dessa quantidade gigantesca de containers.

Então esse modelo de porto público, portanto, é um modelo de sucesso no mundo inteiro. Claro que tanto lá como aqui a propriedade dos portos, embora sendo do Governo, não dá ao Governo a operação portuária. Toda a operação portuária é privada, como é aqui no Brasil. Então o Porto de Santos, é um porto público, mas toda a operação do Porto de Santos é uma operação privada. No Brasil o Estado não opera um grama de carga. Toda a operação portuária no Brasil é feita pelo setor privado. O Estado, seja a União, seja os Governos Estaduais, seja o Governo Municipal, nenhum Estado, nenhum ente público faz a operação portuária. Toda a operação portuária é privada e todos os investimentos são privados, naturalmente sob regime de licitação, sob regime de arrendamento, como determina a nossa Constituição.

Portanto, embora esse modelo seja um modelo público, é o chamado *landlord port model*, que é o modelo do mundo inteiro, a operação é sempre privada e os investimentos dos equipamentos e nessa operação são sempre investimentos privados, naturalmente obedecendo à Constituição brasileira que determina que seja feita licitação para prestação de serviço público.

Então esse é o modelo e eu quis fazer essa introdução para entrar na discussão específica do Decreto,

que é objeto da nossa Reunião, porque naturalmente esse Decreto, ele assume essas premissas e o Decreto, naturalmente, ele não tem nenhum poder de mudar a Lei. O Decreto, ele, como é definido, o Decreto, ele apenas normatiza a Lei, normatiza a Lei 8.630, que é a Lei dos Portos, utilizando, naturalmente, também, o que disciplina a Lei de Licitações e a Lei de Concessões. O Decreto, portanto, ele não cria nenhuma novidade, o Decreto não adiciona coisas novas no marco regulatório porque não é instrumento para isso. O Decreto é um instrumento de regulamentação e assim nós fizemos. O Decreto, ele regulamenta a Lei 8.630, que é Lei dos Portos, e naturalmente busca subsídios na Lei de Licitações e na Lei de Concessões. E, claro, o fundamento maior, a nossa Constituição, que determina que todo serviço público seja licitado para ser concedido à iniciativa privada.

Então o Decreto, ele é bastante amplo do ponto de vista de definição de políticas públicas. O Governo, através do Decreto, define, portanto, muito claramente quais as suas políticas públicas para o setor portuário brasileiro.

A primeira definição, e aí essas definições todas tiveram como objetivo prático retirar dúvidas que existiam no mercado, dúvidas que estavam impedindo, inclusive, investimentos privados, que é o que nós desejamos que acontecesse, que é o que nós queremos estimular e que é exatamente o que o Decreto faz, estimular investimentos privados. E, claro, dentro do regramento da Lei, obedecendo aos princípios legais e obedecendo à Constituição brasileira. Nós não poderíamos criar nenhum instrumento que estimulasse investimentos privados sem obedecer ao marco regulatório existente. Qualquer outro instrumento diferente desse tem que passar pelo Congresso e tem que haver uma mudança ou constitucional, se for o caso, ou uma mudança legal.

O Decreto, em primeiro lugar, ele retira uma das grandes discussões que tinha no mercado, que era a questão de definição de carga própria e carga de terceiros, que agora não existe em canto nenhum do mundo. Cabe aos portos, como modal de logística, promover a rápida e eficiente e a mais barata possível, dar fluidez nas cargas de uma determinada economia, de uma determinada região. Então se a carga é própria ou carga de terceiros, isso não importa isso não tem nenhuma relevância. O que importa é que nós temos que ter portos que possam ter a competência e a eficiência necessária, inclusive para reduzir e para dar competitividade aos nossos produtos. Então, em primeiro lugar, o Decreto dá essa clareza, dá essa clareza legal. Quando ele diz, por exemplo, que os terminais privativos, e hoje no Brasil já são 124 terminais pri-

vativos, o Dr. Fernando Fialho da ANTAQ certamente tenha esse números aí mais precisos, porque cabe à ANTAQ dar essas autorizações, mas hoje o Brasil já tem 124 terminais privativos. Esses terminais privativos, agora definidos com muita clareza, eles atendem ao interesse específico de uma determinada empresa que precisa ter seu porto para operar. Um terminal privativo, portanto, é um equipamento que é uma extensão do negócio da empresa. O terminal privativo, ele faz parte da estratégia de investimento, da estratégia de negócios de uma determinada empresa. São os casos claros da Vale, da PETROBRAS, da Bunge, da Cargill e de muitas outras empresas que precisam ter seus portos como parte do seu processo produtivo. O porto, nesses casos, é um centro de custos, não é um centro de ganhos, não é um centro de lucros da empresa, é um centro de custos. O porto, nesta situação, como eu já disse, faz parte do processo produtivo da empresa.

Portanto, nesses casos, o Governo continua autorizando, dentro do processo simplificado, quaisquer pedidos de terminais privativos que cheguem ao Governo, que cheguem à ANTAQ para serem analisados. Serão autorizados imediatamente. O nosso interesse é que quanto mais empresas precisando ter portos tiverem, melhor para nós e nós vamos autorizar rapidamente. Não é isso, Dr. Fernando Fialho? Dentro do que a Lei determina. Agora está muito claro que terminal privativo, repetindo, que é importante essa diferença, é aquele que faz parte do processo produtivo na empresa. Nós não podemos admitir, como estava começando a acontecer, que se usasse essa possibilidade legal do terminal privativo, para atender uma necessidade específica da empresa, como um atalho para se ter outros tipos de terminais que não aqueles previstos em Lei para atender a empresa como sendo... fazendo parte do seu processo produtivo.

Outra coisa que nós clarificamos também foi a questão de como a iniciativa privada pode participar, deve participar e será sempre incentivada a participar dos portos brasileiros, como aliás está acontecendo no dia-a-dia. Todo dia eu recebo vários empresários e vários investimentos que estão acontecendo no Brasil, mesmo apesar da crise, na expansão portuária brasileira. Mas o que nós definimos no Decreto, que, aliás, é um preceito constitucional, é que neste caso nós temos que fazer uma licitação e, naturalmente, que não vejo por que se temer o processo licitatório, que é algo constitucional e democrático e que deve acontecer mesmo em nome da transparência, em nome de que as coisas sejam feitas numa disputa clara por quem tenha interesse de investir no setor portuário brasileiro. Então neste aspecto o Decreto também é muito claro

e define com precisão que qualquer investidor poderá apresentar ao Governo sua proposta de investimento, que nós iremos analisar, e se estiver de acordo com o planejamento portuário brasileiro esse porto será submetido a um processo de licitação e o porto será, portanto, administrado pela iniciativa privada.

Nós criamos então no Decreto a possibilidade de novos portos organizados, administrados pela iniciativa privada, desde que se faça a licitação. O que nós eliminamos foi aquela possibilidade de alguém ter um porto para containers, por exemplo, com uma simples autorização, sem que haja uma disputa, sem que haja uma concorrência, sem que haja uma licitação, e essa concorrência pode começar imediatamente. Nós já estamos concluindo, vamos concluir até o final deste ano essa modelagem de licitação em conjunto com a ANTAQ, aliás, hoje à tarde nós vamos ter mais uma reunião que vai discutir essa modelagem de licitação, e o nosso plano é já em janeiro, já no próximo ano, no início de ano, já estar com essa modelagem pronta, de sorte que qualquer projeto que for apresentado ao Governo possa, imediatamente, se submeter a esse processo de licitação. Nós não precisamos, necessariamente, esperar pelos 180 dias que a ANTAQ tem de direito para preparar o Plano de Outorgas.

O Plano de Outorgas é aquele plano que vai definir, ao longo do país, todos os locais em que há necessidade de portos e que tipo de porto. Esse Plano de Outorgas é que vai orientar a Política de Governo, como poder concedente, como definido pela Constituição, aqueles locais onde poderá haver investimentos portuários e que tipo de porto, mas independentemente do Plano de Outorgas isso está claro para o mercado, está definido para o mercado, a partir de janeiro nós já poderemos colocar em licitação quaisquer projetos que sejam apresentados para essa licitação.

E nós não imaginamos que esse processo de licitação seja feito de forma onerosa, como alguém critica. Na verdade nós não temos ainda esses critérios, esses critérios estão sendo definidos. O que nós estamos caminhando é para um modelo e nós vamos inclusive discutir com o mercado isso, mas o que nós estamos caminhando é discutir para ter um modelo onde exista, talvez, alguma parcela de outorga, que vai compor um fundo para financiar investimentos na atividade portuária, que se busque um preço público módico, que a nossa principal preocupação é que os portos, prestando serviços públicos, possam ter preços módicos, então essa vai ser uma preocupação, bem como cláusulas contratuais de desempenho determinando a esses portos regras de competição, determinando a esses portos critérios e objetivos para avaliar a sua competitividade e, principalmente, pela natureza

pública do serviço que ele presta. Então essa modelagem está sendo preparada no sentido de incentivar que esses investimentos sejam feitos e nós procuraremos, portanto, ter um modelo que não seja necessariamente um modelo oneroso, um modelo que vá tirar a competitividade do setor privado. Ao contrário, nós queremos é dar um modelo de licitação que dê alta competitividade ao setor portuário brasileiro.

Então esse, na verdade, é o principal item em discussão no Decreto. Nós fizemos uma série de discussões antes da publicação do Decreto com todo o mercado portuário, que pode dar a sua opinião, pode dar a sua contribuição, pode dar a sua interferência ao longo da formulação do Decreto, e depois da publicação do Decreto já tivemos várias discussões e não encontramos, por parte dos investidores, nenhum tipo de problema que venha a afastar os investimentos privados. Ao contrário, nós temos recebido com insistência várias propostas de investimento e esperamos que já no início do próximo ano nós estejamos aptos a colocar no mercado as propostas de investimento que nos forem apresentadas.

Eu queria Senador, sem abusar do tempo que o senhor me concedeu, apresentar essas primeiras considerações sobre o Decreto e, naturalmente, ficar à sua disposição, à disposição do Plenário para o debate. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Ministro Pedro Brito. Nós queríamos também anunciar a presença em nosso Plenário do Deputado Márcio França, líder do PSDB, e também dizer que esta Audiência Pública é conjunta com a Comissão de Serviço de Infra-Estrutura, onde o seu Presidente, o eminente Senador Marconi Perillo, já se encontra também na Mesa e deverá a partir de agora presidir essas nossas Reuniões. Portanto, com a palavra o Senador Marconi Perillo.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Neuto de Conto, Presidente da Comissão de Agricultura, ilustres convidados, Senadora Kátia Abreu, Senador Eliseu Resende, autores dos requerimentos, demais Senadores aqui presentes, convidados.

É com grande interesse que a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura participa conjuntamente desta Audiência Pública. Nós temos um interesse grande de debater exaustivamente a questão dos portos, porque em nossa opinião ainda é um dos gargalos para a competitividade do Brasil.

Agradeço a manifestação do Exmo. Sr. Ministro Pedro Brito e tenho a satisfação de passar a palavra ao Sr. Fernando Antônio Brito Fialho, Diretor-Geral

da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, a ANTAQ.

SR. FERNANDO ANTÔNIO BRITO FIALHO: Senador Marconi Perillo, Senador Neuto de Conto, Ministro Pedro Brito, Srs. e Sras. Senadoras, Senadores, Deputados, senhores e senhoras.

É mais uma vez uma satisfação, Senador, estar presente aqui nessa Comissão para discutir um tema de tamanha importância para o desenvolvimento do país. E essa oportunidade, eu acho uma oportunidade muito interessante, porque junta duas Comissões que têm aí uma inter-relação muito forte. Na ANTAQ nós temos procurado trabalhar valorizando fundamentalmente a discussão e aprimorando cada vez mais essa discussão para que nós possamos avançar na construção de um arcabouço regulatório mais interessante para o país. Nós temos como papel de agência reguladora criar as normas, fazer as outorgas, tanto na área portuária, como na área de navegação, e na área de navegação interior.

Aproveitando inclusive para fazer um parêntese e aproveitando que as duas Comissões estão juntas, eu quero, nesse parêntese, reiterar a nossa firme determinação de que nós continuemos perseguindo a utilização plena das nossas hidrovias. Para o setor do agronegócio brasileiro é fundamental para a competitividade e para a manutenção da competitividade, até para que isso funcione como um programa de distribuição de renda no campo, que nós tenhamos a utilização das hidrovias de maneira mais marcante, mais forte, assegurando que na implantação dos novos projetos hidroelétricos nós tenhamos a implantação dasclusas em conjunto, para que nós, com isso, tenhamos aí um cenário de utilização plena dos vários Mississipis que o Dr. Faria sempre menciona, que nós temos nesse país, que estão à disposição e que ainda são muito pouco utilizados para assegurar a nossa competitividade.

Mas indo mais diretamente com relação ao Decreto, eu acho que o Ministro Pedro Brito fez os comentários preliminares de forma muito precisa. Eu queria apenas acrescentar alguns dados que nós estamos avaliando e consideramos importante.

Eu acho que o Decreto trouxe um aspecto de planejamento. Ficou muito claro, primeiro, ficou muito claro a forma que o Governo Federal, a política pública para o setor portuário delineada pelo Governo Federal. O Decreto foi uma determinação da política pública para o setor. Nessa linha, e esta política, ela veio consolidando a visão do Governo de que a prestação de serviços deve ser efetuada primordialmente nos portos públicos, e nessa linha trouxe, em conjunto, a visão de planejamento, incorporação do planejamento, valorizando o Plano Geral de Outorgas, valori-

zando os Planos de Desenvolvimento e Zoneamento e Programas de Arrendamento dos Portos. O Plano Geral de Outorgas que nós estamos já avançando. Celebramos, inclusive, um convênio de cooperação com o CENTRAN para nos apropriarmos da base de dados, com a devida atualização, que o CENTRAN utilizou na formulação para o PNLT, o Plano Nacional de Logística dos Transportes, em função disso definindo regiões logísticas e identificando origens e destinos de cargas, para que com esse dimensionamento de origens e destinos de cargas e com a avaliação da capacidade portuária instalada hoje, nós possamos identificar quais são efetivamente as novas demandas que vamos precisar e aonde vamos precisar de novas instalações portuárias para prestar serviço ao país e contribuir no aumento da corrente de comércio, como vem acontecendo nesses últimos anos.

Um elemento importante é o que Plano Geral de Outorgas, a despeito de incorporar esse aspecto de planejamento e de que ele traz no seu bojo a identificação das regiões logísticas e das demandas naquelas regiões logísticas, é importante salientar que com relação a terminais privados, que são por si só originadores de carga e que têm projetos industriais atrelados, esses serão analisados considerando o projeto industrial atrelado, o projeto de produção atrelado, no caso do agronegócio no projeto de produção primordialmente.

No caso dos portos públicos, além dos portos que serão concessionados a partir da identificação dessa necessidade, dessa demanda, também há a oportunidade de que o Governo, por uma decisão de indução de desenvolvimento, decida implantar numa determinada região um novo porto e, com isso, induzir o desenvolvimento de uma determinada região. Aliás, nós temos discutido, junto com o Ministro Pedro Brito, junto com a Casa Civil, um porto no sul da Bahia que tem essa característica, de indutor de desenvolvimento. Então esses aspectos são aspectos relevantes.

Na questão dos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento e Programas de Arrendamento, considerando que o foco é no porto público, nós temos no Decreto uma definição que para nós traz uma definição muito importante quanto à questão dos arrendamentos. Os arrendamentos têm sido praticados e entendidos como alienação de patrimônio público. Aliás, isso foi um pleito que nós vínhamos discutindo já algum tempo e ficou muito claro de que arrendamento não é alienação de patrimônio público. Isso era entendido dessa forma porque os portos se encontravam no PND e acabou sendo considerado como se fosse alienação de patrimônio público, quando na verdade é cessão onerosa de uso de bem público, porque assim a verdade é. O

arrendamento nada mais é do que o leasing de uma área durante vinte e cinco anos, prorrogáveis por mais vinte e cinco, para a instalação de um negócio prestador de serviço. Então nessa linha acredito que conseguiremos, a partir dessa definição, também incorporar uma maior celeridade nos processos de arrendamento, o que vai, com isso, contribuir para a melhor utilização da infra-estrutura pública existente para que nós possamos potencializar a utilização delas.

Outro aspecto importante é que dentro também da infra-estrutura existente há a demanda e a necessidade, e também está de forma clara, à vontade política, a determinação de que nós venhamos a modernizar as instalações públicas existentes. Modernizar trazendo, incorporando as novas demandas de mercado, que modificou, eu acho que o Dr. Carlini deverá falar a respeito do novo cenário de embarcações que passam a navegar na costa brasileira, nos portos brasileiros, e isso demandando um aprimoramento não só de equipamentos, mas até em alguns casos de adequação de área com relação aos terminais existentes.

Outro aspecto importante, que eu acho que é fundamental relatar e o Ministro já mencionou que estamos trabalhando numa nova modelagem, inclusive com uma discussão em conjunto com o BNDES, para criar uma formatação que venha de forma mais célere possível atender a demanda de mercado, é que dentro desse aspecto de que se modifique a visão patrimonialista, nós estamos trabalhando no sentido de identificar o melhor formato que privilegie o usuário, que privilegie a redução efetiva de custo para o usuário. Quando eu falo a visão patrimonialista, é que as licitações em geral têm ocorrido no sentido de arrecadar o máximo possível para a União, para as autoridades portuárias. No entanto isso onera, no futuro, as tarifas a serem praticadas, porque é um componente financeiro. A remuneração desse capital tem que ser considerado depois para os investidores. Então é um aspecto importante que nós estamos trabalhando no sentido de tentar mudar a visão e, definido o rumo dessa política, a ANTAQ também vai trabalhar na elaboração da norma para a licitação de concessões.

Baseado também no que delineou o Decreto, nós estamos, além do Plano Geral de Outorgas, estamos finalizando a revisão da Resolução 517 e da Resolução 55. Queremos, nos primeiros meses do ano, já colocar em Audiência Pública essas duas Resoluções para que nós possamos, o mais rápido possível, finalizar esse processo, e vem sendo discutido longamente com a sociedade, aliás, é importante ressaltar que não é um processo simples a mudança de uma norma pelo simples fato de que mexe com direitos, mexe com interesses, e nós temos procurado fazer isso com o maior

equilíbrio possível, dentro da maior previsibilidade da ação que se requer de uma agência reguladora, e é com esse equilíbrio que nós temos procurado honrar a confiança que, através dessa Comissão, o Senado nos concedeu e que temos, junto na diretoria e colegiado, conduzido as nossas ações.

Eu acho que, como premissas iniciais, eu quero agradecer a oportunidade e nos colocar à disposição para mais esclarecimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa presidência agradece ao Dr. Fernando Fialho, Diretor da ANTAQ, pela exposição, e concede a palavra ao Sr. Nelson Carlini, Diretor-Geral da Empresa CMA Transportadora de Containers.

SR. NELSON CARLINI: Muito obrigado, Sr. Presidente, muito grato, Sr. Ministro, é um prazer estar aqui, estou convocado, eu estou vindo do lado privado tentar mostrar um pouquinho da nossa angústia quanto às necessidades de novos investimentos. Esta apresentação é por demais técnica, eu acho que a gente tem que concentrar-se em alguns problemas.

A situação atual. O Brasil atingiu o estágio que tem hoje em dia em evolução do seu comércio exterior, que algumas medidas foram tomadas há dez, quinze anos atrás, e a transferência para a operação privada dos terminais públicos foi gradativa e ela deu resultado. Ela deu resultado em termos de grandes investimentos que aconteceram pelas empresas privadas, após licitação, melhoria da eficiência, melhoria da efetividade da produção e redução de custo. Isto aconteceu, o Brasil foi capaz, portanto, de enfrentar, de vender melhor os seus produtos, de movimentar com mais rapidez o produto. O que acontece? Aconteceu do Brasil, nessa evolução, ter atingido um patamar de esgotamento das instalações existentes. Então o modelo de transferência das áreas públicas dos portos para os privados fazerem melhorias, se esgotou, se esgotou, fisicamente esgotado, se ocupou tudo que podia, se colocou equipamento onde podia e isto não consegue ser mais repetido este modelo, são necessárias novas áreas.

O problema hoje em dia é que nós estamos tendo quando demora nas operações, os navios esperam bastante tempo, o problema de dragagem está sendo enfrentado, os navios devem evoluir, aumentar o seu tamanho para baixar custo de frete, a competição para aumentar precisa que novas companhias prestem serviço de transporte, você precisa de mais berços de atracação, lugar para atracar navios. O Brasil, o sul do Brasil, o sul e o sudeste hoje em dia, tendo toda a sua capacidade esgotada, você não consegue estabelecer novas linhas de navegação. Eu estou me referindo aos navios containers. Tudo aquilo que se referem a graneis

sólidos e líquidos, as soluções dadas pelo Vale do Rio Doce, estatal então, e pela PETROBRAS, ainda estatal, são perfeitas. Eles têm a solução perfeita para os seus produtos. Nem sempre eles movimentam apenas suas cargas, também cargas de terceiros, certo? Então a Vale do Rio Doce tem aí exportação de minério e importação de carvão para as usinas que transitam pelas suas instalações e ela é autorizada por isso.

O que se procura nos containers dos manufaturados, no que se chamava de carga geral no passado, são soluções flexíveis como esta, permitir que investidores privados possam fazer investimentos e venham a prestar serviços, além das suas cargas próprias, para aumentar o quê? A eficiência das instalações e aumentar a capacidade de competição entre os terminais. A capacidade de competição entre os terminais é essencial, porque ela é o balizador certo do custo dos serviços e na melhoria do comércio interior do fluxo de cargas.

Quando se cita Rotterdam, se cita o mundo inteiro, que o Governo está lá e etc., é tudo do ponto de vista do Governo, tudo que foi dito é coerente, é certo e é defensável. Rotterdam não faz licitação pública para transferir os terminais para os operadores. São transferidos apenas por projetos, por capacidade de produção, por capacidade de executar a operação. No Brasil, quando se fala em licitação, a mim vem sempre à memória, como o senhor disse sempre pensa que é onerosa. Toda a licitação pública brasileira, que eu conheço, é onerosa. Cobra-se alguma coisa exige-se algum pagamento pelos movimentos que se faz. Portanto, isso é oneração.

Onde não caberia esta e onde o Decreto nos choca? Ele, em minha opinião, é inibidor de investimentos. Ele nos choca no fato de uma iniciativa privada, em terras privadas, ter que ser obrigatoriamente levada à licitação. Esta é a discussão toda, fundamentalmente é este o ponto.

Quando o Governo está transferindo o seu porto, as suas instalações, tudo aquilo que ele já fez e tem algum investimento colocado ali e ele transfere a um privado, ele faz isso através da licitação. Mas quando um privado, tendo a sua posse, a sua terra, a possibilidade de criar um terminal para poder servir ao público, às cargas, por que é que ele não pode fazer isso, por que é que ele tem que levar isso à licitação pública para criar um custo maior sobre o investimento que ele iria fazer? Ia fazer o investimento à conta e risco dele. O Governo não vai colocar nada. Nenhum serviço desses, obviamente, seria autorizado sem que se passasse pelos setores do Governo determinados a isso: a ANTAQ, a ASEP, todas as autorizações ambientais, todas as autorizações municipais, a própria

Receita Federal, finalmente, precisa aprovar esses investimentos.

Eu digo o seguinte: um investimento como a EM-BRAPORT, que foi citada pelo Ministro aqui, como a PORTONAVE, que hoje em dia é o único porto que subsiste em Itajaí, é um porto privado. Esses dois investimentos não seriam possíveis da forma como foram feitos senão tivesse aqui o art. 53 isentando os atos legais anteriores. Então esses bons exemplos de bons investimentos feitos pela iniciativa privada à sua conta e risco, eles estão inibidos pelo Decreto da forma que ele está.

Então o ponto de vista dos investidores, nós somos usuários, esse centro(F) de navegação aqui têm 105 anos no Brasil e nas cargas de containers a gente transporta 95% das cargas containerizadas do Brasil e das cargas gerais.

Então estes utilizadores de portos, eles estão precisando é de portos novos, mais eficientes, multiplicados e competindo entre si. Quando o Governo parte sempre do ponto de vista "Eu tenho que planejar, eu tenho que dizer aonde vai ser feito e só poderá ser feito onde eu quero, eu vou determinar a competição entre os portos", ele está inibindo a concorrência, ele está protegendo os seus investimentos e ele não está possibilitando aquilo que acontece no exterior, mesmo nos portos públicos, onde continuamente os Governos lá, Rotterdam de novo, investem desde 1970 para cá eles fizeram quatro novos terminais, cada um com um operador diferente, mas lá eles têm recursos. Aqui nós conseguimos atrair, por algum tempo, até esse setembro, investimentos de empresas privadas, de fundos de investimentos do exterior, Banco Mundial e etc., para poder fazer investimentos no Brasil de uma forma mais livre e rápida. O que acontece? Se nós formos agora estabelecer um processo como aqui está feito, Plano de Outorga, dois anos para estabelecer a licitação, oito anos demora um processo desses. Um terminal novo, entre a sua concepção e a sua entrada em operação, demora de sete a dez anos. São esses os casos, EM-BRAPORT, são esses os casos, PORTONAVE.

Então o que é necessário, em minha opinião, é abrir uma possibilidade do investimento privado sob autorização do Governo. Não é onde quiser. Eu tenho um apartamento em Copacabana, não posso fazer um píer na frente da minha casa e começar a atracar navio. Isso é impossível, todos nós sabemos disso. A legislação toda está aí colocada para isso. Começamos com a ASEP, com ANTAQ, etc., mas por que obrigar uma terra privada, uma concepção privada de um terminal de ser colocada em licitação pública para, inclusive, terminar na mão de terceiros? Quem conceber o projeto, quem tem a propriedade, perder

o controle sobre aquilo que concebeu. Isto, para mim, é apenas a inibição da capacidade de investir e a inibição da concorrência.

Como resolver esse problema, se fosse possível conseguir isso? Eu não sou político, eu sou simplesmente o demandante da competição e da concorrência de novos serviços. Quem já está colocado, quem já fez seu investimento e conseguiu fazer o investimento sob as regras da competição, da licitação pública, e considera-se onerado porque tem que pagar, poderia-se estudar o caso dessas pessoas para se transformar numa concorrência equânime com os outros. São duas comparações diferentes. Assumir um porto já investido, você começa no dia seguinte a faturar e você tem investimentos a fazer. O outro camarada está pegando uma terra virgem, vai demorar oito anos para começar a produzir. São duas situações completamente diferentes, mas mesmo assim poderia-se diminuir a oneração dos terminais públicos atual. Isto está na mão do Governo e isso é favorável a quem? A todo o trâmite de cargas no Brasil. Isto é favorável a quê? A que se possam reduzir custos no Brasil. Não pensemos que nós temos custos baixos não. Nós perdemos da Argentina, perdemos em produtividade e perdemos em preços da Argentina. Dói no fígado. Eles têm contra eles Deus, que é brasileiro, porque o calado deles é limitado eternamente, então eles não vão passar dos 36 metros. Isso o Ministro aqui está conseguindo aumentar o Brasil, nós vamos para 15 metros, em alguns portos 17 metros. Por que isso é necessário? Não é porque os armadores desejam, porque nós temos navios grandes. É ao contrário. É porque a única maneira de você reduzir custos é você aumentar as escalas das coisas. A Vale do Rio Doce não exporta em navios Panamax, de 60 mil toneladas, o mineiro de ferro. Ela exporta em navios de 150, 300 mil toneladas. Por quê? Ela tem que procurar o menor custo unitário do transporte. Isto é a mesma coisa para televisor, para tudo que se produz para o frango. Para o que você quiser você precisa aumentar os volumes. Por isso as companhias brasileiras estão se consolidando, aumentando as suas escalas. Nós também temos que fazer a mesma coisa como transportadores e para isto é necessário que o porto responda, responda rapidamente.

Nós temos exemplos brilhantes aqui no Hemisfério Sul. Nós temos Angola. A gente atravessa oito dias com navio e ficamos vinte dias esperando para descarregar. Angola cresce a 20% ao ano. Ninguém fala de Angola porque é assim, mas está crescendo a 25% ao ano. Todos nós queremos ir para lá e lá o retrato do porto é este, é o retrato do porto talvez do Brasil de 1820, mas é o retrato de Angola. É isso que a gente quer? O Brasil está começando a ir para essa direção

porque os volumes crescem tanto que as instalações não acompanham. Isso a gente já falou em 2004, 2005, 2006, dizendo que em 2008, 2009, a gente ia chegar ao congestionamento que já estamos. Estamos. Nós estamos limitados no tamanho dos navios, as dragagens vão ajudar, e como todo processo produtividade, os gargalos, eles migram. Quando você resolve um problema, passa a ter outro. Então a gente vai botar navio maior, mais longo, em berços que faltam, não tem lugar para atracar. Onde atracavam quatro navios, vão atracar só três e você começa a restringir a competição entre as companhias transportadoras. Eu poderia estar achando isso muito bonito, mas não é.

É importante para o Brasil, para o comércio exterior, que se possibilitem mais e mais companhias vindo para cá, com mais e mais capacidade, com custo menor. O custo não se dá na razão direta de "Eu abaixei o meu custo aqui, você abaixa o teu agora". Se dá na razão direta de uma Lei apenas que a gente sempre tenta torcer nesse país: competição, tem que haver competição entre terminais também.

Se o Governo pretender proteger o porto público e os terminais que já estão na maneira de evitar que eles tenham competição, se exponham à competição, para que eles tenham a sua viabilidade econômica garantida, não é esse o caminho capitalista. O caminho capitalista é dá competição. O risco e a acusação que paira também é de dumping. Alguém iria fazer um terminal privativo a preços irreais para poder transferir para a sua cadeia de transportes e inviabilizar os outros portos, se tornando dominantes em numa segunda fase. Para isso existe o Governo, para isso existe o CADE e a ANTAQ, todo mundo. É muito mais fácil controlar isto do que inibir o investimento, que o investimento, os recursos, eles fogem ao menor sinal de dificuldade. E é o que está acontecendo agora. Nós temos alguns projetos implantados, mas será difícil trazer projetos novos com esta obrigação da licitação, da licitação sempre. Eu não estou dizendo que o Governo e os portos públicos não têm que licitar as suas áreas. Lógico, é obrigação legal, isso tem que ser feito e deve ser feito. Aonde tiver áreas novas dos portos públicos, que se licite, que abram as áreas. Mas não se pode, o que o Decreto repete diversas vezes aqui, é respeitada a competição, a viabilização do porto público, como foi dito. Isso tem que ser invertido. Quem quiser fazer um investimento a risco próprio deve poder fazer, respeitadas as Leis, as capacidades todas das vias de acesso, das vias de navegação, pagar a dragagem que foi investida pelo Governo, tem que contribuir lá com o fundo de acesso e etc., mas não se inibir o investimento através de uma obrigação de se levar à licitação e o camarada que tem o controle sobre aque-

le investimento vir a perdê-lo. Este é o ponto que nós nos batemos e mais nada. Quanto ao controle que o Governo deve ter sobre tudo, nós estamos aqui é para ajudar a fazer com que se melhore a capacidade de transporte, e nós, os investimentos feitos naquilo que for nos navios, naquilo que for nos sistemas que nós temos internamente, no investimento na cabotagem brasileira, no transporte fluvial, nós estamos fazendo. Às vezes os investimentos não vêm nesta direção.

Os nossos Mississipis, Dr. Fialho, eles estão todos barrados por barragens que não tem eclusas. Todas as aprovações de hidrelétricas não contemplam as eclusas. Já se cometeu esse crime em Itaipu e continua se cometendo. O nosso Mississipi, nós temos um problema: o sul e o sudeste industrial brasileiro não têm um Mississipi, tem a Serra do Mar como um bloqueio e os nossos rios correm para o lado contrário, ao invés de vir para o mar, eles vão para dentro. Então não temos essa facilitação no Brasil. As soluções aqui têm que ser diferentes, mas o que não podemos, num país parco de recursos, afastarem investimentos privados.

O que eu queria dizer é isso. A apresentação que eu tenho lá mostra um monte de desenhinho, um monte de navio, custos e etc., mas eu acho que não cabe aqui. Eu acho que é mais fácil, é melhor dar velocidade à discussão e o Fayet tem uma apresentação brilhante depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa presidência agradece a participação do Dr. Nelson Carlini e, mais do que isso,--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Presidente, se V. Ex^a. me permitir, como ele não apresentou, se pudesse a Secretaria da Comissão fazer tipo um caderno e distribuir para a gente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Solicito a gentileza da Secretaria que faça, que tome essa providência.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mas o Sr. Presidente, o Dr. Nelson Carlini, ele traz aqui uma explanação e uma exposição extremamente lúcida.

Um dos princípios basilares da Constituição brasileira, no capítulo da Ordem Econômica, é exatamente o da livre concorrência, o da livre competição. Isso é princípio norteador da Carta Magna brasileira e eu acho que esse debate é o debate que mais interessa aqui na Audiência Pública de hoje. Eu cumprimento ao Dr. Nelson pela lucidez e tenho a honra de passar a palavra ao Sr. Luiz Antônio Fayet, representante da CNA.

SR. LUIZ ANTÔNIO FAYET: Sr. Presidente Senador Marconi Perillo, Srs. Senadores, Senadoras, Srs.

Deputados, meus companheiros de Mesa, Ministro Pedro Brito, senhoras e senhores.

Eu, inicialmente, quero registrar a minha satisfação por estar aqui nesta Casa do Congresso Nacional onde ali do outro lado tive a oportunidade de representar o meu Estado como Deputado Federal.

Hoje, a partir de uma experiência profissional como economista a quase meio século de profissão, especializado em planejamento estratégico, com inserções em engenharia, presto os meus serviços para a Confederação da Agricultura nesse campo.

Com relação ao tema do nosso encontro, eu gostaria de iniciar fazendo uma separação. Todas as nossas observações não significam uma crítica à Secretaria de Portos, onde nós temos um diálogo espetacular e um pacto de lealdade. Nós reconhecemos os avanços, circulamos na Secretaria Especial de Portos, temos sido ouvidos, conversamos e temos divergências, evidentemente, de pontos de vista, especificamente nesse Decreto. No restante nós temos tido uma afinidade muito grande e no nosso dia-a-dia são muitos temas.

Eu gostaria de fazer aqui um direcionamento do foco do nosso entendimento do problema, porque aí está, a meu ver, a grande divergência. Nós temos a legislação e temos um quadro de realidades e necessidades brasileiras. Este é o pano de fundo essencial onde nós nos movimentamos e nesse aspecto eu acho que cabe um registro especial à inteligência do Congresso Nacional quando aprovou a Lei 8.630, de 1993, porque esta legislação, ela não consagra nenhum modelo em especial de sistema portuário. Ela permite tanto a proposta que nós temos ouvido ser defendida pela Secretaria de Portos, como também contempla o modelo privatista, e todos eles podem conviver em harmonia e, evidentemente, competindo como determina a norma constitucional mencionada pelo nosso Presidente Marconi Perillo. Então, não há exclusão deste modelo ou daquele.

Eu consultei, evidentemente, os juristas, alguns dos quais participaram da elaboração da Lei, e a partir daí montamos, com foco nos terminais privativos de uso misto, uma visão concreta de como esta questão deve ser entendida na política portuária brasileira.

Em primeiro lugar, uma primeira afirmação, o Decreto, segundo esses especialistas e segundo a minha avaliação, sob o aspecto econômico, mudou o que a Lei determina. Segundo, burocratizou enormemente o processo de investimentos num setor de altíssimo risco de capital. Não é como abrir uma loja. São investimentos fixos pesados que têm que ser feitos e de longo prazo, de implantação e de maturação. E, também, o Decreto, ele estabelece preocupações

com reservas de mercado. Eu sinceramente me horrozo com essa questão de reservas de mercado porque foi aqui no Congresso Nacional que eu enfrentei a luta para derrubar as reservas de mercado de informática e de telecomunicações. No caso de informática, que é um interesse difuso, é difícil mensurar, mas eu posso garantir que o Brasil teve anos e anos de atraso no seu desenvolvimento técnico-científico e de produção em função das reservas de mercado desses setores. E, finalmente, que o Decreto em relação à Resolução 517, da ANTAQ, contra a qual nós nos insurgimos no início, ele piorou, piorou inclusive a conceituação.

Esta questão de carga própria é provavelmente um dos focos essenciais. O que quer dizer a Lei 8.630? A pergunta que eu fiz aos que participaram da elaboração da Lei: a carga própria é o conceito de propriedade, é transitar a minha carga, a carga de minha propriedade, ou a carga própria é o conceito de operação?

Eu chamo a atenção que os americanos, eles têm modelos muito interessantes. Por exemplo, o Brasil, que está pensando aí em também abrir à iniciativa privada aos aeroportos, tem que prestar a atenção nesse modelo. A American Airlines, por exemplo, tem um Aeroporto [ininteligível]. Este aeroporto é dela e ela transita uma base de uma rede comercial onde as cargas, os passageiros, não são delas, mas são próprias sobre o aspecto operacional. Será que o conceito operacional não é o que nós deveríamos ter entendido no processo? Este é o foco essencial que eu gostaria de conceituar para começar o nosso debate.

Eu preparei rapidamente aqui uma contextualização, que nós não temos tempo de apresentar integralmente, mas eu quero deixar como um documento de referência aqui, meu prezado amigo e companheiro de trabalho Senador Francisco Dornelles, quero deixar aqui como uma contribuição. Eu gostaria de dar uma passada rápida para mostrar como nós entendemos a necessidade nacional. Por favor, vamos passando, eu vou dando ao sinal.

Agronegócio, todos nós sabemos o tamanho do impacto. O segundo.

A metodologia de trabalho que a CNA adotou é uma metodologia científica, a partir da identificação dos mercados que existem, não de hipóteses sonhadoras. O próximo.

Registramos aqui a evolução das exportações mostrando que elas explodiram no Brasil. A velocidade das exportações explodiu. Não fora a Lei de Modernização dos Portos, o colapso já seria total no país. Entretanto, a Lei da Modernização dos Portos deu uma sobrevida ao sistema portuário. No ano passado, no ano de 2007, transitamos 750 milhões de toneladas nos

portos brasileiros entre exportação e importação. Em 2017 a expectativa é que esse número venha a dobrar, sendo que no agronegócio a nossa evolução será menos de 100%, mas será extremamente importante. Este fato se dá em função de uma característica: o Brasil é hoje um dos detentores de uma parcela significativa da capacidade de suprimento do crescente mercado internacional de produtos do agronegócio. Das terras ainda a incorporar nesse processo, 1/4 estão no Brasil. E nós já estamos nessa posição no ranking internacional. Eu gostaria de chamar a atenção de que até 2017 às projeções, tanto do Ministério da Agricultura como as nossas, é que das quinze principais commodities agrícolas transitadas no mercado internacional entre países, oito delas, o Brasil será o supridor em cerca de 60%. O mundo terá uma dependência em relação ao Brasil muita pesada e isso exige muito juízo de nossa parte. O próximo, por favor.

Houve nesse processo de crescimento da economia brasileira, particularmente do agronegócio, uma transformação. Sul e sudeste, onde nasceu o agronegócio, está sofrendo um processo de mudanças e, provavelmente, com uma tendência de acabar com as exportações de grãos. Os grãos, eles estão indo no sentido norte e no sentido oeste. Aquele arco norte, que eu registro aqui, desde São Luís do Maranhão, entrando pelo Rio Amazonas até Porto Velho. Este será realmente o grande seleiro, onde nós achamos que em torno de 2017 nós teremos cerca de 50 milhões de toneladas do agronegócio para retirar dessas áreas.

Observem que esse processo evolutivo – por favor, o próximo – já começou a acontecer e é pouco sentido, a população brasileira não tem noção dessa questão. Observem aqui Porto Velho, lá na beira do Rio Madeira, 2 milhões e 850 mil. Aqui são portos privados. São Luís, porto público, 1 milhão e 500 mil, não conseguiu acompanhar o processo, apesar de deter as melhores condições para a evolução. Poderia estar hoje transitando 5, 7 milhões de toneladas. Então esse avanço fantástico e a mudança da geografia já começam a ser registradas aí. Porto Velho hoje transita cerca de 30% do que transita Paranaguá no campo da soja. O próximo, por favor.

Mas aí estão os nossos Mississipis que o meu amigo Fialho registrou. Realmente esses são os caminhos do futuro do agronegócio e da mineração. Não vamos esquecer. O mundo atual do Brasil, do sudeste, do sul do Brasil, eles vão ser equacionados de outra maneira, mas os grandes avanços virão nessas áreas aí. Por favor, o próximo.

Isto para nós pode representar uma vantagem, porque cerca de 80% do mercado do agronegócio brasileiro será no Atlântico Norte e nós estamos da foz do

Amazonas, quatro dias a menos de navegação, quatro dias a menos de ida e de volta, isso tem um impacto fortíssimo nos fretes. Não no dia de hoje, que há uma perturbação muito grande em função da crise. Além do mais, tem o novo Canal do Panamá, que vai mudar a logística Atlântico/Pacífico. O próximo, por favor.

No caso do agronegócio eu registro aqui esse processo evolutivo mostrando que nós, além de tudo, temos uma característica: nós entramos com os nossos produtos na entressafra do Atlântico Norte ou do Hemisfério Norte e isto para o agronegócio tem uma significação mercadológica, em particular, fantástica, e um aumento da capacidade competitiva natural. O próximo, por favor.

Agora eu quero fazer, evidentemente, depois dessas observações genéricas das grandes vantagens do Brasil, vamos às questões práticas. Nós temos a questão do porto público de São Luís do Maranhão. Esse porto deverá ser pelo menos nos próximos vinte anos, o grande desembocadouro do corredor centro-norte do Brasil, principal exportador de produtos do agronegócio. É um corredor que tem São Luís e Belém como as suas portas de saída. Nós precisamos de 100 milhões de recursos públicos para operar cerca de 5 milhões de toneladas. E 300 milhões para operar 13 milhões de toneladas. Esse processo já está indo para o quarto... esse projeto já está indo para o quarto ano de adiamento, de retardamento do seu cronograma, com prejuízos terríveis, porque os produtores daquela região lá de cima não estão podendo economicamente expedir suas cargas. O próximo, por favor.

Outro caso é a questão de gestão de portos públicos. Aqui está o caso de Paranaguá, desde 2003 denunciado às autoridades federais. Este é um escândalo, inclusive nós podemos observar aqui que por duas vezes a ANTAQ pediu o cancelamento da delegação e a intervenção, e recentemente estabeleceu multas. Foram duas não é diretor Fialho? Duas. A segunda nem está aqui ainda registrada. E isso continua do jeito que está. Os prejuízos que este porto causa ao Brasil são prejuízos bilionários, bilionários. A cada ano são bilhões de reais de perda de renda para quem produz. Vamos adiante, por favor.

Eu tenho aqui um registro que o meu amigo Carlini mencionou. Então vinte navios Panamax parados em Paranaguá, o que não é exceção, é regra, significa uma fila de carretas de mil quilômetros. Então a fila saiu da estrada e foi para o mar. A ineficiência portuária, tanto na terra como no mar, ela está registrada nisso aí. Na virada de 2007 para 2008 navios esperavam mais de trinta dias para operar. O aluguel diário de um Panamax, 60 mil dólares, quer dizer, um navio pagava às vezes 1 milhão, 1 milhão e 500, 2 milhões

ou mais de sobrestadia ou de demurrages ou as duas coisas juntas. Dispendios anuais com subsídios de fretes que o Brasil tem naqueles modelos de subsídios de fretes dão 500 milhões de reais. Nós gastamos 500 milhões de reais com subsídios de fretes por falta de infra-estrutura. A desorganização de Paranaguá causa desorganização da comercialização da soja no Brasil inteiro, porque ela é toda interligada. Daí aumento dos custos, os custos eram 3 dólares por tonelada para transitar num porto, passaram para 12, 13 dólares por toneladas. Tudo isso saindo das costas de quem? De quem é o produtor, seja rural ou industrial. Redução da carga útil por navio, por falta de dragagem, e renegociação das dívidas rurais, que acaba desembocando no Congresso Nacional. É uma consequência lógica desses processos. Por favor.

Aqui é um exemplo concreto. O Brasil produz um bilhão de sacos de soja. Quando um porto qualquer, seja o TEGRAM, que deveria exportar 5 milhões de toneladas na última safra, só tinha capacidade para 2, não conseguiu cumprir a sua parcela, 3 milhões de toneladas de soja saíram por estradas sofríveis, piorando até o estado dessas estradas, para chegar num porto do sul e do sudeste atravancando aqueles portos. Observem que eu peguei os dados, são que referentes a junho de 2007, dados que tem um padrão de convergência, uma amostra confiável para essa finalidade. Observem que em Sorriso, um produtor de Sorriso gastava 52% do valor do seu produto com logística. Então soja, produto que historicamente valeu 220 dólares por tonelada nos últimos dez anos, afora esse período do último ano, gastou, recentemente, 170 dólares para sair de Sorriso e chegar num porto. Isto, evidentemente, desemboca aqui. A questão de redução de carga útil por falta de dragagem, dragagem que, aliás, a Secretaria de Portos está atacando com força total, ela determina que a carga útil transportada pague a carga total levada. Conseqüentemente, por exemplo, para uma carga para a China, era 1 real e 70 centavos por saco quando o preço do saco no Porto de Paranaguá era de 35 dólares.

Então assim nós vamos tendo – por favor, o próximo – perdas. Isso explica o paradoxo do setor rural. Natureza, vanguarda tecnológica, produtores espetaculares, preços internacionais elevados, e os produtores insolventes. O próximo, por favor.

Crise mundial. Aqui valem as flechinhas. Nós temos aqui dois pontos altamente favoráveis para nós, brasileiros. Primeiro que o mundo está saindo do castelo de cartas de papel do mundo financeiro e na busca da economia real. Nós temos economia real, pródiga, para apresentar aos investidores, e o mundo vai entrar em recuperação seletiva. Primeiro, os produtos mais

incidentes na questão da sobrevivência humana, para depois entrar no supérfluo, que é exatamente o campo onde nós estamos. O próximo, por favor.

Mas no Brasil nós temos uma série de problemas. Instabilidade jurídica institucional, que nós estamos vivendo nessa questão, a questão de tributação, de infra-estrutura de transporte e logística, cabotagem, outra questão crítica que nós não estamos resolvendo e os estímulos à cabotagem, que estão vinculados à construção naval, datam de 50 anos atrás, 50 anos atrás, e não arrumou. Então são alguns pontos aqui que eu não vou me demorar. O próximo, por favor.

Agora nós temos que falar do enfrentamento da crise. Esta crise, eu, como profissional da economia, que conheço esta questão como um especialista, quero dizer que não é de brincadeira, vai atingir fortemente o Brasil e vai durar muito mais tempo do que se pode imaginar. Vai determinar um forte protecionismo nos países, especialmente nos Estados Unidos, vão levantar barreiras imensas para dificultar as importações e tentar dinamizar a economia e a produção internas. Então isto vai exigir de uma forma crescente aumento de competitividade e no Brasil a redução dos custos logísticos, não só no agronegócio, mas também no setor industrial, que avançou espetacularmente, é onde nós poderemos atacar num primeiro momento. Reforma tributária, não vou nem mencionar, porque eu estou numa Casa que conhece a questão muito mais do que eu. E liberação de investimentos privados como uma técnica de combate à crise. Então é uma ação anticrise, é a liberação dos investimentos privados. O próximo, por favor.

Eu tenho visto a questão da liberação dos investimentos com uma série de argumentos contrários que às vezes não são bem entendidos. Então que o terminal privativo de uso misto é parte de um processo produtivo. Isso não é uma verdade cabal. O setor produtivo só faz o investimento num terminal privativo quando não dispõe de outra alternativa, porque a terceirização é uma forma de diminuição de riscos. Eu vou mostrar mais adiante a exemplificação disso. Outra coisa é que os armadores querem carteirizar o setor. Outra inverdade, porque ninguém consegue dominar o mundo e, principalmente, um mundo em transição, onde a competição asiática é crescente. Prejuízos para os empregos e o modelo mundial. Vamos ao próximo, por favor.

Primeira questão: a verticalização das atividades. Quando nós pegamos uma atividade em que nós temos um preço médio de 39 dólares por tonelada nas exportações, e aqui é minério de ferro em pelotas, que tem um valor agregado mais alto, se fosse só minério de ferro era muito menos, isso é ano de 2007, este

setor evidentemente lida com grandes quantitativos e com produtos de baixíssima densidade de valor. Esses segmentos, como o petróleo também, tendem a uma verticalização. Para eles pode ser uma verdade. Agora produtos que tenham uma densidade de valor, vejam o caso da soja, mais ou menos oito vezes mais do que o minério de ferro, são as médias de 2007. É claro que é um produto que tem um grau de indiferença de disposição espacial muito maior do que aquele outro. Ou então carnes, são produtos tipicamente containerizados, valendo 1900 dólares por tonelada em média. É um produto que tem uma mobilidade espacial muito forte. Então essas questões aí realmente mostram que esses tipos de produtos de baixa densidade tendem a uma verticalização e o setor minero-industrial brasileiro comprova isso. Os demais setores, para os demais setores, não é uma verdade de que é um complemento próprio da atividade. Pelo contrário, é um complemento que interessa ser terceirizado. O próximo, por favor.

Aqui está à capa de um documento que eu menciono e, inclusive, eu distribuí outro documento aqui para a Comissão, que fará depois o encaminhamento, um estudo que eu fiz e apresentei na semana passada num seminário internacional promovido pelo Ministério de Relações Exteriores. Há um estudo do BID que foi apresentado dia 1º de outubro, na CNI, mostrando o seguinte: que os fretes e a logística oneram de uma maneira tamanha, de uma maneira tamanha as exportações da América Latina e do Caribe que representam, pelo menos, duas vezes mais do que as sobretaxas impostas pelos países importadores. Então a guerra de Doha é uma ilusão. A lição de casa está em construir uma infra-estrutura barata e competitiva, utilizando rios, ampliando a competição, tirando aquelas concessões onerosas que vão à planilha de custos. Então é uma lição de casa, nós não precisamos ficar brigando em Doha, tendo que conciliar com indianos, chineses, argentinos. Se nós fizermos a lição de casa isto poderá ser resolvido. E é um estudo do BID de alta confiabilidade. O próximo, por favor.

A outra questão são os modelos. Modelo europeu, eu tive a aventura de em outros tempos da minha vida ser industrial na Europa, ter uma fábrica na Europa, conviver, conhecer a Europa como a palmas da mão. O Vale do Reno, o delta do Vale do Reno, o delta com desembocadura no mar, tem na Holanda e na Bélgica uma das maiores densidades nesses países, densidades de riqueza por quilômetro quadrado. Isso é um índice que nós, da geografia econômica, utilizamos na análise espacial para a implantação de empreendimentos. O planejamento estratégico entra nessa peculiaridade. Então quando eu tenho um país com

essa densidade de riqueza e com territórios pequeninhos, ora, o que é a Holanda? É mais ou menos 1/4 do Paraná, que é um Estado pequeno no Brasil, é 1/4 do Paraná. Então vocês observem que nesses países a política tem que ser outra. Aquele delta tem que ser do Governo, porque ele tem que gerir. Mas num país com a área territorial que o Brasil tem uma densidade de riqueza por quilômetro quadrado desse tamanho, nós temos que deixá-lo aberto aos riscos privados. O próximo, por favor.

A questão do emprego. O que é que é a questão do emprego? Emprego no porto? Emprego portuário é isso que nós estamos falando, cabide, escala essas coisas? Isso não significa nada no contexto nacional, minha gente. Observem esses dados aqui, que são extraídos de um estudo do BNDES. Nós estamos indo fundo no processo. Não é, assim, uma “eu acho” não. Esse estudo do BNDES apontada o seguinte: a preços de 2007, nós fizemos simplesmente a atualização monetária. A cada 18,5 milhões de acréscimo de PIB, meus senhores, a cada 18,5 milhões, isso é um dinheiro pequenininho para um país, nós geramos mais de mil empregos no agronegócio. Se eu consigo aumentar a competitividade sistêmica do meu país, eu consigo vender mais no mercado internacional, já que as condições são todos favoráveis, evidentemente a capacidade de geração de empregos na economia brasileira é fortíssima quando nós temos competitividade sistêmica. Aí é uma demonstração cabal, indiscutível ao estudo para a realidade nacional e feito pelo BNDES. O próximo, por favor.

Liberação dos investimentos – e aqui eu estou praticamente concluindo. Nessa questão eu gostaria de fazer uma referência especial. O Carlini fala que o investimento num terminal privativo, terminal privativo, leva aí cinco ou mais anos. O terminal do TEGRAM está atrasado pelo menos quatro safras, ele já deveria ter entrado quatro safras atrás. O caso de Paranaguá é um outro tipo de modelo, mas todos eles perversos. Nós observamos o quê? Nós observamos que não dá para esperar, porque nós estamos comprometendo o futuro. Hoje eu posso, até favorecido pela crise, estar com as questões acomodadas. Quem é que me garante que daqui a dois anos eu não estarei em colapso? Porque primeiro vão se recuperar os alimentos e o Brasil é um fornecedor de comida no mercado internacional, comida. Eu posso adiar a compra do meu automóvel, mas comida é todo dia. Somos também fornecedores de energia automotiva substituta de petróleo. Então essa visão que nós temos me chama a atenção para um fato: a estrutura legal brasileira estabelece que na administração pública nós só podemos fazer o que a Lei autoriza, mas a iniciativa privada só não pode fazer

o que a Lei proíbe. Sabiamente a Lei 8.630, encaixada no contexto institucional brasileiro, abriu o espaço para, quem quer fazer porto, o faça, obrigando que tenha cargas próprias e de terceiros, como falou o Procurador Jurídico da ANTAQ. Então nesta visão do contexto institucional brasileiro, ele permite que a iniciativa privada faça. E não poderá ser um instrumento infralegal que venha contestar este processo. As reservas de mercado são perversas e elas voltam-se contra a sociedade. Eu não gostaria que nós viéssemos a amargar, daqui a alguns anos, a tristeza de ver a economia brasileira sendo emperrada porque nós não concebemos o modelo de liberação de investimentos portuários adequados à nossa necessidade. Eu posso assegurar a vocês que antes dessa crise se pronunciar aos olhos dos brasileiros como se pronuncia hoje, no primeiro semestre tanto a CNA como o Ministério da Agricultura já tinha detectado que nós estávamos deixando de produzir de 3 a 5 milhões de toneladas a mais entre soja e milho porque a logística estava matando o produtor que se aventurasse a isto. É para evitar isto que nós estamos fazendo essas nossas colocações, pedindo que a liberdade da iniciativa e a livre competição, como foi uma determinação do manifesto da direção da CNA, sejam respeitadas, porque é da ordem jurídica brasileira, e é dentro da conveniência do planejamento estratégico brasileiro uma necessidade primordial.

Eu agradeço imensamente a oportunidade e peço desculpas, porque eu me preparei muito detalhamento numa questão de respeito a esta Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa presidência agradece ao Dr. Luiz Antônio Fayet pela brilhante apresentação e pela contundência em relação aos pontos de vistas esboçados pela CNA.

Encerrada a parte das exposições, eu concedo a palavra aos Senadores inscritos, iniciando pela autora do requerimento, a Senadora Kátia Abreu, que tem a palavra pelo tempo que desejar.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, senhores visitantes, convidados, Sr. Ministro.

A situação é trágica, para não dizer triste. Quanto mais eu ouço a respeito desse assunto, mais indignação traz ao meu comportamento e à minha alma. Nós temos como penalizar vários tipos de crimes, Presidente: crime de quem mata crime para quem trafica, para quem comete o tráfico, crimes para quem comete estelionato, crime de corrupção, mas nós não temos ainda pena para crime de lesa-pátria. E muito menos para quem descumpra palavra.

Nós estamos diante de um componente ideológico fortíssimo. O partido do Ministro, em 1995, já entrou com uma ADIN contra a Lei dos Portos, uma das leis

mais modernas do mundo. E hoje não foi julgada essa ADIN, mas tem um Parecer do Procurador Geral da República, Blindeiro, na época, dizendo que a Lei não era inconstitucional, que a Lei estava correta, estava de acordo com a Constituição brasileira. Desde 1995.

Posteriormente a isso, não se conformando com o que dizia a Constituição, com o que dizia a Lei, com o que disse o Procurador da República, a ANTAQ, em 2005, publicou uma Resolução. Nessa hora V. Ex^a. não pensou em mudança não, fez uma mudança abrupta na Lei, fez uma mudança abrupta de comportamento sem consultar ninguém, fazendo com que essa Resolução pudesse na marra, eu não sei se V. Ex^a., mas a ANTAQ fez uma mudança radical na legislação através de uma Resolução de não mais de dez linhas, de não mais de dez linhas, estabelecendo e contrariando na marra, porque não conseguiu na justiça, estabelecer a proporcionalidade de cargas aos portos privados mistos, quando a Lei e a Constituição não colocam isso.

Essa Resolução da ANTAQ, que foi o motivo da discussão nessa Casa no mês de maio, quando veio a MP do Reporto e que eu fui a Relatora, uma matéria dura, difícil, que eu me dediquei, estudei pelo meu país, pelo setor que eu represento. Fui caluniada explicitamente na imprensa. Infelizmente eu não estava na Casa na época, porque eu me licenciei do Senado e não tive a oportunidade de me defender na tribuna, mas foi o assunto que me dediquei no primeiro discurso que fiz. E não adianta calúnias e difamações porque eu vou continuar falando, vou continuar da mesma forma denunciando, porque eu acho que essa Casa tem a obrigação de investigar com detalhe o que está acontecendo por trás disso tudo, de tanta aberração, de tanta acinte Resolução, e nessa oportunidade aqui nós fizemos um acordo nessa Casa, Ministro, através do líder do seu Governo, Romero Jucá, que subiu à tribuna para que nós votássemos aquela Medida Provisória, que eu era Relatora naquele dia, que ia perder o prazo dela na terça-feira seguinte, e o acordo foi feito, que não ia haver limitações de cargas, proporcionalidades entre as cargas de porto privado misto.

Está escrito no acordo, está escrito no acordo: "Com essa orientação a revisão em análise contempla, por exemplo – um pedaço do trecho do acordo –, a adoção do contrato de adesão como ato de outorga e a modificação da exigência de que as cargas próprias, por si só, justifiquem a implantação do terminal. Porém, mantendo a exigência prevista Lei 8.630, de que haja movimentação de carga própria e de terceiros apenas", Sr. Ministro. Está assinado pelo Superintendente de Portos Celso Damião Quintanilha, lido pelo Senador Romero Jucá na ocasião da aprovação desta matéria.

Mas ainda o senhor não se conformou quando viu que o acordo foi feito, que a proporcionalidade das cargas não ia prevalecer o senhor fez um Decreto com outros termos praticando a mesma aberração contra a Lei. Mas ainda assim o senhor continua colocando a proporcionalidade das cargas indiretamente, mas usou outro artifício para que o componente ideológico espero que seja ideológico apenas, para que pudesse impedir a construção de portos privados mistos, colocando, impondo, a questão da licitação.

E aqui, colegas Senadores e Senadoras, a Constituição é clara, em que pese alguns não se conformem com ela. "Art. 21 – Compete à União; XI – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão". São três modalidades, Sr. Ministro, e a Constituição é claríssima ao dizer, no art. 175, que apenas desses três tipos que a União pode fazer, apenas na concessão e permissão é obrigatório ter licitação. Autorização, não. Por favor, o senhor conhece os dois artigos, o art. 21 e o art. 175. Ele delimita e aponta que na autorização eu não preciso de licitação, apenas na concessão e permissão. E ainda na letra "f", do art. 21, ainda diz que a autorização, que a concessão e que a permissão podem ser feitas nos portos marítimos, fluviais e lacustres.

Eu não compreendo e ainda não encontrei nenhum lugar da Constituição que proibisse e dissesse que a exploração de portos tem que ser via licitação, a não ser na idéia de V. Ex^a. e do seu partido. Em lugar nenhum da Constituição. Eu sou cumpridora da Constituição, embora até tenha artigos nela que eu não concordo, mas eu sou obrigada a obedecê-la. Quem quiser modificar a Lei e a Constituição, que movimente a sua bancada ou que vire parlamentar e que venha aqui pleitear, mas enquanto ela existir... O Sr. Presidente da ANTAQ disse agora a pouco que o Decreto definiu uma política de portos para o país. Acima da Lei, senhor diretor, acima da Lei? Que política de portos é essa que pode suplantar e superar uma Lei aprovada nessa Casa? A política do Governo é aonde nós só podemos ter porto organizado? A Lei não diz isso não, Excelência, a Lei não disse isso em momento algum.

E ainda a Lei 8.630, que vem regulamentar essa questão, ainda coloca no seu art. 4º, o uso público, o uso privativo. Privativo de duas formas: de exclusividade e de cargas próprias e de terceiros.

Mas eu gostaria que V. Ex^a. me respondesse diretamente a um artigo que eu aqui vou ler do seu Decreto. Quando o senhor comemorou na imprensa, por várias vezes, que o senhor tinha aberto os portos do Brasil, eu tenho certeza que D. João VI deve ter levado um susto de onde ele estiver. O senhor diz no art. 2º,

inciso X, do seu Decreto: "Carga de terceiros, aquela compatível com as características técnicas da infraestrutura e da superestrutura do terminal autorizado, tendo as mesmas características de armazenamento e movimentação". Isso ele está estabelecendo que eu que tenho um porto misto, eu posso exportar carga minha e de terceiros. Ele está dizendo que essa de terceiros, que vai complementar a exportação e a viabilidade do meu porto, tem que ter a mesma natureza da carga própria autorizada. O senhor está repetindo aqui a Resolução. O senhor está repetindo, descumprindo um acordo feito nessa Casa. A mesma natureza da carga própria autorizada, que justificou – não deu trabalho nem de mudar a frase –, que justificou técnica e economicamente o pedido de instalação do terminal privativo e cuja operação seja eventual e subsidiária. Isso não foi descumprimento de acordo não, Ministro? Quando eu digo que a carga de terceiro tem que ser eventual e subsidiária, eu não estou limitando carga de terceiro não? E ainda no art. 35, inciso II, do seu Decreto: as instalações portuárias de uso privativo destinam-se à realização das seguintes atividades portuárias: movimentação preponderante de carga própria e em caráter subsidiário e eventual de terceiros em terminal portuário de uso misto. Isso é descumprimento de palavra ou não, Ministro? O senhor sequer teve o trabalho nesses dois artigos de mudar as expressões, continuam as mesmas expressões. O Senador Camata, que foi junto conosco um lutador nesse dia no Plenário e participou de todo o acordo, onde esse texto está sendo repetido aqui novamente.

Sr. Presidente, eu, sinceramente, fico bastante impressionada quando um Ministro vem a esta Casa, um Ministro de Estado, estabelecer um modelo, um modelo portuário, um modelo de contestação portuária. Estabelece um modelo e diz que esse modelo é do Governo, mesmo contrariando a Lei, o landlord port, que é exatamente apenas o porto público. Agora a legislação, Sr. Ministro, ela permite todos os modelos estabelecidos no mundo inteiro. Eu não tenho culpa. O senhor é que muda a Lei. Mas enquanto ela existir, o seu modelo não pode ser o único e privilegiado. O senhor não tem esse direito de fazer isso, porque a nossa Lei, graças a Deus, estabelece que todos os modelos, to port(F), private port(F), todos eles, Ministro, todos possam ser feitos.

Agora eu gostaria muito, todos os portos que o senhor mencionou que são públicos, sabe por que, Sr. Presidente Marconi Perillo? Eles são públicos, os seus países são ricos, seus países são ricos e é isso que o empresariado quer. Imagine qual o empresário que não quer apenas participar de uma licitação, comprar um terminal e achar a superestrutura, os cais, os mo-

les, achar tudo pronto e apenas entrar no seu terminal e começar a trabalhar. Eu pergunto: quem é esse empresário maluco que não quer também? Todos nós queremos, mas infelizmente o senhor não tem caixa para isso, o Brasil não tem tesouro para isso. E aqui nós estamos com a execução orçamentária do PAC na sua área, Ministro, 2007/2008. O senhor conseguiu gastar em 2007/2008 não mais do que 500 milhões de reais. Para quem às vezes pensa que 500 milhões de reais é muito, e na realidade é muito mesmo, mas para a questão portuária esse dinheirinho dá para construir um terminal que corresponde a não mais do que 10% dos terminais que existem no país hoje. Isso não é nada, é um terminal de dois a três berços, chega a ser ridículo esse valor.

Agora o senhor conseguiu com esse Decreto, Ministro, alijar a iniciativa privada. O senhor conseguiu pior do que isso, o senhor conseguiu fazer com que a iniciativa privada pudesse se afastar completamente dessa área. Imaginem os senhores colegas Senadores e Senadoras: eu descobro um grande negócio, eu estudo esse grande negócio, eu faço um planejamento desse grande negócio, me preparo para esse grande negócio e depois eu tenho que entregar para a licitação, onde eu poderei perder, quer dizer, a minha oportunidade de negócio foi para o espaço. Então eu tenho que planejar tudo isso, faço as análises todas e tenho que ir ao Governo entregar para terceiros poder investir. Eu não sei que país é esse que nós estamos falando. Eu sinceramente não consigo compreender.

Agora eu quero Sr. Presidente, apenas lembrar a esta Casa que quando eu estou falando de portos, nós estamos falando de um crescimento médio no Brasil e, infelizmente, Ministro, se continuar como está o senhor não vai pagar esse pato, quem vai pagar esse pato são as próximas gerações, o próximo Governo é que vai pagar esse pato, de não ter porto nesse país, porque o crescimento médio de portos na movimentação de containers cresce a 12% ao ano, essa movimentação. Se nós continuarmos crescendo 3% ao ano, apenas, nós precisamos em sete anos, em sete anos nós precisamos exatamente de um outro Brasil portuário, e nós levamos de sete a oito anos para construir um porto. Enquanto o PAC destinou para os portos, em quatro anos, 1 bilhão e 600 milhões de reais, apenas o porto de Peruíbe, da LLX, investiria quase 2 bilhões sozinho num porto só. Nós conseguimos reunir aqui no mês de maio mais de dez empresas que tinham mais de 10 bilhões de dólares para investir em portos no país e o senhor insiste em impedir esse crescimento, o senhor insiste em impedir esses investimentos.

Eu, sinceramente, fico muito preocupada, Sr. Presidente, com os meus produtores deste Brasil afora.

Enquanto um produtor de Mato Grosso, do Estado do Senador Gilberto Goellner, recebe 39 reais pela saca de soja, quem está em Paranaguá recebe 50. Além da distância, por não ter as nossas hidrovias e os nossos Mississipis, que já falamos em outras oportunidades aqui, pela falta das eclusas, ele ainda tem que arcar com o pagamento das multas, demurrage, descumprimento de contrato. Apenas em 2007 nós pagamos 150 milhões de dólares, é quase o que o senhor investiu, em dois anos. Num ano, 150 milhões de dólares de multa por hora parada pagaram os importadores de fertilizantes desse Brasil. Eles só tiraram do bolso e pagaram e transferiram a conta para os produtores do meu Tocantins, para o seu Estado de Goiás, para o seu Estado de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul. É esse povo que está pagando essa conta.

Então, Sr. Presidente, eu não sei o que essa Casa poderá fazer diante desse descumprimento escancarado no compromisso feito aqui, disfarçado, com outros mecanismos, com licitação. Por que é que nós não licitamos escola privada? Por que não há licitação de hospitais privados? Por que é que não há licitação de transportes de carga seca nas estradas? Tudo isso é serviço público, tudo isso é serviço público. Eu nunca vi licitar hospital privado. Agora já vi as pessoas irem ao Ministério da Saúde, na ANVISA, tirar licença, tudo bonitinho. A mesma coisa um dono de uma faculdade, um dono de uma escola de ensino fundamental. Ele não licita não, ele não participa de licitação, mas vai ao Ministério de Educação e tem que cumprir todas as regras. E está correto. Um transportador de cargas a mesma coisa. E por que é que o dono do porto tem que passar, por ser serviço público, também não pode ser construído direto? E os hotéis que são construídos a beira-mar? Eles têm que obedecer a uma legislação ambiental, tem que obedecer ao Plano Diretor da cidade, tantos andares a beira-mar, mas eu nunca vi um dono de hotel também entrar numa licitação.

Enfim, Sr. Presidente, eu fico bastante impressionada com essas interpretações bastante atrevidas que se fazem da Lei e da Constituição por componentes ideológicos, espero, e quero aqui declarar que esse pessoal do porto organizado, eu tenho que reconhecer e dar a mão à palmatória: eles são poderes demais, eles são muito fortes, muito fortes, que força é essa que faz descumprir um acordo no Senado da República, que escancaradamente tem a coragem de publicar um Decreto com os mesmos termos numa Resolução, pensando que nessa Casa aqui tem bobo, que não sabemos ler a Lei, que não sabemos comparar artigos e que não vamos ficar atentos? E quem é que o senhor consultou para fazer esse Decreto? Porque ele está aqui, ele representa o setor. A CNA representa o

setor, nós não fomos consultados desse Decreto. Os empresários todos que estiveram aqui em maio estão atrás de nós de novo porque não se conformam com esse Decreto. Eu não sei que consulta é essa que foi feita. Ela não é verdadeira. O senhor esteve na CNA sim, no ano passado, quando eu lhe convidei, justamente para tratar deste assunto de forma democrática, clara, transparente, mostramos para o senhor a aberração que isso ia acontecer, pedimos a sua reflexão a respeito, o senhor foi convidado para ir lá para isso, para um diálogo franco, mas não adiantou nada, não adiantou absolutamente nada e o Decreto está aí para quem quiser ver.

Encerro, Sr. Presidente, e estou à disposição para continuar o debate. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senadora Kátia Abreu, nós poderemos definir aqui dois tipos de procedimentos em relação aos questionamentos dos Senadores e Senadoras inscritos: um deles seria a cada intervenção passar a palavra para que os expositores possam responder; o outro seria ouvirmos mais um ou dois Senadores para que eles pudessem também colocar suas questões e depois, ao final, os expositores responderiam em globo. Eu consultaria a V. Ex^a. a autora do requerimento, uma das autoras do requerimento, qual das duas modalidades ou quais dos dois encaminhamentos seria mais adequado na sua opinião?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu acho que pode valer a vontade da maioria, o que a maioria decidir para mim está bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): A Senadora Kátia Abreu é a autora do requerimento, de modo que eu queria propor, nesse caso, se os Srs. Senadores não tivessem objeção, que os questionamentos por ela colocados fossem respondidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V. Ex^a. tem razão. A presidência vai, ouvido aqui os Senadores presentes, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu estou inscrito para fazer a inquirição, mas eu acho que a proposta do Senador Dornelles é extremamente justa, diante da importância das colocações feitas pela Senadora Kátia Abreu, que o Ministro pudesse então colocar as suas posições e passamos para a etapa posterior, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa será, portanto, o encaminhamento que a Mesa vai adotar. O Ministro Pedro Brito foi

citado várias vezes e, também, uma vez o Presidente da ANTAQ. Então, pela ordem, eu vou passar a palavra ao Ministro Pedro Brito, que responda. Pediria que ele fosse o mais sucinto possível, já em função do adiantado da hora, e depois ao Dr. Fernando Fialho. Com a palavra o Sr. Pedro Brito.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Muito obrigado ao Senador Marconi Perillo, muito obrigado à Senadora Kátia Abreu, muito obrigado e parabéns também ao Nelson Carlini e ao Fayet pelas palestras.

E, de novo, eu quero reiterar a minha disposição que tem sido evidenciada na prática de uma constante discussão da matéria e do assunto que de fato é polêmico, naturalmente registrando que o fato do diálogo intenso e da discussão intensa não representar que necessariamente o Governo aceite todas as ponderações e todas as sugestões. Isso faz parte, naturalmente, do processo democrático.

Eu quero pedir permissão à Senadora Kátia Abreu para iniciar as minhas ponderações a partir da apresentação do Carlini, porque eu já iria respondendo alguns dos questionamentos da Senadora Kátia Abreu.

O Carlini fez uma análise interessante do setor, análise com a qual nós concordamos. O Carlini é um executivo experiente, é um executivo de uma das maiores multinacionais do mundo, é um armador importante, a CMA/CGM, e conhece naturalmente o mundo inteiro e também o Brasil. O Carlini sabe que em várias oportunidades nós já discutimos assuntos relevantes e importantes para o setor portuário brasileiro, mas ele coloca algumas coisas que vêm de encontro ao que afirmou a Senadora Kátia Abreu e que realmente nós não concordamos. Por exemplo, quando ele fala que alguém em terras privadas quer construir o seu porto. Porto não existe simplesmente por um investimento numa determinada terra privada. Um porto só pode existir a partir de um conjunto de providências do Poder Público. Um porto só pode existir se ele tiver um conjunto de providências de acessos terrestres como estradas, ferrovias e de acessos aquaviários, como dragagem, e de equipamentos como fornecimento de energia elétrica, de saneamento, de água, de telecomunicações, enfim, um conjunto de providências de Governo, de investimentos em infra-estrutura de Governo que podem possibilitar o porto funcionar. Então não é simplesmente ter uma terra. Igualmente como alguém tem uma terra à margem de um rio, não lhe garante o direito de construir uma hidroelétrica sem passar por um processo de licitação. O fato da propriedade da terra de modo algum garante a nenhum cidadão brasileiro ou estrangeiro construir um porto simplesmente porque ele tem uma terra, até porque esse porto não

existiria com a terra. Ele existe a partir de um conjunto de gastos governamentais que possibilitam a existência de um porto. Um porto, para ser eficiente, para ter baixo custo, como todos nós queremos, ele tem que ter acessibilidade, tem que ter fluidez para as cargas que entram e saem naquele porto, que são todas providências de Governo. Por que é que porto é público no mundo inteiro? Não é por acaso. É porque portos são ativos estratégicos e portos, além dessa necessidade de investimentos públicos, são equipamentos de segurança.

Eu gostaria, pedindo permissão ao Presidente, para ler rapidamente a mídia de dois locais distintos no mundo, na Europa e nos Estados Unidos, que tratam dessa questão, que são muito apropriadas a esse momento aqui como hoje. Em uma delas, referente aos Estados Unidos, o artigo diz o seguinte: Recentemente nos Estados Unidos tivemos um exemplo que ilustra bem como algumas nações se comportam em relação a questões que envolvem seus ativos estratégicos – como é o caso de porto. Em 2007, a empresa administradora de portos marítimos Dubai Ports World, que várias vezes nos procuraram, dos Emirados Árabes Unidos, comprou a empresa britânica P&O, que detinha o controle dos maiores portos americanos. O Congresso americano – não foi o Governo -, o Congresso americano vetou a aquisição e impediu que a empresa árabe controlasse os seus portos, mesmo sabendo que os Emirados Árabes Unidos são um dos seus maiores aliados no Golfo Pérsico. Os representantes americanos entenderam o Congresso americano, repetindo, os representantes americanos entenderam que delegar sua segurança portuária a terceiros seria um risco muito alto para se correr.

Quero ler também, porque é ilustrativo para o que nós estamos discutindo, uma nota referente à Europa. Berlim – O gabinete do Chanceler da Alemanha, Angela Merkel, aprovou Projeto de Lei, passando pelo Congresso, naturalmente, para rechaçar a tentativas indesejadas de aquisição de empresas locais por grupos estrangeiros. O Governo poderá barrar ofertas de compra de parcelas igual ou superior a 25% de empresas. A decisão mostra preocupação com as investidas de fundos soberanos de países como a China sobre setor-chave, estratégicos, como o de telecomunicação e portos.

Então eu pedi permissão ao Presidente para citar isso porque vem muito ao que nós estamos aqui discutindo e mostra a preocupação do mundo em relação a essa questão portuária.

Foi colocado aqui por todos os palestrantes que o Decreto impede os investimentos privados. Ao contrário, o que nós queremos são os investimentos privados,

o que nós queremos é dar segurança jurídica e dar a certeza legal para os investimentos privados. Agora o que nós fizemos foi separar os terminais privativos, que são terminais que fazem parte do processo produtivo de uma empresa, que aí sim a autorização continua, não há nenhum impedimento, a autorização é imediata, daqueles terminais que irão prestar um serviço público, que são os terminais de containers e aí sim, conforme determina a Lei, nós estamos dizendo que isso será feito desde que seguido um processo de licitação, e eu não vejo por que a iniciativa privada ter medo da licitação, assim como não tem medo em várias outras modalidades de investimentos no país.

O Carlini citou também que nós vamos ter que esperar seis meses pelo Plano Geral de Outorgas, eu repito que não, se ele tiver um projeto em janeiro e me trouxer, nós vamos colocar em licitação. É só ele me trazer, até agora ele não me trouxe nenhum, mas trazendo nós vamos colocar em licitação.

Eu queria chamar a atenção também para que essa questão portuária, e o Carlini entende disso mais do que eu, esses investimentos em portos são investimentos que nós podemos classificar, e eu sei que o Fayet como excelente e brilhante economista que é também entende disso, são investimentos de alto valor agregado, são investimentos intensivos em capital e são aquilo que a gente pode chamar em economia de monopólios naturais. Se não houver uma forte regulação do Governo, não há como evitar os monopólios portuários. E não há caminho mais rápido para favorecer os monopólios do que uma abertura geral e irrestrita, sem regulação, porque essa abertura geral, com investimento e sem nenhuma orientação, sem nenhum planejamento estratégico dentro do país, vai fazer com que comece a haver compra entre esses que se instalaram e que não serão competitivos e o monopólio natural aparecerá porque essa é uma regra do mercado portuário que exige altos investimentos e que exige elevada escala, o Carlini sabe disso, para ser competitivo. Nós falamos aqui, por exemplo, do Porto de Xangai, que é um porto que movimenta quase 30 milhões de TEUs(F), quatro vezes mais do que o Brasil, só o Porto de Xangai, e é um porto que é extremamente eficiente por causa dessa escala que ele conseguiu. Então é por isso que porto tem que ser fortemente regulado, é por isso que porto no mundo inteiro é fortemente regulado. Não existe exceção, o Carlini sabe bem disso, não existe exceção. No mundo inteiro a atividade portuária, se não for regulada, se transforma em monopólio perverso para a economia e perverso para aquilo que se quer, que são portos atendendo à iniciativa privada.

E longe de nós não queremos competição, ao contrário, o que nós estamos estimulando com o Decreto é a competição. O primeiro passo da competição é justamente o processo de licitação. Eu concordo 100% com o Carlini que sem competição nós não vamos ter portos eficientes e que nós queremos e estamos fazendo estimulando a competição no Brasil e não vejo porque um processo de licitação possa desestimular a competição. Ao contrário, eu acho que a competição é estimulada justamente por um processo que é claro, que é transparente, que é abrangente.

Eu queria pedir também licença ao Fayet para comentar algumas coisas. Ele fez uma apresentação aqui muito eloqüente sobre a situação e a necessidade de demanda no país. Quero até pedir, Fayet, por favor, uma cópia da sua palestra, é importante para nós que estamos iniciando agora essa fase de planejamento portuário. Agora muitas coisas do que você colocou nada tem a ver com essa discussão objetiva que nós estamos fazendo aqui. Nós estamos hoje aqui discutindo um aspecto do Decreto em relação a portos de containers, não estamos discutindo portos de escoamento de carga de grãos através de portos graneleiros, porque isso não é motivo aqui do Decreto, ou seja, qualquer empresa que queira ter o seu porto graneleiro como um porto privativo, a autorização é dada imediatamente. O foco da nossa discussão é a abertura para portos de containers, que não é o porto adequado para atender a atividade de graneis. Então, portanto, a sua apresentação, ainda que extremamente ilustrativa para todos nós e com dados importantes sobre demanda, eles não se referem à nossa matéria de discussão objetiva hoje aqui. E a sua análise, que está perfeita em relação às questões logísticas brasileiras, elas dizem respeito a uma questão logística que não são os portos especificamente, quer dizer, o escoamento do que se produz no centro do país, o escoamento do que se produz na agricultura brasileira, ele depende de uma malha logística integrada de estradas, de ferrovias, de hidrovias e de portos como o seu elo final, quer dizer, não é, portanto, eu estou só querendo dizer, Fayet, não lhe tirando em momento algum a razão da sua análise, a sua análise está perfeita, mas o que eu estou dizendo é que a sua análise, ela não está dentro do contexto aqui da nossa discussão.

Você mencionou, por exemplo, a questão da navegação de cabotagem, que é premente a sua discussão, mas, de novo, a navegação de cabotagem não é o caso da qual o Decreto está mencionando.

Você mencionou lá o caso do norte europeu, que são países pequenos e por isso é que o porto é público, mas nos Estados Unidos e na China, países maiores do que o Brasil do ponto de vista continental,

os portos igualmente são públicos. Então não é a dimensão de um país que determina a presença do Estado como agente regulador. O que determina a presença do Estado como agente regulador é a característica estratégica do ativo porto.

Agora, Senadora Kátia Abreu, eu queria me referir especificamente à questão levantada por V. Ex^a. sobre o acordo que foi feito entre o Governo para a aprovação lá da sua Emenda em relação ao relatório.

Em primeiro lugar a senhora insiste em dizer o que Decreto é meu. O Decreto não é meu, o Decreto é do Governo. Eu faço parte do Governo, mas o Decreto não é meu, o Decreto foi assinado pelo Presidente da República e é um Decreto que reflete política pública do Governo. Não é meu não é um Decreto que... Infelizmente eu não tenho esse poder de baixar um Decreto. Esse Decreto é um Decreto do Governo Federal. E o Decreto, naturalmente, como não poderia ser diferente, ele respeita toda a legislação brasileira, ele respeita a Lei 8.630, que é a Lei de Portos, respeita a Lei de Concessões e respeita a Lei de Licitações, e não foge em momento algum ao respeito às Leis brasileiras, senão seria um Decreto inconstitucional ou ilegal. E não o é, é um Decreto que respeita com rigor absoluto a legislação brasileira.

Em relação, Senadora Kátia Abreu, ao acordo que a senhora mencionou, o acordo que foi feito com a bancada do Governo, na época, era para que a ANTAQ revisse a Resolução 517, a Resolução 55, estas Resoluções incluem limitações, aliás, a 517 inclui limitações para carga própria e carga de terceiros. Independentemente até do Decreto a ANTAQ já estava se preparando para fazer alterações nesses Decretos, como vai fazer o Diretor-Geral da ANTAQ já disse que no início do ano estará colocando em Audiência Pública os novos Decretos, e o Decreto, eu peço vênha para dizer que o que está estabelecido no Decreto é exatamente aquilo que nós acordamos, ou seja, o Decreto não estabelece nenhum tipo de limitação para carga própria e carga de terceiros, ao contrário, desde que seja feita a licitação, como determina a Lei, qualquer empresa, qualquer investidor pode ter a administração de um porto organizado, independentemente da origem da carga. O Decreto, ele define muito claramente as duas situações. Uma situação de autorização, conforme determina a Lei 8.630, para o caso em que a carga é própria, de interesse e faz parte do processo produtivo da empresa. Nesse caso, não há que ter licitação, não há que ter nada, a autorização é dada imediatamente. No caso de serviço público prestado por um ente privado, aí sim há a necessidade de se ter a licitação e nesse caso não se faz nenhuma menção a nenhum tipo de partilha entre carga própria ou

carga de terceiros. Qualquer tipo de carga, dentro do projeto aprovado, será considerado.

A senhora mencionou especificamente o caso de terminais de uso misto em que se define o conceito de carga de terceiros e o conceito de carga própria, dizendo que a carga de terceiros terá que ter a mesma natureza da carga própria. Isso faz parte da clareza jurídica do Decreto, porque o que nós queremos, o que nós queremos evitar era o baypass(F) que existia antes. Antigamente havia um desvio da Lei e se apresentavam propostas de terminais privativos como sendo para carga própria e que na verdade não tinham carga própria coisa nenhuma, era para se colocar mesmo terminal de containers. Essa era a idéia clara das propostas. O Decreto, então, definindo com precisão a questão da carga própria, inclusive da sua natureza, acaba com o desvio que antes existia e diz o seguinte: "Quem tem carga própria vai ter o seu direito a ter o seu terminal privativo autorizado; quem não tem carga própria, quem quer ter o seu terminal de containers como um negócio lucrativo como deve ser, tem que passar por um processo de licitação". E aí independe se é carga própria ou carga de terceiros, a autorização vai ser dada independentemente de ser carga própria ou ser carga de terceiros. Agora o Decreto, portanto, elimina essa dúvida entre carga própria e carga de terceiros, apenas separa as duas situações. E quando diz que é da mesma natureza, o que é que nós estamos querendo evitar? Nós estamos querendo evitar que alguém que tenha intenção de colocar um negócio de containers use o argumento da carga própria para ter o seu negócio de containers. É isso que o Decreto, com muita clareza, como política pública, definido pelo Governo, está fazendo. E aí não há nenhuma dúvida. A pessoa pode não gostar, pode achar que está ruim, pode achar que aquele não é o negócio que lhe interessa tudo bem. O investidor privado precisa, antes de tudo, ter regra clara para investir. Então se o investidor privado acha que dentro dessas regras não é bom para ele, é algo que é irrefutável, é uma decisão privada.

Agora quero finalizar a minha intervenção, Senador, dizendo que de modo algum a iniciativa privada está sendo afastada, e a experiência prática está mostrando justamente o contrário. Em Santos nós temos um projeto em plena execução que vai acrescentar 1/3 na capacidade de containers do Porto de Santos. Repito que na semana passada recebi um dos concorrentes aqui do meu amigo Carlini, que é a MSC, um dos maiores armadores do mundo, o segundo maior armador na área de containers, que garantiu um investimento de 1 bilhão e 600 milhões de dólares no Porto de Santos, a começar no próximo ano, que vai movimentar 1 milhão

e 100 mil containers, acrescentando mais de 1/3 na capacidade hoje instalada do Porto de Santos, e mais um terminal de graneis líquidos. O Projeto Barnabé-Bagres, que teve o interesse de três grupos diferentes que estão apresentando propostas, vai dobrar o Porto de Santos. O Porto de Santos hoje tem 13 quilômetros de cais, vai passar a ter mais 11 quilômetros de cais com esse projeto. O Porto de Santos hoje tem uma capacidade instalada de cerca de 100 milhões de toneladas, que já está usando 80% dela, portanto, muito além do que deveria, mas vamos passar para 230 milhões de toneladas de carga. Nós hoje temos 65 berços no Porto de Santos, vamos adicionar mais 45, e tudo dentro de um processo de licitação, como tem que ser, e não houve nenhum recuo do mercado porque nós vamos fazer através de um processo de licitação. Ao contrário, três grupos empresariais diferentes, distintos, estão fazendo os seus projetos, à sua custa e risco, sem nenhum compromisso do Poder federal, sequer de aproveitar os seus projetos, e todos esses projetos serão licitados com grande interesse do mercado. A mesma coisa acontece no porto do Rio de Janeiro, onde nós estamos discutindo um grande projeto de expansão do Rio de Janeiro, todos a serem licitados, e em nenhum momento houve qualquer recuo da iniciativa privada em relação a esses projetos.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem. Por gentileza, Sr. Ministro. Apenas uma pergunta no meio da--

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pela ordem, Senadora Kátia Abreu. Ministro, um minuto, por favor.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria que o senhor pusesse me informar qual é a empresa, especificamente, que está fazendo o estudo de viabilidade de Barnabé-Bagres, por favor.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: São três empresas: a empresa Triunfo, a empresa Libra e a empresa Santos Brasil, três empresas.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): A Santos Brasil é Daniel Dantas?

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Não sei.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Ministro.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: De nada. Na área de Itaguaí, na área de Itaguaí dez projetos estão sendo listados: a CSA, que está em fase de conclusão, o grupo Gerdau, o grupo da Usiminas Ingá, o grupo da BHP Billington, a LLX, a CSN, o projeto de expansão da VALE e o projeto da FERRUS. Dez projetos interessados em investimentos no Por-

to de Itaguaí. Em Vila do Conde temos investimentos privados da VALE fazendo a expansão do porto. Em Itaqui, em Pecém, no Ceará, em Suape, em Salvador, enfim, em todos os portos brasileiros os projetos de expansão estão acontecendo, estão se realizando.

Portanto, o Decreto, demonstrado na prática, de modo algum estão afastando a iniciativa privada. Ao contrário, está dando claramente quais as regras e é isso que o investidor privado precisa, ele precisa de regra para poder encaminhar os seus projetos de investimento.

A senhora mencionou, Senadora, o orçamento de 500 milhões em relação aos investimentos e comparando esses 500 milhões com LLX e com outros investimentos, dizendo que o dinheiro era pouco. De fato é pouco, mas eu queria esclarecer que esse orçamento não tem nada a ver e por isso não pode ser de forma alguma comparado com esses outros investimentos. Os 500 milhões do orçamento público são para investimento em dragagem, são para investimento em obras de responsabilidade do Governo e não são para construir berços, não são para construir novos terminais, não são para construir novos portos. Quem vai fazer o investimento em novos portos, em novos terminais, em novos berços, é a iniciativa privada, não é o Governo. É a iniciativa privada, como é o mundo inteiro. O Brasil está exatamente como é no mundo inteiro. Aliás, eu folgo em comentar que agora, recentemente, o Congresso, de novo o Congresso da França, aprovou a nova legislação portuária na França, e se nós formos ler as alterações produzidas pelo Congresso francês no setor portuário francês, lá o setor portuário é todo público e todo ele é vinculado ao Ministério de Infra-Estrutura e Transportes, é todo público, como é aqui no Brasil. E a legislação portuária francesa, recentemente aprovada, eu diria até que copiou muito coisa da Lei 8.630, modelo de gestão, uma entidade parecido com o CAP, o tipo de funcionamento. A legislação francesa, eu diria, sem querer trazer nenhum comentário para os legisladores franceses, que eles copiaram a legislação brasileira, tão próxima é a legislação francesa da Lei 8.630.

Então eu quero dizer com isso que o nosso grande objetivo, Senadora, igualmente como é o da senhora, eu tenho certeza absoluta, é fazer com que os portos brasileiros consigam o seu principal objetivo, que é fazer escoar a carga dos produtores brasileiros com competitividade, com eficiência, sem demora de navios, sem filas de caminhões e a preços baixos. E eu lhe diria que tudo que nós estamos fazendo, todo o nosso trabalho tem esse objetivo, que é o mesmo objetivo seu, que é o mesmo objetivo dos parlamentares brasileiros, que é o mesmo objetivo dos armadores,

que é o mesmo objetivo dos usuários. Esse é o nosso objetivo. Nós podemos ter diferenças e podemos continuar essa discussão em relação a como arrumar os portos para esse objetivo, mas o nosso objetivo é o mesmo. Nós não estamos pensando que o modelo de licitação seja para atender ideologias “a”, “b” ou “c”. Nós estamos com a visão no negócio portuário. A nossa visão é de que porto é um negócio, porto é um negócio que tem que ser lucrativo, tem que ser rentável, tem que ser constantemente repensado.

No Brasil, e aí concordando com o Carlini, nós temos custos que são muito grandes em relação à média do mundo em vários aspectos. Eu tenho até, Carlini, dentro de um dos nossos compromissos, um estudo da USP, recentemente concluído, que mostra, por exemplo, a questão da praticagem, e mostra com uma comparação competente entre vários portos brasileiros, que a praticagem no Brasil custa 2,2 vezes mais em média do que a praticagem em vários portos da Europa e da Ásia. Então o custo da nossa burocracia é terrível para os negócios portuários. Esses custos são os quais nós estamos trabalhando e o nosso objetivo é dar aos portos brasileiros competência para escoar com rapidez toda a produção do Brasil. Essa é a nossa intenção. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu lhe agradeço, Ministro, e eu queria pedir aos participantes dessa Audiência Pública que pudessem limitar, a Mesa vai procurar limitar o tempo, porque realmente o avançar da hora, são dez para uma e ainda temos dois Senadores aqui inscritos para fazer arguições.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria de abrir mão da minha prerrogativa de ser respondida imediatamente e gostaria de passar para que os nossos colegas pudessem fazer as suas perguntas, mesmo porque eu gostaria de ouvir pelo menos a pergunta que eles têm a fazer aos nossos convidados, haja vista o horário, que eu ainda tenho que ir para o aeroporto, que eu tenho que me encaminhar até Goiânia. Então eu gostaria que os colegas pudessem fazer as perguntas e respondessem depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Muito bem, eu acho muito sensata a sua proposta, uma vez que o Ministro Pedro Brito já lhe respondeu diretamente. Eu pediria ao Dr. Fialho que ele aguardasse então para que agora o Senador Gerson Camata pudesse fazer a sua pergunta. Logo em segui-

da eu estou inscrito, o Gerson Camata me substituiria e depois o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Bom, Sr. Presidente, Ministro Pedro Brito, Dr. Fernando Antônio Fialho, Dr. Fayet e Nelson Carlini.

Eu acho que essa audiência está sendo muito importante, muito interessante. A primeira coisa que eu quero registrar aqui é a boa iniciativa do Governo quando ele desmembrou do Ministério dos Transportes e criou a Secretaria Especial de Portos. Melhorou o Ministério do Transporte no seu desempenho na área que lhe compete e os portos brasileiros tiveram um olhar mais ativo do Governo sobre o seu desenvolvimento, sobre os seus problemas, principalmente.

No caso lá do Espírito Santo, por exemplo, o Porto de Vitória, que há séculos não era dragado, entrou num processo de dragagem que está sendo completado agora. Já se pensa num porto de águas profundas, que é muito importante para o Brasil, está lá quase pronto, e dizer que o Espírito Santo, eu vou fazer um comercialzinho do Estado, que é difícil ele aparecer assim, nós somos o maior complexo portuário do Brasil e somos o maior complexo portuário em peso, não ainda em dólares, mas em peso. Nós temos o Porto de Ubu, o Porto de Vitória, o Porto de Capuaba, o Porto do Tubarão, o Porto da Praia Mole, o Porto da Barra do Riacho e ainda o Porto de Regência, que é exclusivo da PETROBRAS, lá no norte do Estado do Espírito Santo. Então é um excelente complexo portuário, uma vitrine do Brasil.

E um dado também interessante, que eu até vou procurar um dia desses o Ministro Pedro Brito, que não é um problema dele, em 1930 o Governo Federal concedeu ao Governo do Espírito Santo o direito de construir o porto e no Decreto o Presidente da República de então dizia assim: “Se o Estado construir o porto, lhe serão entregues todos os terrenos de marinha situados na Ilha de Vitória como indenização”. O Estado construiu o porto, administrou o porto, o Governo Federal desapropriou o porto, tomou o porto, não pagou o porto e não deu os terrenos. Eu não sei se ainda é um Decreto válido, deve valer, porque é um Decreto entre o Estado e a União, ele está em vigor. E esses terrenos de marinha são importantes para a Ilha de Vitória porque ela é todo um terreno de marinha. Vitória tem praça federal, porque o Prefeito fez uma praça, mas o terreno é de marinha, aí a União foi lá e tomou conta da praça. Para botar uma cadeirinha na praia, agora o Prefeito de Vitória estava reformando uma praia lá, apareceu o SPU lá, tirou a cadeirinha, tirou o barzinho, não pode ter nada porque a praia federal. É uma coisa assim que tem que encontrar uma solução, tem até

uma proposta de Emenda Constitucional tramitando aqui, mas não vem ao caso.

Agora a consideração que eu vou começar a fazer, a Senadora Kátia se lembra, eu fui contra aquele acordo na época da carta que foi endereçada ao líder Jucá. E eu disse lá da tribuna: "É o fim do mundo, nós estamos fazendo um acordo para cumprir a Lei". Tem que fazer acordo para cumprir a Lei, quer dizer, o Governo Federal está fazendo um acordo com o Senado para cumprir a Lei. Ora, a Lei tem que ser cumprida, não precisa fazer acordo não. Eu acho que até nós, todos os Senadores que participamos daquele acordo, mais o Governo Federal, deveríamos sofrer uma ação da Procuradoria-Geral da República por ter feito um acordo para cumprir a Lei. Eu nunca vi um negócio desses na minha vida, uma coisa meio maluca que nós fizemos naquela noite – eu acho que foi. Por quê? Eu sou economista e o Mário Covas dizia sempre o seguinte: que ele não entendia a linguagem dos juristas, porque o que está escrito naquela Lei e o que está escrito naquela Instrução não é a mesma coisa. E o que está escrito naquela Lei e o que está escrito nesse Decreto, no meu entender, não é a mesma coisa. É totalmente diferente, porque ele restringe e inibe qualquer investimento nas áreas portuárias. O Ministro está dizendo que estão ocorrendo investimentos.

Mas eu imagino o seguinte: eu sou dono, tem um local que é propício para um porto. Então eu vou lá, eu não digo a ninguém que ali vai ser um porto senão vai valorizar o terreno. Eu faço um projeto e tal, na hora que o Governo me dar a licença, o terreno dispara, eu não tenho nem mais condições de comprar o terreno. Um ponto.

Outro ponto. Eu compro um terreno. Eu preparo os projetos, preparo, vai uma licitação. Outro vence. O que é que vai acontecer comigo? Eu faço um campo de golfe, faço lá um hotel, muito melhor do que fazer um porto, porque eu vou ter que devolver à União depois de vinte e cinco anos. Só um maluco é que vai fazer um porto desses. Eu se tivesse algum amigo meu que se depusesse eu mandar internar rapidamente.

A outra coisa que tem que ver, o BNDES disse que com esse Decreto lá não empresta dinheiro para envia fazer porto no Brasil porque é insegurança jurídica. E pior do que um Decreto ruim é a insegurança jurídica, que já está contestada lá no Supremo. Demora quarenta anos para resolver. Ninguém é doido de investir num negócio que tem insegurança jurídica, que é pior do que ser ruim, a insegurança jurídica que o Decreto está gerando.

Uma outra coisa, quer dizer, ele não é um incentivo para investir, ele é um incentivo para não investir, não investir. E se houvesse uma licitação, por que não

fazer, que eu achei genial, uma das coisas, grandes coisas desse Governo, é a licitação das rodovias federais com menor taxa de pedágio. Faz uma taxa licitação, quem for oferecer a menor tarifa ganha o porto. Pronto. Mas isso, eu tenho certeza, e aí é uma coisa que nós temos que meditar profundamente nisso, se os cartéis dos containers não estão atrás disso. Se nós estamos fazendo uma Lei para os portos do Brasil ou estamos fazendo uma Lei para carteirizar os portos do Brasil, porque no final não é uma disputa entre o Sr. Daniel Dantas e quem quer fazer portos novos não. É uma disputa para quem precisa de emprego, é uma disputa de quem quer consumir por um preço normal, é a disputa do agricultor que quer comprar o adubo por um preço menor, é a disputa do agricultor que quer exportar o café com uma tarifa menor portuária para ele competir com os outros países produtores, quer dizer, é uma disputa de cada unzinho de nós que está em qualquer lugar do Brasil. E nós temos que pensar é neles, as leis têm que ser feitas para eles, os portos têm que ser feitos para eles e não obedecendo a um outro interesse.

Se for uma coisa ideológica, é perdoável, é perdoável, embora vá custar caro ao país no futuro, mas se não for, não é perdoável e nós estamos diante de um paredão que é a incerteza jurídica que esse Decreto, no meu entender, está criando para o país. E eu tenho certeza, com ele, nas áreas organizadas pode ocorrer? Pode. Agora duvido que apareça um maluco e um banco que financie um porto dentro dessas regras que estão aí. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com a palavra o Senador Gilberto Goellner e eu pediria ao Senador Gerson Camata que me substituísse.

[troca de presidência]

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Bom, primeiramente, Sr. Presidente, Srs. Convidados, Sras. e Srs. Senadores, eu gostaria de elogiar aqui também a apresentação excelente do Sr. Luiz Antônio Fayet que retratou realmente todo o potencial que existe da agropecuária brasileira, as oportunidades que se apresentam nesse momento especialmente. Nós já vínhamos com um crescimento forte de exportações, tanto é que atestam os números, de 40 milhões a nove anos, passamos agora para 102 milhões de toneladas exportáveis, com uma projeção para os próximos nove anos de chegar em 170.

Realmente a infra-estrutura de transporte, que eu diria, de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviários não estão permitindo se chegar nesses números. Não estamos nem falando em chegar ao porto. O porto hoje, eu vejo, que mesmo com os investimentos privados, que

estão sendo heroicamente bancados pelas empresas, eles não permitem a forma como estão projetados os investimentos em portos, não permitem o crescimento das exportações brasileiras do setor agropecuário, porque uma projeção de uma ferrovia, como a ferrovia que nasce em Alto Araguaia, vai a Santos, passando por São Paulo, que está projetada hoje para ser ampliada com mais 300 quilômetros, mais 500 quilômetros, chegando a Cuiabá e passando por Rondonópolis, haveria um aumento de carga de 100% só nessa ferrovia, saindo de 8, me parece que é 8 milhões de toneladas, para 16. Então o porto não está preparado, nem Santos, nem Paranaguá, para receber esse suporte de cargas. Isso daí teria sim que se tirar das estradas. Eu não estou falando de aumentar a produção. Vamos dizer que a gente conserve a produção, muda-se o modal. O porto não está preparado para receber, Santos não está preparado, e Paranaguá, com toda a burocracia, que os números o atestem. Carga seca, containers, sim, nós embarcamos no Mato Grosso e outros Estados, centro-oeste, embarcam algodão, uma burocracia tremenda, leva-se três dias para carregar o algodão numa fazenda, dois a três dias, leva-se mais três dias de tempo para o transporte, que é um transporte lento, demorado, chega-se no porto, espera-se mais quinze dias para toda a burocracia, principalmente só a Receita Federal, com todas as aplicações burocráticas que existe, impedem que ande o processo, isso quando não as fiscalizações atrapalhando todo o processo e isso quando não a própria carga é roubada no próprio porto, por causa dos Sindicatos que têm hoje preferência de toda a parte logística interna do porto.

E a mesma coisa acontece com fertilizante, quando é importado. A importação de fertilizantes hoje, infelizmente, com a falta de investimentos que foram feitos no país, tanto públicos quanto privados, em jazidas que nós temos de fosfato, de potássio e também falta de investimentos da PETROBRAS na área de nitrogenados, realmente faz com que tudo tenha que passar pelo porto e os portos não estão aparelhados condignamente para facilitar essa entrada de fertilizantes no país, tanto é que se paga ainda hoje, como a Senadora Kátia colocou, ao redor de 150 milhões de dólares, e são quase 500 milhões de reais, 400 milhões de reais de demurrage por parada de navios nos portos. Só uma cooperativa do Estado do Mato Grosso paga ao redor de 30 a 40 milhões de dólares, porque ela importa, os produtores hoje estão importando os fertilizantes por intermédio de cooperativa. Então o seu custo, na venda, essa cooperativa já embute hoje ao redor de 5% do custo Brasil, que é esse custo operacional lá desencabido(F), e também roubo de cargas

no próprio porto, internamente, quando se coloca de um armazém para o outro.

Bom, contando isso tudo, o que é que a gente vê? A facilitação de todos esses investimentos e também a falta de investimentos públicos, que eu vejo que o PAC realmente não contemplou condignamente os investimentos públicos necessários para se colocar também em portos, que se tenham as opções necessárias, não só de cargas, a granel, como de containers, o caso agora de Itajaí, que praticamente está se movimentando toda a carga para outros portos, de frigoríficos, porto realmente encalhou, tanto na parte de dragagem, está tudo impedindo, e as poucas opções que se têm do sistema produtivo, eu diria que essa inquietação que existe no setor produtivo brasileiro está intimamente ligado à possibilidade de fazer exportações, já que o país é superavitário, tem um potencial enorme, consegue produzir carne para o mercado mundial, tanto de aves, suínos e bovinos, tem todo esse potencial futuro de nós aproveitarmos a chamada crise financeira, com a economia real realmente, aquela economia real que nós temos, que é um país diferente, que tem essa possibilidade.

Então eu só pediria que além de nós revisse o Decreto e possibilitarmos realmente que os investimentos privados também venham a se constituir mais atrativos, que se facilite isso para por intermédio de um Decreto, ou obedecendo a Lei, como a Senadora Kátia colocou, eu vejo que é imediato esses procedimentos e nós devemos, então, correr contra o tempo, porque se não aparelharmos toda a costa brasileira nós não vamos sair do lugar que nós estamos hoje, nós vamos ficar estagnados. Essa daí seria a contribuição que eu gostaria de dar a essa Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu queria submeter ao Plenário se nós continuamos com as perguntas, depois as respostas, eu acho que ganharíamos escala de tempo. Então o Senador César Borges é o próximo inscrito.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Ministro, demais componentes da Mesa.

Na verdade a Audiência convocada pela Senadora Kátia Abreu e o Senador Eliseu Resende se prendia a discutir efetivamente a questão do Decreto que foi colocado, o Decreto 6.620, que está causando essa polêmica, se ele é facilitador de novos investimentos ou se ele é uma barreira a novos investimentos.

Eu não vou comentar sobre o Decreto porque eu acho que a Senadora Kátia Abreu, que participou de toda a negociação aqui dentro do Senado, inclusive foi a Relatora da Medida Provisória, ela já colo-

cou suas posições, o Ministro teve a oportunidade de respondê-la.

Eu acho que nós precisamos é de ter um ponto de concordância, de convergência com essa questão, porque sem sombra de dúvidas o país inteiro reclama por infra-estrutura e basicamente infra-estrutura portuária, que nós sabemos que faz parte efetiva do custo Brasil hoje nas exportações e nas importações. Isso daí não há como, eu não quero responsabilizar o Ministro, nem o atual Governo, mas que historicamente nós temos essa deficiência e que ela não está devidamente resolvida e combatida, ainda não está hoje no plano das idéias e das propostas, mas temos muito a fazer e fazer rapidamente, senão o país sairá prejudicado, principalmente diante da nova crise que chega aí.

Entretanto, eu não posso perder a oportunidade aqui, Ministro, de tecer comentários sobre a situação do meu Estado, uma situação que V. Ex^a. conhece bem, que já estive em audiência com V. Ex^a. e conversamos, porque a Bahia é a sexta maior economia do país, a Bahia representa 50% das exportações do Nordeste. Entretanto, tem nos portos baianos um gargalo para o seu desenvolvimento. No Nordeste nós temos vários portos, eu vou citar apenas Pecém e Suape, que representam apenas 10% da exportação do Nordeste. A Bahia representa 50%, cada um deles isoladamente com outros portos vão completar todas as exportações baianas. Pois bem. Aquele pior equipado e de maior deficiência de operação é a Bahia. Todos os jornais estão periodicamente, ontem eu vim de Salvador, na terça-feira, aliás, "Portos baianos exibem deficiência estruturais". Então V. Ex^a. sabe dessas deficiências, as deficiências são grandes. Nós estamos hoje tendo um custo adicional porque nós estamos perdendo carga para outros Estados, porque os portos baianos, que é o Porto de Salvador, o Porto de Aratu, aqueles públicos, e o Porto de Ilhéus, não estão vencendo as necessidades da Bahia. Nós precisamos na Bahia e fizemos portos privados para atender, por exemplo, o complexo industrial da Ford, porque os portos não tinham condições de fazer. Um dos fatores de atração foi investimento no porto, que foi feito pelo Estado, para possibilitar a chegada do complexo automobilístico da Ford na Bahia. Facilitamos também o porto privado de Moinhos Dias Branco, que está operando, quer dizer, tivemos que facilitar, o Estado comprou terrenos e fez a permuta com as empresas para atrair as empresas, porque os portos públicos não davam condições a essas empresas de se implantarem na Bahia senão tivesse essa solução. E hoje nós estamos perdendo 30 a 40% das nossas cargas para portos de outros Estados.

É uma situação inaceitável. É preciso que algo seja feito o mais rapidamente possível. Nós sabemos

muito bem a questão de dragagem para aprofundar o Porto de Salvador para 15 metros. Entretanto, essa licitação tem sido prorrogada e já foi prorrogada agora mais uma vez, quer dizer, eu não sei exatamente qual foi a motivação dessa última prorrogação, porque já era para ter saído no mês de setembro, depois virou o mês de outubro e agora, se não me engano, ela está para o mês de--

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Vai sair agora em dezembro.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Vai sair agora no mês de dezembro. Então a dragagem para que Salvador possa operar pelo menos no canal de acesso com 15 metros de profundidade. E, principalmente, a ampliação do Porto de Salvador, do porto de containers, que hoje as cargas são principalmente transportadas pelo sistema do container.

Então temos uma polêmica, essa polêmica é interminável e o que a sociedade baiana e a economia desejam é agilidade, é rapidez para que nós possamos ter um porto que atenda à economia baiana que está sofrendo pela falta de um porto, que possa atender a potencialidade inteira que tem o Estado da Bahia, que representa quase que 5% do PIB nacional e do Nordeste mais de 35% têm o PIB, mas não tem um porto à altura.

E eu não sei, eu gostaria de saber de V. Ex^a. qual é a saída? Nós vamos ampliar, de que forma vai ser a ampliação do Porto de Salvador? Hoje nós só recebemos navio Panamax, não podemos receber pós-Panamax, porque é um cais de duzentos e poucos metros, duzentos e dez metros.

Agora essa polêmica como é que se resolve? Será feita uma licitação, será feito um aditivo ao contrato, a empresa operadora do porto, uma solução do porto de container? Há essa dúvida na sociedade baiana e está sendo debatidos todos os dias nos jornais e a Bahia sofrendo e não há ainda uma solução.

Então eu já externei a V. Ex^a. essa preocupação, V. Ex^a. até mostrou irritação porque não há entendimento em como fazer. E mais recentemente, Ministro, eu li pelos jornais que o Presidente da CODEBA, que é uma empresa que nós sabemos que tem problemas seriíssimos de gestão, está demissionário. Há pouco tempo atrás foi substituída toda a direção da CODEBA quando V. Ex^a. chegou no Ministério, recém criado, porque foi verticalizado e aí foi verticalizado dentro do partido de V. Ex^a., indicado dentro de um único partido toda a direção da CODEBA. Agora já se fala na demissão do Presidente da CODEBA, quer dizer, é sempre um entrave do ponto de vista da continuidade administrativa para se chegar a uma solução.

Então eu deixaria essas questões, e para o final até eu gostaria de saber pelo Porto Sul, que é o Porto da Ponta da Tulha, que é um grande projeto estruturante para a Bahia, que seria a rodovia chamada Bahia Oeste, e que precisa de um porto. Entretanto, o projeto da concessão da ferrovia é um, está sob responsabilidade da VALEC e da ANTT, mas o porto é responsabilidade da ANTAQ e da Secretaria Especial dos Portos, que precisa definir com urgência, se não poderemos andar numa ponta com a ferrovia, que é extremamente importante para o desenvolvimento e é muito estruturante para o nosso Estado, inclusive para o escoamento de grãos do centro-oeste por essa ferrovia que vai até o Tocantins, até Palmas, da Senadora aqui Kátia Abreu, mas não tem ainda a solução, pelo menos eu não sei qual é a solução do porto. Aproveitando a oportunidade da presença do Ministro e do Dr. Fialho, eu gostaria de saber exatamente em que ponto está o projeto e o andamento, ou para a licitação, como é o pensamento da ANTAQ e da Secretaria para resolver a questão do Porto Sul, porque é um porto que será inicialmente, essencialmente, para o minério de ferro e outros minérios, que poderão ser aí escoados, mas também para cargas gerais, para grãos do oeste da Bahia e do centro-oeste do Brasil.

Então eu gostaria de deixar essas questões específicas com relação ao meu Estado, esperando que com relação à questão do Decreto 6.620, prevaleçam os interesses nacionais, que permitam investimentos de todos os setores, que nós sabemos que não é bom cartório, não é bom estatizar em qualquer tipo de excesso, por menor que seja que atrapalha o desenvolvimento, e se nós tivermos interessados no setor privado, investir num setor tão importante como porto, nós deveremos facilitar, pelo menos essa é a nossa opinião. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, Sr. Ministro, demais convidados a esta Audiência Pública.

Eu queria, inicialmente, agradecer a presença do Ministro Pedro Brito em Santa Catarina, terça-feira. Todos sabem da nossa tragédia e a presença do Ministro com as providências adotadas animaram muito, porque o Porto de Itajaí é um porto que movimentava nada mais, nada menos, do que 60% da carga frigorificada do país, do país. Não é de Santa Catarina, é do país. 60% do frango, do suíno congelado da exportação eram movimentados pelo Porto Público de Itajaí, e o Porto Público de Itajaí é o segundo em movimentação de containers do país, só perde, só perdia, para o Porto de Santos. Um porto que tem uma retroárea muito

pequena, um porto que tem uma dificuldade grande, porque os Caminhões circulam todos pelo centro de Itajaí, inclusive uma das obras do PAC é a via portuária, exatamente para ter um acesso exclusivo ao porto vindo diretamente da BR-101. E o Porto de Itajaí é um porto que sofreu profundos prejuízos, praticamente foi totalmente destruído, então vai ser iniciada a dragagem já a partir da semana que vem, pelas iniciativas adotadas não só da inclusão da Medida Provisória assinada na quarta-feira passada do Presidente Lula de 350 milhões. 350 milhões é mais do que o Governo Federal já colocou eu acho que nas últimas décadas nos portos catarinenses e eu acho que em muitos portos do Brasil, mas está na Medida Provisória e nós agradecemos ao Presidente Lula e agradecemos as providências que o Ministro, na visita, adotou para a retomada imediata da operação do Porto de Itajaí.

Eu queria ainda deixar claro que nunca antes, na história catarinense, e as pessoas não gostam, mas os portos públicos catarinenses, pela primeira vez na história, todos os quatro portos têm obras do Governo Federal, todos: o Porto de Itajaí, o Porto de São Francisco, o Porto de Laguna, o Porto de Imbituba. Santa Catarina talvez seja um Estado um pouco diferenciado, porque nós temos todas as modalidades de portos públicos. Nós temos o porto público municipalizado, que é o de Itajaí, nós temos um porto público estadualizado, que é o Porto de São Francisco, nós temos o Porto de Laguna, que é a Companhia Docas, e nós temos o Porto de Imbituba, que é uma concessão já de quase 70 anos da iniciativa privada. Tivemos que inclusive, Secretário Nacional, Ministro Pedro Brito, que até dar um jeitinho para poder recuperar o mole do Porto de Imbituba, que a iniciativa privada não cuidou adequadamente e estava por um triz para romper. Foi na época, ainda não estava criada a Secretaria de Portos, foi um sobrevôo do Ministro dos Transportes que viu a situação e nós encontramos uma solução jurídica para permitir um investimento de recuperação do mole de Imbituba, feito pelo Governo Federal, aliás, quem está fazendo a obra lá é o Exército, como também a obra do Porto de São Francisco, que a grande maioria foi o Exército que realizou. Portanto, Santa Catarina nunca teve na sua história obras e investimentos do Governo Federal como está tendo e isto modificou e muito. É um Estado exportador, todos sabem, depende fundamentalmente dos portos e nós somos muito gratos por tudo que vem sendo feito. Precisa fazer mais? É óbvio que precisa fazer mais, agora o que está sendo feito tem que ser reconhecido.

O Porto de São Francisco, por exemplo, quando iniciou os investimentos do Governo Federal, agora em 2005, fazia nada mais, nada menos, do que onze

anos que não recebia um tostão do Governo Federal, onze anos. Então, sabe, eu acho que isso é muito importante para que a gente realce para poder, nesse debate a respeito das dificuldades, das necessidades de mais investimentos sim, e a iniciativa privada tem correspondido, porque o investimento público feito nos portos tem atraído investimento privado na ordem de dez, doze, até quinze vezes mais no sentido de ampliar a capacidade portuária lá no nosso Estado.

Agora o que eu queria falar é o mesmo que eu falei quando nós debatemos a Medida Provisória do reporto. Quer discutir a questão dos portos no Brasil? Vamos fazer por Emenda Constitucional, porque a Constituição é claríssima, a Constituição é claríssima. “Art. 21: Compete à União – inciso XII – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão”, inúmeros serviços públicos, entre eles os portos marítimos, fluviais e lacustres. Portanto, compete à União explorar diretamente. Se ela não tem condições de explorar diretamente, ela vai fazer por concessão, ela vai fazer por permissão. Esta é a regra. A autorização é exatamente em situações precárias que, no caso portuário, não cabe, não cabe, porque são investimentos de grande porte.

Não adianta querer confundir isso com educação, porque a Constituição, eu posso até não concordar, mas a Constituição diz lá também de forma muito clara. “Art. 209 – O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições”. Então no caso do ensino, da saúde, a Constituição garante a entrada da iniciativa privada. No caso dos portos, não. É competência exclusiva da União e ela só pode fazer mediante a concessão. E a autorização, no caso dos portos, eu tenho a clareza de que não cabe, porque são grandes investimentos.

Portanto, se nós queremos fazer o debate, nós temos que fazer o debate por Emenda Constitucional. Não pode ser Emenda a Medida Provisória, não pode ser por Decreto, não pode ser por Resolução, modificação de Resolução da ANTAQ. Então querem fazer o debate? Aliás, a minha pergunta é essa: tem Emenda Constitucional, tem intenção da ANTAQ, do Congresso, da Secretaria de Portos, de apresentar Emenda Constitucional para modificar esta realidade constitucional? Porque se tiver, eu acho que aí nós fazemos o debate. Eu vou ser uma defensora de que continue sendo serviço público.

E eu quero dizer o seguinte: não tenho vinculação com cartel nenhum e se dizem que tem cartel de um lado, pode até ter de um lado, acho até que tem, tem do outro também, tem do outro também, certo? E quero dizer: por que é que eu faço a defesa de que é serviço público e precisa ter licitação, como tem que

ter na questão da energia elétrica, como tem que ter em outros serviços públicos? Porque qual é a questão que está em jogo? E aí eu quero usar as palavras do Senador Gerson Camata. Nós temos que garantir que o pequenininho, que é aquele que não tem a quem recorrer, tenha a garantia da sua carga movimentada. Porque é o seguinte: se sai como porto privativo, sai como porto privativo e o porto privativo dá um jeitinho de movimentar as cargas de terceiro, em grande maioria, o que é que faz o porto privativo movimentando carga de terceiro? Ele seleciona por aquilo que dá maior rentabilidade. Então o pequenininho não vai ter vez, não vai ter vez. O porto concessionado a partir da licitação, ele tem regras, porque as diferenças não são só as taxas, a diferença não são só as regras, é que o porte público concessionado à iniciativa privada é obrigado a movimentar a carga de todos, de toda e qualquer pessoa que precisa exportar ou importar, que precisa despachar a sua mercadoria ou não. Então para mim esta é a grande diferença, é a garantia para todos, e isto só acontece com a licitação, à regra do porto como serviço público subordinado à licitação para garantir que todos possam movimentar as suas cargas. Esta é a diferença para mim. É por isso que eu fiz uma defesa contundente, fiz uma defesa contundente. Não estou defendendo cartel nenhum, que volto a dizer, têm dos dois lados. Eu estou defendendo um conceito de serviço público e da garantia do direito de todo e qualquer produtor, seja um grande produtor rural, seja um micro, um microempresário que precisa fazer com que a sua carga entre e saia através do porto.

Então é por isso que eu não tenho nenhuma dúvida. Querem fazer a discussão da regra constitucional? Vamos fazer por Emenda Constitucional. Por isso que a minha pergunta é uma só a todos os representantes que estão aqui: ao Ministro, ao representante da ANTAQ, ao próprio representante da Confederação Nacional da Agricultura, que está reclamando que precisa de mais portos e tal: vamos mexer na discussão ou não vamos? Porque se não vamos mexer na Constituição, o Decreto está corretíssimo, o Decreto corrobora o que está no texto constitucional. Aquilo que a ANTAQ vai ter que fazer, terá que ser dentro da regra constitucional. Agora isto não serve isto é ruim, isto prejudica? Então vamos mudar a Constituição.

Eu quero dizer que se apresentarem a Emenda Constitucional, eu vou ser uma ferrenha defensora do porto como serviço público subordinado ao processo licitatório, até porque o Decreto é claríssimo. Eu não sei por que estão chiando que não podem investir. Por que é que não podem investir se diz o seguinte: “Qualquer interessado na outorga de porto organizado marítimo, mediante concessão, poderá requerer a

ANTAQ a abertura do respectivo processo licitatório". "Ah, mas vamos investir antes, vamos fazer estudos e tal". Alguém que investe antes faz estudo e tal, vai ter medo de licitação? Ele vai ter as informações privilegiadas, vai apresentar o melhor preço porque ele fez o estudo. Ou não vai ganhar a licitação quem tem as informações do estudo feito? Eu não acredito.

Agora querer movimentar carga sem seguir as regras, as taxas, a contratação de mão-de-obra, do OGMO, e ainda por cima poder selecionar, conforme a sua lucratividade, o que é que ele vai movimentar ou não, isso afronta a Constituição. E eu acho que aí o Decreto está corretíssimo, eu acho que qualquer modificação que a ANTAQ queira fazer vai ter que seguir obrigatoriamente o texto constitucional, até porque a participação da iniciativa privada está garantidíssima, inclusive incentivada pelo Decreto, que deixou claro agora o que é.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Senadora Ideli, me permite um aparte?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Senadora Ideli, eu acho que V. Ex^a. está correta, é preciso sempre haver a fiscalização do Estado. Para isso o país criou uma agência que disciplina, reguladora, Agência Nacional de Transportes Aquaviários, que ela tem a obrigação constitucional de fiscalizar, e não é fiscalizar apenas qualquer porto privado que seja feito uma autorização ou concessão ou o que quer que seja, mas ela tem a obrigação de fiscalizar inclusive aqueles que operam hoje os portos brasileiros que têm sido mediante licitação, porque se não fiscalizar vai acontecer o que V. Ex^a. está dizendo aí, vai ter privilégios para um em detrimento de outros. Então este é um papel que nós temos que exigir da ANTAQ, mas ela está criada e ela pode e deve cumprir o seu papel em todas as instâncias. Então não há porque ter essa preocupação, porque a agência está criada e está aí para fiscalizar toda a atuação daqueles permissionários, seja através de concessão, de permissão ou de autorização para operar serviços públicos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador César Borges, eu tenho certeza absoluta, elogio o trabalho da ANTAQ, eu acho que deve inclusive ter até uma atuação mais ofensiva no sentido da fiscalização, ainda mais, ainda mais. Agora não há possibilidade de fazer uma fiscalização com regras flexíveis para uma parte, que é de um jeito, de outra parte é de outro jeito, tem um ditame constitucional. O ditame constitucional é um único, é um único, está aqui no artigo que estabelece de forma muito clara que é da competência da União a exploração de portos e que isto só pode

ser concedido à iniciativa privada mediante processos licitatórios.

Então eu quero dizer que não tenho como não perguntar, essa é a minha única pergunta: nós vamos debater a mudança na Constituição? Existe algo no ar para isso? Se nós vamos debater, então na hora que isto se apresentar aqui, eu vou ser uma defensora da manutenção do porto como serviço público, que só pode ser concessionado mediante licitação. Se não existe isto, o Decreto do meu ponto de vista está correto, o que a ANTAQ vai fazer em termos de revisão terá que ser mantido conforme a regra da Constituição, e se nós temos que fazer mais investimentos, os investimentos estão autorizados a serem feitos, dentro da regra constitucional.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria de agradecer a presença do Carlini, do Fayet, do Dr. Fialho e também do Ministro. Infelizmente eu tenho que ir para o aeroporto, estou no meu limite, eu tenho que ir a Goiás, a Goiânia fazer um compromisso, meus colegas Senadores, Senadoras, mas dizer, Sr. Presidente, que eu já esperava o debate desta forma e a manifestação do Ministro também não muito animadora.

Eu não sei o que essa Casa pode fazer. Agora a pouco V. Ex^a. disse que nós fizemos um acordo para cumprir uma Lei. Foi verdade. Aquele acordo foi para cumprir uma Lei. E eu não tenho o menor ânimo de protocolar também um Projeto de Lei para cumprir a Lei e a Constituição. Nós precisamos sim mudar a Constituição para legitimar esse Decreto e não ao contrário, porque eu não posso fazer juízo de valores às palavras da Constituição. Quando a Constituição diz que permite autorização, concessão e permissão e sendo que licitação é só para concessão e permissão, eu não posso aferir que no caso dos portos não cabe autorização. Aí é demais. Aí é demais, Ministro, Presidente, não dá para fazer essa aferição, não dá. Eu querer enquadrar segmentos e atividades às palavras da Constituição, eu não me sinto grande o suficiente para isso. Eu prefiro obedecer à risca as palavras que estão escritas na Constituição, no art. 21: "Compete à União; XI – explorar, diretamente ou mediante autorização". Autorização, não é necessária licitação. E ainda é claríssimo na letra "f" repito: "os portos marítimos, fluviais e lacustres".

Eu tenho a impressão, Presidente, que o único caminho é a justiça. Eu tenho muita esperança que a

justiça possa ter misericórdia do país e que possa fazer valer a Constituição. Muito obrigada a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Ministro Pedro Brito e logo a seguir então fala o Dr. Fernando Antônio Brito Fialho.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: A Senadora Kátia Abreu está tendo que se ausentar, mas eu queria, em relação à autorização, tanto é que pode que ela é dada, dada dentro daquilo que está definida na política pública do Governo. A política pública do Governo é muito clara: a autorização será dada dentro do que está claramente definido no Decreto para o caso de portos privativos que são extensão do negócio da empresa. Para esses casos a autorização será dada. Para os casos da prestação de serviço público, de alguém que quer colocar um porto não para atender ao seu negócio, mas quer colocar um porto como negócio, que são coisas absolutamente diferentes, uma coisa é uma pessoa precisar de um porto fazendo parte do seu negócio, como centro de custos. Outra coisa é a empresa querer ter um porto como negócio, como centro de lucros, como centro de ganhos. São coisas absolutamente distintas. No primeiro caso o Governo autoriza. No segundo caso, vai para licitação, como é a regra. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Dr. Fernando Antônio Brito Fialho.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, Presidente, se o senhor me permite apenas--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pela ordem, Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem. Porque da forma como é argumentada aqui a história da autorização, Ministro há uma inversão total, porque, assim, é competência da União ou compete à União o serviço dos portos.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Isso.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E a União é que tem a prerrogativa de decidir se é autorização, concessão.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Exatamente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas os argumentos que são usados dão a impressão de que é o seguinte: é da União, é competência da União, mas quem tem que decidir se vai ser autorização ou licitação é--

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: É quem quer.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): -- É quem quer, entende? É o setor público? Não, aqui eu vou decidir que é autorização, eu não preciso fazer licitação, eu

faço como eu bem entendo. Então se é o setor público que vai fazer como bem entende então nós estamos afrontando a Constituição sim, porque se é competência da União, é a União que tem que decidir o que ela autoriza e o que ela concessiona por licitação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Fernando Antônio Brito.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pela ordem, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu não quero debater com a Senadora Ideli não, mas vou apenas citar um exemplo com relação ao gasoduto. A União dá autorização e deu várias autorizações à PETROBRAS e faz a fiscalização. Agora nós votamos, acabamos de votar ontem à noite a nova Lei do Gás, que disciplina, e o Congresso Nacional interpretou e decidiu que doravante mantido os direitos adquiridos das autorizações concedidas já, doravante será sempre por concessão. Nós votamos ontem a Lei do Gás que prevê isso, quer dizer, o Congresso Nacional decidiu dessa forma. Então pode ser por autorização, fazer por autorização. A PETROBRAS tem autorizações em todo o país para concessão de gasodutos, mas de agora em diante será sempre por concessão e nós disciplinamos aqui no Congresso Nacional. Então quem vai dizer é o Congresso Nacional que tem responsabilidade para isso e tem e pode fazer essa interpretação através de Lei Complementar ou através de uma Lei que possa regular o setor.

Então isso é um exemplo que pode acontecer muito bem com os portos, o próprio Congresso Nacional aqui pode definir e fez isso através da Medida Provisória. Agora se a interpretação continuou agora através do Decreto outra, é outra questão que pode se debater, senão vai terminar no Judiciário essa questão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador César Borges, só um--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Senadora Ideli Salvatti, pela ordem e para encerrar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Para encerrar, só um minuto. Nós não tínhamos o marco regulatório do gás, ele foi votado. Portanto, o marco regulatório do gás, ele consolidou o que já tinha sido feito antes da legislação regulamentadora, autorizações e tal, e a partir de agora é só concessão.

A Lei dos Portos foi a mesma coisa. Ela consolidou também situações anteriores e daí para frente, com exceção do porto de uso privativo, que é a autorização que continua os demais têm que ser pela regra da licitação.

Então o que nós estamos falando é a mesma coisa, é idêntico. Nós não estamos falando coisas diferentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Fernando Antônio Brito Fialho, com as desculpas, então, para as suas conclusões.

SR. FERNANDO ANTÔNIO BRITO FIALHO: Eu estou inteiramente à disposição. Eu acho que o tema é rico e muito interessante, mas eu gostaria de fazer alguns comentários, inicialmente, a respeito do que foi colocado pela Senadora Kátia Abreu quanto à Resolução 517, que foi editada em 2005. Quando entramos na agência, em 2006, iniciamos um processo de análise detalhada, com discussão ampla e generalizada com o empresariado, eu estive com representações de todos os players do setor portuário, com a Comissão Portos, que tinha uma representação ampla, e nessa linha fizemos uma avaliação de o quanto à ação regulatória era suficientemente adequada no sentido de que nós fizéssemos imposições de limites à implantação de terminais. E aí nessa linha, e conforme consta nos autos do processo em análise, conforme inclusive foi mencionado pelo professor Fayet na avaliação jurídica feita pelo nosso Procurador-Geral, Dr. Aristarte, é de que do ponto de vista regulatório não cabia à agência estabelecer limites que ultrapassassem o mandato legal da Lei 8.630.

Os terminais de uso privativo misto, que hoje montam em 125, 124 até recentemente, mais um que foi autorizado recentemente, da Aracruz Celulose, nós temos 125 terminais e que foram, na sua grande maioria, autorizados, mediante contrato de adesão celebrado entre o Ministério dos Transportes e os seus autorizados, e que estão absolutamente regidos e amparados pela legislação brasileira, porque o art. 21, conforme foi tão mencionado prevê o regime da autorização. Esses terminais prestam um serviço não só às empresas que operam diretamente, mas também prestam serviço a terceiros, fazendo um trabalho importante no setor do agronegócio. Vale salientar, por exemplo, no terminal do Vale do Rio Doce, no Espírito Santo, por exemplo, no terminal da Vale do Rio Doce lá no Maranhão, em que prestam um serviço importante à sociedade. Então eu acho importante fazer o registro do amparo legal e jurídico que se reveste os terminais que já estão instalados, já estão funcionando, inclusive os terminais da PORTONAVE e da EMBRAPORT.

No entanto, e aí reconheço, reconheço que o Governo trabalhou no sentido de editar a sua política portuária, valorizando a ação dos portos públicos, e nessa linha a ANTAQ vai procurar, como inclusive já delineei enxergar e procurar adequar o seu regimento dentro daquilo que foi editado no Decreto do

Sr. Presidente da República. Um detalhe importante é que não cabe à ANTAQ fazer julgamento de mérito quanto ao Decreto editado pelo Sr. Presidente da República. Vamos cumprir aquilo que foi determinado como política pública.

Outro aspecto, ressaltado o aspecto de que todos os contratos vigentes foram celebrados dentro da legalidade e que a operação da Vale do Rio Doce, da Cargill, da Bunge, da PORTONAVE, da EMBRAPORT, tem legalidade e funcionam dentro da Lei. Eu acho importante ressaltar que a ANTAQ está fazendo essas revisões e fazendo as revisões agora à luz de uma política pública. E que o ofício encaminhado e que consta nos autos reflete a mais absoluta verdade dentro da avaliação quanto ao cabimento dentro da regulação pura e simples.

E, também reforçando, que o Senador César Borges comentou a respeito da questão da fiscalização, realmente nós temos procurado ampliar essa nossa fiscalização. Tivemos no ano de 2007 mais de 1100 ações fiscais, no ano de 2008 devemos fechar com mais de 1300 ações fiscais, resultando em uma fiscalização mais presente, mais próxima, mais ostensiva, inclusive com relação aos portos públicos, exigindo posturas, exigindo mudança, resultando inclusive em punições conforme foi mencionado pelo Dr. Fayet. Então estamos reforçando, recebemos recentemente a autorização para a celebração de um concurso para ampliar essa ação fiscal com mais sete unidades regionais, uma inclusive será instalada em Salvador, então vamos ampliar essa ação, porque, assim, faz parte da agência de forma muito clara.

O senhor fez uma pergunta a respeito do terminal do Porto Sul. Nós participamos de duas reuniões para tratar a respeito do terminal, do porto, e há uma determinação de Governo, e como eu mencionei inicialmente que o nosso Plano Geral de Outorgas não impedirá a implantação de um porto público novo por uma demanda de geração de desenvolvimento, indução de desenvolvimento numa determinada região, então a ordenação para a criação desse porto é, primeiro, um Decreto do Sr. Presidente da República criando a área do porto organizado, depois a inclusão desse porto dentro do Plano Nacional de Vias, o PNV, e na sequência o procedimento do processo de licitação da concessão dentro de um arcabouço jurídico que está sendo avaliado, estamos estudando, tentando criar a melhor formatação possível, inclusive dentro da linha de reduzir a visão patrimonialista e sim de focar no atendimento a um custo mais baixo para o usuário final. Mas isso, obviamente, vai tomar um tempo de processo de licitação de concessão e até da confecção de um modelo. Eu quero ressaltar que a confecção do mo-

dado do setor elétrico, a confecção do modelo do setor de transporte terrestre, demorou dois anos para ser validado junto ao TCU, então é natural que a confecção de um novo modelo de concessão, muito embora tenhamos toda a determinação de trabalhar de forma célere na propositura desse modelo, mas esse modelo será discutido, esse modelo será avaliado, inclusive com validação junto ao TCU. Então assim há um time de implantação de novos portos que vai ser observado obedecendo todo o rito legal, mas estamos trabalhando em conjunto para seguir os trâmites e, assim que esse processo chegar dentro da agência, nós vamos fazer o encaminhamento do processo de concessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Ministro Pedro Brito.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Permita-me só rapidamente, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pela ordem, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Porque a previsão da conclusão da ferrovia estar operando é para 2011. Nós estamos em 2009 praticamente. Então o tempo urge para que seja dada a concessão e que seja executada a obra, porque ferrovia sem porto não vai funcionar. Então temos que concomitantemente chegar ao porto e a ferrovia.

SR. FERNANDO ANTÔNIO BRITO FIALHO: Eu concordo inteiramente com o senhor, mas o processo ainda se encontra no Executivo, ainda não foi encaminhado para a agência, estamos aguardando para fazer a nossa parte também.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Senador César Borges, o Ministro Pedro Brito queria fazer um esclarecimento a uma pergunta que V. Ex^a. fez.

SR. MINISTRO PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Não, é só sobre essa pergunta que o senhor fez, Senador, sobre a dinâmica aí lá do Porto Sul. Nós já estamos com o grupo que está trabalhando full-time, é um grupo composto pela Secretaria de Portos, pelo Governo do Estado da Bahia e pela VALEC, e claro que esse projeto ao qual o senhor está se referindo, que é importantíssimo para o Brasil e para a Bahia em especial por conta de toda a possibilidade que nós vamos ter de atender o oeste baiano, além da parte mineral, de produção mineral que está sendo colocada agora no mercado pelo Estado da Bahia, coisa que já existia, mas agora que está vindo para o mercado, esse projeto é um projeto interligado de ferrovia com porto, não pode ser diferente, nem tem sentido o porto sem a ferrovia e nem ao contrário. É um projeto único na verdade do ponto de vista estratégico de negócio. E nós estamos em ritmo de sintonia entre os dois pro-

jetos e naturalmente que nós não vamos esperar dois anos para isso. Nós vamos colocar esse projeto, a nossa idéia é estar com ele no segundo semestre do próximo ano pronto para ser licitado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pois bem, então a presidência agradece a presença do Ministro Antônio Brito, do Sr. Nelson Carlini, do Diretor-Geral da ANTAQ, Dr. Fernando Antônio Brito, do Luiz Antônio Fayet, dos Srs. Senadores e declaro encerrada esta Audiência Pública. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h46

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2008, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO DA COMISSÃO, SALA 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

As quatorze horas e cinquenta e dois minutos do dia dez de dezembro de dois mil e oito, no plenário da comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, Presidente da Comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores Serys Slhessarenko, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Expedito Júnior, Valdir Raupp, Valter Pereira, Wellington Salgado, Gilberto Goellner, Eli-seu Resende, Jayme Campos, Raimundo Colombo, João Tenório, Flexa Ribeiro, Gim Argello, João Durval, Renato Casagrande, Marco Maciel e Eduardo Azevedo. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presidência submete ao plenário da comissão a inversão de pauta, que foi aprovada. O Senador João Tenório solicita a inclusão, extrapauta, do PLS nº 327, de 2006. O Senador Marconi Perillo solicita a inclusão, extrapauta, do PLC nº 64, de 2005. A Presidência procede à leitura do Aviso nº 1882 – Seses-TCU-Plenário, datado de 03 de dezembro de 2008, da lavra do Ministro Walton Alencar Rodrigues, referente ao acompanhamento do processo de licitação e contratação de Parceria Público-Privada (PPP) do projeto de irrigação Pontal, na modalidade concessão patrocinada. A presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias: 1ª Parte da Reunião. Audiência Pública com a presença do Senhor Jerson Kelman, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica

– ANEEL, para expor sobre as atividades exercidas em sua gestão, em atendimento ao Requerimento nº 47–CI, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo. A Presidência convida o Senhor Jerson Kelman para tomar assento à mesa dos trabalhos e lhe concede a palavra para suas considerações iniciais. Usam da palavra os Senhores Senadores Marconi Perillo, Eliseu Resende, Valter Pereira e Wellington Salgado. 2ª Parte da Reunião. Item Único – Não Terminativo – Projeto de Lei da Câmara, nº 18, de 2000, que “Estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências”, de autoria da Presidência da República, tendo como relator o Senador Eliseu Resende, que apresenta minuta de relatório com voto favorável à matéria, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Na reunião realizada no dia 03 de dezembro de 2008, após a leitura do relatório, proferida pelo Senador Eliseu Resende, foi apresentada Emenda ao Projeto de autoria do Senador Francisco Dornelles. A discussão da matéria foi adiada. Aprovado o parecer favorável à matéria, nos termos da Emenda nº 01–CI, de 2008 (Substitutivo). O relator acolhe a emenda de autoria do Senador Francisco Dornelles, que é incorporada ao Substitutivo. A comissão aprova, também, Requerimento de Urgência de autoria do Senador Eliseu Resende, nos termos do art. 336, inciso II, combinado com o art. 338, inciso IV, do RISF. A Comissão delibera extrapauta: Item 01 – Decisão Não Terminativa – Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2006, que “Dispõe sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, o alfandegamento de locais e recintos, a licença para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Centro Logístico e Industrial Aduaneiro; modifica a legislação aduaneira; alterando as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, 9.019, de 30 de março de 1995, 9.069, de 29 de junho de 1995, 9.716, de 26 de novembro de 1998, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e os Decretos-Leis nºs 37, de 18 de novembro de 1966, e 2.472, de 1º de setembro de 1988; e revogando dispositivos dos Decretos-Leis nºs 37, de 18 de novembro de 1966, e 2.472, de 1º de setembro de 1988, e da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e dá outras providências”, de autoria do Senador João Alberto Souza, tendo como relator o Senador João Tenório, que apresenta minuta de relatório favorável ao projeto, acolhendo integralmente a Emenda nº 1 e parcialmente a Emenda nº 2 (nos termos da Emenda nº 19), ambas de autoria do Senador Aloizio Mercadante, com as emendas que apresenta. Vista concedida à Senadora Serys Slhessarenko, pelo prazo regimental, nos termos do

art. 132, § 1º do RISF. Item 02 – Decisão Não Terminativa – Projeto de Lei do Senado nº 64, de 2005, que “Altera o art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (reduz o percentual de participação da Compensação Financeira sobre a Exploração de Recursos Minerais (CFEM) incidente sobre os bens minerais de aplicação imediata na indústria da construção civil)”, de autoria do Deputado Ricardo Izar, tendo como relator o Senador Eduardo Azeredo, que apresenta minuta de relatório pela aprovação da matéria, com a Emenda CAE 01/2007, e pela rejeição das emendas de autoria dos Senadores Marconi Perillo e Neuto de Conto. Foi designado Relator “ad hoc” o Senador Gim Argello. Aprovado o parecer favorável à matéria, com a Emenda CAE 01/2007, e rejeitadas as emendas de autoria dos senadores Marconi Perillo e Neuto de Conto. Item 03 – Requerimento nº 51, de 2008–CI, de autoria do Senador Expedito Júnior, que requer a dispensa da audiência pública com o Ministro de Minas e Energia e com o Ministro do Meio Ambiente, aprovada na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, pelo Requerimento nº 48, de 2008, em razão de perda do objeto que motivou o pedido de audiência, haja vista que a liminar que impedia o prosseguimento das obras da usina hidrelétrica de Jirau, em Rondônia, foi cassada. Aprovado. Item 04 – Requerimento nº 52 de 2008–CI, de autoria do Senador Eliseu Resende, que requer nos termos do § 2º do art. 93 do Regimento Interno, a dispensa da audiência pública com o Ministro dos Transportes, Senhor Alfredo Nascimento, aprovada na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, pelo Requerimento nº 50, de 2008, pois a matéria a ser elucidada com essa audiência foi amplamente discutida junto ao Ministério. Aprovado. Item 05 – Requerimento nº 53, de 2008–CI, de autoria do Senador Demóstenes Torres e outros, que requer, nos termos do art. 256, I, combinado com o art. 211, III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja dispensada a realização de Audiência Pública conjunto da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR e da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI, anteriormente requerida por meio do Requerimento nº 11, de 2008–CDR (aprovado em 06.11.2008) e do Requerimento nº 45, de 2008–CI (aprovado em 29.10.2008), tendo em vista que o motivo que ensejou o pedido de audiência pública já ter sido contemplado através de resposta em Nota Técnica nº 6 CGFD/DFD/SDR, referente à proposta de alteração do Decreto 6.539, de 28 de agosto de 2008 (SUDAM e SUDENE). Aprovado. A Presidência agradece a presença de todos

e declara encerrada a reunião às dezesseis horas e cinquenta e seis minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

26ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGIS- LATURA. REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2008, ÀS 14 HORAS E 51 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental declarado aberta 26ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Eu consulto ao Plenário se há autorização para inversão da pauta, iniciando pela segunda parte da reunião, com Audiência Pública, com a presença do Ilustre Dr. Jerson Kelman, Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para expor sobre as atividades exercidas em sua gestão em atendimento ao Requerimento 47 de 2008, de minha autoria. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra pela ordem o Ilustre Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Eu gostaria de solicitar a V. Exa. a inclusão extrapauta do PLS 327, que trata da questão dos portos secos que nós estamos com bastante tempo já em análise, e como nós estamos praticamente no final de exercício, eu gostaria que V. Exa. aceitasse a proposição de encaminhar isso de uma maneira extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Em discussão o requerimento de iniciativa do Ilustre Senador João Tenório. Não havendo quem queira discutir eu coloco em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Nós vamos incluir na pauta da presente reunião a apreciação desse projeto.

Eu também apresento requerimento solicitando que seja incluído na pauta da sessão de hoje, o projeto de lei que trata da questão do CEFEM. Em discussão, não havendo quem queira discutir eu coloco em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado também esse segundo requerimento.

Há requerimento sobre a mesa. “Nos termos do Regimento e da Constituição requer dispensa da Audiência Pública com o Ministro de Minas e Energia e com o Ministro de Meio Ambiente, aprovado nesta Comissão pelo Requerimento 48 de 2008; em razão da perda do objeto que motivou o pedido de audiência, haja vista que a liminar que impedia o prosseguimento das obras da Usina Hidrelétrica de Jirau em Rondônia foi cassada”. De iniciativa do Senador Expedito Júnior.

Em discussão o requerimento de iniciativa do Senador Expedito Júnior. Não havendo quem queira discutir. Eu coloco em votação. Os senhores que aprovam permaneçam como se acham. Aprovado.

Requerimento de iniciativa do Ilustre Senador Eliseu Resende, também “Nos termos do Regimento e da Constituição, requer dispensa da Audiência Pública com o Exmo. Sr. Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, aprovado nesta Comissão pelo Requerimento 50 de 2008, pois a matéria a ser elucidada com essa audiência foi amplamente discutida junto ao Ministério”.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento de iniciativa do Senador Jarbas Vasconcelos, Senador Demóstenes Torres, Senador Marco Maciel e Senadora Rosalba Ciarlini. “Nos termos do Regimento e da Constituição, solicitam que seja dispensada a realização de Audiência Pública conjunta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, anteriormente requerida por meio dos Requerimentos 11 de 2008, da CDR, aprovada em 06 de novembro de 2008 e o 45 de 2008, dessa Comissão, aprovada em 29 de outubro de 2008; tendo em vista que o motivo que ensejou o pedido de Audiência Pública, já ter sido contemplado através da resposta em nota técnica, ou seja, perda do objeto.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passou a ler Aviso do Tribunal de Contas da União. Passo à leitura resumidamente do Aviso do Tribunal de Contas do Tribunal de Contas da União, encaminhado a esta Comissão, que ficará à disposição os Srs. Sena-

dores e suas assessorias em sua íntegra na Secretaria para as consultas que se fiz em necessárias.

"Aviso nº. 1882, SECEX(F)/TCU – Plenário, datado de 03 de dezembro de 2008, da lavra do Sr. Ministro Walton Alencar Rodrigues, referente ao acompanhamento do processo de licitação e contratação de parceria público privada PPP, do Projeto de Irrigação Pontal, na modalidade da concessão patrocinada". Está feita a leitura à Secretaria.

Eu convido para compor a mesa o Exmo. Sr. Dr. Jerson Kelman, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para expor sobre as atividades exercidas em sua gestão, em atendimento a Requerimento desta Presidência, aprovado nesse exercício.

Tenho a satisfação de receber mais uma vez, no Plenário dessa Comissão, o Ilustre Diretor Geral da ANEEL, Dr. Jerson Kelman que manteve com esta Comissão ao longo dos últimos dois anos uma relação de absoluta cordialidade, respeito e de muita responsabilidade em relação a todos os pleitos de informações que foram solicitados através de requerimento do Srs. Senadores.

Com a palavra o Dr. Jerson Kelman pelo tempo de 30 minutos.

SR. JERSON KELMAN: Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Senador Marconi Perillo a quem agradeço a oportunidade de ao término do meu mandato na ANEEL, vir aqui para fazer uma prestação de contas, Deputado Arnaldo Jardim e amigo. Cumprimento os meus companheiros de ANEEL na pessoa dos Diretores Edvaldo, Romeu, Joísa e Sena, minhas senhoras e meus senhores.

Eu, Senador, vou ser aqui pontual, eu não vou fazer uma apresentação que trate de dar muitos detalhes do que foi esses quatro anos na ANEEL. Eu vou procurar pinçar alguns itens, mas começando por algumas reflexões, Senador e Deputado, que sejam relevantes para o Congresso Nacional.

Quer dizer depois de quatro anos na ANEEL, penso que tenho alguma coisa a sugerir ao Congresso Nacional, no que diz respeito à necessidade de aperfeiçoamento do marco regulatório. Então, a próxima transparência, por favor.

Eu vou fazer aqui, como eu disse uma visão de como é que está o setor elétrico nos três segmentos, os três segmentos do setor elétrico, geração transmissão e distribuição. É claro que há um quarto segmento que é comercialização, mas não será objeto dessa discussão aqui. O próximo.

Essa figura mostra grosso modo, como é que é uma conta típica de cem reais para o consumidor residencial, portanto, os valores estão em reais ou em

percentagem. Ali temos que 31,33 reais ou por cento é o custo, quer dizer, o que na conta de luz o consumidor paga pela produção de energia elétrica, pela produção dos elétrons.

Depois vemos mais duas barras que estão relacionadas a fio, quer dizer transporte de energia, transporte em alta tensão, 6,25; transporte em baixa, tensão que é a distribuição de energia elétrica: 28 quase 29 reais. E a parcela associada a encargos e tributos é de 33,45, isso são encargos e tributos pagos diretamente pelos consumidores. É claro que nas outras três parcelas há também encargos e tributos que quando somados levaria o total a quase 50%. Próximo, por favor.

De quatro em quatro anos a ANEEL, revisa as tarifas das distribuidoras da seguinte maneira. Todo ano existe uma parcela que chamamos parcela A, que ela é repassada aos consumidores que são a parte que a distribuidora compra de energia e os encargos e tributos. Quer dizer é algo que ela não gerencia. O que nós prestamos atenção de quatro em quatro anos, é com relação à parcela B, que no gráfico anterior era aquela barra correspondente à distribuição.

E nós de quatro em quatro anos visitamos os custos da distribuidora apenas para ver se podemos diminuir. Nós temos 64 distribuidoras, portanto, temos que fazer revisão dessas 64 distribuidoras e são 20 permissionárias antigas cooperativas. Próximo.

Esse gráfico demonstra a evolução ou como é que variaram as tarifas de energia elétrica nesses últimos dois anos, fruto do segundo ciclo de revisão tarifária aplicado pela ANEEL. O que se observa é que da maior parte das distribuidoras que passaram por um processo de revisão, houve diminuição da tarifa e em algumas poucas houve aumento de tarifa.

Por que houve diminuição? Essencialmente porque primeiro nós fizemos a revisão, o recálculo de qual seria a remuneração, qual seria a receita necessária para a distribuidora prestar seu serviço. Segundo, porque o dólar estava baixo e o dólar estando baixo a energia de Itaipu estava barata. Isso vai mudar.

Terceiro, porque nós tínhamos mudado a metodologia e vários investimentos que a concessionária tinha uma taxa depreciação, mas que de fato eram investimentos não feitos pela concessionária e sim, pelos consumidores ou por terceiros, esses investimentos pararam de vender cota de depreciação.

Eu quero cumprimentar o Sr. Senador Eliseu Resende, muito me alegra sua presença.

E por última a conta da CCC, que é uma conta de subsídio para consumo na Amazônia, em que custava perto de quatro bilhões de reais e desceu para três bilhões de reais. Para o futuro o próximo ano, o

prognóstico não é muito bom, porque com a alta do dólar, nós fizemos uma simulação.

Só no caso da Elektro, a previsão é que se o dólar sair do patamar que estava e ficar no patamar de 2, 20 reais por dólar, o impacto por conta da cota de Itaipu e, por conta do fato que a cota de Itaipu ficou mais cara. Quer dizer, a energia de Itaipu ficou mais cara em dólar, foi uma decisão do Conselho de Administração de Itaipu, isso fez com que o impacto na tarifa da Elektro seja pelo menos de 5%, só pela variação do dólar. O próximo. A variação do dólar e da tarifa em dólar.

Eu queria então, Senador chamar a atenção, que esse gráfico talvez seja a principal contribuição que eu tenho a dar aqui ao Senado Federal. Ele traduz de um lado a curva em azul, qual é a renda per capita em diferentes Estados da Federação e, em marrom qual é a tarifa.

Se nós olharmos para o ponto da extrema direita, vamos ver que a renda per capita mais alta é do Distrito Federal, aquele ponto lá na extrema direita é do Distrito Federal e corresponde a tarifa mais baixa do Brasil. Quer dizer, isso é algo que choca o senso comum.

A maior parte das pessoas imaginaria que no lugar digamos mais rico a tarifa seria mais alta; num lugar mais pobre, talvez, como o Maranhão ou a Bahia, enfim, a tarifa seria mais baixa. Não é assim, porque o Senador Eliseu Resende sabe bem, desde 93 acabou-se no País a equalização tarifária e agora, digamos, a conta de energia é repartida é fracionada entre os consumidores de uma determinada região.

Então numa região, como por exemplo, Maranhão ou o Mato Grosso do Sul em que há poucos habitantes no território, a densidade demográfica é baixa o consumo de energia de cada unidade consumidora de cada casa ou de cada comércio é baixo e você precisa esticar vários quilômetros de linha para atender aquele baixo consumo de energia; inescapavelmente os reais por megawatt-hora é mais alto do que digamos em São Paulo, onde com um metro de linha serve-se a vários prédios em cada prédio moram muitas pessoas e cada uma das pessoas consomem muito energia. Essa mesma analogia nós poderemos fazer entre Brasil e países desenvolvidos.

Quer dizer, o preço unitário de energia no Brasil tende a ser mais caro apenas por essa razão e como eu disse, em regiões mais pobres mais caro ainda e menos densa a carga. Próximo.

Aqui é uma representação dessa desigualdade tarifária nas tarifas residenciais em diferentes locais do País. Nós temos, à esquerda Paraná, Copel, nós temos à direita Maranhão. Temos em azul, o que o consumidor residencial paga e temos por megawatt-hora em

termos de produção de energia, portanto das usinas. Em amarelo, transporte e energia que é a rede de alta tensão e baixa tensão que é a distribuidora.

Em vermelho são os encargos, os encargos como sabem bem, são as transferências entre consumidores de energia elétrica para baixa renda, para subsidiar a energia da Amazônia para eólica e para várias outras coisas que estão somando cerca de dez bilhões de reais.

Em cinza o principal vilão que são os impostos, o principal deles é o ICMS. O ICMS, afetando consumidor, afetando até o desconto, até o subsídio dado para o óleo o ICMS incide e isso faz com que nós tenhamos essa grande assimetria. Próximo.

Aqui eu comparo as tarifas dessas algumas distribuidoras com o preço de energia elétrica residencial, na Europa, alguns países europeus. E nós vemos que não estamos bem na fotografia, porque só alguns poucos países têm uma tarifa mais elevada do que a nossa, Alemanha, Itália e Dinamarca e daí para frente, nós não estamos bem; levando em consideração que esses países Dinamarca, Alemanha, utilizam energia gerada pela eólica, pelo vento que é muito mais cara do que a nossa que seria de energia hidráulica. Então isso considera os impostos e os encargos e tudo que eu já mencionei. Próximo.

Quando nós examinamos o assunto na linha de renda per capita, quer dizer, quanto custa a energia para o consumidor, quer dizer, quanto pesa na renda familiar dele o cenário é muito mais trágico. Todos os países europeus, em todos os países europeus o cidadão médio tem que comprometer da sua renda, menos de 1% para pagar a conta de luz, enquanto que no Brasil sempre mais que 1% até chegar o caso, assim, chocante que no Maranhão 8% da renda em média é dedicada à conta de luz, digamos.

O que isso significa para a Agência Reguladora, para a ANEEL? É que nós temos um trabalho extremamente difícil, não é fácil convencer a população – e ela tem razão de estar irritada – de que estamos fazendo um bom trabalho, quando a conta de luz pesa demais do bolso do consumidor.

Agora, ela pesa demais não porque a ANEEL decide fazer isso, não porque a ANEEL tem alguma maldade e gosta de penalizar o consumidor e sim, porque o nosso espaço de atuação está absolutamente restrito, está confinado ao que as leis definem. E as leis definem aqueles encargos e tributos todos que eu já mencionei e, ainda esse método de repartição de custos que divide o custo de cada concessionária na sua área de concessão o que traz essa assimetria.

Além de que é evidente, a nossa renda per capita, não se compara a renda per capita, não se compara a renda per capita européia. Próximo.

Aqui então eu cesso essa introdução que é apenas para dizer que a tarefa nesses quatro anos meus e, dos meus colegas de Diretoria de explicar para a sociedade o que fazemos não é um tarefa simples; porque a população tem de fato razões para sentir que a conta de luz é cara no seu bolso, tem razão para isso.

Aqui eu entro na prestação de contas propriamente dita da ANEEL, essas curvas mostram a evolução do orçamento da ANEEL. Em azul o que os consumidores pagam de taxa de fiscalização, portanto, agora em 2008, quase 400 milhões de reais, 360.

Em verde, é o que o Congresso Nacional aprova da Lei Orçamentária. Em vermelho, o que o Decreto Presidencial de contingenciamento nos permite gastar. Em preto, que quase confunde com o vermelho, é o que nós gastamos. Quer dizer, de fato nós estamos gastando o quanto nos é permitido gastar, mas muito se fala...

E quando se olha esse gráfico, percebe-se uma grande diferença entre o que o consumidor paga de taxa de fiscalização, para ter um serviço de fiscalização de um lado e do outro lado o que recebe – que é a curva vermelha. Eu penso que já nessa Casa e até nessa Comissão mesmo, eu tinha feito uma sugestão que a taxa de fiscalização poderia ser diminuída, para aliviar um pouco – não seria muito impactante – mas diminuir um pouco a conta no bolso do consumidor. E em contrapartida dar um pouco mais de flexibilidade a ANEEL.

O nosso principal problema não é propriamente o contingenciamento, mas é a falta da autonomia administrativa. Isso nos faz às vezes até ter comportamentos pouco lógicos, sob o ponto de vista administrativo por restrições de regras administrativas que são impostas a ANEEL, a despeito que a Lei da ANEEL lhe dá autonomia administrativa, na prática nós temos grandes dificuldades. Próximo.

Aqui recursos humanos. O que se observa nesses quatro anos é um aumento significativo de menos de 500 servidores para mais de 600, em que a curva azul significa servidores concursados. Então, esses quatro anos nós tivemos uma evolução significativa de 206 para 532 servidores concursados. E há outros que são também de livre provimento, são aqueles outros cargos ali. Próximo.

Aqui talvez um item que nós na ANEEL temos em específico em relação às outras agências e que muito nos orgulha. Todas as nossas decisões e reuniões de Diretoria que são tomadas em reuniões públicas e transmitidas pela Internet, todas as terças-feiras. Essa

é uma prática de transparência de prestação de contas, do nosso processo decisório das nossas motivações para a sociedade, que eu julgo altamente vitoriosa e que eu recomendo a todas as demais agências.

Quer dizer, é sempre bom que a discussão entre os Diretores se dê em público – como eu disse transmitida pela Internet ao vivo. Isso faz com que morra do nascedouro, qualquer teoria conspiratória ou por que a Diretoria tomou a decisão A e não a B e etc, porque fica transparente quais são as motivações de cada Diretor no seu voto.

Além disso, temas relevantes são antecedidos de Audiências Públicas com ampla divulgação e todos os nossos processos, todas as nossas decisões são amparadas em notas técnicas em pareceres jurídicos; qualquer pessoa tem integral acesso aos autos e, portanto, sabe qual foi a motivação para a decisão A ou B. Próximo.

Na fiscalização, é nossa função fiscalizar. É pouco conhecido, ali estão os números de multas aplicadas e os valores. Em média, 2008, 85 milhões – isso é pouco conhecido. Grande parte dessas multas têm origem em violações que as distribuidoras de energia elétricas fazem de padrões de qualidade no que diz respeito a continuidade.

A partir de 2008, essa quase invisível multa para o consumidor vai ser modificada, ela vai voltar para o consumidor. Agora, quando a concessionária não tiver atingido a meta o número de horas de serviço e frequência máxima de interrupções de serviço, ela indenizará o consumidor invés de pagar uma multa; de forma que os recursos não modificarão substancialmente, mas isso que é quase invisível para o consumidor, porque vai para uma conta que ele não percebe passará a aliviar um pouco a conta do consumidor. Próximo.

Essas fiscalizações são feitas por agências estaduais que são conveniadas com a ANEEL. A ANEEL o contrário de outras agências, não tem escritórios regionais. Nós fazemos convênios com as três agências estaduais, gostaríamos de ter outras agências estaduais conveniadas conosco e repassamos recursos para que elas possam fazer essa fiscalização. Próximo.

Aqui um quadro do que... Muita interação tivemos com essa Comissão e com o Congresso Nacional em geral em relação ao tema de novas hidrelétricas. É patente que o Brasil só utilizou menos de 30% do seu potencial, a nossa vocação é hidrelétrica, portanto, temos que desenvolver isso. E ali na parte de cima do gráfico, são temas relacionados a pequenas centrais, do lado esquerdo nós vimos que 91 rios foram inventariados.

Quer dizer, foram descritos quais os locais onde pode fazer barramento, totalizando 21 mil megawatts,

esses foram aprovados esses quatro lotes. E projetos PCHs, especificamente aprovados 186, totalizando quase 2500 megawatts e na parte debaixo as grandes hidrelétricas.

Gostaríamos de ter aprovado muito mais do que essas, só aprovamos viabilidade 19, totalizando quase 9 mil e 500 megawatts e projetos básicos aprovados 24 apenas, mais de oito mil megawatts. No que diz respeito a PCH, ainda existe uma fila de espera na ANEEL, havia muita reclamação. Próximo.

Nós fizemos com que essa fila de espera possa ser resolvida de duas maneiras: de um lado dando grande transparência de qual é a fila na Internet, ara que ninguém empreendedor... "Por que tem essa fila de espera?" Porque temos nós temos poucos funcionários e temos uma explosão de projetos de PCHs para ser aprovado.

Então, para não ter nenhuma dúvida de como é que a ANEEL trata essa questão, nós colocamos na Internet, essa fila de espera para dar a chance de qualquer empreendedor saber exatamente onde está e quanto tempo que esperar.

E naturalmente convocamos mais servidores para esse serviço, através de um concurso público e simplificamos o processo de aprovação de PCHs por meio de uma nova resolução que aprovamos, ontem. Portanto, a nossa expectativa é que essa fila deve se esvaír brevemente.

Quando falamos de grandes centrais. Próximo. Aqui estão os leilões que nós realizamos para a contratação de energia. Como os Senadores e os Deputados sabem e todos os senhores sabem no novo modelo do setor elétrico estabelecido em 2004, as contratações de energia se dão por prazo de 15 anos, no caso de usinas térmicas e no caso de 30 anos para novas energias hidráulicas.

E ali são os números de usinas que foram viabilizadas, novas usinas através desses leilões. Foram 11 usinas hidrelétricas, três pequenas centrais hidrelétricas e 107 usinas termoeletricas. Em termos de potência 15 mil megawatts são de térmicas, num total de 24 mil. Portanto grosso modo 2/3 dessa nova geração tem origem térmica.

O que muito nos preocupa, sabe Senador Marconi Perillo, porque 2/3 de nossa produção sendo térmica significa que nós estamos sujando a nossa matriz elétrica. E porque que acontece isso? Acontece isso porque temos grande dificuldade de aprovar novas usinas hidrelétricas, eu não me refiro a dificuldade do IBAMA ou no órgão de licenciamento ambiental estadual.

Na verdade dificuldade *latu sensu*, no sistema amplo de aprovação de usinas – que é o sistema formado pelos órgãos ambientais – mas também pela

ação do Ministério Público e pela ação da Justiça, que freqüentemente congela a construção de novas usinas por liminares ou por decisões que ao não permitirem que essas hidrelétricas sejam construídas – repito é a nossa vocação – o que se verifica é esse gráfico aí.

O que se verifica é um crescimento assustador de geração de novas usinas que vão queimar óleo combustível ou óleo diesel. Aquele gráfico mostra ao longo do tempo qual é a previsão de nova de geração ou de consumo de óleo para frente. E o gráfico embaixo é a mesma curva, em emissão de CO₂. De forma que se um marciano, chegasse ao Brasil, não compreenderia ou não precisa ser um marciano, um estrangeiro chega ao Brasil não entenderia a nossa lógica, a nossa política ambiental, *latu sensu*.

Porque nós deixamos de construir usinas hidrelétricas que é uma energia renovável, que é uma energia limpa e optamos por um processo de dificuldade para aprovar a construção de hidrelétricas, cada vez mais construímos usinas térmicas que queimam óleo e contribui para o efeito estufa. Próximo.

Nós também nesses quatro anos tivemos uma atuação muito enérgica da segurança energética – sem nenhum trocadilho. Todos talvez se lembrem que em 2006 ocorreu uma crise, porque não havia gás natural à disposição do setor elétrico.

E essa ausência de gás natural para o setor elétrico decorria de um fato de que durante alguns anos, depois do racionamento, as térmicas que usam gás natural não precisaram ser acionadas e esse gás natural acabou sendo alocado a outro setor, especificam a indústria e aos veículos.

E, isso fez com que na hora que foi necessário usar o gás natural nas termoeletricas não estava disponível, houve muita tensão. O Conselho de Monitoramento do setor elétrico se debruçou sobre o tema, a ANEEL foi inflexível, na posição de que nós não poderíamos contar com recursos energéticos que na realidade não existem, seria como contar com uma frota de veículos que não tem combustível para movimentá-la.

E depois de muita discussão o resultado foi um termo de compromisso assinado pela Petrobras com a ANEEL, em que ela se compromete ao longo dos próximos anos ir aumentando a locação de gás natural para o setor elétrico. Em troca disso também introduzimos algumas flexibilidades no setor elétrico, no sentido de permitir no caso o GNL, o gás natural liquefeito, que o despacho dessas usinas que serão movidas a GNL, tenha algum prazo de antecedência de aviso. Próximo.

Na fase de transmissão no segmento de transmissão, talvez o segmento mais tranquilo, mais simples, porque cabe ao Governo através da EPE definir

quais são as linhas de transmissão que tem que ser construídas entre o ponto A e B. E licitam-se essas linhas e ganha o direito de construir a linha aquele que aceitar uma receita, quer dizer, uma espécie de aluguel mais baixo.

Nós ao longo desses quatro anos licitamos cerca de quase 19 mil quilômetros, portanto, mais de 5 mil, mais de 4 mil quilômetros por ano. Pois não... Investimentos estimados de 17 bilhões de reais total, estamos em falando de 17 bilhões de reais. E a soma desses aluguéis dessas várias linhas, cerca de 1,7 bilhões de reais. Próximo.

Há um programa pouco conhecido de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento que investe significativos recursos nessa área, às distribuidoras fazem isso. Cerca de 200 e poucos bilhões de reais em eficiência energética, o ano passado esse recurso era orientado exclusivamente para as indústrias melhorarem seus processos industriais. Não era mal, mas recentemente a ANEEL deu uma guinada e orientou esses recursos, essencialmente, para ajudar a melhorar a eficiência energética das residências de baixo poder aquisitivo.

Portanto, fazendo com que o consumidor de baixo poder aquisitivo, as povoações mais carentes pudessem diminuir a sua conta de luz e, eventualmente até desperdiçar menos em termos de calor. Eventualmente até retornar a cidadania que muitas vezes, a conta era estão alta que o cidadão era um pouco empurrado para fora da legalidade e passava a consumir de forma ilegal.

Em pesquisa e desenvolvimento também havia uma pressão, uma decisão que as distribuidoras tinham que investir, nós já liberamos isso e fizemos com que elas só invistam em pesquisa e desenvolvimento quando tiverem bons projetos para serem feitos. Não se trata de gastar dinheiro e sim, realizar bons projetos, enquanto não tiverem bons projetos esses recursos vão sendo acumulados e não desperdiçado. O Próximo.

Em relação aos consumidores fizemos diversas atividades, mas a principal delas foram cartilhas que explicam ao consumidor o que ele está pagando na conta de luz. Foram diversas outras publicações, vamos ver para frente. Além disso, colocamos à disposição dos consumidores um número que não é para fazer reclamações corriqueiras quanto às concessionárias, porque para isso elas têm um número apropriado, mas é para se queixar das concessionárias. Próximo.

E nós temos centenas de milhares de reclamações por ano como vemos nessa aí, que são telefonemas dados nesse 154. É claro que quando o consumidor não consegue falar com a concessionária ele liga

para o 144 e nós temos esse mecanismo de verificar e fiscalizar a concessionária. Próximo.

Aqui é só para dizer do volume do trabalho da ANEEL, é claro que não é para ver esses números, só o último número à direita: atos publicados 17 mil. 17 mil atos publicados, só para ter uma idéia de qual é o volume de processo decisório, são centenas de empresas geradoras e são dezenas de empresas transmissoras, 64 empresas distribuidoras. Como eu falei, esse é o universo da ANEEL e muitas empresas comercializadoras. Nesse universo, decisões, despachos etc, publicados no Diário Oficial, mais de 17 mil assinaturas, digamos assim. Próximo.

Aqui já encerrando, também, colocamos à disposição da sociedade e dos consumidores várias publicações, já disse, que explicam os vários aspectos envolvidos da regulação do setor elétrico. Eu queria por último chamar a atenção dos Srs. Senadores e Deputados para dois itens que nos parece relevantes.

Um é que está na Câmara dos Deputados, mas seguramente virá para cá, um projeto de lei sobre agências reguladoras. Recentemente os dirigentes das agências reguladoras federais, são dez, se reuniram para avaliar esse projeto de lei e disponibilizar, sugerir alguns aperfeiçoamentos na lógica nossa, na lógica de nós que estamos vivendo as dificuldades das agências reguladoras. Então, temos algumas sugestões que vamos naturalmente endereçar ao Congresso Nacional ou ao Executivo, já agendamos uma reunião com a Ministra Dilma, para propor esses aperfeiçoamentos esse é um item.

O segundo e já finalizando, algo específico para essa Comissão aqui de Infra-Estrutura. Eu ao sair... Me falta só, talvez um mês, para terminar o meu mandato de Diretor Geral da ANEEL. Eu solicitei, sugeri ao Ministro Lobão que encaminhasse à Casa Civil a sugestão de que viesse logo o nome do meu substituto para essa Comissão para ser sabatinado.

A experiência que nós temos nas agências reguladoras é que é muito ruim quando tem interrupção de mandatos, quer dizer, quando sai um Diretor principalmente o Diretor-Geral e, há um hiato de tempo para entrar o próximo. Isso não é bom. De forma que a minha solicitação como Diretor-Geral que saí, foi no sentido que a Casa Civil encaminhasse logo – e hoje eu li que a minha sugestão foi acatada porque parece – não sei se já chegou, mas está vindo não chegou ainda, está vindo.

E o apelo que faria para essa Comissão é que se fosse possível, ainda sabatar o meu sucessor nesse mês de dezembro, seria o ideal, porque o meu mandato termina dia 13 e o ideal, o mais civilizado seria que no dia seguinte ele já pudesse assumir. Eu acho

que isso para ANEEL, para o setor elétrico e para o País seria o ideal.

Eu termino com isso, mais uma vez agradecendo ao Senador Marconi Perillo, cumprimentando o Senador Gilberto Goellner, Senador João Durval e Senador Wellington Salgado, e agradecendo a oportunidade de prestar essas contas aqui ao término da minha gestão como Diretor Geral da ANEEL.

Muito obrigado. E naturalmente estou à disposição, se houver algum questionamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Presidência cumprimenta e agradece ao Dr. Jerson Kelman, pela brilhante exposição, pela brilhante gestão e também pela inovação em vir aqui para prestar contas ao final do mandato.

É a primeira vez que eu acompanho ou que testemunho esses quase dois anos como Presidente a CCI, a iniciativa, o desejo de um Presidente, um Diretor-Geral ou qualquer que fosse o Diretor, vir aqui pessoalmente para solicitar à Comissão, sua presença para, assim como fez no início, vir aqui para prestar contas do seu mandato.

Isso realmente é algo inovador e eu gostaria muito que isso ocorresse com relação aos demais Diretores-Gerais e outros Diretores das Agências Reguladoras. Essa Comissão é responsável pela sabatina, apreciação, deliberação, aprovação de diretores de praticamente todas as agências reguladoras, sendo que das agências responsáveis pelas áreas de logística de infraestrutura todas, sem nenhuma exceção.

Mas eu gostaria de dizer que tenho aqui muitas perguntas a fazer a V.Sa., se V.Sa. estiver disposto a respondê-las.

SR. JERSON KELMAN: Minha alegria.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): E ao mesmo tempo gostaria muito de solicitar a V. Exa., que enviasse aqui uma minuta do projeto de lei, até porque tanto eu na qualidade de Presidente quanto à Comissão, tem vivo interesse no aprimoramento dos órgão reguladores.

E também gostaria de solicitar de V. Exa., se possível o envio de uma minuta de lei, a gente pode discutir isso aqui à quatro mão, incluindo a nossa Consultoria do Senado que é muito competente e a nossa Consultoria do Gabinete, para a discussão de um projeto relativamente à transição dos Diretores.

Mas Dr. Jerson Kelman, eu faria aqui uma pergunta ao senhor, mas acho que se faz mais necessário porque V. Exa. já respondeu quando da apresentação. Seria, se V. Exa. avalia que a composição do custo da energia elétrica no Brasil é compatível com as demais economias emergentes? Eu vou passar a lista para V. Exa., para efeito de economia processual.

Como V. Exa. avalia a matriz energética do Brasil e as possibilidades ofertadas pela energia eólica, termoeleétrica e nuclear? De certa forma V. Exa. também já respondeu na exposição. Também ainda um questionamento, se é necessário e viável a construção de usinas hidrelétricas na Bacia Amazônica?

Se V. Exa. avalia a inclusão nos projetos de usinas hidrelétricas reclusas e escadas para peixes? Tem havido tentativas de interferência no Governo na ANEEL, como foi a pressão do Ministério de Minas e Energia há algum tempo atrás, para que a agência não reduzisse a contabilização pelo lato da oferta, da energia das térmicas a gás natural no fim de 2006. Em relação aos investidores a percepção é oposta, ou seja, há pouco ou nenhuma interferência de investidores nas decisões da ANEEL.

V. Exa. não vê certo risco em relação a perda da autonomia da ANEEL, haja visto a tentativa do Governo de interferir nas decisões de ações da regulação? V. Exa. não compartilharia o entendimento dos agentes que tem a percepção de que a agência não é capturada pelos investidores, mas corre o risco de ser capturada pelo Governo, principalmente após a mudança do marco regulatório do setor elétrico havido em 2004. Essa mudança na visão dos agentes não teria enfraquecido e potencializada a diminuição da autonomia da ANEEL?

A Resolução nº. 257 de 2007, que estabeleceu regras para a primeira revisão tarifária periódica das transmissoras de energia está sendo questionada no STJ. Também a segunda revisão tarifária periódica das distribuidoras sofreu críticas, particularmente em relação à clareza e a estabilidade das regras. V. Exa. entende que as normas regulamentadoras publicadas pela ANEEL, como de difícil compreensão?

Quais os critérios que orientam a proporcionalidade entre as penas aplicadas e as infrações cometidas? V. Exa. acredita que há proporcionalidade? A agência continua a rejeitar sugestões apresentadas nas audiências, sem nenhuma justificativa para tal que deixe os agentes sem ter acesso às razões que levaram a rejeição. Eu já até conversei isso com V. Exa., V. Exa. respondeu de pronto, mas a Comissão continua recebendo queixas em relação a este procedimento.

Uma outra reclamação que tem chegado aqui, diz respeito a recurso administrativo, que é analisado pelo mesmo servidor que instruiu a decisão contestada. Os agentes pedem que seja criada uma instância recursal dentro da ANEEL, onde o recurso seria instruído por outro servidor. Como V. Exa. avalia esse pleito? E por fim, como V. Exa. avalia os possíveis entraves para adequada atuação da ANEEL?

Nós sabemos que muitos avanços ocorreram na gestão eficiente de V. Exa., mas nunca é demais especialmente nesse momento em que V. Exa. pediu para vir aqui prestar contas, dar mais essa contribuição em relação ao futuro da ANEEL.

SR. JERSON KELMAN: Bem, isso aqui... Ainda bem que eu fui rápido aqui na redação. Olha, aqui, eu agradeço as perguntas Senador, me parece uma oportunidade excelente de dar mais vida a essa prestação de contas e trazer temas muito relevantes.

O primeiro em relação às tarifas de energia elétrica como isso compara com os países emergentes? A nossa tarifa, se nós não errássemos em nada ela tenderia a crescer, porque os melhores locais para construção de hidrelétricas já foram construídos como sabemos aqui no Sudeste. As próximas usinas serão mais longe, serão no Amazonas, na fronteira Amazônica, portanto, tem um custo de transmissão e um custo de construção maior.

Mas o principal causa para nós termos energia cara, comparada, digamos com o Chile, vamos comparar o Brasil com o Chile. Temos energia mais cara aqui a principal razão é o custo de capital no Brasil comparado com o custo de capital do Chile.

O que existe é que quem vai investir em usina hidrelétrica ou linha de transmissão – linha de transmissão não é o caso – mas usina ou distribuição num País com menor risco regulatório quanto menor o risco regulatório maior a competição e, quanto maior a competição menor a remuneração do capital, porque tem mais gente querendo investir.

Para uma mesma infra-estrutura, digamos uma usina, tipicamente a remuneração do capital investido no Brasil é da ordem de 15% ao ano/real e no Chile é 8%. Isso faz uma diferença brutal do custo de produção de energia. E isso está relacionado com o quê? Está relacionado com o ambiente regulatório *latu sensu*. Não estou apenas fixando no que faz a ANEEL, também não que faz a ANEEL, mas não só.

É também o nosso sistema judicial, a possibilidade de que alguém comece uma usina ou comece uma linha de transmissão e pare, porque há uma liminar impedindo de continuar; há uma nova exigência ambiental que não existia antes; há uma nova mitigação de impactos sociais. Tudo isso, todas as incertezas – não é uma questão de custo – custo para fazer mitigações ambientais e sociais têm que ser sempre incluído um custo de empreendimento.

Mas a incerteza sob qual vai ser o montante desses custos e qual vai ser o montante do prejuízo por interrupções, tudo isso encarece o custo capital. Então, no Brasil se nós quisermos diminuir o custo da

energia a medida nº. 1, é aumentar a segurança de investidores, diminuindo o risco.

A segunda é diminuindo incidência de tributos e encargos. Nós somos campeões mundiais de tributos e encargos. Ali nos primeiros gráficos eu mostrei que 33 – grosso modo – um terço, do que o consumidor residencial paga na conta de luz é o que ele desembolsa diretamente de impostos, ICMS e PIS/COFINS. Isso é o direto, sai do bolso dele direto para o Erário estadual ou federal.

Além disso, do que ele paga de linhas de alta tensão e na produção energia, há também imposto embutido de forma que se somarmos tudo, os impostos e os encargos, somam quase 50% da conta de energia. Então é aí que está. O ICMS, só para dar algum exemplo assim chocante, o desconto que se dá na conta de luz para o consumidor de baixa renda, esse desconto sobre ele incide – em alguns Estados não todos – incide o ICMS.

O subsídio que se dá ao óleo que é pago por todos nós, o óleo na Amazônia, para produzir energia elétrica em alguns lugares sobre esse óleo, incide ICMS. Então, quer dizer é uma cascata de impostos que faz com que a nossa energia seja mais cara do que em vários países, digamos, em condições econômicas análogas à nossa.

E isso é claro, que é não bom, porque não só penaliza o consumidor, mas diminui a nossa competição; diminui a nossa competição porque nós precisamos de energia barata para ter emprego para ter desenvolvimento.

Segunda pergunta é sobre a matriz energética. Nós podemos nos orgulhar, antes de falar da matriz elétrica, falar na matriz energética. Nossa matriz energética 45% da nossa matriz vem de fontes renovadas, incluindo o etanol e hidroeletricidade.

Somos – quer dizer, comparados com o resto do mundo – a média do resto do comunicado é 14% a média dos países desenvolvidos em 6%. Quer dizer, nós somos altamente renováveis e temos que nos orgulhar disso, não temos que ter vergonha com relação a nenhum País. Na matriz, especificamente elétrica, quase 90% da nossa produção – não é da capacidade instalada, mas é da produção – é por fonte renovável, hidrelétrica ou bioeletricidade queima do bagaço de cana.

Então nós estamos também na matriz elétrica melhor ainda na fotografia, mas isso é resultado de um processo histórico. Como eu disse na minha apresentação, nos últimos anos estamos mal, porque nos últimos anos, 2/3 do que nós estamos contratando de novas usinas, não é por escolha nossa é o resultado de limitação das hidrelétricas, 2/3 são de usinas que

queimam óleo. É aquilo que eu falei antes, quer dizer, nós estamos de uma forma inexplicável optando como País, por uma energia mais cara e mais poluente.

Com relação a outras fontes renováveis além da hidroeletricidade é renovável a bioeletricidade, que é a queima de bagaço de cana. Essa altamente nós temos altíssima vocação para isso, deve-se aumentar muito no Brasil a produção de energia elétrica por bioeletricidade, há também possibilidades de eólica e solar.

A eólica ela ainda está cara em comparação com a competição, quer dizer, sai da ordem de 200 reais por megawatt-hora quando os leilões de energia não saem por mais de 140. Quer dizer o preço máximo ao consumidor está pagando hoje é da ordem de 140, o mais caro, e a eólica, ainda está na ordem de 200, mas ela está baixando.

Então, eu acho que a estratégia ótima para o País não é se apressar. É esperar o momento em que a tecnologia e a escala de produção de aerogeradores seja suficiente para que essa energia que é boa, deve ser festejada, esteja competitiva e deve ser breve isso.

A solar se faz muita confusão. Uma coisa é usar a energia solar para aquecer água, altamente positivo. Nós devemos nos envergonhar do chuveiro elétrico, isso é uma coisa que deveria ser banido e ser substituído por aquecedor solar.

Agora outra coisa que está muito longe tecnologicamente de se poder ser utilizado de um custo razoável é usar a energia solar para a produção de energia elétrica. Isso está muito distante, nós vamos esperar muitos anos.

Bem, usinas hidrelétricas na Amazônia e eclusas ou escada de peixe ou eclusas, as duas coisas. Eu sou altamente, Senador, favorável às duas coisas. Acho que a nossa fronteira de usinas é na Amazônia é quando o planalto desce para a planície é lá que tem as principais quedas. Essas quedas até coincidem com locais onde o escoamento de produção agrícola, se faz hoje de maneira altamente racional.

Hoje a produção agrícola ou de soja, por exemplo, de Mato Grosso, como é que é dá? Se dá por caminhão indo ou para Porto Velho e de Porto Velho por meio fluvial até pelo Amazonas, o Madeira Amazonas ou pelo Porto de Santos, Paranaguá, por caminhão. Quer dizer é um escoamento de safra agrícola profundamente ilógico, quando nós temos ali rios que poderiam escoar essa safra. É o exemplo, por exemplo, do Teles Pires-Tapajós.

A ANEEL está examinando aqui projetos de viabilidade do Teles Pires, que é um afluente, um dos formadores do Tapajós e nós – quer dizer não temos mandato de defender o setor de navegação – mas somos brasileiros e vemos o luto do País, nós não

aprovaremos projetos sem a previsão de eclusas, mas mais deveria ser feito, mais do que isso.

Nós deveríamos no fundo aprovar as usinas numa cascata, não uma a uma, numa cascata e licitá-las para iniciativa privada para construir essas usinas e as eclusas simultaneamente, quer dizer atingir os dois objetivos simultaneamente: produção de energia elétrica e navegação. O caso do Teles Pires e do Tapajós essa hidrovia é óbvio – e tem outras o Tocantins – é óbvio que sim. E é uma pena que nós estejamos aqui paralisados sem conseguir escoar, por exemplo, da ordem de dez milhões de toneladas você escoaria pelo Teles Pires-Tapajós se nós fizermos isso.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Apenas uma pergunta Professor, Kelman, no caso da construção simultânea do barramento para a geração de energia elétrica e para permitir a navegabilidade do rio, o fato que se faça simultaneamente o custo da navegação não vai onerar a conta de luz?

SR. JERSON KELMAN: O custo da obra, feita simultaneamente é em geral mais em conta, mais barato do que se feito separadamente.

Quer dizer, se a obra vai ser feita o custo global em geral é menor. Agora quem vai pagar como é que a alocação de custo, eu penso que não há nenhuma necessidade do consumidor de energia elétrica pagar pelo custo da eclusa, não. Mas acho que a eclusa é algo que deve ser uma parceria público privada, poderia ser uma concessão de serviço público que é a concessão de operar a eclusa.

Quer dizer podia ter duas concessões, uma concessão de produção de energia elétrica, uso do bem público que é o potencial hidráulico e outra concessão de serviço público de eclusagem que é transporte fluvial. Essas duas concessões com regras – pode ser até o mesmo concessionário – mas com regras separadas e com pagamento separado. Poderia ser uma PPP, no caso, parceria pública privada de no caso--

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pode haver alternativa também para investimento público –

SR. JERSON KELMAN: Também pode.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Para a construção da eclusa.

SR. JERSON KELMAN: Exato, pode ser também.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Isso desonera o setor elétrico.

SR. JERSON KELMAN: Claro.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Agora, no caso da parceria da navegação, a tarifa de hidroviária deve cobrir os custos da construção da eclusa, para não onerar o setor elétrico.

SR. JERSON KELMAN: É uma questão de política de navegação porque, digamos se, o pedágio da esclusagem for suficiente para pagar os custos de construção e operação da eclusa, melhor, porque assim nós teríamos uma concessão de serviço público.

Mas caso não seja possível, por um problema tipo ovo ou galinha, porque não temos ainda suficiente tráfego, eu seria... Enfim, não é assunto da ANEEL, mas como ex-Presidente da ANA, que tem preocupação com uso múltiplo de recursos hídricos, eu seria favorável a uma parceria público privada.

Uma parceria público privada como o senhor bem sabe é uma concessão em que parte do recurso do concessionário, não vem do consumidor do usuário, vem do erário, do Poder Público.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Nada impedindo que o [ininteligível] privado possa ser o gerador do energia elétrica, também.

SR. JERSON KELMAN: Isso, isso exatamente. Exatamente, eu acho que não há razão para não combinar essas duas coisas, elas deveriam ser combinadas. Veja, não em todos os rios, não em todos.

Quer dizer é uma talvez, enfim, os nossos colegas do setor de navegação talvez no passado tenham sido muito ambiciosos imaginando que todos os rios brasileiros deveriam ser navegáveis, isso eu acho que não é viável e nem desejo alo.

Agora há vias de navegação que devem ser preservadas e nós ao estarmos barrando e não tornando navegáveis não é bom para o País. Não é para ninguém, por isso que, como regulador do setor elétrico nós achamos que devemos, pelo menos prever a eclusa, mas mais do que isso deveria ser atingida.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Essa avaliação seria.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Essa avaliação ficaria à cargo da ANA?

SR. JERSON KELMAN: Eu acho que tem que ser um trabalho conjunto de três agências, fora o Governo, quer dizer, o Governo com certeza. Mas da ANEEL no sentido do potencial hidráulico para a produção de energia elétrica; da ANA para assegurar o uso múltiplo e da própria ANTAQ, que é a navegação fluvial, de forma que eu penso que as três deveriam estar envolvidas nisso.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A palavra pela ordem o Senador Valter Pinheiro.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu vou ter que me ausentar e eu não poderia deixar de fazê-lo, sem primeiro realçar a importância desta reunião. Por quê? O Dr. Kelman está quebrando uma tradição. Via de regra, os Conselheiros, os membros das agências, os dirigentes das agências, vêm aqui para prestar os seus esclarecimentos, submeter-se a uma sabatina para ser admitido.

Eu não conheço precedente de um Diretor da ANEEL ou de qualquer outra agência, que tenha tomado a iniciativa de aqui comparecer para fazer uma prestação de contas como está fazendo o Dr. Kelman. Como é um fato inédito e é auspicioso exatamente pelas características que os cercam, eu acho que merece todos os nossos aplausos, principalmente nesse momento em que ele está ultimamente o setor com uma resolução, a Resolução nº. 395 que define o marco regulatório das PCHs.

Como todos nós sabemos foi uma obra que requereu muita conversa, muita discussão, teve muitos contraditórios. Eu tive oportunidade de conversar com o Dr. Kelman em reunião na liderança do PMDB, ele e o Dr. Edvaldo Santana, ele e outros Diretores que comparecem. E que estiveram atentos ouvindo com paciência, contraditando, fazendo tudo aquilo que realmente é necessário ser feito para que tivéssemos uma resolução moderna que definisse claramente estes marcos e etc.

Então, eu não poderia deixar de vir aqui e aplaudir o Dr. Kelman pela iniciativa de comparecer a essa Comissão, aplaudir o Dr. Edvaldo Santana, aplaudir a todos aqueles que participaram da elaboração dessa resolução e cumprimentá-lo, sobretudo pelo trabalho diligente, trabalho operoso que desenvolveu frente à ANEEL. Então, os meus aplausos.

Eu não vou poder ficar aqui porque eu tenho um compromisso inadiável, cujo horário já está esgotado. Tenho que me deslocar imediatamente, mas fique registrado aqui a minha manifestação, aqui, de aplauso.

SR. JERSON KELMAN: Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Presidência registra a manifestação do Ilustre Senador Valter Pinheiro--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --Pereira.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pereira – Pinheiro é Deputado – e, solicita ao Dr. Jerson que conclua as respostas.

SR. JERSON KELMAN: O Senador Perillo pediu que eu fosse aqui bem telegráfico nas respostas, eu vou só mencionar alguns pontos.

O problema de gás natural de 2006, eu fiz referência. A ANEEL foi firme numa posição um pouco antipática, que é olhar o futuro sem óculos cor de rosa. Quer dizer, nós tínhamos várias usinas em 2006, disponíveis, mas sem gás natural.

Quando nós as subtraímos dos cenários futuros, isso fez com que o preço da energia subisse. Tinha que ser assim, porque se nós não o fizéssemos estaríamos contando com um recurso que poderia parecer disponível se houvesse uma seca e não estaria disponível, porque não tinha gás natural, de forma que fomos muito firmes nisso.

Com relação as tentativas de captura da ANEEL, aqui a pergunta foi: Os investidores não capturam a ANEEL. Me dá a alegria que haja o reconhecimento de que a ANEEL não capturada pelos agentes do setor, mas há uma dúvida se nós somos capturados pelo Governo.

Eu quero dar o testemunho que não. Eu nunca recebi nenhum tipo de... Eu só saio da regulação da ANEEL, depois de quatro anos na ANA e quatro anos na ANEEL, portanto, oito anos como regulador. Nunca nomeei, nenhum servidor na ANEEL por indicação de quem quer que seja, todos os cargos comissionados na ANEEL e na ANA foram por competência para aquela função. E decisões da ANEEL nunca foram influenciadas pelo Governo. É claro que discutimos a segurança energética, para além do ambiente da ANEEL que tem um Comitê especializado nisso que é o Comitê de Segurança Energética, na qual a ANEEL tem um assento.

Mas o meu testemunho é de que o Governo, tanto do Presidente do Presidente Fernando Henrique, quando eu era Presidente da ANA, como o Presidente Lula, agora, como Diretor Geral da ANEEL em ambos os casos houve muito respeito, pela independência decisória da agência reguladora.

Há uma pergunta sobre revisão tarifária que é algo complexo, extremamente complexo é da natureza do processo de revisão tarifária ser complexo e que em alguns casos vão para o Judiciário.

Nas sugestões de aperfeiçoamento do Projeto de Lei sobre Agências que eu fiz referência, há sugestão de se criar – nem sei se pode ser projeto de lei ou não – mas há uma sugestão, uma necessidade de que houvesse uma Vara Especializada em termos regulatório. Porque temas muito complexos como cálculo tarifário ou como eventualmente aprovação de usinas hidrelétricas.

Temas dessa complexidade quando caem numa Justiça não especializada, cria uma grande dificuldade para o próprio Juiz, se houvesse uma Vara Especializada seria da nossa opinião favorável.

Regras difíceis. São difíceis e nós procuramos dar a máxima transparência possível. Quer dizer, nossas regras são divulgadas em naturalmente resoluções publicadas em Diário Oficial etc, mas elas são interpretadas com textos que procuram explicar de uma forma mais simples o acesso dos consumidores--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A questão da proporcionalidade entre às penas aplicadas e as inflações cometidas.

SR. JERSON KELMAN: Ah, sim. Bom, nós temos uma resolução específica que trata de penalidades e de fato não é incomum, nós apenarmos uma distribuidora ou uma geradora. Enfim, um agente do setor com penas vultosas de cinco milhões de reais, oito milhões de reais, porque tem uma regra, tem uma dosimetria e nós aplicamos essas regras.

O ano passado o total de multas foi de cerca de 80 milhões de reais e isso nós temos aplicado tradicionalmente. Como mencionei a partir de 2009, invés de ser uma multa que vai para um fundo que ninguém sabe muito bem o que é na realidade é o CDE. Ela vai no fundo vai beneficiar o consumidor abatendo o consumidor que foi prejudicado por alguma falha de uma concessionária, isso vai resultar num desconto da conta de energia dele.

Mas enfim se é desproporcional ou não, a minha opinião é que não é desproporcional. Mas eu tenho essa opinião porque nós estamos praticando isso e me parece que está adequado a dosimetria me parece adequada. Senador é uma queixa que eu queria rejeitar, quer dizer, rejeitar no sentido de que não corresponde à realidade.

Há uma alegação de que nós não explicamos, nós não explicamos por que nas Audiências Públicas, nós às vezes, não aceitamos algumas contribuições que nos são feitas. Eu queria dizer que talvez nós soframos um pouco por excesso de transparência.

Como eu disse todas as nossas decisões importantes são antecedidas de Audiência Pública em que se discute o assunto, em que os interessados fazem proposições. Essas proposições todas resultam num relatório. E cada sugestão se for aceita ou se for rejeitada, há uma explicação clara de por que foi aceita e por que foi rejeitada.

Então, a transparência nesse caso é total. Eu diria que não há... Eu não conheço outra instituição pública, que tenha a maior transparência e tenha o maior dever de explicar: por que tomou a decisão A e não a B, do que a ANEEL.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Aqui a preocupação diz respeito às sugestões apresentadas nas audiências, e que deixam de ter a justificativa, talvez no momento.

SR. JERSON KELMAN: Ah, bom, no momento pode ser.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): E outra preocupação é em relação sobre o recurso administrativo que é analisado pelo mesmo servidor.

SR. JERSON KELMAN: Eu vou chegar lá. É claro que uma contribuição durante a Audiência Pública, ela não é acatada ou rejeitada durante a Audiência Pública. Isso é um processo de consolidação feito pelas áreas técnicas e depois aprovado pela Diretoria, mas há um relatório ao final que cada contribuição ela é analisada e dita se foi aceita ou não e por que. Agora, não na hora.

Agora, o recurso administrativo não é analisado pelo mesmo Diretor. Quando há um recurso administrativo ele é analisado por outro direto. Quem analisa o recurso é a Diretoria e tem um Diretor Relator.

Quer dizer funciona digamos assim: todas as terças-feiras nós temos reuniões públicas da Diretoria da ANEEL num auditório como esse transmitido pela Internet. Para cada processo há um Diretor Relator, se um Diretor Relator, relatou um caso e há um recurso não é ele que vai relatar o recurso é outro e, a Diretoria colegiada decide.

Por último aqui, entraves. Entraves é o último item e eu aproveito a oportunidade para dizer. A imprensa muito descreve que a principal dificuldade das agências seria o contingenciamento financeiro, o funcionamento de orçamento. É claro que isso é um problema, mas não é o principal.

O principal problema é a falta de autonomia administrativa. Quer dizer eu vou dar um pequeno exemplo, nós temos dificuldade de mandar nossos técnicos para fiscalizar, só para dar um exemplo quase que folclórico. Nós temos dificuldade de mandar os nossos técnicos para fazer a fiscalização, porque a diária que nós podemos pagar é uma diária engessada na Administração Pública como um todo.

Naturalmente quem pensou nessas diárias – não sei quem foi – mas deve ter pensado assim: “Eu vou dar uma diária bem baixinha para desestimular a viagem”, deve ter sido isso. E o que acontece? Os nossos fiscais que têm que ir lá para fiscalizar, às vezes, eles têm que ir em dupla para poder repartir um quarto o que sai mais caro para a Administração, porque não conseguem pagar os custos.

Eu dei um exemplo minúsculo apenas para dizer que um outro já de maior monta, é a impossibilidade que nós temos que de contratar serviços que devam ser terceirizados. Quer dizer, não tem sentido no meu ponto de vista, que nós não possamos ter Secretária, Assistentes Administrativos que tenham uma atividade

corriqueira; que não é de Estado; não é fiscalização; não é de regulação que não possam ser terceirizados e, nós ficamos com essa dificuldade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Wellington Salgado último orador inscrito, para os questionamentos. Logo depois nós passaremos a apreciação dos projetos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): muito obrigado, meu Presidente, Senador Marconi Perillo e demais Senadores, decano e Conselheiro, Senador Eliseu Resende aqui presente.

Sr. Kelman, na verdade, eu tenho uma dúvida que eu vejo que grandes consumidores eles são obrigados a comprar uma espécie de previsão, de uma quantidade de energia, então, por exemplo, você faz um contrato, uma quantidade de quilowatts, não é?

SR. JERSON KELMAN: Quilowatts/hora.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Que você vai consumir e se você não consumir, você paga aquele quilowatts/hora. Muito bem, eu recebi uma comunicação, uma denúncia é muito seria, uma comunicação de que você faz o contrato dessa quantidade da energia e, se por algum momento você consegue outras vias alternativas como geradores e outras coisas mais, para você acabar com aquele contrato tem que ficar pagando seis meses.

Você comunica: “Olha, eu não quero mais aquela quantidade de energia, porque eu já consegui montar os geradores”. E a partir daquele hora que a energia é muito cara, nós vamos ligar o gerador, então eu não preciso de toda aquela demanda que eu contratei, agora, para você desfazer esse contrato, você tem que levar seis meses pagando aquilo que você acordou.

Eu acho isso um absurdo porque dentro do Código de Defesa do Consumidor isso não pode de maneira alguma valer, está ferindo a maior lei que é o Código de Defesa do Consumidor, em minha opinião. Eu pedi inclusive às pessoas que me consultaram que eu teria essa oportunidade aqui de fazer essa pergunta.

Querida ouvi-lo como Diretor-Geral, se essa informação passada pelas empresas de energia, se é correta ou se elas estão dando uma informação equivocada.

SR. JERSON KELMAN: Veja, os consumidores brasileiros, os grandes consumidores, o senhor se referiu aos grandes consumidores eles são divididos em duas categorias e por opção. O consumidor pode ser o que nós chamamos de cativo ou livre.

O consumidor cativo é como nós na nossa casa, nós compramos, nós pagamos a concessionária de energia elétrica, pelo serviço de fio, quer dizer, de trans-

porte e energia e também pelos elétrons, digamos, de uma forma um pouco precisa que elas nos entrega.

Então o que nós pagamos fixamente, quer dizer é pelo fio é pelo transporte de energia mesmo sem consumir, mesmo sem ligar uma lâmpada, tem uma taxa mínima para pagar pela instalação que transporta a energia. Agora, a quantidade de energia, portanto, quilowatts/hora que consumimos é em função de quantos quilowatts/hora, consumimos.

E nessa categoria cativa não tem isso, quer dizer, quando a categoria cativa o grande consumidor é igual cada um de nós na sua casa: consome e paga... E no caso dele, até separado.

No nosso caso misturam-se as duas coisas – de uma forma que eu vou pular, porque seria complexo. Mas o consumidor de grande porte, ele paga o fio e paga a energia, se ele não consumir energia não paga energia e não estaria nessa situação.

Agora, vamos para o outro consumidor. O consumidor livre. Esse optou para pagar à distribuidora apenas o transporte, só o fio. Ele compra “elétrons”, entre aspas, a eletricidade, ele compra elétrons de quem ele quiser do gerador que ele quiser, quer dizer ele não compra da distribuidora. A distribuidora compra elétrons de alguns geradores do conjunto de geradores.

Nesse caso o consumidor tem uma relação bilateral com o seu fornecedor de elétrons – eu estou falando de uma forma imprecisa e que depende, têm todas as cláusulas possíveis. É uma relação bilateral, não é regulada, esse tipo de contrato não é regulado.

Agora, se a distribuidora está exigindo que o consumidor pague – o consumidor de grande porte já paga separado o fio, pelo consumo de energia – se estiver exigindo que ele pague pelo consumo de energia, não tem sentido. Se tiver isso nós temos que agir, nos encaminhe uma denúncia, porque não poderia ser.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Espere aí, ele não pode então em cima do contrato--

SR. JERSON KELMAN: Se for uma distribuidora, se ele for consumidor cativo, ele tem que pagar pela disponibilidade de instalações de transporte de energia, que são fios; nós chamamos “tarifa do uso de sistema de distribuição”, ele tem que pagar isso TUSD, mas ele não vai pagar por elétrons que ele não consome.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mesmo tendo um contrato?

SR. JERSON KELMAN: Não tem isso. Não tem isso ele é consumidor cativo, ele tem o contrato de pagar o fio e usar a energia, pagar pela energia que ele consumir.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bom, eu vou pedir depois--

SR. JERSON KELMAN: Por favor, me encaminhe.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Uma informação inclusive, porque são muitas reclamações--

SR. JERSON KELMAN: Está bom, nos encaminhe.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu não vou--

SR. JERSON KELMAN: Eu até olhei ali para trás se eu --

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A minha dúvida aumentou ao invés de diminuir.

SR. JERSON KELMAN: Bom, mas então eu fui...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, já que aumentou--

SR. JERSON KELMAN: Eu como Professor da COPPE, eu estou muito mal na fita.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, não o conhecimento passado foi tão grande que a minha dúvida até aumentou, porque eu vi que realmente estão mentindo.

SR. JERSON KELMAN: Não, o senhor nos encaminhe para saber exatamente o que é.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E estão mentindo por escrito, na própria conta de luz, o pior é isso.

SR. JERSON KELMAN: Então, vamos ver o que é.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, eu vou depois manter um contato.

SR. JERSON KELMAN: Está certo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Até para não atrasar o nosso querido Presidente, Senador Marconi Perillo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência teve a honra de ter a participação aqui no nosso Presidente, da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Eu gostaria imensamente de agradecer ao Dr. Jerson Kelman, pela disposição de comparecer a esta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura para prestar contas dos seu quatro anos de mandato à frente da ANEEL. Esse é um precedente saudável e salutar o que senhor está abrindo.

Nós esperamos, eu espero que o próximo Presidente dessa Comissão, posso também ter a oportunidade de receber aqui -- quem sabe a gente possa transformar em praxe ou numa alteração regimental, a

necessidade de aqui comparecem todos os Diretores das Agências Reguladoras.

Desejo muito boa sorte a V. Exa., o parabenizo e aguardo as respostas por escrito que serão importantes para os arquivos pessoais e da própria Comissão. Muito boa sorte, parabéns e muito obrigado.

E nós vamos prosseguir esta Reunião Extraordinária.

SR. JERSON KELMAN: Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Item nº. 1 da pauta, já que houve inversão. Ele agora passa a ser o nº. 2.

Projeto de Lei da Câmara nº. 18, de 2000, não terminativo. Estabelece às principais diretrizes e os princípios para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências. Autoria: Presidência da República. [soa a campanha] Eu peço silêncio, por favor. Autoria: Presidência da República. Relator: Senador Eliseu Resende. Parecer favorável à matéria na forma da emenda substitutiva já apresentada na Sessão anterior.

No dia 03/02/2008, após a leitura do relatório preferida pelo ilustre e eminente Senador Eliseu Resende, é aprovada o requerimento nº. 50, de 2008, da CI, de sua autoria, que solicita Audiência Pública para instrução da matéria no decorrer da reunião. Foi apresentada emenda de autoria do Senador Francisco Dornelles, acolhida já pelo ilustre Relator. A discussão da matéria foi adiada.

Na data de hoje, 10/12/2008, o Senador Eliseu Resende apresenta parecer pelo acolhimento da emenda de autoria do Senador Francisco Dornelles ao substitutivo que apresenta e, ao mesmo tempo, apresenta um outro requerimento dispensando a presença do ilustre Ministro de Transportes para debater a matéria.

Concluso, portanto, essa fase, inclusive após a abertura do prazo para as emendas, eu coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, eu coloco em votação o parecer do Relator, e já incluindo a emenda do Senador Francisco Dornelles.

Eu gostaria de pedir a aprovação de todos porque, na minha opinião, em aprovando esse projeto e este relatório da data de hoje, nós teremos a oportunidade de incluí-lo na pauta do Plenário na semana que vem. E em sendo assim, nós estaremos prestando, Senador Wellington Salgado, o senhor que é colega mineiro do Senador Eliseu Resende, uma grande homenagem a um dos grandes brasileiros, um dos grandes construtores da infra-estrutura e da logística brasileira no século passado.

Portanto, coloco em votação o parecer do ilustre colega Senador Eliseu Resende. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Apro-

vado o parecer favorável ao projeto na forma da emenda nº. 01, Comissão de Infra-Estrutura, substitutivo. A matéria vai à Secretária Geral da Mesa, espero que para aprovação ainda este ano. Parabéns, querido e ilustre Senador Eliseu Resende.

[palmas]

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu quero agradecer, Sr. Presidente, de V. Exa. e também a manifestação do Plenário desta sessão da Comissão de Infra-Estrutura. Foi um trabalho grande e exaustivo, como nós tivemos oportunidade de falar na última sessão, mas que produz um instrumento importante para que o Governo possa, a passos acelerados, no programa de adição ao crescimento econômico do País e vencer as dificuldades que realmente preocupam a nação. Esse projeto é importante porque dá uma orientação e uma diretriz ao Governo para suas decisões no campo da infra-estrutura física.

Eu aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para apresentar um requerimento também de urgência na tramitação desse PLC para que, quem sabe, nós possamos aprovar ainda nesse ano legislativo.

Neste caso, então, eu apresento a V. Exa. o seguinte requerimento: Nos termos do art. 336, inciso II, combinado com o art. 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o PLC nº. 18, de 2000. Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2008, Senador Eliseu Resende.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Em discussão o requerimento de autoria do Senador Eliseu Resende. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação esse requerimento requerendo urgência à tramitação do PLC nº. 18, de 2000. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que se aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra pela ordem, o Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria, como V. Exa. já fez a votação e o Senador Eliseu Resende que senta ao meu lado no Senado, eu queria dar o voto que o Senador Eliseu Resende sempre me diz: Como é que Minas vota? Minas vota bem. Então o meu voto--

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Perguntaram ao mineiro se ele vota sim ou não. A resposta foi: "Minas vota bem".

[risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, eu queria dizer que eu

também aqui eu quero votar sim e bem, as duas coisas, está certo Senador Eliseu Resende?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Senador Wellington Salgado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Projeto de Lei do Senado nº. 327, de 2006, decisão não terminativa. Dispõe sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação ou alfandegamento de locais e recintos a licença para explorar serviço de movimentação e armazenagem de mercadorias em centro logístico industrial aduaneiro. Modifica a legislação aduaneira alterando as leis 4.502, de 64; 8.630, de 93; 9.019, de 95; 9.069, de 95; 9.616, de 98; 10.833, de 2003; e os Decretos Leis nºs. 37, de 66; 2.472, de 88, e revogando dispositivos dos decretos leis nºs. 37, de 66; 2.472, de 88, e da lei nº. 9.074, de 1995, e dá outras providências.

A autoria é do Senador João Alberto Souza. Relator: Senador João Tenório. O parecer ao projeto é favorável, acolhendo integralmente a emenda nº. 01 e a parcialmente a emenda nº. 02, nos termos da emenda 19, ambas de autoria do ilustre Senador Aloizio Mercadante com as seguintes emendas que apresento.

Concedo a palavra ao ilustre Senador João Tenório para proferir seu parecer.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, e senhores Vice-Presidente, eu gostaria primeiro de pedir as devidas desculpas aos Srs. Senadores pelo tamanho desse relatório. Infelizmente tentei reduzi-lo de uma maneira mais compacta possível, mas trata-se de um assunto absolutamente complexo, e não deu para reduzir de uma maneira mais como eu gostaria o relatório que apresentei.

Sobre o exame dessa Comissão de Serviços de Infra-estrutura, o Projeto de Lei do Senado nº. 327, de 2006, apresentado pelo então Senador João Alberto Souza, após concluir pela inadmissibilidade da Medida Provisória nº. 320, de 20 de agosto de 2005, em razão do descumprimento do pressuposto constitucional da urgência.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois não. Com a palavra, pela ordem, a Senadora Serys Slhessarenko, com a permissão do Senador João Tenório.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Pois é, eu gostaria de dizer que o nosso querido Senador João Tenório ele mesmo disse da complexidade da proposição e eu gostaria de pedir vistas. E já que é tão longa a leitura, se for acatado o pedido de vistas, ficaria para um outro momento.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Eu gostaria de registrar a minha concordância com a Senadora Serys Slhessarenko, porque realmente é um assunto complexo, ela me trouxe uma preocupação que até então não tinha sido registrado nos contatos que nós tínhamos tido, que era um tema que diz respeito à Secretária dos Portos, não é isso? E como se trata de um assunto complexo, como eu disse, muito complexo, bastante complexo, mereceu um estudo de um ano aproximadamente para efeito da economia processual. Eu concordo em que se conceda, daria como lido o relatório, e concordo com a concessão de vistas à nossa querida Senadora. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo concordância do Senador João Tenório em relação à leitura, à interrupção da leitura da presente relatório, eu gostaria de indagar de acordo com o que estabelece o artigo 132 do Regimento, que determine que a maioria se manifeste em relação à interrupção da leitura do relatório. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Então, nós vamos suspender a leitura e vamos transferi-la para outra sessão, quando for devolvido o projeto em relação à vista solicitada pela ilustre Senadora Serys Slhessarenko.

Eu gostaria de solicitar ao ilustre Senador Gim Argello que fizesse a leitura sucinta do voto do próximo projeto, fazendo a relatoria ad hoc em substituição ao Relator Senador Eduardo Azeredo, já que ele não pode comparecer e inclusive convido o ilustre Senador Wellington Salgado de Oliveira para comparecer ao gabinete do ilustre Senador Sérgio Guerra, Presidente Nacional do PSDB, para recepcionar o ilustre Governador mineiro, o Governador Aécio Neves.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, desde que isso não seja usado como um poder de sedução, que o Aécio é muito sedutor, todos nós conhecemos a história do Governador Aécio, e embora como V. Exa. faz parte de um grupo, mais Eduardo Campos, de Pernambuco, esse grupo novo de Governadores que realmente foi uma safra maravilhosa que o Brasil apresentou, terei o maior prazer, mas não esquecendo que eu sou peemedebista, e que eu posso, ao visitá-lo no gabinete, tentar trazê-lo para o meu Partido, que está muito à vontade para recebê-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [interrupção no áudio] da causa peemedebista. Agradeço a manifestação de V. Exa.

Projeto de Lei do Senado nº. 327, de 2006. Decisão não terminativa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, não. Desculpa, nobre Senador Presidente Marconi Perillo, é o--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Desculpa. Projeto de Lei da Câmara nº. 64, de 2005, que altera o art. 2º da Lei nº. 8.001, de 13 de março de 90, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, que reduz o percentual de participação da compensação financeira sobre a exploração de recursos minerais, a CEFEM, incidente sobre os bens minerais de aplicação imediata na indústria da construção civil. A autoria é do ilustre Deputado Ricardo Izar. O Relator é o Senador Eduardo Azeredo, que diga-se de passagem, realizou um belíssimo estudo, um belíssimo trabalho, confiei a ele por ter sido Governador de Minas e por conhecer profundamente a matéria, a Relatoria. Ele se desdobrou, procurou debater o assunto com todos os setores interessados na atividade exploratória de minérios, além de outros setores que têm interesse no assunto. E após longas discussões, longos debates, o relatório foi amadurecido e o Senador Eduardo Azeredo, cuidadoso que é, trouxe à Presidência da Comissão para que fosse pautado.

Infelizmente, pelas razões já ditas, em função de um compromisso de Bancada com o Governador Aécio Neves, não podendo comparecer, ele me autorizou, através de sua competente assessora, atribuir a Relatoria ao Relator ad hoc, eu já tinha conversado com o Senador Gim Argello.

Portanto, eu vou solicitar ao Senador Gim Argello, e depois de muitas concessões de vistas aos Senadores Delcídio, Flexa Ribeiro, dentre outros, eu vou conceder a palavra ao Senador Gim Argello, que atuará como ad hoc para proferir o parecer do Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero registrar minha honra de poder fazer, eu vou ler realmente só o voto, como V. Exa. pediu, e dizer que ele fez um estudo, depois de ler detalhadamente esse relatório, você pode notar que quem o construiu foi realmente de uma competência à toda prova.

Dessa forma, eu vou direto ao voto, com a permissão do Plenário, que diz: Em face do exposto, voto pela aprovação do PLC 64, de 2005, com a emenda da CAE de 01, de 2007, pela rejeição das emendas do Senador Marconi Perillo e do Senador Neuto De Conto.

Eu gostaria só de explicar o que ele aceitou que foi a emenda da CAE 01, de 2007, que é voltando para os Estados, porque o projeto original tirava de 23 para 20% o percentual destinado aos Estados ao Distrito Federal. E uma emenda da CAE voltou esse percentual para os 23%. Então, é só essa a diferença e esse é o voto.

Então, é pela aprovação na forma como foi dado o voto do nobre Senador Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece ao Senador Gim Argello pela leitura do relatório como ad hoc e, mais uma vez, ao Senador Eduardo Azeredo. A matéria está em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer do Relator. Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam, que concordam com o parecer, permaneçam como que encontram. Aprovada a unanimidade o parecer do Relator favorável ao projeto com a emenda CAE 01, de 2007. Está aprovado e a matéria vai à Secretaria Geral da Mesa.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente Sessão Extraordinária, convocando outra para a próxima semana.

Muito obrigado.

Sessão encerrada às 16h16.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2008, ÀS 11 HORAS, NO PLENÁRIO DA COMIS- SÃO, SALA 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e oito, no plenário da comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, Presidente da Comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores Ideli Salvatti, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Gilvam Borges, Jayme Campos, João Tenório, Flexa Ribeiro, Renato Casagrande, Lobão Filho, Romeu Tuma, Cícero Lucena e Eduardo Azeredo. Presentes, também, o Senador Marcelo Crivella e o Deputado Federal Celso Maldaner. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presidência procede a leitura do Ofício nº 2604/08, firmado pelo Senhor Fernando Zardini Antonio, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo, encaminhado ao Presidente do Senado Federal e despachado à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, encaminhando manifestação para que sejam envidados esforços no sentido de que seja estudada a viabilidade de manutenção das atividades

portuária naquele Estado. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública destinada a debater a situação e evolução do estado de conservação e manutenção da via permanente e do material rodante, do trem metropolitano de Belo Horizonte e de outras capitais do País, com a presença do Ministro de Estado das Cidades, Senhor Márcio Fortes de Almeida, em atendimento ao Requerimento nº 06, de 2008-CI, de autoria do Excelentíssimo Senhor Senador Eduardo Azeredo, aprovado em Reunião da Comissão, realizada no dia 27 de março de 2008. A Presidência solicita a presença do convidado para tomar assento à mesa. Em seguida a Presidência concede a palavra ao Senhor Márcio Fortes de Almeida, para suas considerações iniciais. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores João Tenório, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo, Marcelo Crivella e Francisco Dornelles. Ato contínuo, assume a Presidência dos Trabalhos o Senador Eduardo Azeredo. A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às treze horas e três minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2008, ÀS 11 HORAS E 33 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [soa a campanha] Havendo número regimental declaro aberta a 27ª reunião da Comissão de Serviços de Infra Estrutura, extraordinária da 2ª Sessão Legislativa ordinária, da 53ª legislatura. Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A presente reunião de Audiência Pública destina-se a debater a situação e a evolução do estado de conservação e manutenção da via permanente do material rodante do trem metropolitano de Belo Horizonte e de outras capitais do país. Com a presença do Exmo. Sr. Ministro de Estado das cidades, Sr. Márcio Fortes de Almeida, em atendimento ao Requerimento nº. 06/08, dessa Comissão de Infra estrutura de autoria do Exmo. Sr. Ministro... Ex Governador, Senador Eduardo Aze-

redo. Aprovada em reunião da Comissão realizada no dia 27 de março deste ano.

Antes de convidar o Exmo. Sr. Ministro para compor a Mesa, eu devo registrar o recebimento de parte da Presidência do Senado de um ofício de iniciativa do Sr. Fernando Zardini Antônio, Procurador Geral de Justiça relativamente a fatos ocorridos naquele Estado, especialmente fundo de desenvolvimento das atividades portuárias. Eu gostaria de encaminhar este ofício à secretaria para as devidas providências.

Tenho a satisfação de convidar para tomar assento à Mesa dos trabalhos, o Exmo. Sr. Ministro de Estado das cidades, Dr. Márcio Fortes. Tenho a satisfação de convidar o Exmo. Sr. Senador Eduardo Azeredo para presidir esta Audiência Pública.

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Dando continuidade, portanto, à Audiência Pública, agradecendo a presença do Ministro Márcio Fortes, tenho a honra de passar-lhe a palavra para que possa fazer uma exposição, lembrando que nós tivemos, aproximadamente um ano, outra Audiência Pública sobre, basicamente, o mesmo tema; o tema dos transportes metropolitanos nas grandes cidades brasileiras, com ênfase no metrô de Belo Horizonte.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: Bom-dia, Senador Eduardo Azeredo, é um prazer estar novamente aqui na Comissão para tratar de um tema semelhante, se bem que, pela convocação, vi que é um pouco ampliado, colocou na situação de material rodante da via permanente em todos os metrô ou transporte de superfície que leva o nome de metrô hoje em dia.

Primeiro, colocar escusas por não ter chegado às 11 horas, o Senador sabe que eu sou extremamente pontual, mas desde ontem eu pedi para avisar que nós estamos fazendo uma atualização de PAC com governadores no Palácio, e houve uma reunião agora que está com a Ministra Dilma e o Governador de Pernambuco e as equipes todas nossas, da Caixa, do Estado... Todos os presentes. E a reunião foi até seu ponto, eu falei: "E vou pedir licença, eu tenho atenção com o Senado", eu fiz uma conciliação, saí de lá 11h15, atrasei um pouquinho lá, e saí da reunião para poder atender a gentil convocação, o gentil convite do senhor para estar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não há nenhum problema, Ministro, até porque, também, as pessoas sabem que nesses últimos dias estamos, também, aqui no Senado, com várias ações no mesmo momento, e não tem nenhum problema, estamos até aguardando a chegada de nossos Senadores.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: Perfeito. E dizer também que eu vim acompanhado aqui da Dra. Magda, que é nossa SPOA, que é Subsecretária de Planejamento, Orçamento e Administração, e que é também a presidente do Conselho Fiscal da CBTU, e também com o Flávio Mota que também é assessor da diretoria para algum esclarecimento técnico adicional que for necessário.

Podemos passar, se o senhor me permite Senador, logo a apresentação, que é a situação da evolução do Estado, a conservação e manutenção da via permanente e material rodante. A solicitação é um pouco mais ampla que em relação à do ano passado, e eu permito, a título de esclarecimento, Senador, dizer que vamos colocar alguns dados operacionais, mesclado com outros dados do PAC para ter uma informação mais ampla do que está sendo realizado. Pode passar.

Inicialmente, recapitular a questão dos metrô da CBTU, por nós temos; Belo Horizonte, operacionalmente Belo Horizonte, Recife, e as operações de Natal, João Pessoa e Maceió, metrô de superfície, e também têm as operações de Fortaleza e Salvador que já foram transferidas e descentralizadas, mas que envolvem relação de construção de trechos novos em parceria com o Governo Federal, obras que estão dentro do PAC e que merecem o nosso acompanhamento em função, inclusive, de, também, acompanhamento específico do Tribunal de Contas da União, [ininteligível] de recursos federais. Pode passar.

Nós temos aqui um quadro, um totalizador dos resultados alcançados pela CBTU nesse período, outubro de 2007 a 2008. Como poderá ser visto, nós temos, na última tabelinha à direita, que é exatamente a média, é... Outubro sobre outubro, o comparativo dos resultados e todos são... Então vemos que temos um aumento em relação a passageiros transportados, nós temos um acréscimo outubro a outubro de 6,2%, a receita operacional aumentou 22,8%, a taxa de cobertura que é um dado importante que é a receita operacional, uma receita patrimonial, isso dividido pelo custo operacional multiplicado por 100, a taxa de cobertura é um índice de 26,3%, e a regularidade, como o sistema está muito próximo do máximo, a regularidade ainda assim teve um acréscimo de 1,5%.

Então, são dados que indica uma operação eficiente da CBTU no sentido de diminuir custos e aumentar eficiência, atrair mais passageiros. Isso mede meramente as curvas que indicam o que foi apresentado no totalizador anterior, passageiro transportado, receita operacional, taxa de cobertura oscilante e a regularidade praticamente no máximo. Isso é conjunto, Senador, de todo o sistema da CBTU.

Bem, em relação a esses dados apresentados, lembrar que quanto a passageiro transportados o re-

sultado de outubro é o melhor desempenho dos últimos 13 anos. Isso não se faz assim, simplesmente, aumentou por aumentar, isso significa que pode até haver aumento da demanda, mas também a oferta do serviço correspondeu a esse acréscimo, caso contrário nós não estaríamos operando. Ou seja, a questão da sinalização, da melhoria da linha permanente, recuperação dos trens, a questão da climatização, melhoria de estações... Tudo isso contribui, cada um com a sua pequena parcela para esse totalizador aí que leva ao melhor desempenho dos últimos 13 anos.

Na questão da receita temos, obviamente em função de acréscimo da demanda, também tivemos acréscimo da receita. Então acréscimo de 16%, que eu já mencionei antes, e a taxa de cobertura também já mencionei em função do incremento da receita redução de custo de 2,8%. Então isso é importante assinalar que também estamos trabalhando a redução de custos operacionais. Regularidade; estamos com o incremento de 1,4 em relação a outubro de 2007, assinalar que de 18 mil e 700 viagens programadas, apenas 339 foram canceladas, realmente reflete um bom índice operacional.

Passando para cada linha, especificamente, esse é o quadro da operação em Recife, em que nós temos uma operação já preexistente da linha centro, que vai sendo melhorada progressivamente, que é de Recife a Camaragibe; estarão acima, e a Linha Sul que está sendo construída, que vai ter Recife a Cajueiro Seco. Já temos, inaugurada, a estação, recentemente, até Tancredo Neves, estive, coisa de um mês e meio atrás, inaugurando Tancredo Neves, o próprio Presidente da República já esteve inaugurando outras linhas do trecho. Então, o objetivo é... Isso vai ter um quadro específico adiante que eu vou indicar, o objetivo é chegar rapidamente até Cajueiro Seco completando essa linha sul. E depois temos projetos que vou indicar também para chegar até o Cabo, Cajueiro Cabo, numa linha que vai operacionalizar VLTs. Vamos passar.

Aquele mesmo quadro se repete, em cada operação, no de Recife, aumento de passageiros transportados, a receita operacional aumentou em 15,7, a taxa de cobertura aumentou em 27,9, e regularidade como está também... Tudo que está na regularidade acima de 96%, o acréscimo é pequeno, mas é quase no limite da perfeição, porque está muito próximo de 100%. Aí está o reflexo, receita, passageiros transportados, taxa de cobertura e regularidade.

Bem, repetimos, então, a mesma tabela anterior no sistema de Recife, vemos o melhor desempenho também dos últimos 13 anos, como ele está colocado também ali, uma mudança de patamar na relação à receita, reajuste tarifário também contribuiu de 1,20 centavos para 1,30 centavos, isso contribuiu juntamen-

te com o aumento da demanda para que tivéssemos um aumento da receita. E a taxa de cobertura teve um incremento 22,9 em função, sobretudo não só do incremento da receita, Senador, mas também da redução de 9,1% nos custos em outubro de 2008. Quer dizer, uma redução significativa de 9,1 de redução de custo em um mês em outubro de 2008.

A regularidade está no limite, com 97,2, de 8.528 viagens, apenas 236 canceladas. Temos aí o quadro de passageiros transportados, vemos a média de passageiro/dia como cresce. 2005 eram 169, estamos com 180 mil. Senador, a demanda projetada de 374 mil, esse que é o interesse da relação que tem e o que poderá ser feito. O passageiro/dia, já conseguimos recorde de passageiro/dia na operação com 205 mil, e temos justamente esse dado, quer dizer: recorde de passageiros, aumento de receita e diminuição de custos, como dados importantes da operação em Recife. Podemos passar.

Nesse aí temos o cronograma orçamentário na parte de investimento, que reflete em cima a ação do PAC, nós temos o que foi feito até 2006 e o que nós estamos completando agora exatamente com o término que é necessário na via permanente, na parte de rede elétrica e na parte de melhoria também dos trens, a respeito da climatização e também obviamente terminando as estações. Senador, as obras, eu encontrei elas, em boa parte, executadas, mas paralisadas. Grandemente paralisadas. E me lembro disso como se fosse hoje, conversando com o Presidente da República: "Presidente, falta tão pouco tão pouco para levarmos isso adiante", então houve um interesse pessoal do Presidente no assunto e tivemos uma liberação de recurso, a inclusão no PAC e isso que está propiciando essa operação da linha do Recife. Já foi feito, há um ano e meio atrás a operação já experimental em toda a linha, mas agora nós estamos, progressivamente, construindo as estações e funcionando já operacionalmente.

À medida que se vai construindo, vai se vendo a necessidade de aquisição de trens, com o tempo vamos fazendo uma avaliação exata do potencial da demanda face à operação. É importante ressaltar que essa linha passa próximo ao aeroporto e na estação aeroporto, a intenção é estabelecer, colocar uma esteira rolante que possa levar os passageiros do metrô até o aeroporto. Quem conhece Recife sabe que realmente é muito complicado chegar ao aeroporto, aquela via muito, muito... O trânsito muito denso e há um risco sempre de perder o avião.

Em Porto Alegre pensamos fazer uma ligação com aquele tipo aeromóvel, aquele projeto que existe em Porto Alegre, que está experimental lá, já há 19 anos, e que já é utilizado mais de 29 anos, já está

vinte e poucos anos, e já é experimental lá em Porto Alegre, mas é operacional em Jacarta, na Indonésia, desde 1989.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Poços de Caldas também tem. Poços de Caldas, em Minas Gerais tem um também.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: Tem, mas é operacional, o comercial não foi feito ainda até hoje. Podemos passar.

Então, no metrô de Recife nós temos a situação que está no PAC, isso que estou referindo, implantação da Linha Sul eletrificada, até chegando até Cajueiro Seco, terminamos as dez estações, seis terminais de integração... Isso é importante assinalar, que ao longo da linha estão sendo colocados os terminais de integração. O metrô nunca vale por ele sozinho, vale pela integração. Existe integração na linha 1, até Camaragibe, mas nessa Linha Sul entendimentos têm sido feitos, inclusive, com a Prefeitura e com o Governo do Estado para a doação de terrenos e para abertura de licitações com vistas à construção desses terminais de integração. Inclusive, ao longo da linha há shoppings, há universidades, nós sabemos, Senador, que o potencial ali de passageiros é muito grande para aquele trecho, por isso vai ter que discutir a questão da aquisição de trens novos, uma vez que a linha comece a ser operada mais comercialmente.

Então, a duplicação e modernização da Linha Sul Diesel, de Cajueiro Seco a Cabo, que estava naquela linha inicial, e o que vai se fazer é a utilização de sete trens leves do tipo VLT. Então estamos inaugurando, já fizemos a licitação, essa licitação para esses veículos são 21 vagões, são 7 trens cada um com três vagões, a licitação aproximadamente de 62 milhões, e, Senador, foi ganho por um grupo brasileiro que está montado no Cariri, no Ceará, e que importam parte de componentes, montam lá, então já temos uma empresa nacional, é um consórcio que vai fornecer esses trens para essa linha de Cabo a Cajueiro Seco. Licitação recente agora. Foi recente, foi assinada... Deve ter coisa de... Sim, mas foi assinada agora recentemente. Então, vamos seguir ali o que está especificado no PAC, me permita Senador. Então, na Linha Centro, já existente, é a expansão da linha, vai chegar até Camaragibe, ampliando o número de estações, recuperando a linha e também tratando a questão da qualidade dos trens, pela revisão dos trens e pela climatização.

Bem, os resultados, até agora, já temos dentro do PAC 70%... 70,6% executados, na Linha Sul 6%(F) das estações estão concluídas, como eu mencionei antes. Estações Shopping quase terminadas, Estação Cajueiro Seco, pronta; sinalização deve estar, até 30 de novembro, agora, estava com 80%. Já colocamos um nono trem elétrico, revisado, recuperado e climatizado

já em funcionamento, a inauguração Tancredo Neves eu fiz a inauguração em 17 de novembro, e assinado, como o Senador lembrou, o contrato de aquisição dos sete VLTs agora em 11 de dezembro. Então, a providência, a operação sul Recife a Cajueiro Seco deve estar pronta até 28 de fevereiro, já que as licitações estão prontas, a linha está pronta, a parte elétrica também, falta terminar as estações na parte de informática e bilhetagem também. E teremos até o final do ano mais trens elétricos recuperados e climatizados. Essa é a operação que está de Recife. Podemos passar.

Sistema de Belo Horizonte: temos justamente a linha que já está em funcionamento que é Eldorado/Vilarinho, que estaria em vermelho aqui, encontramos, depois tivemos a expansão progressiva de Santa Inês a São Gabriel, de São Gabriel a Vilarinho, e mais recentemente a obra importante foi a conclusão... A conclusão da estação Vilarinho, que é uma estação importante também um ponto de integração para aquela parte toda da cidade, a parte também das cidades vizinhas, e agora, um ponto importante de relacionamento com o centro administrativo do Governo do Estado, que era ali ao lado do antigo Jockey, está a quatro quilômetros e meio, Senador, vamos discutir depois se faz um VLT, como fazer um [ininteligível] ali para fazer uma ligação direta ali entre o Vilarinho e o centro administrativo, que se acredita que a quantidade de passageiro ali vai ser incrível ali, o movimento... Estive conversando com o Governador Aécio, ele estava me falando sobre a velocidade da conclusão e eu pessoalmente estive em Belo Horizonte na sexta-feira e vejo que as obras estão numa velocidade incrível ali. Vamos seguir, por favor.

Bem, o mesmo formato de apresentação. Nós temos aí, é importante, na taxa de cobertura, já atingido em outubro o nível de 68, que é o nível mais alto. 71, 70,4 em abril, 68 agora, outra vez, ou seja, tivemos um acréscimo na taxa de cobertura de 27,7% em relação ao período anterior, também passageiros transportados cresceu em 13,1 e a receita operacional subindo em 27,9. Pode passar.

O esquema de apresentação é o quadro que reflete esse comportamento, regularidade praticamente em 100%. A questão dos passageiros transportados; temos o maior índice de crescimento sistema da CBTU. Ou seja, incremento de 13,1% em relação a outubro de 2007, atingindo um valor expressivo de 4 milhões, 114 mil passageiros. Como é que se conseguiu isso? Obviamente com muito investimento em sinalização, melhoria da linha, a redução... Ou seja, redução do intervalo dos trens e também lembrar que nós tivemos dois trens já colocados em operação, que quando houve um acidente, Senador, o senhor se lembra ali na... Uma queda de barreira ali perto do shopping; houve

uma queda de barreira ali no córrego ali, uma galeria cedeu, e tivemos, então, que diminuir a velocidade naquele trajeto, porque tivemos que tirar dois trens da circulação para poder atender esse problema. Com a recuperação da via nessa área próxima ao shopping os trens voltaram a funcionar e com isso nós temos uma melhoria do sistema operacional além do grande investimento em sinalização.

A receita: temos o incremento de 27,9 em relação ao ano passado, à taxa de cobertura, como eu mencionei, já está em 67,7, é resultado de incrementos da receita e redução de custos. Os custos estão no mesmo patamar de outubro de 2008. Então o incremento da receita versus custos estáveis, propiciou também essa taxa de cobertura melhor. A regularidade está em 99,5%. Ou seja, tivemos, no último mês, com 808 viagens programadas, apenas 36 canceladas. Então, a melhoria de regularidade foi de 27,7 em relação ao ano passado. Está em 99,5. Então acho que, Senador, a operação lá está razoável.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): [Pronunciamento fora do microfone] 800 viagens mensais ou...?

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: No último mês. Só no mês, só no mês. No quadro seguinte nós temos a questão dos passageiros transportados, é importante ver aí passageiros/dia como média, que é 147 mil. E eu sei que o senhor vai me fazer perguntas depois, aqui, a demanda atual prevista é 230 mil nessa operação. Tivemos o recorde de passageiros/dia, com 171 mil passageiros/dia, já conseguimos isso, a receita total está ao mesmo nível de 2007, um pouquinho abaixo, mas bem acima de 2005 e 2006, temos ali embaixo justamente o recurso OGU que são transferidos para manter a operação. Até outubro já foram transferidos 31 milhões de reais para assegurar o êxito operacional. Podemos passar.

Na parte orçamentária é o que está no PAC ali em amarelo, 2007, 2008 e 2009 são os valores previstos, basicamente para concluir a estação Vilarinho. Isso que é importante. Aquela estação vai ter inclusive, também, uma parte privada do shopping, que foi objeto de licitação, o senhor sabe que hoje em dia metrô não é só passageiro transportado, é mais passageiro atraído também para usar o serviço das estações, ou seja, shoppings, bibliotecas... Tudo que se possa fazer é um atrativo. E ali é um ponto de integração, e, ali, está sendo feito mais um ponto de integração com linhas municipais. As linhas interestaduais ainda não aderiram plenamente a... Há muito mais linhas municipais fazendo o cruzamento com Vilarinho do que as linhas interestaduais na relação da Prefeitura e outra relação com o Governo do Estado, com o DER.

A questão da manutenção, o senhor está perguntando sobre a situação de linhas, então, aqui, temos; na linha Eldorado/Vilarinho temos ali... Está sendo gasto em manutenção, já tivemos até outubro, 39 milhões, ou seja, nesses quatro anos, três anos e meio agora 157 milhões. Funciona da seguinte maneira, nossa SPOA está aí, é à medida que a necessidade da operação de manutenção se faz a programação e vai sendo solicitado a liberação de um limite para contemplar as necessidades operacionais. Assim que funciona. Existe a programação, obviamente, de manutenção de linha, manutenção de material rodante e em função disso vai solicitando o valor e a liberação respectiva.

Bem, o que está, então, dentro do PAC, é a conclusão da linha 1 de Eldorado a Vilarinho, ou seja, chegamos lá, com expansão de 6,6 quilômetros de linha, que eu mencionei logo no início para chegar a Vilarinho, cinco estações, dois terminais de integração e esforço na implantação de sinalização e modernização de trens e dos centros de manutenção. O que já foi... A linha 1 está concluída em operação, só falta fazer agora, Senador, o pátio de manobra que está faltando concluir.

Nós tivemos o aumento de 20% número de passageiros transportados por dia útil, com a inauguração desse terminal de Vilarinho e recorde diário de setembro com 171 mil passageiros/dia. Temos que fazer relançamento da licitação, da contratação do pátio de manobra da estação Vilarinho, e isso aqui se deu Senador, é bom explicar, o Tribunal de contas pede que haja licitações com base em SINAPI, e nós não tínhamos nenhum SINAPI no setor metroviário. Então, em função disso, a relação CEF com o CENTRAN, que é órgão do Ministério da Defesa, se prepara exatamente qual o SINAPI que vai valer para o setor metroviário e com isso, daqui para adiante, acaba esse impasse que pode ocorrer nas licitações. Qual o preço de referência. Então, foi por isso que deu problema e agora isso... É ótimo que se faça isso, agora, que vai valer para qualquer licitação no setor metroviário no Brasil inteiro.

A situação de Maceió; é uma linha de superfície que temos aí, vou repetir rapidamente o mesmo sistema de apresentação, pode passar, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador João Tenório. O metrô de Maceió que nós tínhamos conversado.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: [risos] Senador que lembrou de Maceió, obviamente. Então, pudesse voltar o primeiro quadro, só... Só apresentação, o senhor sabe qual é a apresentação, e existe um projeto de expansão ali de Maceió, mais quatro estações que não estão no quadro, mas falarei a respeito em seguida. Então a situação da operação está no quadro seguinte, passageiros transportados

tivemos um acréscimo de 51,8%, receita operacional [ininteligível] 51,8, receita operacional 51,5, a taxa de cobertura está em 25,9 e a regularidade, Senador, que não é boa, está em 78,3 em função da necessidade constante de recuperação da linha ou de recuperação material rodante. Os quadros têm essa expressão dos gráficos. E temos aí, exatamente passageiros transportados, incremento em relação a outubro de 2007, 51,6%.

O Senador sabe que há expectativas de investimentos na linha de Maceió para ampliar o número de estações e também fazer modernização dos trens. Questão também que se discute é eventual licitação para VLTs também lá. O que eu quero mencionar é que com essa entrada de uma empresa brasileira, e tendo ganhado, em Recife, uma licitação... E também, essa empresa está fornecendo trens agora, como vou dizer adiante, em Fortaleza, então temos uma oportunidade nova agora de ter os vagões fabricados no Brasil e a preço competitivo. Então talvez fique mais fácil levar adiante agora essa iniciativa de substituir alguns casos, o material rodante pesado e antigo por esses VLTs, claro que há necessidade de ajustar bitolas, muitas vezes.

Então, há uma expectativa de que possa aumentar muito a demanda, em função dessa melhoria que... E dessas obras que possam ser previstas, em função também da discussão do orçamento que está aqui no Congresso, no momento.

Bem, em relação à receita, tivemos também 51,5% de aumento em relação a outubro de 2007, em um ano, temos na taxa de cobertura, 1,5 pontos percentuais em relação a outubro de 2007, aumento pequeno da taxa de cobertura, mas assim mesmo 7,3%, e regularidade melhoraram bastante. Melhorou bastante, incremento de 78,3, passou para 97,7, de 429 viagens programadas apenas duas canceladas, Senadores. Então melhorou bastante lá a operação e o senhor sabia qual era o problema de toda hora, acidentes, parâmetros, etc, e agora duas, só, canceladas.

Esse é o cronograma orçamentário de manutenção, aquele esquema que eu falei, à medida que é solicitado você vai colocando recursos para manutenção, e os passageiros transportados têm o quadro aí embaixo, ainda não chegamos aí como 2005, na recuperação, estamos esse ano, até outubro, com 6.031, o ano inteiro de 2005 foi 6 milhões e 600. Nós estamos agora, passageiro/dias perdão, 6.600 em 2005, 6.031 em outubro de 08. Então, o número está um pouco abaixo em relação ao mesmo mês de 2005. A demanda é de 40 mil passageiros.

Em 2007 nós tivemos recorde de passageiros, foi 10.337. Então nós estamos ainda abaixo. A receita total, também, em função desses problemas opera-

cionais está abaixo, e o custo total está mais ou menos mantido. Está abaixo de 2006. E embaixo está o último... O valor que corresponde à transferência de recursos do OGU que é o recurso para manter a operação funcionando.

Com a previsão de investimentos para modernização e expansão é o que se pretende fazer, construir... Expandir a linha que vai ter possivelmente 35 km ao final, quatro novas estações, recuperar... Reconstruir duas, recuperar 13, e material rodante, VLTs a que referi poderia haver essa aquisição de 8 VLTs. Passageiros transportados saltariam de 40 para... Teríamos passageiro-transportados, 40 mil por dia, 1 milhão por mês, 12 milhões ao ano. E com isso, também, teríamos redução do subsídio, ou seja, aquele valor do OGU, para manter a operação reduziria brutalmente com o aumento de passageiros que estariam utilizando os serviços. O valor estimado é de 141 milhões.

No caso de João Pessoa, o mesmo esquema de apresentação. Temos dados sobre outubro a outubro, são os crescimentos, que temos de 12, 11, e temos uma queda à taxa de cobertura e regularidade também. Comentarei a seguir. Vamos passar. Aí estão os gráficos. Com a melhoria da via permanente a recuperação do metrô rodante

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Ministro, um momento só.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Eu gostaria antes de fazer um registro aqui, é importante essa questão de Alagoas que o Ministro falou. E fazer um registro do comportamento do Ministro Márcio Fortes no que diz respeito ao meu Estado. Meu Governador é oposição ao Governo Federal, o Prefeito de Maceió é oposição ao Governo do Estado que é apoiado por V. Ex^a, mas, apesar disso, seu comportamento em Alagoas no que diz respeito aos interesses do Estado tem sido de uma independência absoluta, tem sido de uma coerência absoluta. V. Ex^a tem estado com frequência no Estado, independentemente de qualquer facção política que por acaso evidentemente V. Ex^a possa estar em certo momento, ligado, como é o caso específico de Alagoas. O Governador não se cansa de registrar esse fato, esse seu comportamento, essa presença, e eu gostaria de registrar, aqui, assim, publicamente na nossa Comissão, esse tipo de comportamento que V. Ex^a está tendo com o nosso Estado.

Está havendo um progresso importante desses projetos e tantos outros, no que diz respeito a sua parte e deve se, sobretudo, a esse comportamento, essa maneira de agir de V. Ex^a em relação às unidades federativas, independentemente de quem é que está no comando, qual é a facção política, e no caso específico de Alagoas é mais complicado ainda, porque o Prefeito é o Governador e é o Presidente da República. Mas

independentemente disso, V. Ex^a, com a habilidade que caracteriza a sua ação, têm levado a bom termo essa convivência. Muito obrigado.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: Senador... Não deixando o Senador com ciúmes, porque eu estive lá na sexta feira, em Belo Horizonte, segunda feira estarei em Maceió, porque temos uma solenidade de entrega de títulos da regularização fundiária e eu fui honrado lá com a concessão de um título de cidadão de Maceió. Então, eu devo estar lá também segunda feira.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: Mas em Belo Horizonte eu já estive na sexta feira para o Senador não ficar com ciúme.

[risos]

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): [Pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: Estive lá antes.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador João Tenório. Então, Ministro, pode continuar.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: Obrigado, Senador. Obrigado pelas suas palavras, Senador. Então, seguindo com João Pessoa, os temas também são antigos, também tem problema de manutenção de linha, manutenção de material rodante, ainda assim, tivemos o incremento de... Na relação de passageiros de 8,9% em relação ao mesmo período de 2007, em outubro.

A receita teve também um acréscimo de 11,3, a taxa de cobertura caiu um pouquinho, também não estava alta, e regularidade teve limitações operacionais, mas ainda assim tivemos apenas 37 viagens canceladas em 735 no mês de outubro. O cronograma orçamentário está com a parte de manutenção, os dados passados, [ininteligível] objeto da minha presença aqui, o recurso de manutenção que estão sendo repassados para a linha de João Pessoa, e embaixo, o quadro de passageiros transportados, temos uma demanda prevista de 33 mil passageiros, estamos atendendo 11 mil, por isso a necessidade de eu pensar em melhoria de investimento, perdão, melhoria, não, aumento de investimento e também melhoria do material rodante.

O OGU tem contribuído com o valor necessário também para manter a operação em valor crescente. Tivemos de 6.202, 6 milhões em 2005, estamos com 9 milhões e 300 agora em outubro, é um pouquinho menos que 2007. Podemos passar.

Também a semelhança de Maceió, uma previsão de modernização da linha ensejaria a construção de cinco novas estações, recuperarem nove e chegar a

14 no total. Também, aqui, se admite que possa haver a necessidade de comprar VLTs, oito veículos leves sobre trilhos, e levar os passageiros transportados a nível de 33 mil o dia, ou dez milhões no ano. E com isso também reduzir 55% o valor do OGU que é colocado para a manutenção da operação. O valor estimado para melhorar linha, para comprar equipamentos e melhorar a sinalização... Isso vai a 105 bilhões de reais.

Natal, o mesmo quadro. Aqui, já, a operação tem números diferentes, aqui, complicações, também, de operação terem levado à diminuição de passageiros da receita operacional, da taxa de cobertura, mantida apenas a regularidade. Então, dos sistemas operacionais é o que não está acompanhando o que está acontecendo em outras linhas da CBTU. Esses são os quadros que refletem a situação de Natal, e os dados que já apontei estão aí, são situações negativas em cada caso, passageiro transportado, em receita, taxa de cobertura e regularidade. Para Natal estão os dados de manutenção, o custeio lá já está chegando a 5 milhões até outubro desse ano, praticamente 5 milhões de reais, e os passageiros transportados apenas... A expectativa demanda/dia seja de 61 mil passageiros, estamos com 8 mil e 100. Quer dizer, temos que pensar muito em melhorar a linha, melhorar a qualidade também dos serviços e melhoria de material rodante.

Está sendo mantido com... Até outubro de 2008 já tivemos ali no OGU para manter a operação, alocados, 9 milhões e 4 mil reais. Uma projeção de melhoria da operação envolveria mexido em 26 estações, com recuperação de 15, novas estações de cinco, uma por Estado e aí na recuperação cinco para o Estado. Na parceria com o Estado. Haveria a necessidade de compra de 12 VLTs, o que levaria a operação a 61 mil passageiros/dia ou 19 milhões/ano. E a queda também no valor do OGU para manter a operação rodando. Isso aí necessitaria de 173 milhões de reais.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Ministro, eu queria só, abusando um pouco da paciência de V. Ex^a, mas o Senador Cícero Lucena estava na Comissão de Assuntos Econômicos, a gente pudesse voltar rapidamente só os dados de João Pessoa, mesmo que fosse de uma maneira mais rápida.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: Pois não, Senador. Então... Voltou ao início? Só o mapa. Sim. Mapa operacional. Vamos agora aos dados. Para o senhor ter uma idéia, passageiros transportados em relação ao aumento de 12%, na receita, de 11%, a taxa de cobertura caiu um pouco e regularidade também. Pode passar o quadro seguinte.

Está aí às curvas que refletem comportamento, regularidade... A taxa de cobertura tinha caído antes, tornou a subir, tornaram a descer, passageiros trans-

portados têm subido, e a receita operacional também. Então, com isso, temos demandas superiores a 15 mil passageiros/dia com a melhoria devido a permanente recuperação do material rodante.

Então tivemos aí, em 2008, incremento de 8,9 em relação a outubro de 2007, passageiros transportados. A receita aumentou em 11,3, a taxa de cobertura que ficou um pouco inferior, mas a regularidade é lembrar que de 735 viagens programadas, apenas 37 foram canceladas. Aí tem o que vem sendo repassado, Senador, para manutenção, até outubro 4 milhões e 155 para a manutenção da linha e do material rodante, de passageiros transportados estamos com nível mais alto de... E a demanda atual seria: passageiros/dia, com 11.121, eu tenho uma média mais alta dos últimos anos, e a demanda atual que é estimada em 33 mil. A partir dessa demanda que se pensaria em fazer aqueles investimentos que eu mencionei anteriormente.

Temos, aí, recorde de passageiros/dia, em outubro já com 16 mil, conseguimos num dia 16 mil, apesar de 2007 estarmos em 17.900, é bem maior que 2005 e 2006. E OGU está transferindo 9 milhões e 319, para manter a operação. Aí que seria a necessidade de investimento para melhoria do serviço. Construção de cinco novas estações, recuperarem nove, então no total mexer em 14 estações. E aqui, aquisição de oito VLTs para substituir material rodante que está lá e levar a operação a 33 mil passageiros/dia. E aquele subsídio que eu mencionei agora cairia de 55%. Para isso teria que haver a disponibilidade no orçamento de 105 milhões.

Bem, só uma referência rápida, agora. Vamos passar. É uma situação de... [ininteligível] um trem urbano lá em Salvador, lá para Pirajá, que está aqui mencionado porque está no PAC e se encontra com recursos sendo transferidos da União, são administrados também pela CBTU. Então, é só para mencionar. Nós temos uma implantação completa do trecho lá para Pirajá, temos a situação de recuperar uma ponte e melhorar substancialmente as condições de operação da linha. Então, o... A Calçada-Paripe... A parte Calçada-Paripe será o trem urbano.

Ali o outro... A outra parte que interessa é o metrô que lá para Pirajá, lá para Pirajá que nós estamos construindo dentro do PAC e nós temos aí investimento previsto de 2007 a 2010 a 488 milhões. É uma operação que é feita com a CTS, que é uma empresa da Prefeitura de Salvador, o recurso transferido dentro do PAC, nós acompanhamos o controle direto por determinação inclusive do TCU que tem nos pedido o acórdão sobre o assunto.

Acho que não mereceria maior cuidado sobre a situação, somente mencionar que em Fortaleza, também nós temos uma operação, temos também

uma operação semelhante só que com o Governo do Estado e não com a Prefeitura de Fortaleza. Também temos uma operação de investimento de 2007/2010 de 572 milhões, execução juntamente com o Metrofor. Estamos aí exatamente na faixa de aquisição de 10 trens elétricos, 10 trens, cada um com quatro composições, operação está sendo realizada com ação direta da CBTU com a Metrofor, e as providências, temos lançados editais de licitação para a conclusão da obra até 31 de janeiro de 2009, e concluir dois viadutos, e temos, também, problema de rebaixamento de uma estação para concluir o elevado até 31/12/2008. São obras de engenharia que têm que ser feitas para concluir essa parte do Metrofor nessa Linha Sul que é a Vila das Flores, João Felipe.

Temos outro quadro que é João Felipe a Caucaia e que também aqui nós temos uma aquisição, importante assinalar, já foi assinado contrato para aquisição de seis VLTs. Então são seis VLTs de quatro composições, o senhor vê que a cada instante estamos falando de VLT. E aqui, também, como a empresa está lá no próprio Ceará, já tem esse estímulo a participar também dessa obra aqui com mais composições juntamente com as de Recife.

São dados, então, que eu trouxe aqui para apresentar sobre a ação da CBTU. No caso da operação da Trensurb, que é de Porto Alegre, apenas... Não vou projetar quadros, apenas falar sobre operação, o que está em discussão na parte da Trensurb é a extensão da linha que é no trecho de São Leopoldo a Novo Hamburgo. É um trecho de 9 km, isso foi objeto de uma licitação, Senador, em 2000, objeto de seis acórdãos do Tribunal de Contas e o contrato finalmente assinado no ano passado e estamos agora na fase exatamente da definição de recursos orçamentários, sejam colocados no OGU diretamente ou através de emendas, para levar adiante a obra que está na faixa de aproximadamente uns 650 milhões de reais. É um trecho complicado, porque deve ser elevado em área de banhado, não pode ser superfície porque existe a Legislação dos Municípios para evitar a separação das cidades em duas, lá vai ter que ser elevado, também não só pela situação do terreno, mas também pela exigência da cidade, então... E Porto Alegre, outra discussão que existe, é quanto à construção de uma linha... De uma linha... Outra linha dentro da cidade também com vistas a atender fluxo de passageiros no centro da cidade também com respeito à necessidade da copa do mundo.

Pegando o gancho dessa expressão copa do mundo, queria dizer o seguinte, Senadores, os senhores já ouviram tempos em tempos referências ao PAC da mobilidade. Já falamos isso algumas vezes. Lançamento do PAC da mobilidade. Qualquer PAC tem duas

versões. PAC do OGU, Orçamento Geral da União, e o PAC do financiamento. Aí a origem vem do recurso do Fundo de Garantia. Não foi lançado nada oficialmente do PAC da mobilidade até agora, mas, nós, dentro do conselho curador, eu sou vice-presidente do conselho curador do Fundo de Garantia, nós já aprovamos recursos orçamentários do Fundo de Garantia para o pró-transporte. Já definimos as regras do pró-transporte, já publiquei inclusive as portarias do Ministério, já me adiantando ao que seria a regra básica para a utilização desses recursos dentro de um PAC da mobilidade que venha a ser substituído. Isso passa tanto por ônibus quanto por trilhos, por pneu e por trilhos. Tanto para investimento público como privado, em pneus ou em trilhos. Ou também na construção de vias expressas, faixas seletivas... Tudo que possa estimular o transporte coletivo e desestimular o transporte motorizado individual. Então

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Esse recurso já é dentro daquela linha do dinheiro do Fundo de Garantia?

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: Sim. Deixa-me explicar. Então, dentro do orçamento do Fundo de Garantia nós aprovamos, esse ano em 2008, o orçamento do ano de 2008. E aprovamos agora já para 2009 também o orçamento. Então, 1 bilhão de reais em 2008 e 1 bilhão de reais em 2009. O senhor vai dizer para mim: "Mas se não for lançado nada vai ser perdido o recurso?" Não. Porque o Fundo de Garantia tem um procedimento que é o seguinte: tem o agente operador. O agente operador é a Caixa Econômica. Então, uma vez que nós aprovamos orçamento, o recurso é passado para a Caixa como agente operador que aguarda, então, as instruções sobre a operacionalização. Por exemplo, se não houvesse um PAC da mobilidade, poderia totalmente ser dirigido ao setor privado. Se não houver nenhum interesse no setor privado, poderia ser dirigido totalmente ao setor público. Então, será feita, então, uma divisão de ações aí porque há interesses em renovações de frotas do setor privado, há interesse na área metroviária, o Rio de Janeiro tem um projeto já na caixa colocado, o valor de 1 bilhão de reais tomando quase que o orçamento todo de um ano.

Mas a apresentação do projeto não significa que ele vai ser utilizado. É para ser analisado pela Caixa, ele pode ser prioritário e jogará na discussão com os outros projetos. Mas, nós temos, pelo Governo, a intenção de lançar o PAC da mobilidade. Mas temos que ter também a outra vertente, como é que começará? Pelo financiamento e dentro dessa linha que eu mencionei de ter ações estruturantes, importantes, vias expressas, corredores exclusivos, investir em metrô, em trens suburbanos... Mas tem outra vertente que

é necessária que é do OGU. Não é todo Estado, não é todo Município que pode tomar um financiamento. E não é por isso, então, que nós não vamos pensar também na necessidade de mobilidade ser atendida. Então, o próximo passo também aguardando essa montagem verificar como haveria espaço orçamentário para também se iniciar isso. Então está sendo montado um esquema, está sendo discutido o PAC da mobilidade para ser posteriormente anunciado. Então, esse é o caminho.

Todos já... Tudo normatizado na parte do Fundo de Garantia, lá o programa chama se pró-transporte, e na parte OGU veríamos como ficaria a operação no conjunto. A palavra... A expressão que usei há pouco – copa do mundo -, não significa que ao pensarmos em copa com o mundo que a gente vai limitar recursos de PAC, de mobilidade apenas às cidades que sejam sedes ou subdesdes. O problema existe em todas as cidades brasileiras, você tem que acabar com essa questão de engarrafamento do trânsito por excesso de carros. Ninguém é contra a indústria automobilística, pelo contrário, queremos que produza cada vez mais carros, gere mais empregos, exporte cada vez mais, só que nós temos que ter regras para a utilização dos veículos. E todo mundo não deve ir para cidade com carro, não deve haver garagens centrais. Deve estimular sim que haja garagem, integração com modais, por exemplo, Vilarinho tem uma grande lá... Foi prevista uma grande garagem para todo mundo levar o carro e deixar em Vilarinho, não precisa ir ao centro de Belo Horizonte. Bicicletários, também, quem for de bicicleta deixa a bicicleta na integração com o modal. Não precisa ir à cidade, então...

Mas também quando a gente fala em desestimular o transporte motorizado individual, Senador, eu tenho que pensar, não só em qualidade do material rodante, mas na quantidade. Não adianta colocar dois, três trens e eu precisar de oito, dez trens. Porque o passageiro na primeira vez ele entra, acha ótimo, a segunda ele virou sardinha... Ele não vai querer e vai voltar para o seu carro. Então, volta o círculo vicioso. Então nós temos que pensar grande em investimentos no setor metroferroviário, mas também no material rodante em qualidade e em quantidade. Isso vale também para a questão das vias expressas quando se pensar em pneus também para os ônibus, também a mesma coisa.

Então, essa... Lembrar que aqui no Congresso já está colocada uma... Colocado um Projeto de Lei que diz respeito às diretrizes do setor de transporte urbano, porque a Constituição assim exige apesar da competência ser municipal, a Constituição exige que haja diretrizes, como nós já temos, para [ininteligível] e saneamento.

Essas pinceladas gerais, Senador, para colocar aqui o tema que me foi solicitado, estará disposto, com muito prazer agora passar à fase das colocações dos senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Ministro Márcio Fortes. Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena, representante da Paraíba, para que possa fazer seus comentários e eu me reservo para depois fazer alguns também.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Ministro, Sr. Presidente, Srs. Senadores... Dizer que na verdade a minha presença aqui já foi contemplada no aspecto de transportes urbanos, somente na referência que foi feita a João Pessoa, só indagando, na verdade, à grande João Pessoa, indagando sobre a necessidade de investimento que gira em torno de 100 milhões de reais para fazer as novas estações, a reforma e também os equipamentos, se isso tem alguma previsão já orçamentária para o próximo ano, dentro do orçamento que está circulando no Congresso, e bem como se tem alguma ação do PAC no sentido de recuperar. Eu posso dar o testemunho da importância desse transporte, já que ele passa em João Pessoa, mas contempla algumas cidades importantes na grande João Pessoa, como o próprio Porto de Cabedelo e também a cidade de [ininteligível] e Santa Rita.

É um transporte que poderá dar uma grande contribuição, não só na qualidade do transporte urbano, na redução do número de veículos... A nossa cidade é uma cidade que tem uma cultura que está se espalhando em algumas cidades do país que é a história do transporte alternativo, é um problema gravíssimo, seriíssimo, se você vê com a preocupação de garantir emprego ao trabalhador, mas leva a reflexão e a preocupação da questão da fiscalização, do controle desse transporte, da qualidade desse transporte, da... Vamos dizer assim, do número reduzido de passageiro que são transportados por eles, já enfrenta os taxistas que vê como um concorrente muito forte... Quer dizer, uma série de problemas que, sem dúvida nenhuma, a falta do planejamento e da estruturação do transporte de massa leva a mototáxi, leva a transporte alternativo, leva a uma série de problemas.

Então, eu acho que seria fundamental nós aprofundarmos essa discussão. O Ministério deve estar fazendo... Nós sabemos que boa parte desse planejamento, lá atrás, foi feito pelo Geipot, que deu uma contribuição a várias cidades do nosso país, que contribuiu de forma efetiva, e muitos municípios passaram ao longo dos anos tentando implementar esse planejamento. Então, eu acho que é de nossa responsabilidade nós aprofundarmos o planejamento dos transportes urbanos com as duas vertentes que o senhor colocou.

Determinado instante, financiamento, a própria iniciativa privada para que... E estimular para que ela possa fazer frente a isso.

Agora, Ministro, me permita só desviar um pouco, mas também não vou trazer à pauta, até por que nós estamos tendo uma sessão deliberativa na Casa, tentando vencer os prazos que nós temos até o final do ano, no sentido de que nós possamos voltar a discutir a questão dos resíduos sólidos. É um item que eu tenho... Vamos dizer assim, uma preocupação muito grande, mas não faremos nesse instante. Eu espero nós podermos, nas nossas agendas, podermos sentar para discutir o que o país está pensando em termos de resíduo sólido, embora saiba que a missão do Ministério é acima de 50 mil habitantes, mas sem dúvida pela sua estrutura e pela contribuição nós podemos fazer iniciar pelo planejamento, pelo projeto gestores dos resíduos sólidos, eu não digo dos municípios, eu acho que dos Estados que nós precisamos fazer aqueles que ainda não têm. Agradecer pela sua presença aqui, Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Cícero Lucena. Ministro, eu vou, também, fazer algumas... Deixando V. Exª falar. Deixa-me só... Senador Cícero, você pode aguardar um pouco mais para a resposta, e o Senador Marcelo Crivella também pede para usar da palavra, mas eu queria fazer alguns comentários rápidos, Ministro, evidente que do ano passado para cá alguns dados são realmente importantes, nós vemos aí um aumento do número de passageiros transportados, praticamente todas as cidades onde a CBTU está trabalhando. Mas eu vejo que algumas questões são muito... São salientes.

No caso, também, da comparação com Belo Horizonte, Estado que eu represento, nós vemos que o investimento desse ano é de 1 milhão. 1 milhão e 300 mil reais. Quer dizer, 1 milhão de reais para uma cidade como Belo Horizonte que tem, na grande Belo Horizonte, 4 milhões e meio de pessoas, é uma coisa que não dá... Dá 0.30, 30 centavos por pessoa. E se comparado com Recife, são 392 milhões no período de quatro anos, o período de Belo Horizonte, o período é de 20 milhões. 2007/2010, contra 392, Recife, contra 572 em Fortaleza, 482 em Salvador...

Portanto, o investimento em Belo Horizonte ele pode ser, como eu dei, anunciei numa entrevista à rádio outro dia, ele é ridículo realmente. Desculpe-me, mas 1 milhão de reais para uma cidade como Belo Horizonte é um investimento muito pequeno. Nós temos aí realmente algumas questões em Belo Horizonte. Quer dizer, eu sei que está pendente a transferência ao Estado e Município já há muitos anos, na verdade desde o período que eu era Governador, já em 97 nós

aprovamos ainda, na Assembléia, a Metrominas, que seria a empresa que receberia o metrô. Isso já se passou realmente 11 anos e não se fez essa transferência a essa empresa que teria a participação do Estado e dos Municípios de Belo Horizonte de contagem.

Por outro lado nós temos ainda também a questão da PPP, da Parceria Público Privadas, ela foi proposta pelo Governo do Estado ao Governo Federal, e o Prefeito eleito, Márcio Lacerda, ele exatamente insistiu muito na campanha e continua insistindo nessa questão que seria a alternativa para fazer uma linha que levaria da região da Pampulha ao centro da cidade, à Zona Sul, e essa seria muito importante para a copa do mundo, certamente Belo Horizonte será uma subsede da copa do mundo e nós não temos nenhum transporte de massa que vá para a região a não ser o ônibus.

Vejo com satisfação a questão dos VLTs, porque essa integração do metrô com os VLTs ela é muito importante, quer dizer, é uma alimentação, estou aqui em minhas mãos com um material que me foi encaminhado pelo Deputado João Leite, que é um dos membros do Conselho Deliberativo, desenvolvimento da região metropolitana de Belo Horizonte, na qual realmente se aborda essa questão que a região metropolitana de Belo Horizonte ela é composta de 37 cidades, 34 municípios. 21 deles podem estar ligados se nós tivermos providências com relação às linhas de trem, o antigo trem de subúrbio, e que hoje teria uma versão no Veículo Leve sobre Trilhos e que seria complementar ao metrô. Quer dizer, essa linha de Belo Horizonte tem 27 quilômetros, ela... 28 quilômetros, ela pode ser complementada na alimentação de algumas cidades como Betim, como própria contagem e podem aumentar inclusive a rentabilidade do metrô de Belo Horizonte.

Então, basicamente, Ministro, eu queria colocar essa questão da transferência, essa questão das PPPs e dos VLTs. E reafirmando que esse momento, o momento da crise financeira internacional é um momento fundamental para o Governo investir em infra estrutura. Nós estamos vendo hoje no jornal, o Governo da Argentina, que é um Governo com dificuldades financeiras enormes, fazendo um programa de investimento em infra estrutura, a Índia já anunciou a China já anunciou, o Presidente Barack Obama tem dito que ele fará exatamente o programa de infra estrutura como uma alternativa à queda de atividade na iniciativa particular... Aqui, evidente que o Brasil já tem o PAC lançado antes... Nós já temos... Senador Flexa Ribeiro, nós já temos aqui o PAC lançado antes, mas realmente o PAC ele faz uma fusão de investimentos privados com investimentos públicos e ele está com o desembolso abaixo do que seria necessário.

E nesse momento, especificamente, eu acredito que nós deveríamos ter um PAC de urgência, um PAC, exatamente para ser uma providência que o Governo somaria em somatória a algumas corretas que o Governo já tomou como a questão da redução do IPI dos automóveis, a questão do financiamento aí para as indústrias como um todo, e da exportação.

De maneira que eu queria insistir nessa questão dos investimentos como um todo, na infra estrutura... No caso, V. Ex^a representa as cidades, nós não podemos continuar o Brasil com 200 milhões de habitantes quase, e tendo um transporte de massa sendo feito majoritariamente pelos ônibus... Não dá. As nossas cidades estão todas elas já saturadas, antes era só São Paulo, hoje são todas as cidades praticamente que se não tiverem um investimento forte no transporte sobre trilhos, que é no mundo todo a alternativa, nós não vamos ter grandes soluções para o futuro.

De maneira que esses três pontos que eu deixaria. Mas passando a palavra agora para o Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Só para fazer aqui um pequeno adendo. É que lá em Belo Horizonte eu só consigo enxergar uma alternativa, um argumento, para que os recursos, para os trens em Minas tenham sido tão abaixo das demais grandes cidades do Rio de Janeiro. É por que lá em Minas tudo é trem. A pessoa fala: "É um trem lá, ah, trem bom, trem para cá, é um trem ali..." Tanto trem que eles devem ter diminuído... [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Mas esse negócio do trem, nem falando trem toda hora, nós estamos tendo dinheiro para o trem. O problema é esse, né? Nem falando isso não resolve. Mas vamos lá.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, eu só queria... Eu vim aqui mesmo é para fazer... Extravasar meu sentimento, a minha admiração, o meu respeito profundo por esse Ministro que trabalha dia e noite. O Ministro Márcio Fortes a gente liga para ele, ora ele está em Belo Horizonte, ora ele está em... Ora ele está em não sei aonde... E vejo aqui pelo Congresso, o tempo todo atendendo os parlamentares, muitas vezes já fui lá ao seu gabinete e gostaria de deixar isso registrado nessa sessão. Nós estamos chegando ao final do ano... Da profunda, do profundo respeito e admiração que eu tenho por um brasileiro tão devotado à causa pública como é o Ministro Márcio, das cidades. Ele tem o aplauso, eu acho que de todo o Congresso. Do Presidente da República e da nação por esse trabalho imenso que ele faz.

Os trabalhos, quer dizer, os projetos que ele desenvolve, eles invariavelmente encontram problemas sérios, nos convênios, na fiscalização da Caixa, nas

desapropriações, nos embolsos dos recursos, nas medidas parlamentares que precisam ser feitas, nas leis alteradas... Nada disso consegue impedi-lo. Tem a fibra de um gladiador. E ele vai removendo tudo no caminho, no sentido de conseguir atingir seus objetivos.

Eu sei também que o Ministro é um incentivador do trem-bala, esse é um projeto do Governo, vai ligar o Rio a São Paulo, Campinas, é um projeto muito importante. Ontem, Ministro, eu estava pensando no senhor porque recebi um parecer do Tribunal de Contas da União feito... Uma provocação feita por um grande colega nosso aqui, o Ministro Carreiro, nós todos votamos em que ele fosse para lá, no sentido de verificar da possibilidade do convênio assinado entre o senhor, Ministério das Cidades e o Ministério do Exército ser passado para o Estado, no Rio de Janeiro, e o parecer que ele propôs em Plenário, depois veio uma mensagem da Procuradoria do Tribunal, muito detalhado, várias folhas, mas dizendo que é perfeitamente possível, inclusive pela supremacia do interesse público de se manter as licitações já feitas, aquelas que deveriam entrar em vigor depois do Ministério das Cidades e do Ministério do Exército denunciar o convênio exatamente porque lhe falta um marco regulatório para continuar sua atuação.

Ministro, eu aqui... Termina aqui dizendo à V. Ex^a o seguinte: a missão de V. Ex^a é fundamental. E começou com uma grande obra nesse Governo do Presidente Lula que foi a aprovação do sistema nacional de habitação por interesse social. Nós brasileiros somos inconformados. Por quê? Nós não podemos admitir que essa fase do nosso desenvolvimento, nosso povo viva em barracos. Em Belo Horizonte, Minas Gerais, São Paulo, onde for. Nós somos um país com imensas e inesgotáveis jazidas de calcário, de argila e de escória de alto forno, portanto temos matéria prima de todos os cimentos, qualquer um deles, CPC, cimento de porte de alto forno, ou cimento branco... Temos um pólo petroquímico produzindo plásticos, vernizes, tintas, borracha... Temos também muito aço, temos madeira, temos alumínio, uma mão de obra... Meu Deus do céu, disponível e abundante, aguardando, como vigia, o sentinela guarda pela aurora, ser treinado e empregado. Nós não podemos admitir que o nosso povo, o povo brasileiro viva em barracos, num submundo, numa subvida de previsões, de miséria e de fome.

Então, acho que V. Ex^a deu um passo imenso na criação do sistema nacional de habitação por interesse social. Os recursos eu ainda acho pequeno, o Presidente agora está dizendo que vai aumentar, e acho que nós devíamos criar no Senado Federal, até sob a orientação do Ministro Dornelles, uma Subcomissão de Economia contra a crise, a recessão e o desemprego. Nós vamos ver, aí, um problema sério, ano que vem. As montadoras, o senhor não viu na televisão? Eu vi,

os pátios estão lotados. Ontem eu subi aqui no elevador o rapaz estava reclamando, a irmã dele trabalhava a 11 anos numa empresa aqui... Aqui em Brasília e foi mandada embora com 30 pessoas.

Nós já estamos com um déficit na nossa conta corrente com o exterior. Nossas commodities caíram muito de preço. De tal maneira que aquele princípio neoliberal do mercado auto regulado, isso não existe mais. O paradigma já foi embora. O Estado voltará a ter o tamanho necessário. Não máximo, nem mínimo, mas o tamanho necessário. E esses investimentos na dignidade de nosso povo, na infra-estrutura como disse o Senador Eduardo Azeredo, citando outras potências do mundo, é agora a maneira queniana que nós temos de retomar a atividade e resgatar, num momento de crise, essas dívidas históricas que nós temos com o nosso povo.

Então, fica aqui apenas essa consideração. Meus mais profundos elogios à V. Ex^a, eu sei que V. Ex^a passou por momentos tão difíceis na sua vida pessoal, uma dor imensa, mas nada disso lhe foi... Foi capaz de tirar essa profunda... Esse profundo devotamento que V. Ex^a tem com a causa pública e o Brasil e os brasileiros lhe aplaudem nessa vida tecida no trabalho, no estudo, e nessa dedicação intransponível, aí, em manter os valores perenes da nossa pátria. Parabéns, Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Crivella. Eu quero registrar também que o Senador Eliseu Resende pediu que transmitisse os cumprimentos à V. Ex^a, ele ficou no aeroporto de Belo Horizonte, não conseguiu chegar a tempo. Registrar também a presença do Senador Francisco Dornelles e passar a palavra para V. Ex^a para que possa responder as colocações feitas pelo Senador Cícero Lucena, por mim e pelo Senador Crivella.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem, Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu queria antes que o Ministro pudesse abordar todos os assuntos, eu queria fazer uma saudação grande ao Ministro Márcio Fortes, reiterar aqui a sua competência, a sua dignidade, seu caráter, a sua capacidade de trabalho e o grande esforço que ele vem fazendo no Ministério das Cidades. E fazer minhas, as palavras do meu querido amigo Senador Crivella, num apelo muito grande para que o Governo possa destinar o maior volume possível de recursos para a área da habitação, da infra estrutura, porque são aquelas que, no momento, juntamente com a agricultura, têm maior capacidade de geração de empregos. De modo que essas duas áreas estão no seu Ministério, muito bem conduzidas

por V. Ex^a, e o apelo é apenas ratificar, eu não estava aqui quando as palavras do Senador Lucena, ratificar o que disse o Senador Crivella, fazer um apelo grande ao Presidente da República. Nós precisamos de políticas anticíclicas. Nós precisamos recursos. Não é hora de pensar em fazer aperto fiscal. Nós precisamos principalmente nessa área de infra estrutura, de agricultura e de habitação recursos e programas que possa gerar um maior número de empregos no Brasil.

Parabéns Ministro pelo trabalho que V. Ex^a vem desenvolvendo no Ministério das Cidades.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Dornelles. Então, com a palavra o Ministro Márcio Fortes.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: Com relação à colocação do Senador Lucena, a pergunta foi sobre essa existência ou não no orçamento de recursos previstos para os metrô, em particular o metrô de João Pessoa. O senhor sabe que na peça orçamentária está sendo colocados os valores que possibilitem como janela lá, o acréscimo de valores na discussão aqui no Congresso.

Então, para cada metrô foi colocado um valor de janela, justamente para a discussão aqui no Congresso serem aumentados. Isso é uma vertente. A outra vertente é aquela que eu já lhe falei, quando tratei da questão do PAC da mobilidade, aqui há pouco. Ou seja, o PAC da mobilidade terá o lado do financiamento e o lado do OGU quando ele for anunciado para implementação, e nesse momento se discutirá como foi feito para habitação e saneamento, a alocação dos recursos para o OGU, por que lembrar que temos algumas situações.

Assim como há Estados e Municípios que não podem tomar o financiamento do Fundo de Garantia do programa para transporte, por não terem capacidade de pagamento, capacidade de endividamento, também lembrar que nós temos que verificar em que casos a gente poderá colocar o orçamento ou financiamento. Por exemplo, no caso da CBTU, Senador, eu não posso falar em financiamento ou empresas do Governo. Eu não posso, na Transurb, também, tratar de financiamento, eu tenho que tratar de OGU. Então qualquer coisa que eu tenha que fazer nessa linha da CBTU, eu tenho que pensar em OGU. Isso como uma das alternativas inicialmente para um PAC. O PAC da mobilidade não pode ter recursos de Fundo de Garantia aplicado. Então, uma discussão aqui na Casa sobre o reforço do OGU, ou no momento do lançamento do PAC da mobilidade a locação de OGU para atender também a situação das empresas estatais.

A respeito do... Da sua questão aí sobre [ininteligível] estou aqui à disposição, receberei com maior prazer o convite para voltar aqui à Comissão quando queira,

espero chegar na hora, e não como cheguei atrasado hoje, não por culpa minha, mas atendendo aqui a convocação dos Senadores. Quanto às palavras... Agradeço todas as palavras dos Senadores aqui presentes, muito exageradas a meu respeito, apenas sou um servidor que procuro cumprir meu dever. Só isso. Apenas isso.

Mas, Senador Azeredo, o senhor estava falando sobre as alternativas de Belo Horizonte. O senhor colocou a preocupação quanto ao volume de recursos previstos no PAC, ao longo dos anos aqui, valores que o senhor considera, também considero que são pequenos, mas só lembrar o seguinte, trata-se de uma obra que está sendo concluída; essa linha Eldorado/Vilarinho ela consumiu cerca de 600 milhões de reais na sua construção. Então agora fomos ultimando a obra, terminando a obra. Então, o que faltava fazer nessa reta final? Era investimento forte em sinalização, recuperação de trens e na construção da estação de Vilarinho.

Então, esses recursos todos nesses três anos foram para construir Vilarinho. É uma estrutura que está lá colocada, joga com a integração, joga também com o setor privado na construção do shopping que já foi objeto de uma licitação. Então, por isso estamos completando daqui para adiante agora são as negociações que estamos fazendo para maior integração com linhas municipais e com linhas estaduais. Como disse o Senador, tem prosperado mais a questão das linhas municipais que as linhas estaduais.

Temos que discutir um pouco mais também integrações ao longo da linha e não apenas nas pontas. Foi colocado aqui, era essa questão de muito transporte privado, transporte irregular, van, etc, mas temos que pensar na integração ao longo do metrô. O metrô não vive sozinho. Ele vive na integração. Tem que ser alimentado ao longo da linha e não ficar apenas nas pontas, como está acontecendo em Belo Horizonte. Não sei se o Senador está de acordo com essa colocação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só interrompendo, nessa integração de Vilarinho, pode dar uma cobrada. Porque está muito lenta. Vilarinho foi inaugurado em abril, a integração praticamente não existe. Ela é muito pequena.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: Só com linhas municipais, o DER...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): As municipais estão pequenas.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: Queremos aumentar e, no caso, agradeceria também o apoio do senhor nas suas relações lá para aumentar também essa integração, que é do interesse dos próprios passageiros. E vamos discutir mais adiante como eu falei a questão da integração com o centro administrativo. Pensar logo, rapidamente, se vai ter

o VLT, como fazer a integração, afinal é 4,5 apenas, aquela distância ali.

Quanto à questão da PPP, o Senador Lucena se ausentou, queria falar que é a terceira alternativa, nós estamos falando em Fundo de Garantia, estamos falando em OGU, mas tem que ver o PPP, que também para pegar a parte de orçamento e jogar para o setor privado para construir a operação. No caso de PPP de Belo Horizonte, já houve propostas de Governo do Estado e também o Prefeito eleito colocou isso também como uma bandeira e já conversou conosco a respeito disso, se poderia montar um esquema financeiro para levar adiante essa proposta.

Eu sei que os valores são expressivos e que a idéia é que houvesse da parte do Governo Federal uma construção das obras civis, que da parte privada eles trariam um aporte, material rodante, e quem estivesse na operação, o Governo do Estado ou Prefeitura entraria com aquela parte que estava no final dos nossos quadros ali que era o equilíbrio econômico financeiro da operação. Essa que é a montagem. Os valores são elevados e, a grosso modo, eu poderia colocar que obras seriam... Há várias linhas de discussão, seria Pampulha, Pampulha, Savassi... Não vai chegar mais...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Iniciativa operação também tem iniciativa privada.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: Iniciativa operação, também iniciativa privada, é para operar, mas o equilíbrio econômico financeiro seria dado pelo órgão público que seria a Prefeitura ou Governo do Estado. Eu acho que a princípio seria a Prefeitura. E a operação nessas linhas... Temos o projeto e a construção estimada que a obra civil se vá, cerca de 1 bilhão e 600 milhões de reais, material rodante cerca de 700 milhões de reais. E traria o equilíbrio econômico financeiro depois a Prefeitura entraria, se a operação não fosse rentável. Para poder completar. Esse seria o esquema da PPP que seria explorado pelo setor privado. Então, esse termo que seria aprofundado em discussão uma vez que o Prefeito assuma agora, já esteve em conversa conosco, mas vai aprofundar essas propostas.

A questão de VLTs, realmente, em qualquer cidade é importante e na região metropolitana com Belo Horizonte com tantas cidades vizinhas, ali, também seria uma maneira acho que mais barata até de facilitar esse transporte. Aí entra, Senador, a questão do PAC da mobilidade que a gente pode... Como disse, ter corredores exclusivos, faixas seletivas para colocar ali o VLT. Pode se colocar o VLT ou colocar o pneu, ônibus. Aí cada cidade vai discutir o que prefere fazer. Por exemplo, Curitiba tem o pneu e já começou discutir, até, conosco, a eventual troca por VLT. Então, cada

um vai vindo qual a melhor operação, qual a melhor rentabilidade. A questão... Então, acho que respondi suas perguntas... Alguma colocação?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Faltou só à transferência ao Estado e Município em que pé que está. Em que pé que está a negociação da transferência...

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: Passo exatamente por essa discussão. Essa discussão, da questão do PPP, passa também na... Como transferir isso, porque, eu indiretamente disse ao senhor, eu falei em... O Governo Federal construiria que o setor privado traria material rodante, o setor privado geraria... Ou seja, responsável pela gestão, e a Prefeitura, ou o Governo do Estado, em princípio a Prefeitura, que completaria o recurso necessário para o equilíbrio econômico financeiro. Eu só não falei no Governo Federal aí. Então é sinal que a proposta que possa estar vindo passe por aí. Mas nós estamos com a CBTU presente em todas as obras no Brasil, o senhor sabe disso, quem acompanha, inclusive, as publicações, os acórdãos do Tribunal de Contas vêm que nós temos sido cobrados para fiscalizar mais diretamente, recentemente tivemos dois acórdãos importantes, Senador, na parte de Fortaleza e na parte de Salvador, recentemente agora, e temos também o de Recife.

Então, nós temos sido solicitados para atuarmos cada vez mais no acompanhamento dessas obras. E vamos ver com Belo Horizonte se prevalece o espírito de continuar com a CBTU ou fazer uma descentralização, fazer uma parceria, fazer um PPP, o tema está sobre a Mesa, numa média, inclusive, que há novo dirigente lá na Prefeitura, introduz um elemento novo na discussão e é o Márcio Lacerda... Márcio Lacerda é um empresário, ele sabe, ele é empresário, ele esteve aqui como secretário executivo da integração, mas é empresário de origem, então, ele, nessa parte de montagem de um esquema operacional, ele sabe como fazer. Então, essa discussão que ele vai trazer para nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Só, Ministro, ainda, é evidente, eu concordo com V. Ex^a na hora que coloca que a estação Vilarinho está terminando, eu acompanho essa obra do metrô desde a época que fui Prefeito, isso, já saí da Prefeitura em 93, como Governador já saí em 99 e, entretanto, eu sei que essa linha é a linha prioritária de 28 km. Mas temos o ramal. O ramal...

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: Barreiro/Calafate?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): E esse já tem investimentos feitos. Esse precisa de investimento do tesouro... Eu apresentei um PPA, o senhor fez um desafio para mim, o Senador Elizeu, ano passado, nós fizemos. Aprovamos o PPA. Quer dizer, PPA tem recursos de 180 milhões

por emenda que foi colocada por nós para que esse ramal pudesse sair. Então, no ramal Barreiro/Calafate isso... Quer dizer, não foi aplicado. 1 milhão para terminar o Vilarinho, também, apenas, essa integração está lenda, mas a questão do ramal, quer dizer, Barreiro é uma região com mais de 500 mil habitantes. É uma cidade dentro de Belo Horizonte.

Então, nesse ponto, eu acredito que o Ministério e a CBTU poderiam e deveriam estar colocando recursos orçamentários para poder fazer esse ramal, porque esse não tem nada a ver com a PPP, que é uma segunda linha.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: Mas, Senador, nessa discussão global trazida pelo Prefeito eleito, também essa questão passa do Barreiro/Calafate. Então nesse pacote estaria tudo junto também. Está nesse pacote essa discussão.

Agradecendo as palavras do Senador Crivella também, exageradas, lembrar que antes do senhor chegar aqui eu estava falando na parte de um eventual PAC da mobilidade que seria anunciado passando a questão do Fundo de Garantia ou do OGU, lembrar que lá no metrô do Rio de Janeiro já houve a elaboração e apresentação de um projeto à Caixa Econômica para utilização de recursos que estão já aprovados no pró-transporte, e que seria uma base do PAC da mobilidade. Como não foi ainda lançado o PAC, quero só registrar que o metrô do Rio de Janeiro já correu na frente, colocou à análise da caixa um projeto de ampliação. Um bilhão de reais. Eu não vi o projeto, a Caixa me comunicou que eles apresentaram o projeto já.

Quanto às questões colocadas na parte de fundo de habitação e interesse social, foi colocado pelo senhor, e também pelo Senador Dornelles, agradeço as palavras gentis, sei que tem um coração ali também como seu coração, assim, batendo forte...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): [Pronunciamento fora do microfone] Presidente...

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: Presidente do partido. Também exageradas as palavras, mas respondo aos dois a respeito da questão do fundo de habitação e interesse social; realmente foi um grande... Um grande momento a criação do fundo e maior momento ainda quando ele passou a receber dotações. Porque fundo sem nada não significa nada. Então ele passou a ter 1 bilhão de reais por ano e está dentro do PAC.

Agora, mais importante ainda é o que estava na Legislação obrigando que houvesse da parte de Estados e Municípios também a criação de fundos. Fundo estadual e fundo municipal. Porque a idéia é que a gente possa ter uma ação integrada e não ficar cada um dando tiro para um lado. Ter uma ação integrada em

que a gente espera também que na ponta, Senador, o que nós estamos repassando até, a título gratuito, possa ter uma pequena contribuição, porque o senhor sabe o que é a alegria que é ver uma pessoa dizer que eu dei 10 reais para a construção da casa. Pode ser até simbólico, mas é pesado para uma pessoa, mas ali, então, a gente vai ter um retorno para os fundos, para que possa ter uma realimentação a par do OGU, também realimentação dos fundos e ação integrada.

Então, a questão da habitação é importante, aqui na Casa existe uma discussão de um tema que foi trazido por alguns segmentos empresariais, que a receita vinculada de 2% está essa discussão aqui no Congresso, de oficializar(F) as assinaturas, que é o Programa Moradia Digna que o setor privado está trazendo e que já mereceu a assinatura aqui de um número necessário para a colocação de uma Legislação respectiva.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: Dinheiro a respeito de orçamento. Receita vinculada, 2% do orçamento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: Enquanto isso nós estamos já terminando... Já terminamos, estamos agora ajustando, em função do momento atual, a questão do PlanHab, porque o Plano Nacional de Habitação que visa quantificar necessidades até 2023, ou seja, nos próximos 15 anos, e o que seria necessário face a vários cenários em termos de OGU, Orçamento Geral da União, Fundo de Garantia e subsídio. Porque as coisas não funcionam sozinhas. Tem que ter o subsídio.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: É um número expressivo. Então, agora, lembrar que... Agora, é um bi por ano. Agora, lembrar, Senador, que muitas vezes as Prefeituras não gostam de vinculação, porque a vinculação é para todos. Às vezes não gostam. Poderá haver percentual variável de dois ou um. Mas de qualquer maneira a vinculação

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Nessa obra, Ministro, que foi inaugurada semana passada em Belo Horizonte, o aglomerado da serra, que é uma obra muito importante, é uma obra com uma avenida cortando as favelas e aí você tem uma série de construções também de prédios habitacionais. Parte foi financiada, financiamento internacional, passou aprovação pelo Senado, mas parte também foi do Ministério, não é?

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: Exatamente. São 900 unidades construídas, já entregamos 360, e aquela avenida também foi importante. O total que está sendo colocado ali é de 196 milhões de reais. Como o Presidente falou aquela avenida não se constrói geralmente nessas áreas mais carentes, mas foi uma avenida com qualidade de produção e que possibilita agora a circulação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então o senhor vê que eu sou de oposição e estou aprovando a obra. Muito importante essa obra.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: Mas é, a obra é conjunta. Tem parceria com a Prefeitura, tem 39 milhões de reais colocados com a Prefeitura... O Senador... O Governador Aécio esteve lá presente, prestigiando o evento... É uma ação do interesse... Como foi colocado aqui pelo Senador, anteriormente, é interesse da sociedade. É suprapartidário. Nós atuamos de maneira suprapartidária na alocação de recursos, não houve nenhuma discriminação. Aliás, até brincando, Senador, acho que houve uma discriminação, sim. Por exemplo, em Minas Gerais o valor substancial foi para o Governo do Estado, em São Paulo também de 8 bilhões e meio para as Prefeituras todas, cerca de 5 bilhões e 800 foram

[falas sobrepostas]

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, o Rio de Janeiro anda com muito ciúme de Minas Gerais. Não é, Senador Crivella? Muito ciúme de Minas Gerais porque o Ministro agora mudou para Ouro Preto. Então, está se considerando mineiro e nós lá estamos com a linha 3 do metrô, a linha 4, passando as maiores dificuldades... Tem um problema... E só vejo falando de Minas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, não. Nós estamos chorando aqui.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Minas eu acho que está levando tudo. Agora, com o meu apoio, faço minhas também às palavras do meu amigo Senador Eduardo Azeredo, que Minas está precisando de um... De uma Parceria Público Privada, não é isso? E aquelas... Aquela apresentação feita pelo ilustre Prefeito de Belo Horizonte também tem o apoio do Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É o nosso quarto Senador, como mineiro de nascimento...

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: Registrar que nós liberamos essa semana 10 milhões de reais para que se inicie o projeto da linha 3, elaboração do projeto da linha 3 á na parte de Niterói, vai até Itaboraí. Então isso é importante...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): [risos].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: Não, e lembrar outra coisa, Senador, já que foi evocado isso e falamos em copa do mundo, compromissos internacionais, compromisso da candidatura das olimpíadas, nós temos aí, é... Na candidatura da olimpíada já tem exatamente a colocação da linha 4 no valor de 1 bilhão e 300. Compromissos internacionais da candidatura do Rio de Janeiro. Então...

Falei aqui muito boca cheia, temos 2 bilhões já de Fundo de Garantia, falei só de um projeto de compromisso, 1 bilhão e 300. Claro que isso ao longo do tempo, um ano isso vai levar... Vários anos, cinco, seis, sete anos para construir.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Ministro, todas as competições de 2014 das olimpíadas vão ser feitas na Barra da Tijuca para onde hoje não tem metrô. É a linha 4 que vai para lá.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: É a linha 4, exatamente. 1 bilhão e 300 para isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu defendo do Rio também, como na nossa praia, nós estamos defendendo sempre que o... É o nosso quarto Senador... [risos]. Já temos um Governador que já gosta muito do Rio, então... Fazer uma dupla.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: Agora, antes que haja reclamação, eu sou filho de mineiro. Filho de mineiro, de Lafayette, minha mãe é criada em Ouro Preto... Honorário de várias cidades mineiras e com certeza se... [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu quero até lembrar do nosso amigo comum, o radialista Aroldo lá de Leopoldina, está sempre presente...

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: Ele telefonou antes. Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ótimo. Ministro, eu quero também registrar aqui a presença do Deputado Celso Maldaner do PMDB de Santa Catarina, e agradecer muito a sua presença, indagar se há alguma questão a mais, o Deputado quer usar da palavra, não é regimental, mas poderia quebrar o regimento rapidamente.

SR. DEPUTADO CELSO MALDANER (PMDB-SC): Não, Senador, só agradecer e ao nosso relator também agora botou um extra para habitação em Santa Catarina em função da calamidade 150 milhões para 2009 vai ajudar muito o nosso Estado, e agradecer a atenção do Ministro com Santa Catarina. Muito obrigado.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: Se me permite, Senador, eu estive essa semana passada em Santa Catarina, estive com o Governador, estive com 15 prefeitos, sobrevoei toda aquela região

e ao contrário do que alguns pensavam, que eu estivesse levando recursos, fui levar o mais importante que eu acho de recurso, eu fui levar um apelo meu aos prefeitos para que concluam os levantamentos sobre quais são as necessidades.

Porque agora que as águas baixaram e a cada momento se encontra mais um corpo morto, uma coisa terrível, naquela região, nas cidades que desapareceram, e também quem for lá algum dia vai ver... Parece que as montanhas todas foram bombardeadas. Porque, Senador, uma coisa incrível, o senhor olha para qualquer morro naquela região toda, o senhor vê um negócio vermelho. O que é aquilo vermelho? É o local onde a terra ficou encharcada e cedeu lá no ar, e parou. Todas as montanhas. Parece que foi um bombardeio geral naquela região. E quando estava mais baixo tudo caiu em cima da cidade.

Então, eu fui lá nesse dia, mais que levar recursos, eu fui cobrar, no bom sentido, dos prefeitos, agora que as águas baixaram um levantamento das necessidades para saber quantas casas, em que local vão ser construídas, a situação legal e jurídica... O proprietário de hoje em que a terra desapareceu. O negócio desapareceu, a cidade desapareceu. O que ele é hoje? Ele é proprietário de quê? E também, não é que ele seja proprietário, não vai poder voltar a morar lá, porque não vai ser relocado. O serviço de água e esgoto...

Então, eu fui fazer um apelo lá para fazer um levantamento rapidamente, porque ele estava falando, inclusive, ontem lá no Governo, com a Ministra Dilma, que a primeira fase foi da emergência. A segunda agora é da reconstrução, é aí que nós entramos, a emergência foi a Defesa Civil, agora temos que ver como construir casas e para quem. Classe média dá financiamento na parte de habitação e interesse social; verificar quem perdeu casas e como vamos dar essas casas, e nós tomamos iniciativas que inclusive foi ampliado pelo próprio Governo, nós colocamos, eu tinha colocado uma proposta de Decreto liberando Fundo de Garantia, dobrando, que estava para calamidade anterior que era 2.600 para 5.200. O Presidente, um grande coração, o Presidente colocou liberando logo todo o saldo do Fundo de Garantia. Foi muito além, então, atendeu todos os pleitos na região e que já estamos fazendo o que é possível.

Agora eu preciso da relação das necessidades. O que cada Município perdeu o que tem que reconstruir em termos de casa, em termos de saneamento, em termos de pavimentação. Essas são as nossas áreas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença do Ministro Márcio Fortes e dou por encerrada essa Audiência Pública.

Sessão encerrada às 13h03.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislações Brasileiras

Coletânea de publicações, com
atualização periódica, sobre
temas diversos da legislação
brasileira.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 186 PÁGINAS

OS:(10600 / 2009)